



Memoriamine Revista

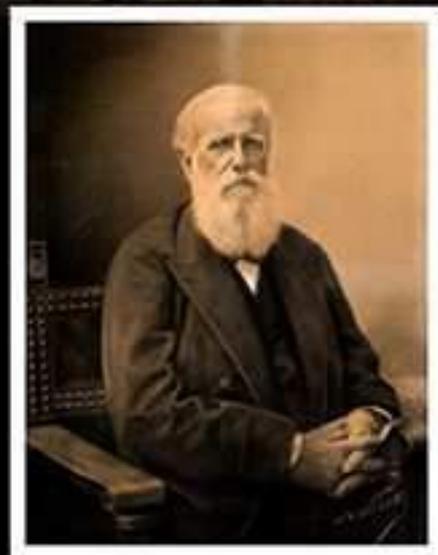
ISSN 2237-3217

VOLUME 1, N. 2, JUL/DEZ 2010

Brasil

dossiê

Império





MNEMOSINE REVISTA
VOLUME 1, N° 2, JUL/DEZ 2010

DOSSIÊ: BRASIL IMPÉRIO

COORDENAÇÃO EDITORIAL:
JOÃO MARCOS LEITÃO SANTOS



EXPEDIENTE

Coordenação Editorial

Dr. João Marcos Leitão Santos - Editor

Prof^ª. Michely Pereira de Souza Cordão - Assistente Editorial

Antonio Gutemberg da Silva - Secretário

Conselho Editorial

Alarcon Agra do Ó (UFCG)

Antônio Clarindo Barbosa de Souza (UFCG)

Elizabeth Christina de Andrade Lima (UFCG)

Gervácio Batista Aranha (UFCG)

Iranilson de Oliveria Burití (Presidente) (UFCG)

João Marcos Leitão Santos

Juciene Ricarte Apolinário (UFCG) – (Presidente)

Keila Queirós (UFCG)

Luciano Mendonça de Lima (UFCG)

Maria Lucinete Fortunato (UFCG)

Marilda Aparecida de Menezes (UFCG)

Marinalva Vilar de Lima (UFCG)

Osmar Luiz da Silva Filho (UFCG)

Regina Coelli (UFCG)

Roberval da Silva Santiago (UFCG)

Rodrigo Ceballos (UFCG)

Rosilene Dias Montenegro (UFCG)

Severino Cabral Filho (UFCG)

Conselho Consultivo

Ângela Maria Vieira Domingues (CHAM/Universidade Nova de Lisboa/IICT)

Antonio Carlos Jucá de Sampaio (UFRJ)

Antônio Clarindo Barbosa de Souza (UFCG)



Antônio Gomes Ferreira (Universidade de Coimbra)
Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Carla Mary S. Oliveira (UFPB)
Carlos Cunha Miranda (UFPE)
Clerton de Oliveira Martins (UNISOR)
Dilton Cândido Santos Maynard (Universidade Federal de Sergipe)
Durval Muniz de Albuquerque Junior (UFRN)
Edson Silva (UFPE)
Eduardo França Paiva (UFMG)
Fátima Martins Lopes (UFRN)
Geraldo Silva Filho (UFT)
Iranilson de Oliveria Burití (Presidente) (UFCG)
John Manuel Monteiro (UNICAMP)
Josemir Camilo de Melo (UEPB)
Juvandi de Souza Santos (UEPB)
Marcos Fábio Freire Montysuma (UFSC)
Marcus Silva (USP)
Maria Fernanda Baptista Bicalho (UFF)
Maria José Silva Oliveira (UEPB)
Mary Catherine Karasch (Oakland University)
Mary Lucy Murray Del Priore (UNIVERSO/NITERÓI)
Patrícia Cristina Aragão Araújo (UEPB)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Silvana Brandão (UFPE)
Sílvia Hunold Lara (UNICAMP)

Webmaster, Diagramação e Artes

Diêgo Silva Araújo (UFCG)



SUMÁRIO

CONTEÚDO:	PÁGINAS:
APRESENTAÇÃO	
<p><u>REVISITANDO O DOSSIÊ BRASIL IMPÉRIO</u> José Otávio Aguiar</p>	8
ENTREVISTA	
<p><u>TEMA: DIÁLOGOS SOBRE O BRASIL IMPÉRIO</u> Entrevistada: Cláudia Engler Cury (Professora especialista em Brasil Império do programa de pós-graduação em História da UFPB) Entrevistadora: Juciene Ricarte Apolinário</p>	13-16
DOSSIÊ BRASIL IMPÉRIO	
<p><u>O QUE FAZER COM OS BUGRES? DISCURSOS SOBRE A CIVILIZAÇÃO E A CATEQUESE DOS KAINGANG NO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX</u> Ana Lúcia Vulfe Nötzold e Sandor Fernando Bringmann</p>	17-40
<p><u>O CONCEITO DE CIVILIZAÇÃO EM JUAN BAUTISTA ALBERDI</u> Cláudio Daflon</p>	41-63



<p><u>HISTÓRIA XUKURU, HISTÓRIA INDÍGENA NO NORDESTE: NOVAS ABORDAGENS</u></p> <p>Edson Silva</p>	<p>64-83</p>
<p><u>RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA NA CAMPINA GRANDE IMPERIAL</u></p> <p>Harriet Karolina Galdino dos Santos & Juciene Ricarte Apolinário</p>	<p>84-103</p>
<p><u>REVISITANDO O TEMA DA GUERRA ENTRE OS ÍNDIOS PURI-COROADO DA MATA CENTRAL DE MINAS GERAIS NOS OITOCENTOS: RELAÇÕES COM O ESTADO, SUBDIFERENCIAÇÕES ÉTNICAS, TRANSCULTURAÇÕES E RELAÇÕES TENSIVAS NO VALE DO RIO POMBA (1813- 1836)</u></p> <p>José Otávio Aguiar</p>	<p>104-128</p>
<p><u>TOMANDO PARTIDO DO CÓLERA: DISPUTAS POLÍTICAS EM TEMPO DE EPIDEMIA NO JORNAL CRATENSE O ARARIPE (1855-1864)</u></p> <p>Jucieldo Ferreira Alexandre</p>	<p>129-150</p>
<p><u>O ESPAÇO E O LUGAR NOS CONTOS DE MACHADO DE ASSIS: A CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS E DAS CENAS NA VALORIZAÇÃO DO OLHAR- LEITOR NO BRASIL OITOCENTISTA</u></p> <p>Leonardo Bruno Farias</p>	<p>151-181</p>



<p><u>“DESCONFIEM DE TUDO QUE VEM DO RIO DE JANEIRO”:</u> <u>CENTRALISTAS E AUTONOMISTAS NA PARAÍBA NO ANO DE 1824</u> Serioja R. C. Mariano</p>	<p>182-203</p>
<p style="text-align: center;">ARTIGOS</p>	
<p><u>DIÁLOGOS COM MICHEL DE CERTEAU SOBRE PESQUISA NAS CIÊNCIAS HUMANAS</u> Francisco das Chagas de Loiola Sousa</p>	<p>204-220</p>
<p><u>A “PRESENÇA” DOS POVOS INDÍGENAS NOS SUBSÍDIOS DIDÁTICOS: LEITURA CRÍTICA SOBRE AS ABORDAGENS DAS IMAGENS E TEXTOS IMPRESSOS</u> Maria da Penha da Silva</p>	<p>221-243</p>
<p><u>RENASCIMENTO E ILUMINISMO: DOIS “NASCIMENTOS SURDOS” DO SENTIMENTO DE FAMA</u> Elton Jhon</p>	<p>244-268</p>
<p><u>HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA ANTIGAS: A CONSTRUÇÃO DE UM GÊNERO DISCURSIVO</u> Marinalva Vilar de Lima & Michelly Pereira de Sousa Cordão</p>	<p>269-291</p>



APRESENTAÇÃO

Revisitando o Dossiê Brasil Império

Tendo a acreditar que, dentre os indicadores privilegiados para a compreensão da cultura de uma época, um dos mais formidáveis seja sua produção historiográfica. A História é um saber caracterizado pela reunião de vestígios que trazem aos nossos dias uma presença transfigurada do passado. Esta operação de transfiguração, entretanto, não se faz ao acaso. A evocação dos mortos e sua ressurreição discursiva tem como móvel questões que dizem de nossa contemporaneidade. Os *efeitos de real* construídos pelos historiadores alimentam certa fome de respostas. Nunca é supérfluo recordar que os *passados recompostos* pelas mãos que historiam não correspondem a nada mais que uma seleção de vestígios e fontes, baseada em dada quantidade de escolhas. Lidamos sempre, não com reflexos reais de um pretérito presente, mas, antes de mais nada, com nossa capacidade de construir e demandar uma versão a respeito dele.

Assim, recordar o século XIX, reeditá-lo enquanto presença em nossas tentativas de recuperação dos vestígios do passado é tarefa que atrai um crescente grupo de historiadores. No conjunto destes, incluiríamos sem maiores remissões, o Prof. René Rémond, da Universidade de Nanterre/França. Rémond faleceu em abril de 2007 e, dedicou boa parte de sua existência ao estudo das questões políticas dos oitocentos na Europa. Para ele, este século, dada a sua importância para o liberalismo, o capitalismo e a ciência, teria sido dotado de certa dose de “intensidade.” Dever-se-ia, ainda, limitar, de forma bastante tocada de europocentrismo, o interregno entre o Tratado de Viena de 1815 e a primeira guerra mundial, de 1914, como recorte cronológico privilegiado para a sua análise. Ultrapassando o que fora proposto por estes marcos e recortes, este dossiê temático, segundo número de nossa Revista Mnemosine, do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, procura conjugar diferentes regimes de historicidade e percepção da passagem do tempo, marcos cronológicos que não se prendem a um certo ritmo de percepção dos oitocentos muito naturalizado entre nós. Confrontar o tempo da memória e da história dos europeus com o tempo das sociedades colonizadas da América, de forma a destacar suas especificidades é um exercício instigante, para cujo exemplo podemos evocar o trabalho de Ana Lúcia Vulfe Nötzold sobre a representatividade dos discursos das autoridades provinciais frente ao processo de “civilização” e catequese dos *Kaingang*,



habitantes das regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul. Suas reflexões se situam em um momento de intensa entrada de imigrantes europeus e expansão do modelo capitalista de produção agrícola. Em sua análise dos documentos e textos do século XIX sobre a questão indígena, dois momentos de percepção se destacam: um para a representação hegemônica sobre o *Kaingang* como “selvagens, indolentes e ferozes.” Outro para sua estereotipação como “entes errantes à espera da luz do cristianismo.” “A primeira evidência literária da evolução do verbo *civilizer* para o conceito de *civilization* é encontrada, de acordo com descobertas modernas, na obra de Mirabeau, o pai, na década de 1760.”¹

Como argumentei em um de meus escritos, a ideia antítese de civilização, a barbárie, representação que nasceu na antiguidade greco-romana, receberia sentidos diferentes em cada uma das teorias políticas modernas.² Para Hobbes, barbárie designava um estado primitivo, pré-político, no qual o homem era lobo do próprio homem e as garantias individuais básicas estavam ameaçadas. Para Rousseau, a barbárie não estava propriamente no estado primitivo dos homens, mas na degeneração e no desvirtuamento de sua sociedade civil. De forma geral, a herança iluminista que se prolongou no imaginário dos homens da primeira metade dos oitocentos identificava a barbárie com a ausência das luzes. Nas primeiras décadas do século XIX o critério de avaliação das humanidades não europeias pelos arautos da civilização ainda era mais filosófico do que científico. Nesse sentido, o artigo de Cláudio Daflon se propõe a estudar os sentidos com os quais Juan Bautista Alberdi usava e modificava o conceito de “civilização”, especificamente através do estudo de sua obra *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, de 1852. A pesquisa tem como objetivo explorar as relações do termo e seus vários significados com o tipo de projeto de nação que o autor propunha no momento em que estava escrevendo suas *Bases*.

Já Edson Silva estuda como, a partir da segunda metade do século XIX, intensificaram-se as afirmações oficiais do desaparecimento dos índios em Pernambuco e da extinção dos aldeamentos. A extinção dos aldeamentos estava baseada na ideia de assimilação dos índios. Com essa ideia de que as aldeias eram fantasias, e que por isso não havia mais razão para existirem, posseiros, senhores de

¹ ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 54.

² AGUIAR, José Otávio. A transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um Revolucionário Francês no Brasil: Memórias e Histórias de Guido Thomaz Marlière (1808-1836). 1. ed. Campina Grande-PB: EDUFPG, 2008. v. 1. 435 p.



engenho e latifundiários, sobretudo após a Lei de Terras de 1850 ampliaram suas invasões nas terras dos antigos aldeamentos em Pernambuco. Os grupos remanescentes, que se mobilizam desde as primeiras décadas do século XX, colocaram em questão crenças e afirmações sobre o desaparecimento indígena na Região, conquistaram considerável visibilidade política em anos recentes. A partir de uma pesquisa documental e principalmente de relatos de memórias orais de indivíduos Xukuru do Ororubá, Edson procurou compreender como esse povo, a partir das experiências vivenciadas, estabeleceu relações com a história e expressou suas interpretações do passado em diálogo com as situações do presente.

Revisitar a historiografia e as crônicas de viagem sobre os índios de Minas, foi, também, o tema de meu artigo. Para aquém dos recentes esforços de pesquisa arqueológica, que tem revelado dados promissores, não obstante ainda permaneçam sem suficiente conexão entre si, pretendi, nesse ensaio, contribuir para a percepção das especificidades dos relatos sobre as etnias Puri e Coroado da Zona da Mata Central de Minas Gerais nas últimas décadas do século XVIII e nos primeiros treze anos do século XIX. Suspeita-se, por afinidades lingüísticas, que estes índios fossem de etnia Macro-jê, e, sabe-se, por uma seqüência de dados concatenados que sua biologia e cultura foram um dos vetores essenciais para a formação das que hoje se encontra na região do vale de um dos principais afluentes do Paraíba do Sul: o Rio Pomba. Percorrendo listas de documentos dispersos nos arquivos de paróquias ou consultando as seqüências organizadas no princípio do século XX. Na Revista do Arquivo Público Mineiro, procurei abrir campo para a leitura de relatos sobre os primeiros contatos interétnicos e transculturais, na construção do substrato de cultura híbrida que se formou naquela zona de contato, buscando levantar hipóteses sobre sua forma de conceber, promover e ritualizar a guerra.

Indo adiante nos estudos sobre relações de gênero, identidades e diferenças, Harriet Karolina e Juciene Apolinário analisam as relações entre violência e gênero em Campina Grande e seus arredores geográficos e culturais entre os anos de 1866 e 1881. A pesquisa foi conduzida junto à documentação do 1º Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos e busca esmiuçar as relações sociais que permearam crimes de homicídio, lesão corporal, invasão domiciliar e defloramento. Tais incidentes constituíram parte do dia-a-dia feminino e coube às autoras detectar como tais mulheres reagiam culturalmente às mais distintas formas de violência descritas. O trabalho se destaca de uma série de esforços meritórios de pesquisa e catalogação da documentação do referido Fórum, movidas



por alunos e professores da Unidade Acadêmica de História e Geografia da UFCG. Dentre estes docentes, reconhecemos, sem dificuldade, a própria Juciene, que, com prazer, tem colhido os frutos de seu trabalho nos programas de Iniciação Científica.

Durante o Império caracterizaram-se uma série de modificações sociais, mais especificamente no âmbito das mutáveis relações identitárias familiares. Em contrapartida a essas mudanças, emergiram, também, diversos discursos literários que tentavam edificar para as moças jovens de então padrões pedagógicos de moral e conduta “*honestas*”. Dentre os autores e obras engajados nesse tipo de literatura, poderíamos enfileirar Joaquim Manoel de Macêdo com o seu, “A Moreninha,”³ e José de Alencar, com os seus “Senhora”⁴ e “Lucíola”⁵. Laborando segundo valores peculiares, mas, também, a seu modo, direcionados a este mister, encontramos alguns contos de Machado de Assis pouco abordados pela historiografia. Tais contos machadianos foram enfocados, na sequência, pelo trabalho de Leonardo Farias. Leonardo dialoga com os conceitos cereteunianos de “lugar” e “espaço”, segundo os quais, no contexto social, se distribuem elementos de relações de coexistência. Esses elementos possibilitam as cenas e os cenários literários. Os atores machadianos são, assim, interpretados através de seus contos.

Laborando também com discursos, dessa vez jornalísticos, Juciêdo Ferreira Alexandre estudou as caracterizações do cólera morbus, entre 1855 e 1864, partir da leitura do acervo do jornal *O Araripe*. Esse periódico dedicou mais de uma centena de textos ao cólera-morbo, que ameaçava atingir a cidade do Crato-CE durante aquela década, discursos estes que evidenciavam batalhas políticas de então.

Os embates políticos foram, também, objeto de estudo de Serioja Mariano, que, em seu artigo, discute como, de forma centralizadora, a organização do Estado nacional gerou choques hercúleos entre as lideranças nacionais e os políticos locais paraibanos do Primeiro Reinado. A autora destaca a continuidade da mudança do eixo econômico do Norte para o Sul, o que implicava numa perda de poder para os potentados locais Paraibanos. Estes se sentiam desprestigiadas com as

³ MACEDO, Joaquim Manoel de. *A Moreninha*. São Paulo: Ática, 1982.

⁴ ALENCAR, José de. *Senhora*. São Paulo. Klick Editora, 1997.

⁵ ALENCAR, José de. *Lucíola*. São Paulo. Ática, 1990.



ações do governo do Rio de Janeiro na época dos embates que se seguiram à dissolução da constituinte de 1823 e à outorga da Carta Constitucional de 1824.

Já Elton John, em seu texto, investiu em uma arqueologia dos conceitos de “fama” e “celebridade”, desde o Renascimento até o Iluminismo, laborando a partir de diálogos teóricos surgidos da leitura de diversos escritos de Michel Foucault confrontados com uma extensa pesquisa bibliográfica.

Fechando as discussões desse número, um toque de clássicos. Marinalva Vilar e Michele Cordão, colegas que tem se destacado por enfatizar as recepções e apropriações dos textos Greco-romanos em diversas historicidades, percorrem as produções de historiadores, poetas e retóricos do mundo greco-romano. Sua intenção: problematizar a maneira como se pensava as relações entre o gênero historiográfico e aqueles que a ele se dedicavam por ofício. De um lado, Heródoto, Tucídides, Políbio, Tito Lívio, Tácito, dentre outros; de outro, Aristóteles, Horácio, Cícero, etc. Sua inserção nesse Dossiê temático, acredito, nos direciona a observar como a tradição de que fazemos parte foi sendo elaborada pelos antigos a partir de heranças e rupturas com conceitos dos gêneros poético e retórico. Ocorreu-me, agora, a lembrança grata de um significativo artigo de José Antonio Dabdab Trabulsi, chamado “Liberdade, Igualdade, Antiguidade.” Nele, aquele admirável helenista nos lembra da enorme presença exercida pelas significações imaginárias herdadas da Antiguidade Clássica sobre os momentos revolucionários franceses dos séculos XVIII e XIX.

Como brinde, Cláudia Cury, entrevistada pela Mnemosine, nos fala dos caminhos percorridos pelos que nos dedicamos aos estudos de História do Brasil Império, transmitindo, com suas palavras e experiência, valiosa contribuição à formação de nossos jovens historiadores.

Assim, com prazer, cabe-nos desejar-lhes uma excelente leitura:

Prof. Dr. José Otávio Aguiar



ENTREVISTA

Entrevistada: Cláudia Engler Cury⁶

Entrevistadora: Juciene Ricarte Apolinário⁷

Tema: Diálogos sobre o Brasil Império

1. Pode revisitar a sua memória e nos dizer o que lhe influenciou na escolha pelas temáticas vinculadas a História do Brasil Império ao longo da sua carreira acadêmica?

Resposta:

Em primeiro lugar gostaria de dizer que minha inserção nas pesquisas relativas ao século XIX deu-se pela via da História da Educação. Em 2002 quando já estava concluindo o meu doutorado, na UNICAMP, fui convidada por um colega professor da UFPB para auxiliá-lo na conclusão de um grande levantamento que ele estava fazendo desde o início de seu doutorado também na UNICAMP. A tarefa consistia em identificar e transcrever a documentação oficial sobre a instrução pública e particular da Paraíba nos acervos do Arquivo Público do Estado de São Paulo, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Quando de minha vinda mudança definitiva para João Pessoa em dezembro de 2002 o trabalho se estendeu para o acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. A parceria acadêmica gerou duas paixões: uma delas pela história da educação paraibana e a outra pelo colega pesquisador com quem me casei. Portanto, a partir da conclusão de meu doutorado comecei a pesquisar sobre história da educação na Paraíba Oitocentista. Constituímos, inicialmente, um grupo de pesquisas com os orientandos do Professor Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e, em 2004, criamos junto ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, o Grupo de Pesquisas em História da Educação no Nordeste Oitocentista que naquele que a partir daquele ano passou a se vincular ao recém criado Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

⁶ Professora especialista em Brasil Império do programa de pós-graduação em História da UFPB.

⁷ Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.



2. Como a senhora analisa as produções historiográficas das últimas décadas vinculadas História do Brasil Império?

Resposta:

Acho que as pesquisas em História do Brasil Império têm crescido nos últimos anos e se consolidado como uma temporalidade que ganha adeptos nas várias províncias do império brasileiro, como costume brincar... Tenho acompanhado mais de perto as discussões sobre cultura histórica no Oitocentos por causa da área de concentração do PPGH/UFPB e gosto muito dos textos produzidos por nosso saudoso Manoel Luiz Salgado Guimarães. Eu poderia enumerar uma série de trabalhos interessantes e importantes para as pesquisas oitocentistas como a obra de José Murilo de Carvalho, “O Tempo Saquarema” de Ilmar Rhloff de Mattos, “Império das Províncias de Maria de Fátima Silva Gouvêa. Penso que a lista é infindável. No caso das publicações no campo da História da Educação é mais difícil ainda de elencar porque as pesquisas estão em plena expansão e segundo dados apresentados por colegas nos últimos simpósios inclusive da ANPUH a História da Educação tem mobilizado um número cada vez maior de pesquisadores. Gostaria de ressaltar entretanto, que uma das contribuições mais significativas para o campo da história da educação nos últimos anos estão as discussões acerca da cultura escolar ou da cultura material escolar bem como os estudos sobre as formas leituras e sobre os leitores no Oitocentos. Vale ressaltar que no VI Simpósio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), realizado em Vitória/ES em maio de 2011 foi apresentada ao público uma Coleção Comemorativa dos 10 anos da SBHE. Cinco volumes já foram lançados e outros cinco serão lançados, em novembro, na cidade do Natal por ocasião do Encontro da ANPED (Associação Nacional de Pesquisadores em Educação). Os volumes contemplam temas diversos e pesquisadores do Brasil todo. Um dos volumes da coleção foi dedicado exclusivamente às pesquisas sobre o Oitocentos – “Educação e Instrução nas Províncias e na Corte Imperial (Brasil 1822-1889), coletânea organizada pelos Professores José Gonçalves Gondra e Omar Schneider.

3. Para se trabalhar com a documentação acerca do Brasil Imperial, quais as principais dificuldades encontradas a partir do seu campo de pesquisa?



Resposta:

No caso das pesquisas em História da Educação na Parahyba Oitocentista o grande desafio é encontrar documentação que não seja só prescritiva. Os colegas pesquisadores de outras “províncias” têm conseguido uma gama maior de fontes documentais do que nós por aqui. Tínhamos esperanças de que o trabalho com as Caixas do Arquivo Público do Estado da Paraíba (FUNESC), trariam-nos a possibilidade de encontrarmos outros sujeitos envolvidos com a instrução do período que não fossem as autoridades provinciais como, os presidentes de província e os diretores da instrução pública. Infelizmente, as coisas não saíram conforme desejávamos e tivemos que nos contentar em fazer a leitura da documentação a contrapelo como nos disse Walter Benjamin. O intuito é que possamos apreender outras perspectivas e outros olhares acerca do que se passava na vida instrucional no século XIX na Província da Parahyba do Norte.

O outro caminho encontrado para diversificar as fontes foi o trabalho com os jornais paraibanos. Foram catalogados todos os periódicos encontrados no Arquivo dos Governadores e no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. As notícias sobre instrução foram fotografadas e organizadas no formato digital e esperamos publicá-las brevemente. Acho que seria bom ressaltar que todo o trabalho é fruto de alguns projetos de iniciação científica sob minha responsabilidade, dissertações de mestrado e teses de doutorado de vários pesquisadores que fazem parte do GHENO e que têm procurado se debruçar sobre a documentação que vimos coletando nos últimos anos. O que quero enfatizar é que se trata do trabalho árduo de um grupo de alunos e professores que se reúne semanalmente para organizar a documentação e discutir a historiografia acerca dos temas de pesquisa que têm fomentado nossas dúvidas e inquietações sobre a história da educação paraibana oitocentista.

4. Comente sobre as experiências e contribuições do Encontro de História do Império Brasileiro organizado pelo PPGH-UFCG.

Resposta:

Do ponto de vista daqueles que organizaram o I e II Encontros do Império do Brasil acho que as principais experiências são a aproximação que realizamos primeiro, internamente, com grupo de



pesquisa - Estado e Cultura no Nordeste Oitocentista liderado pelas professoras Serioja Cordeiro Mariano e Solange Rocha. Já conseguimos organizar para o ano de 2011 dois seminários com temáticas comuns aos dois grupos que acontecerão ao final do primeiro e segundo semestres de 2011. A outra experiência importante foi a de aproximar grupos de pesquisa de todo o país que desenvolvem suas atividades em torno do século XIX. Lembro que o III Encontro acontecerá em 2012 em São Luís do Maranhão. Além disso, conseguimos organizar duas publicações relativas às discussões fomentadas a partir dos dois Encontros já realizados. O foco dos Encontros sempre foi o de conquistar espaço entre os historiadores para discussões oitocentistas, mas também aproximar os pesquisadores da história da educação e os chamados “historiadores de ofício”. Sempre tivemos o cuidado de dar visibilidade também aos pesquisadores das regiões norte e nordeste e tornar possível contatos entre eles e pesquisadores de outras regiões do Brasil por meio da organização das mesas redondas. Acho que o desafio agora é garantir que outros programas de pós-graduação em história organizem encontros bienais e que possamos articular redes de pesquisadores brasileiros e quem sabe de outros países com a finalidade de estreitar laços acadêmicos com relação às pesquisas sobre o Oitocentos.

Cláudia Engler Cury 07 de junho de 2011 – João Pessoa.

Tarde chuvosa e de muito calor!



O QUE FAZER COM OS *BUGRES*? DISCURSOS SOBRE A CIVILIZAÇÃO E A CATEQUESE DOS *KAINGANG* NO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX

Ana Lúcia Vulfe Nötzold

Professora do Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Santa Catarina;
coordenadora do Laboratório de História Indígena – Labhin/UFSC.

Sandor Fernando Bringmann

Mestrando em História da UFSC;
pesquisador assistente do Labhin/UFSC

RESUMO

Este artigo tem por objetivo, revelar certos aspectos ainda pouco estudados no contexto historiográfico do Rio Grande do Sul, referente à representatividade dos discursos das autoridades provinciais frente ao processo de “civilização” e catequese dos *Kaingang*, habitantes das regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul em momento de intensa entrada de imigrantes europeus e expansão do modelo capitalista de produção agrícola. Em nossa análise dos documentos e textos do século XIX sobre a questão indígena, foi possível identificar, em um primeiro momento, que a representação hegemônica sobre o *Kaingang* oscilou entre a visão de “selvagens, indolentes e ferozes” e “entes errantes à espera da luz do cristianismo.” tais estereótipos vão influenciar sobremaneira as ações do governo provincial, ora para pacificar os indígenas através das estratégias de atração, ora para controlar a força suas insubordinações.

Palavras-chave: *Kaingang*, Discursos, Rio Grande do Sul.



ABSTRACT

This article aims to reveal some aspects still poorly studied in the historiographical context of Rio Grande do Sul, on what refers of the representation of the speeches from the provincial authorities regarding the process of "civilization" and catechesis of the *Kaingang*, habitant of the north and northeast side of this State, in moment of intense arrival of european immigrants and expansion of the capitalist model of agricultural production. Our review of documents and texts of the nineteenth century about the indigenous issue, it was possible to identify at first, that the hegemonic representation on the *Kaingang* oscillated between the vision of "wild, indolent and ferocious" and "wandering persons waiting for the light of Christianity." such stereotypes will influence the actions of the provincial government, sometimes to pacify the indigenes through strategies for attraction, sometimes to control by strength their insubordination.

Keywords: *Kaingang*, Speeches, Rio Grande do Sul.

Introdução

A política de ocupação das áreas “devolutas” da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul está inserida no contexto da ação das frentes de expansão da sociedade nacional pelo interior do Brasil. As frentes vão agir como elemento modernizador e civilizador dos rincões do Império no início do século XIX. Dessa forma, são intensificados os trabalhos de abertura de estradas, o estabelecimento de fazendas de criação e de produção agrícola, além do incentivo à imigração europeia. Ao mesmo tempo, projetos como os de catequese e civilização avançam de forma incisiva sobre os territórios indígenas da província.

A invasão e a subsequente devastação das florestas que serviam de abrigo e fonte de alimentos para as populações indígenas, tornaram inevitável o contato entre estas e sociedade nacional em expansão. As terras distribuídas aos colonizadores como áreas devolutas, há milênios já eram ocupadas por sociedades indígenas. Dessa maneira, coube “ao poder público intervir no sentido



de aldear o índio e defender o colono que é o gerador de riquezas” (NONNENMACHER, 2000: 15), enquanto o “bugre”, “preguiçoso” e “rebelde” por natureza, deveria ser combatido e aldeado para que não ameaçasse os lotes coloniais.⁸

Considerando conjuntamente os discursos dos agentes representantes do governo da província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1846 -1860), buscamos mostrar qual a visibilidade que o projeto de aldeamentos alcançou em termos político, social e religioso, em um cenário onde as condições históricas tornaram-se completamente desfavoráveis às populações nativas, as quais, há tempos vinham sofrendo uma tentativa de apagamento de sua identidade cultural e, principalmente, populacional.

Nesta perspectiva, investigamos os escritos oficiais e não oficiais das autoridades provinciais (relatórios, cartas, ofícios), com a finalidade de trazer à tona as práticas discursivas destes representantes da sociedade nacional sobre a sociedade *Kaingang* do Rio Grande do Sul, verificando as suas consequências para a trajetória histórica destes indígenas. Os textos aqui adotados enquanto discursos possuem dimensões e formas de funcionamento diferentes, contudo, amiúde convergem para uma única direção, levar o indígena à redução e inclusão na sociedade e costumes dos “civilizados”.

Grande parte das informações utilizadas neste artigo provém de relatos de contemporâneos aos eventos ocorridos. São textos produzidos por pessoas que deixaram suas informações através de relatórios, apontamentos, correspondências e outros escritos. Cabe lembrar, entretanto, que estas fontes de informação, em determinados momentos, foram compiladas e juntadas para a elaboração de novas fontes, na maior parte das vezes, de caráter mais informativo do que avaliativo. São poucas as publicações que se preocuparam em investigar a intencionalidade dos escritos, seu interdiscurso, seu papel enquanto formador de opinião frente à sociedade regional e as consequências destes discursos para os principais interessados, os *Kaingang*.

Este tipo de abordagem é bastante recorrente em obras de autores do século XIX e da

⁸ Lembramos aqui que a palavra “bugre” foi usual para denominar os grupos indígenas em diversas partes do Brasil, geralmente para designar os grupos que mais resistência impunham aos projetos colonial e imperial de ocupação do território. Expressões como as referidas no parágrafo pontuado eram fartamente utilizadas pelas autoridades nas cartas e relatórios oficiais para referir-se à índole dos nativos, em uma clara tentativa de justificar a perseguição aos mesmos.



primeira metade do século XX. Normalmente há uma insistência em perguntar apenas o que o texto diz, tornando preocupante seu desígnio enquanto produção de conhecimento. De acordo com Eni Orlandi, devemos nos preocupar não apenas com o que diz o texto, mas, principalmente: ao dizer algo, o que se pretende com isso (ORLANDI, 1990: 74). A autora alerta ainda para uma maior preocupação com a análise do conteúdo dos textos, porque os mesmos são resultado de um efeito ideológico discursivo, no qual ao evidenciar determinado fato como realidade inquestionável, constrói-se um imaginário generalizante (memória nacional) que pode trazer graves consequências aos agentes envolvidos. Portanto, tomar certos textos como documentos é já alinhar-se a uma interpretação dada da história, permitindo o silenciamento de determinados sujeitos em detrimento de outros (Ibid.: 75).

Para Orlandi, que estuda as dimensões históricas do apagamento do indígena na sociedade brasileira, é necessário entender alguns deslocamentos teóricos para compreender o funcionamento dos discursos, entre eles: “(...) *o lugar de argumentação, de enunciação, de constituição de identidade, relação de sentidos, etc.*” (Ibid.: 124). A autora reitera também que, os textos, compreendidos na constituição dos sentidos, atuam não somente como produtos da época, mas, principalmente, como “(...) *práticas constitutivas da cultura da época e do que hoje chamamos de ‘memória nacional’*” (ORLANDI, 1999: 46).

Neste sentido, Foucault já alertava sobre a necessidade de uma mudança no trabalho com os documentos. Deve-se considerar como tarefa primordial não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade, nem qual é o seu valor expressivo, mas sim, trabalhar em seu interior e reelaborá-lo (FOUCAULT, 1987: 7). Dessa forma, o documento não se torna uma matéria inerte, através do qual se tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, mas sim, constituir séries, descobrir o tipo de relações que permearam suas ações, formularem-lhes as leis, etc. (Ibid.: 8)

Esta perspectiva não constitui exatamente uma novidade na análise do contato dos indígenas com a sociedade nacional. Em linhas gerais, é possível dizer que há duas perspectivas de análise dessa temática: uma que privilegia o foco no trabalho missionário e, outra, que adota como ponto de vista as formas pelas quais sociedades indígenas se apropriaram de palavras, mercadorias e rituais dos estrangeiros para construir sua própria história, situando os brancos e seus elementos em uma determinada visão de mundo, para, assim, construir novas relações sociais e reproduzir-se como sociedade (COLLEVATTI, 2009: 224). No arcabouço destas abordagens, está a tentativa de



confrontar as narrativas acríticas, aceitas como a verdade histórica dos fatos, que contribuem para a negação do sujeito índio enquanto construtor de sua própria história, relegando ao mesmo um papel de mero coadjuvante no cenário histórico, no qual o mesmo passa a viver sempre em função dos mandos e desmandos da sociedade nacional.

Investigando a trajetória *Kaingang* a partir de um viés histórico-antropológico, entendido por nós como fundamental para pensar sobre os aspectos sócio-culturais do grupo, percebemos que com a intensificação do contato, os *Kaingang* praticaram suas incursões e correrias nas áreas habitadas pelos colonos e fazendeiros, com o objetivo de adquirir objetos utilitários, como machados, facas, vasilhas e embalagens, desconhecidos antes do contato, mas que logo após o mesmo, passaram a ter grande apreço entre os indígenas.

Entretanto, não poderíamos compreender este processo apenas sob o viés simplista da obtenção dos novos objetos. Entendemos este tipo de atitude dos *Kaingang*, também como uma forma de resistência ao avanço da sociedade nacional sobre o seu território. A partir do momento em que se tornam mais freqüentes estas ações, aumentam o temor e o ódio com relação aos índios. Frente às investidas dos indígenas, as autoridades regionais passam a exigir do governo medidas para acabar com o perigo que os cercava naqueles rincões. Dessa forma, começa a ser construído o cenário dos conflitos.

Os discursos do governo provincial

A resistência *Kaingang* à invasão do território suscitou discussões acaloradas nos gabinetes provinciais e tornou-se tema frequente das correspondências dos diretores de aldeamentos, missionários jesuítas com o governo. Ao longo de nossa pesquisa, procuramos identificar os elementos discursivos existentes na documentação, observando o seu conteúdo, o contexto de sua criação e reprodução, assim como, procuramos evidenciar para quais interesses convergiam nas diferentes ocasiões.

A ideia de um índio pérfido e violento povoou sobremaneira o imaginário da população “civilizada” habitante nas áreas de colonização e, inclusive, dos que estavam longe, nas cidades e vilas distantes, já que estes também eram informados sobre as ações dos “bugres”. Tais formações



discursivas contribuíram para a intensificação dos planos de assimilação dos povos indígenas da província.

Ao nos referirmos aos discursos do governo provincial, esclarecemos que estão neles incluídos os ofícios e relatórios dos seus agentes estabelecidos nos distritos, vilas e aldeias indígenas. Estes agentes ocupam diversos cargos públicos, atuando como diretores de aldeamento, subdelegados, militares, agrimensores, entre outros. São exatamente estas pessoas que levam às autoridades da capital, informações sobre os eventos envolvendo os indígenas nas colônias e nos aldeamentos. Cabe lembrar ainda, que estes discursos desenvolvem sentidos na direção do colonizador para o colonizado, onde, acima de tudo, “(...) *não é o de fora que é o inimigo, ele não é um invasor, é um descobridor*” (Ibid.: 238). Este aspecto tende a destituir das ações indígenas o caráter de resistência, instituindo que o movimento de confronto com o colonizador é apenas rebeldia.

Dessa maneira, começamos nossa análise por um trecho do ofício citado anteriormente, escrito pelo subdelegado do Distrito de Passo Fundo, Joaquim Fagundes dos Reis e endereçado ao Diretor Geral dos Índios, o Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves. Descrevendo seus esforços e de seus subordinados na tarefa de atrair os *Kaingang* para o aldeamento, Reis relata que seus homens muitas vezes sacrificavam suas vidas para encaminhar as “hordas” de índios aos aldeamentos e à catequese. Apesar disso, orgulha-se em poder levar segurança às populações da Freguesia de Passo Fundo e região, constantemente ameaçadas pelas incursões dos indígenas. Para o subdelegado, tornava-se fundamental garantir “(...) *a tranqüilidade dos habitantes do mesmo, ao passo que submetem-se aquelles entes errantes ao circulo social dos Humanos*” (OFÍCIO 19-05-1848).

Chamamos a atenção para este último pormenor, observando que Reis nega aos indígenas a condição de humanidade. Podemos considerar este argumento sob três aspectos distintos: 1º - pode ter havido uma exacerbação do referido subdelegado, em uma tentativa de impressionar as autoridades sobre o grau de dificuldade do seu trabalho; 2º - há uma “ignorância terminológica” na construção da frase que o fez construir um sentido involuntário na mesma e 3º - quiçá a mais plausível, pode ter decorrido da influência do contexto sócio-histórico do autor.

A negação da condição humana dos indígenas foi bastante corriqueira no século XVI, quando os missionários demonstravam perplexidade devido à “incapacidade” dos nativos em manter os



ensinamentos, após aparentemente tê-los aceitado plenamente. Se pensarmos que para o século XIX esta percepção já estava superada, acabamos desprezando os mecanismos de manutenção dos fenômenos coletivos que se perpetuam através da transmissão ou imposição das ideologias. Não temos informações mais concretas sobre Reis, porém, podemos inferir certa influência cotidiana do que ele ouvia ou lia a respeito dos indígenas. Nesta ótica, José D'Assunção Barros é muito claro quando explica que:

Todo texto é produzido em um lugar que é definido não apenas por um autor, pelo seu estilo e pela história de vida deste autor, mas principalmente por uma sociedade que o envolve, pelas dimensões desta sociedade que penetram no autor, e através dele no texto, sem que disto ele se aperceba. Uma época, uma sociedade, um ambiente social (rural, urbano), uma Instituição, uma rede de outros textos às quais o autor deverá se conformar, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero literário em que se inscreve o texto – tudo isto constrange o autor que escreve o texto, deixando nele suas marcas, a princípio indeléveis, mas que devem ser pacientemente decifradas pelos historiadores e outros analistas de textos. (BARROS, 2005: 133).

Refletindo sobre a sociedade do período, imaginamos que a concepção geral não deveria diferir muito do que pensava o subdelegado Reis. As investidas dos *Kaingang* contra os moradores da região, as quais muitas vezes culminavam em mortes e sequestros de pessoas, contribuíam para a ratificação do status animalesco dos indígenas. Além disso, os *Kaingang* sempre foram vistos como um obstáculo ao avanço da colonização, sua saída daquelas terras tornava-se imperiosa para o sucesso do empreendimento, não interessando de que forma seriam tirados daquele território. A população geralmente apoiava as ações repressivas do governo, pois o afastamento dos indígenas de seu território representava novos lotes para colonizar. Neste ínterim, além do discurso da ferocidade dos indígenas, percebe-se nos relatórios e ofícios governamentais, a representação do colono como o



único capaz de render bons frutos para o progresso da província, através do seu trabalho. Tais discursos tendem a acentuar a inutilidade dos nativos para o desenvolvimento das regiões que estavam sendo colonizadas.

Referências sobre o caráter dos *Kaingang* eram bastante frequentes entre as autoridades provinciais, sobretudo quando os indígenas impunham resistência ao trabalho ou aos preceitos morais e valores impostos pelos diretores. O Brigadeiro Andrade Neves, figura de grande destaque nas diversas revoluções que participou, atuava em tempos de paz como Diretor Geral dos Índios da província.⁹ Era responsável pela organização e manutenção dos aldeamentos, os quais buscava dirigir com os mesmos princípios militares que comandava suas tropas. Tinha princípios bem definidos e não tolerava nenhum tipo de insubordinação de seus soldados, obviamente, não toleraria abusos de índios aldeados. O seu zelo militar pode ser verificado também em suas atitudes como diretor geral, conforme destacamos no trecho abaixo, quando se refere ao pouco ânimo dos índios pelo trabalho.

Desde que o governo tem tratado de tira-los das selvas para os civilizar, as experiências dos séculos tem mostrado que esta gente para se obter delles alguma cousa he preciso conserva-los como em tutella, pelo seu genio indolente e selvagem, habito adquirido desde sua infância, por isso convem ter hua força própria para os oprimir em seus excessos quando queirão por em pratica. (OFÍCIO 21/12/1849)

Com longa experiência militar, Andrade Neves já previa tais dificuldades e o seu discurso revela muito bem qual o “remédio” para a indolência dos indígenas. Apesar disso, mesmo com seu prestígio, nem sempre teve atendidas suas reivindicações pelo governo provincial. O pedido de uma

⁹ José Joaquim de Andrade Neves foi combatente legalista na Revolução Farroupilha, onde alcançou o título de tenente coronel. Atuou também na Guerra contra Rosas em 1851 e na Guerra do Paraguai, onde obteve inúmeras vitórias sobre o exército de Solano Lopez. Morreu em 1869 em decorrência de ferimentos sofridos na batalha de Potrero Marmoré.



força militar para o aldeamento da Guarita, feito pelo diretor em 1849, parece não ter sido atendido, pois, em dezembro de 1850 o mesmo Andrade Neves remete ofício para o presidente Pedro Ferreira de Oliveira, onde reclama das condições do aldeamento e as medidas necessárias para seu melhoramento: “V. Ex^a verá a necessidade que há de conservar-se ali uma força para conter os índios (...) Por já haver estado n’aquelle lugar conheço essa necessidade e julgo que será de promptamente saptisfeito este pedido...” (OFICIO 07/12/1850).

Lembramos que as exigências por forças policiais nos aldeamentos foram temas constantemente presentes nos ofícios e correspondências dos diretores de aldeias, enviados aos presidentes da província, desde o início do projeto de aldeamentos. No aldeamento de Nonoai, no extremo norte da província, já atuavam as Companhias de Pedestres ¹⁰, formadas em grande parte por praças da Guarda Nacional. Sua atuação não gerava os resultados esperados, pois os indígenas continuavam com seus atos de rebeldia tanto na aldeia, quanto em seus arredores.

Na aldeia de Guarita, localizada no noroeste da província, o pedido de implantação de uma força policial só foi atendido em 1851, isto porque, cansado da situação corrente, o diretor desta aldeia, José Joaquim de Oliveira, pede demissão do cargo, reclamando que “(...) hua vez que o aldeamento não pode prosperar sem haver força ali, além disso he hua falta de caridade o deixar-se tantas famílias deste Districto expostas ao bordão dos Selvagens, porque athe agora elles não conhecem quem lhes possa impor respeito e temor...” (OFÍCIO 28/09/1850).

Com a promessa do governo de instalação da Companhia de Pedestres naquele local, Oliveira acaba retornando ao cargo de diretor da Guarita, porém, mediante a condição de que fossem empregados os Pedestres em caráter de urgência, no que é finalmente atendido. Satisfeito com as medidas acatadas pelo governo provincial, Oliveira esclarece que “(...) com as 50 praças em

¹⁰ As Companhias de Pedestres ou Forças de Pedestres atuaram na vigilância dos aldeamentos, visando impedir as pressões de índios arredios que resistiam ao confinamento. Os Pedestres atuaram também na perseguição aos indígenas que cometiam as correrias nas colônias e fazendas. Foram criadas ou mobilizadas em diversos momentos, como a Companhia de Pedestres de Passo Fundo, criada em 1846 para controlar os ataques indígenas nas áreas de colonização e a Companhia de Pedestres de Nonoai, criada em 1847 para defender os indígenas aldeados de ataques dos índios “bravos”. O corpo destas companhias contava muitas vezes com soldados da Guarda Nacional e mesmo de indígenas que recebiam soldos para atuar na perseguição e captura de outros indígenas.



Nonohay, e as 30 aqui, terei de ver em pouco tempo prosperar os aldeamentos, e acabarem-se as correrias, e hostilidades, empregando-se os selvagens em serviços úteis para delle tirarem o sustento, e vistuario” (OFICIO 11/03/1851).

Apesar de cumprir com o prometido, o governo provincial não concatenava completamente com a ideia; primeiro, devido aos gastos com pessoal, que já estavam muito mais altos que o programado para os aldeamentos e, segundo, porque o governo tinha em vista que a consolidação da civilização e catequese dos *Kaingang* era o maior objetivo dos aldeamentos, por isso, as autoridades julgavam que a presença de forças policiais nos mesmos, não constituiria vantagens significativas, acarretando apenas mais represálias da parte dos indígenas que resistiam em aldear-se.

Os relatórios dos governantes mostram que suas preocupações procediam. A implantação das forças policiais nos aldeamentos mostrou-se infrutífera, pois as mesmas não conseguiam intimidar as insurreições dos indígenas, que abandonavam os aldeamentos e os trabalhos quando lhes aprouvesse. O descompasso das iniciativas fez com que a posição de autoridades como o vice-presidente da província Patricio Corrêa da Câmara e o presidente Pedro Ferreira de Oliveira, agissem de formas extremas e distintas para com os indígenas. O primeiro, ao analisar os hábitos e o modo de viver dos *Kaingang*, conclui que os maus resultados da tentativa de civilizá-los, advêm do seu estilo de vida “(...) ociosa e aventureira dos bosques” (RELATÓRIO 02-10-1851: 11). Para que os mesmos aceitem e se sujeitem aos trabalhos regulares e constantes da “sociedade civilizada”, sugere que se tenha paciência, pois:

A história mostra que os povos caçadores são os últimos, entre os quaes tem a civilização estabelecido o seu império, e esta tem sido espontanea, lenta e gradual, e não devida aos esforços de Nações estranhas. É minha opinião pois que não nos empenhemos em obter por nós aquillo, que depende de outros, e do tempo. Deixem-se os Indios entregues a si, sejam tratados com bondade, mas não se fação despesas quando não se pode ser generoso, para lhes levar as luzes, e os benefícios de uma civilização, que elles jamais aceitarão, quando a nossa população augmentar, e os indios circunscriptos a pequeno espaço sejam extinctos os recursos da caça, e com gostos novos e novas necessidades não tenham meios de as



satisfazer, então a civilização virá por si entre elles, e será vivificante, e duradoura. (Ibid.: 11)

O tempo, na ótica de Corrêa da Câmara, se encarregaria de levar aos *Kaingang* a transformação que os aldeamentos não conseguiam, nem com o trabalho, nem com a religião. A aspiração do vice-presidente da província, descrita em seu relatório para a Assembléia Legislativa Provincial, apresenta uma visão antagonica aos objetivos das companhias colonizadoras, que tinham pressa em liberar as áreas para ocupação dos imigrantes europeus e contrária também à perspectiva do próprio presidente Pedro Ferreira de Oliveira, para quem não havia esperanças de se conseguir benefícios com a civilização dos índios.

Não possuímos maiores informações sobre a trajetória ou o tipo de instrução que teve Corrêa da Câmara, o que com certeza nos auxiliaria a analisar suas influências políticas e ideológicas. O que podemos perceber, em um primeiro momento, é que suas ideias contrastam com os registros até então identificados nas falas e relatórios dos outros presidentes provinciais. Contudo, levando em consideração que existem espaços dissimulados que se escondem na documentação escrita, que contornam silêncios e falseamentos voluntariamente presentes nos textos (BARROS, op. cit: 130), podemos inferir que é possível que seu texto tenha sido construído exclusivamente para depreciar a atuação missionária dos jesuítas, que vinham tendo seu trabalho de catequização dos indígenas severamente criticados pela imprensa e autoridades da província.

Conforme mencionamos, quando confrontamos a mensagem presente nos textos de Corrêa da Câmara e Ferreira de Oliveira, percebemos um descompasso em suas ideias sobre o que fazer com os indígenas. Vejamos o que consta no relatório deste presidente sobre os *Kaingang*:

É a minha opinião que, sem perseguir os Índios, cumpre não satisfazer todos os seus caprichos. Tem-se despendido com elles grandes sommas, tem-se lutado com grandes difficuldades para aldeal-os e trazel-os ao gremio da civilização, mas por ora não tem sido possível colher resultados vantajosos e menos ainda nutrir



fundadas esperanças de um futuro melhor. De ordinário indolentes, não cuidão de trabalhar, nem reconhecem o benefício que recebem por se os conservar abrigados das intempéries do tempo e das estações, de alimentar-os melhor de que o são nas matas, e tirando-os da vida nomade e selvagem em que vivem para fazel-os compenetrarem-se dos úteis efeitos da sociabilidade e das vantagens da civilização. Nada disso reconhecem, e não só reproduzem suas impertinentes exigências, como também as vezes prorompem em violencias funestas e que me obrigarão, assim como meus antecessores, a conservar alternativamente destacamentos de Polícia ou da Guarda Nacional em alguns desses aldeamentos para impedirem a repetição de scenas tão desagradáveis. Estas e outras considerações tem-me firmado na Idea de que o mais conveniente espediente a tomar-se é mandal-os tirar d'esses pontos em que se achão, e empregal-os convenientemete nos Arsenaes, na Marinha, ou em outras quasquer Estações publicas em que possão ser aproveitados os seus serviços. (RELATÓRIO 30-06-1851: 10-11)

Diferentemente de Corrêa da Câmara, Ferreira de Oliveira pretendia aproveitar os contingentes de indígenas, irredutíveis ao “sedentarismo” dos aldeamentos. Sendo um militar de carreira e com uma guerra prestes a explodir na região do Prata ¹¹, o presidente não vê melhor opção para a questão dos indígenas, do que mandá-los para sentar praça como milicianos ou marinheiros. Percebe-se no discurso do presidente, que através de uma simples resolução, ele pretende resolver dois problemas de uma só vez. Por um lado retiraria dos aldeamentos os índios homens, que mais impunham dificuldades para o trabalho dos diretores e missionários. Por outro lado, engrossava as tropas que lutariam contra Rosas e Oribe, ainda que provavelmente os indígenas, assim como os negros, serviriam como “buchas de canhão” nas frentes de batalha.

¹¹ Trata-se da denominada Guerra do Prata, entre Brasil, Argentina e Uruguai, também conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas, ocorrida na metade do [século XIX](#). Esta guerra foi travada no Uruguai, Rio da Prata e nordeste argentino de [agosto de 1851](#) a [fevereiro de 1852](#), entre as forças da [Confederação Argentina](#), e as forças da aliança formada pelo [Império do Brasil](#), [Uruguai](#) e províncias rebeldes argentinas de [Entre Rios](#) e [Corrientes](#). Marca a disputa entre Argentina e Brasil pela influência no Uruguai e hegemonia na região do [Rio da Prata](#).



Procurando maiores informações sobre a arregimentação de indígenas no Exército e na Guarda Nacional, encontramos apenas dois documentos que fazem referência a tal projeto. Como primeiro referencial, destacamos a correspondência do Diretor Geral Andrade Neves ao presidente da província, onde denuncia a atitude de alguns moradores da região de Nonoai, que, interessados em se apossar dos bons campos do aldeamento “(...) *tem incutido temor nos Índios, dizendo-lhes que o governo os quer domesticar e ao depois sentar-lhes praça na 1ª Linha*” (OFICIO 26-02-1851). Para acabar com as aspirações dos moradores, Andrade Neves solicita ao presidente que tome medidas urgentes, sugerindo inclusive “(...) *ordenar aos Delegados e Subdelegados que prendão e corrião aos indivíduos que vão aos aldeamentos com falsas notícias aterrar os Índios*” (Ibid.)

Como segunda referência, temos o relatório do Diretor Geral Interino dos Índios da Província¹², no qual o mesmo se refere à organização de batalhões “voluntários” de índios, que aderiram à causa do Império, ao ponto que:

(...) já tomão os nossos inimigos como seus, e os dezeção aniquilar, tanto que os dous chefes da Guarita que forão a essa Corte com mais quarenta e dous se apresentarão e marcharão a reunir-se ao exercito, mais quando deserão a serra já o nosso estava no Estado Oriental, pelo que tiverão de voltar desgostozos por não terem parte nos feitos da Campanha, o mesmo aconteceo com os de Nonohay e Campo do Meio que apresentarão-se em número de duzentos, porém tiverão que esperar a ordem de marchar, o que não se efectuou pelo mesmo motivo (RELATÓRIO 29-12-1851: 4).

Pelo conteúdo dos documentos, é possível perceber certa ambiguidade nas informações. Enquanto o primeiro excerto demonstra a intranquilidade dos indígenas, com respeito ao engajamento, seja na Guarda Nacional ou no Exército Imperial, o segundo aponta uma satisfação e “orgulho patriótico” dos chefes indígenas que reuniram seus homens para a luta. Como encontramos apenas estas duas referências sobre o envolvimento dos *Kaingang* nos conflitos militares no Rio Grande do Sul, consideramos prematuro tecer maiores comentários a respeito do processo. A

¹² Como este documento não se encontra assinado, não foi possível identificar o nome de seu autor. Consta apenas que o mesmo substituiu o Diretor Geral Andrade Neves, que participa da Campanha no Prata.



participação de indígenas nas ações militares no sul do Brasil ainda é um tema obscuro, que necessita de estudos mais consistentes, que venham divulgar seu papel enquanto forças atuantes nas guerras do período imperial.

Com o passar dos anos e o fim dos conflitos externos nos quais acabou sendo envolvida a província, a questão indígena passa a ser um assunto mais destacado nos relatórios dos presidentes, enfocada principalmente quando ocorriam assaltos ou distúrbios envolvendo os indígenas. Justamente por isso, o governo vê a necessidade de intensificar a construção de novos locais para o confinamento dos indígenas que ainda “erravam” pelas matas da província.

Em 1853, o presidente Cansansão de Sinimbu ordena que seja construído um novo aldeamento para os *Kaingang* na região de Vacaria, solicitando que o mesmo fosse instalado “(...) *sobre terreno Nacional, e nunca em propriedades particulares, tendo em atenção a qualidade das terras para produção dos gêneros do lugar, e especialmente os que servem de alimentação como milho, feijão e batatas (...)*” (OFÍCIO 19-03-1853).

Pelo que indicam os diretores, os aldeamentos já existentes encontravam-se em péssimo estado no ano de 1853. Os motivos para que não houvesse progresso nos aldeamentos de Nonoai e Guarita, apesar dos esforços para que isso acontecesse, são enumerados no relatório apresentado pelo presidente Sinimbu à Assembléia Legislativa daquele ano. De acordo com o presidente, as três principais causas do repúdio dos índios aos aldeamentos seriam: “(...) *a falta de residência permanente do diretor no aldeamento, a conservação das influências parciais dos diversos caciques, e as intrigas adrede espalhadas entre os indígenas por alguns posseiros com o fim de se apoderarem daquelles belíssimos campos (...)*” (RELATÓRIO 06-10-1853. p. 26).

Vamos considerar o malogro dos aldeamentos através destes três apontamentos citados pelo presidente Sinimbu. Primeiramente, a não permanência de diretores nos aldeamentos, deveu-se, em parte, pela falta de pagamento de ordenados para os mesmos. Evidenciamos este fato nas frequentes reclamações por pagamento de soldos atrasados por parte dos diretores. Por outro lado, como já referimos anteriormente, as exigências dos diretores para que se mantivessem praças nos



aldeamentos, pode ser um indicativo de que não vislumbravam segurança suficiente para permanecerem nos mesmos, salvo exceções.¹³

Refletindo sobre as dificuldades de encontrar quem se encarregue dos aldeamentos para levar as “vantagens civilizatórias” aos indígenas, o presidente desabafa, mencionando que: “(...) *infelizmente forão-se esses tempos em que o christão, contando os degraos da salvação pelo numero de almas que convertia a fé da Cruz, exilava-se da sociedade para entregar-se no deserto à conversão dos indígenas*” (RELATÓRIO 06-10-1853: 26). É possível perceber também, na fala do presidente Sinimbu, a relação do mau andamento dos aldeamentos com a retirada dos missionários jesuítas, os quais em 1852 deixam de comandá-los, por decisão da Assembléia Legislativa.

Com relação à manutenção das influências dos caciques, vimos que a lógica do governo não previa distinção entre os grupos instalados nos aldeamentos. Por isso, em 1853 estavam instalados em Nonoai um total de 340 indígenas, comandados por cinco diferentes caciques: *Nonohay* com 170, *Pedro Nicofé* com 70, *Voton* com 25, *Nicafim* com 50 e *Francisco* com 25. (Ibid.) As rivalidades históricas entre os grupos foram ignoradas (talvez propositalmente), ocasionando muitas revoltas internas, o que culminou na retirada de alguns destes líderes para as matas, onde conseqüentemente voltavam a cometer atos hostis contra os colonizadores.

O presidente Sinimbu, ao referir-se aos posseiros e às intrigas por eles espalhadas entre os indígenas, o faz porque muitas das evasões eram motivadas também por estes agentes externos. Muitos deles, por interesse pessoal, mantinham contato pacífico dissimulado com os *Kaingang*, empregando alguns em suas propriedades e mantendo relações de escambo de produtos e ferramentas por algum trabalho dos indígenas. Naturalmente, alguns indivíduos se aproximavam dos indígenas para enganá-los e tomar as terras em que estavam instalados. Nesse período, eram já

¹³ A exceção de que falamos diz respeito ao Diretor José Joaquim de Oliveira. Pelo que percebemos, o diretor mantinha um bom relacionamento com os *Kaingang* da Guarita, que lhe demonstravam respeito e dedicação nos trabalhos. Por isso, quando este pediu sua demissão, em 1850, Andrade Neves escreve ao presidente da província afirmando que “(...) *este homem faz muita falta ali, porque foi quem organizou o dito Aldeamento, e que muitos sacrificios fez em prol do mesmo, por isso talvez V. Ex^a. officiando-lhe e mandando-lhe passar Diploma de Director, elle continue, que eu de muito pronto insistirei para que elle continue, porque não vejo quem o substitua e os índios já estão acostumados com elle e a quem obedecem*” (OFÍCIO 16-03-1850).



freqüentes as invasões das áreas indígenas delimitadas, o que causava grande preocupação entre as autoridades provinciais, que viam nestas atitudes um grave entrave aos objetivos do projeto, tanto que medidas extremas acabaram sendo decretadas pelo presidente Sinimbu:

(...) esses limites do aldeamento farei respeitar contra a invasão dos intrusos, que são os maiores adversários dos estabelecimentos [...] lhes fazem mais cruenta oposição, seduzindo os Índios, para se não reunirem, fazendo-os suspeitar mal do zelo que dispensamos em proporcionar-lhes os commodos e vantagens da vida civilisada (RELATÓRIO 2-10-1854: 31).

Além de serem induzidos a acreditar nas más intenções do governo, muitos indígenas acabavam sendo contratados pelos fazendeiros da região para atacar seus “desafetos”. Por esse motivo, o diretor Oliveira vai pedir que se combatam estas situações, sob “(...) *pena de serem presos todos aquelles que agasalharem Índios em seos campos, ou Mattos serem processados pelos Subdelegados, impondo-se-lhes as penas que a Presidência julgar com maior ligação ao nosso código*” (OFÍCIO 31-12-1854). Quanto aos indígenas que insistiam em perambular pelas matas, revela ao diretor geral que, tendo “(...) *procurado todos os meios brandos e consiliatorios para chamar aos Índios ao centro do Aldeamento, e como isso não tem sido possível, não há outro meio senão energia, e energia forte*” (Ibid.)

Nestes três obstáculos para a manutenção dos *Kaingang* nos aldeamentos, observamos que as estratégias definidas para “convencimento” dos indígenas resistentes, são colocadas de forma impositiva e enérgica, como fica claro no discurso de Oliveira. Não há espaço nesta relação para pensar em como as mudanças perpetradas pelas novas concepções de habitação, alimentação e modo de viver, influenciariam na atitude dos indígenas. Entendemos esta atitude das autoridades, como uma forma de imposição e manutenção de poder, as quais tendem sempre a gerar conflitos pela constante tentativa de infligir novos valores à sociedade *Kaingang*.



A partir do momento em que há uma rejeição explícita dos *Kaingang* à assimilação das ideias e valores do grupo dominante, são geradas turbulências sociais, que tendem a se agravar caso não se tomem medidas enérgicas por parte de quem deseja manter o controle das ações. É fundamentalmente isso que ilustra James Scott, quando se refere à resistência de segmentos dominados das sociedades ao discurso político que tenta inculcar sua vontade de poder. De acordo com Scott:

Las relaciones de poder son, también, relaciones de resistencia. Una vez establecida, la dominación no persiste por su propia inercia. Su ejercicio produce fricciones en la medida en que recurre al uso del poder para extraerles trabajo, bienes, servicios e impuestos a los dominados em contra de su voluntad. Sostener-la, pues, requiere de constantes esfuerzos de consolidación, perpetuacion y adaptación (SCOTT, 2000: 71).

Grande parte das fontes documentais analisadas demonstra aspectos da relação impositiva de indivíduo dominante para indivíduo dominado, onde os discursos da catequese e da civilização (colocados como item de destaque na maior parte dos relatórios dos presidentes) eram aplicados para justificar os meios empreendidos na tentativa de controlar e manter os indígenas sob uma tutela auto-sustentável nos aldeamentos. Apesar deste aspecto, não consideramos os *Kaingang* como elementos passivos, dominados e reduzidos a uma condição social inativa, “(...) onde todo o peso do poder recaía sempre na sociedade brasileira, tornando-os meros apêndices sem vontade de uma sociedade vista como superpoderosa” (DAMATTA, 1987: 203). Destacamos esta relação, por percebermos que, predominantemente, os discursos sobre os indígenas no século XIX giravam em torno da selvageria e da barbárie. Isto se deve em grande parte à resistência imposta à expropriação territorial, entendida como o grande obstáculo aos objetivos modernizadores representados pela colonização européia. Era necessário apagar o passado selvagem e retrógrado que representa o índio, dando lugar ao progresso



que a empreitada colonial poderia proporcionar. Para que este processo fosse possível, o fim acabava justificando os meios.

Lembramos nesse momento, que a perspectiva etnocêntrica não foi prerrogativa apenas dos discursos das autoridades da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Na década de cinquenta do século XIX, Santa Catarina desenvolvia um projeto de imigração e colonização semelhante ao do Rio Grande do Sul, principalmente no Vale do Itajaí, território que, no momento da chegada dos imigrantes, servia de habitat para os índios *Botocudo (Xokleng)*. Luisa Wittmann, analisando as falas e relatórios dos presidentes desta província, destaca que, nos discursos oficiais:

A violência contra os índios estava na base do impulso do povoamento e do desenvolvimento da colonização, que serviria como forma de organização do espaço florestal e de controle dos seus habitantes. [...] A solução da questão indígena seria alcançada através da modernização. A transformação dos índios viria quando a selva se tornasse morada do moderno. A mata receberia estradas que, rasgando o verde permitiriam a subjugação dos “selvagens” (WITTMANN, 2005: 46).

Tanto nos discursos das autoridades da província de Santa Catarina, quanto nos da província do Rio Grande do Sul, as mensagens enfatizam quais os meios mais eficazes para agir com relação aos “bugres”. Em grande parte das correspondências e relatórios dos presidentes e outras autoridades, ficam claras as intenções de livrar a terra dos “males” da incivilidade dos indígenas. Contudo, nem todos os discursos são favoráveis às medidas extremas adotadas por agentes de repressão que se empenhavam perseguição e extermínio dos *Kaingang*¹⁴. Aspectos sutis, tais como subjugar pela imposição cultural, extinguir seus recursos naturais, empregá-los em benefício da província (nos ervais, forças armadas, agricultura), desalojá-los das matas para a instrução moral e

¹⁴ Entenda-se aqui a atitude dos subdelegados distritais, que organizavam as tropas de pedestres ou os bugreiros para perseguir os índios quando recebiam denúncias dos ataques às residências dos fazendeiros ou colonos.



religiosa nos aldeamentos, estão entre as alternativas, vistas por alguns governantes, como a melhor forma de atingir o sucesso e “(...) *converter em amigos, e membros úteis da sociedade os mais formidáveis inimigos de nossas populações centras*” (RELATÓRIO 01-10-1852: 15).

A fala acima mencionada, proferida por um Juiz de Direito¹⁵ que exerce a vice-presidência da província, apesar de considerar como inimigas as populações indígenas que ameaçam a segurança da população das colônias, pretende demonstrar que há possibilidades de integrar os mesmos à sociedade nacional, sem a necessidade de utilizar as tradicionais agressões e perseguições, que tornam improficuas as tentativas de transformar em cidadãos os “selvagens”. Pelo menos, parece ser esta a compreensão de Oliveira Bello, quando o mesmo afirma que:

O systema da força, e o da persuasão empregados separadamente para tirar das mattas os nossos indígenas, tem sido ambos improficuos. Até aqui nos temos limitado – 1º - a attrahir os Indios por meio de algumas roupas, e ferramentas distribuídas nas Aldeas de Nonohay, e Guarita, e a conserval-os ali pelos esforços dos Padres Jesuítas: de catechisação propriamente dita pouco se tem feito, sem dúvida porque aquelles Padres ignorão a língua, em que devirião dirigir aos Indios as palavras de conversão: - 2º - a bater os Indios, perseguil-os, e matal-os, quando elles tem feito alguma aggressão; e a collocar guardas por algum tempo nos lugares por onde elles tem aggreddido. Pela simples enunciação se vê que estes dous systemas são incompletos; e a experiênciã os tem condemnado. Os Indios recebem as roupas, e ferramentas e voltão as mattas; batidos, e perseguidos depois da aggressão, reapparecem mais hostis em outros lugares, não sendo possível collocar guardas em todos aquelles, por onde elles fazem os seus assaltos (RELATÓRIO 01-10-1852: 15).

¹⁵ Luiz Alves Leite de Oliveira Bello é nomeado juiz de direito da 1ª vara criminal de Porto Alegre em 1846, onde se aposentou em 1858, como desembargador. Foi presidente da província do Rio Grande do Sul em duas ocasiões, de 15 de outubro de 1851 a 2 de dezembro de 1852 e de 1 de julho a 17 de setembro de 1855. Ver: FRANCO, op. cit. 2006.



Não nos enganemos, porém, com o aparente espírito altruísta de Oliveira Bello, pois no mesmo relatório, o mesmo sugere medidas que pouco diferem das que até então estavam sendo executadas pelas autoridades policiais da província. Em uma explanação contraditória ao discurso acima apresentado, Oliveira Bello dá a “receita” para solucionar o problema com os índios:

Se algumas partidas de homens armados percorrerem por alguns mezes as mattas, abrindo trilhos e desalojando os Indios, sem todavia fazer-lhes, senão o mal necessário para a defeza, e conduzirem para as Aldêas os que puderem apprehender, ou reduzir; e, por outro lado, se nas Aldêas forem os Indios muito bem tratados, e se lhes distribuirem roupas, ferramentas e alimentos, dando-se-lhes além disto a conveniente educação por meio de Padres, que á isso se dediquem com boa vontade e esmero; é provável, Srs. Que afugentados das visinhanças dos nossos povoados, urgidos pela falta da caça, da pesca e da fructa, de que ahi se alimentavão, e, ainda mais, receiosos de encontrar nossas partidas; e por outro lado attrahidos pelos bens de que gozão seos irmãos nas Aldêas, e de que elles também poderão gozar; nestas circunstancias digo, é provável que os Indios se decidão ou a deixarem a vida errante, e a virem habitar nossas Aldêas ou a internarem-se nas mattas para allém do Uruguay, e Paraná, deixando-nos livres das suas incursões. (Ibid. p. 16).

Os métodos sugeridos por Oliveira Bello, apesar de não atribuir violência física diretamente, previa a eliminação lenta e gradual da influência dos *Kaingang* que ainda permaneciam hostis à ideia de aldear-se. Far-se-ia todo o possível para que o mesmo fosse efetuado. Caso isso não ocorresse, a eliminação dar-se-ia pela expulsão do território, o que apenas remediava a situação.

Esta relação pode ser observada a partir da ótica da violência simbólica, uma vez que, entre seus principais objetivos, está o de minar as forças dos indígenas, impondo vigilância e controle dos



atos para que não se cometam delitos. De acordo com Pierre Bourdieu, a violência simbólica é uma forma de dominação sutil, na qual através de artifícios discursivos e sociais, impomos nosso modo de ver e agir. Essa relação opera de forma a eliminar as resistências ao fazer o outro aceitar naturalmente a imposição (BOURDIEU, 2005: 32).

Considerações finais

De maneira geral, devemos entender os discursos, enquanto um reflexo de uma sociedade e de um tempo histórico determinado. No caso aqui estudado, evidencia-se um discurso social colonialista, onde o diálogo é articulado a partir da voz do grupo social que, quando não ordena, se vincula à ideologia do período. Enquanto porta-vozes de um discurso social, os locutores produzem no interior dessa formação ideológica uma visão de mundo que opõe um “nós”, (os brancos) a um “eles”, (os índios). Os valores dos brancos carregados de positividade e o dos indígenas carregados de negatividade (BRANDÃO, 2000: 106).

É possível inferir que, essencialmente, foi este tipo de imaginário generalizante que tramitou em grande parte das correspondências e relatórios sobre os *Kaingang*. Noções como a de índios ferozes, incivilizáveis e inúteis, contrastam com a dos imigrantes, entendidos enquanto pacíficos e trabalhadores. Neste sentido, um dos pontos fundamentais da análise de discurso, diz respeito à noção de ideologia. A ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para constituição dos sujeitos e dos sentidos (ORLANDI, op. cit. 1999: 124).

De acordo com nossas análises, podemos concluir que a política de ocupação do território agiu sempre em favor da manutenção e perpetuação dos interesses econômico-fundiários das elites imperiais, seja em âmbito nacional quanto regional. As classes hegemônicas eram favorecidas pela política oficial vigente, a qual preconizava que a presença indígena não se constituía em ocupação efetiva dos territórios. Dessa forma, a política de colonização se sobrepôs aos interesses dos povos indígenas e dos demais grupos subalternos.



Por outro lado, considerando em conjunto os discursos das autoridades provinciais, percebemos que a integração das populações indígenas à sociedade nacional, sempre esteve aquém de suas expectativas e, muitas vezes, completamente fora do controle. Ao mesmo tempo em que não conseguiam emplacar medidas para atrair os indígenas resistentes para os aldeamentos, não conseguiam controlar a situação dentro dos mesmos. Sob vários aspectos, os documentos apontam as contínuas maneiras com que os *Kaingang* desafiavam o poder governamental.

Referências bibliográficas e documentais:

Fontes documentais

OFÍCIO 19-05-1848. Ofício do Sub-delegado de Polícia de Passo Fundo Joaquim Fagundes dos Reis para o Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves. Passo Fundo, 1848. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 21/12/1849. Ofício do Diretor Geral J.J. Andrade Neves ao presidente da província Francisco Soares D'Andrea. Rio Pardo, 1849. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 16-03-1850. Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao presidente da província José Antonio Pimenta Bueno. Rio Pardo, 1850.

OFÍCIO 28/09/1850. Ofício do Diretor do aldeamento da Guarita J. J. Oliveira ao Diretor Geral dos índios J. J. A. Neves. Guarita, 1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 07/12/1850. Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao presidente da província Pedro Ferreira d'Oliveira. Porto Alegre, 1850. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 26-02-1851 – Ofício do Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves ao Presidente da Província Pedro Ferreira de Oliveira. Rio Pardo, 1851. AHRS. Maço 3.



OFÍCIO 11/03/1851. **Ofício do Diretor do aldeamento da Guarita J. J. Oliveira ao Diretor Geral dos índios J. J. A. Neves.** Guarita, 1851. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 19-03-1853. **Ofício do presidente da província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu à Filipe José de Sousa.** Porto Alegre, 1853. AHRS. Maço 3.

OFÍCIO 31-12-1854. **Ofício do Diretor de Nonoai ao Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves.** Passo Fundo, 1854. AHRS. Maço 3.

RELATÓRIO 30-06-1851. **Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Pedro Ferreira de Oliveira, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1851.

RELATÓRIO 02-10-1851. **Relatório do vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Patricio Corrêa da Camara, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1851.

RELATÓRIO 29-12-1851 – **Relatório do Diretor Geral dos Índios da Província ao Ministro do Império.** Rio Pardo, 1851. AHRS. Arquivo Índios. Maço 2.

RELATÓRIO 01-10-1852. **Relatório do Vice-Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1852.

RELATÓRIO 2-10-1854. **Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial.** Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854.

Fontes bibliográficas:

BARROS, J. D. História Política, Discurso e Imaginário: Aspectos de uma interface. *SAECULUM – Revista de História* [12] João Pessoa, Jan./Jun. 2005. Disponível em: www.cchla.ufpb.br/saeculum12.a. Acesso em 12/03/2009.



- BECKER, Ítala Irene B. **O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul.** *Pesquisas.* São Leopoldo: Anchieta, 1976.
- BRANDÃO, Helena H. N. Catequese no discurso jesuítico. In: BARROS, Diana L. P. *Os Discursos do Descobrimento: 500 e mais anos de discursos.* São Paulo: Edusp; FAPESP, 2000.
- COLLEVATTI, Jayne. Do trabalho missionário para se salvar uma nação: um estudo dos sucessos missionários. *Revista eletrônica Religião e Sociedade.* vol. 29, n.1, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872009000100010&script=sci_arttext Acesso em: 24/09/2009.
- CUNHA, Manuela C. da. Política Indigenista no Século XIX. In: *História dos Índios no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DAMATTA, Roberto. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1987.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia Histórico de Porto Alegre.** 4a edição, Porto Alegre: Editora da Universidade [UFRGS](http://www.ufrgs.br), 2006.
- NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul: Século XIX.** Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.
- ORLANDI, Eni. **Terra a vista - Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo.** São Paulo: Cortez/Campinas: Edunicamp, 1990.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 1999.
- SCOTT, James. **Los dominados y el Arte de la Resistencia: Discursos Ocultos.** Mexico: Edições Era, 2000.
- WITTMANN, Luisa Tombini. **Atos do Contato: histórias do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926).** Dissertação (Mestrado em História). Campinas: PPGAS/Unicamp. 2005.



O CONCEITO DE CIVILIZAÇÃO EM JUAN BAUTISTA ALBERDI

Cláudio Daflon

Mestrando do Departamento de História da PUC-Rio

RESUMO

O artigo tenta estudar os sentidos nos quais Juan Bautista Alberdi usa e modifica o conceito de “civilização”, especificamente através do estudo da obra *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, de 1852. Dessa forma, acredito que será possível explorar as relações do termo e seus vários significados com o tipo de projeto de nação que o autor propunha no momento em que estava escrevendo suas *Bases*.

Palavras-chave: História dos conceitos, nacionalismo, História da Argentina

ABSTRACT

This article tries to study the meanings toward Juan Bautista Alberdi used and modified the concept of “civilization”, especially by his work *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, from 1852. Thus, I believe that I could explore the relations of the concept and its various meanings, with the type of national Project proposed by the author in the very moment he was writing his *Bases*.

No dia 3 de fevereiro de 1852, Juan Manuel Rosas foi derrotado pelas tropas do general Urquiza. Esse acontecimento acabou se tornando conhecido como a batalha de *Monte Caseros*. Foi justamente neste contexto que Juan Bautista Alberdi, nascido em Tucumán no ano da Revolução de Maio, escreveu *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*¹⁶,

¹⁶ Na tradução brasileira, a obra foi traduzida sob o nome *Fundamentos da organização política da*



uma obra que em seu próprio título sugere o ideal que o seu autor defendia, ou seja, a (re)fundação da ordem política. Essa obra viria a ser a principal fonte de inspiração para a Constituição argentina de 1853, que se caracterizava muito pela tentativa de se estabelecer um equilíbrio razoável entre Buenos Aires e as demais províncias.

Neste trabalho, tentarei mirar os sentidos nos quais o autor usa e modifica o conceito de “civilização”, especificamente através do estudo desta obra central. Dessa forma, acredito que será possível explorar as relações do termo e seus vários significados com o tipo de projeto de nação que o autor propunha no momento em que estava escrevendo suas *Bases*, de forma a defini-lo melhor.

Antes, é preciso atentar o leitor sobre as especificidades do contexto que atravessavam as províncias que viriam a formar a República Argentina. Juan Manoel Rosas governava a província de Buenos Aires desde 1829, se sustentando por meio de inúmeros pactos com caudilhos das outras províncias. Apesar de ter como lema a defesa de uma Federação, seu governo se organizava de maneira bastante centralizadora e autoritária, características que se intensificaram de maneira decisiva a partir de 1830. Até então, a Argentina ainda se constituía numa frágil federação de províncias dominadas por ele; mas foi após a morte de seu principal e mais poderoso opositor, Facundo Quiroga, em 1835, que Rosas estendeu seu poder por todo o país.

Em Buenos Aires era sustentado politicamente pelos estancieros, pois buscou sempre atender às demandas desse grupo, como a legalização da propriedade da terra e o enquadramento da mão-de-obra numa rígida disciplina. Buscou expandir a fronteira em direção ao sul por meio de uma série de campanhas militares contra os índios. Mesmo procurando satisfazer os interesses dos estancieros – e sendo ele próprio um deles – mostrou-se habilidoso politicamente ao desenvolver com êxito uma política de cooptação dos grupos populares, que lhe responderam positivamente, sobretudo na cidade de Buenos Aires.

Cabe aqui enfatizar também que as lutas civis intermináveis atravessadas pela Argentina estavam polarizadas entre dois grupos políticos, os federalistas e os unitários. Dentre os primeiros podemos colocar Rosas e Quiroga, que muitas vezes divergiam em suas posições, por exemplo, sobre como organizar o Estado Nacional, pois enquanto Rosas acreditava que cada província deveria primeiramente se organizar, para só então depois a Federação ser consolidada, Quiroga entendia que a criação de um Estado era fundamental, pois seria isso que traria estabilidade à Federação. Já os

Argentina.



unitários, posição de homens da geração posterior à independência como Rivadavia – que tiveram uma experiência constitucional fracassada, como veremos adiante – dentre os quais se alinhavam também a maior parte dos jovens intelectuais da geração de 1837, mantinham-se como símbolo de resistência ao federalismo.

Durante o período em que governou Buenos Aires, Rosas se utilizou de plenos poderes e perseguiu seus inimigos políticos de maneira impiedosa. Exigia uma lealdade pública a ele, através do uso cotidiano de diversos emblemas de cor vermelha; e aos seus inimigos, determinava a mazorca¹⁷, a degola, a prisão, o exílio. Seus adversários o representavam como um absolutista e símbolo maior da barbárie, por verem nele uma perfeita antítese do liberalismo e da idéia da formação de um Estado guiado por uma constituição e baseado nas luzes da razão.

A repressão aos seus adversários obrigou que eles, a fim de escaparem da prisão ou mesmo da morte, buscassem exílio em países como o Uruguai, ou Chile. Mesmo como exilados, eles mantiveram através de seus escritos uma oposição viva e firme ao governador, e tiveram inclusive que se defender das acusações de serem inimigos da pátria, devido ao apoio político que deram ao bloqueio francês em 1838. Este grupo de intelectuais e políticos ficou conhecido como a *Geração de 37*, entre os quais se destacaram Juan Bautista Alberdi, Juan Maria Gutiérrez, Esteban Echeverría e mais tardiamente Domingo Faustino Sarmiento.

O momento decisivo gerado a partir da queda de Rosas – que esteve no poder desde 1829, com um interregno entre 1832 e 1835 – teve como protagonistas esses intelectuais latino-americanos, que além de autores, buscaram ser atores efetivos na transformação de seus contextos políticos. E isto não só operando e modificando os seus contextos lingüísticos através dos atos de fala – conforme propôs John Pocock em *Linguagens do ideário político* – mas também ocupando cargos políticos – tomando o exemplo de Sarmiento que chegou à presidência – ou do próprio Alberdi que teve cargos de diplomata, além de ter sido eleito deputado por sua província.

Tal como outros intelectuais argentinos ligados à Geração de 1837, Alberdi poderia naquele novo momento, sair da condição de exilado político e retornar ao país para dar conta de organizar o Estado da forma que idealizavam em suas obras e nos jornais que escreviam. Vejamos com mais cuidado algumas características importantes da geração que o tucumênio integrava, antes de seguir com o estudo de sua obra com o estudo mais específico de sua obra e de nossa questão.

¹⁷ Braço armado da *Sociedad Popular Restauradora*, que apoiava o governo de Rosas.



A geração de 1837

Para explicar em que consistiu e entendermos a enorme relevância política e intelectual desse grupo, é preciso que lembremos a Argentina da segunda metade do século XIX, como um país que atravessava uma etapa de grande progresso – apesar de que, como ocorreu em outros países da região, não esteve isenta de altos e baixos. Há, no entanto, uma excepcionalidade que coloca a Argentina à parte das outras nações da América hispânica: “*el progreso argentino es la encarnación en cuerpo de la nación, de lo que comenzó por ser un proyecto formulado en los escritos de algunos argentinos cuya única arma política era su superior clarividencia*” (DONGHI, 1992: 8). É para sustentar isto que Donghi relembra os debates entre Sarmiento e Alberdi, nos quais ambos disputam a paternidade da etapa histórica que se inicia em 1852. Em debates deste tipo, estava expressa uma construção intelectual sob a forma de projeto, do que somente depois viria a se constituir como a nação argentina. A partir da queda de Rosas em 1852, essa geração foi obrigada a aprender que deveria construir não só uma nação, mas também tratar de preparar – previamente ou paralelamente – um aparato institucional que desse conta de efetivamente construir um Estado, que foi exatamente a tentativa de Alberdi com as suas *Bases*.

Tulio Halperin Donghi, eminente historiador argentino, nos lembra que em 1837 fazia dois anos que Rosas havia chegado ao poder pela segunda vez, agora como chefe de sua província de Buenos Aires e da facção federal de um país desunido. Naquele momento, o sentimento geral era o de que sua vitória era algo irreversível e que ele permaneceria por muito tempo no comando da nação. Foi então que um grupo de jovens provenientes das elites letradas de Buenos Aires e do interior se proclama destinado a se impor sobre a classe política que vinha guiando o país desde a revolução da Independência até a tentativa frustrada de organização unitária entre 1824 e 1827.

Esta auto-proclamada *Nova Geração*, que tomou o lugar na luta política de um grupo unitário desgastado pelo tempo e pela derrota, buscou se auto-definir como diferente de seus predecessores. No entanto, não devemos deixar de mencionar as permanências; como a visão que compartilha com os unitários, de considerar a hegemonia da classe letrada como algo natural, ou seja, um elemento básico da ordem que aspira. Tanto isso é verdade, que o principal ranço opositor contra a elite revolucionária tem a ver com a premissa de que esta teria destruído, através de uma série de decisões insensatas, as bases que mantinha essa hegemonia dos letrados. Devido à perda



dessa hegemonia, teriam perdido o controle e permitido aos opulentos e menos esclarecidos chefes do federalismo, o controle dos rumos da nação argentina.

A hegemonia dos letrados é justificada por eles devido à posse de todo um aparato de idéias e soluções que permitiriam oferecer orientação para os rumos de uma sociedade encarada como essencialmente passiva. Exatamente a passividade daquela sociedade, determinaria que os capazes de pensá-la teriam o direito de governá-la.

A *Nova Geração* acreditava estar isenta dos erros de seus predecessores, sobretudo devido às suas diferenças em inspirações ideológicas. Na análise deles, os unitários teriam mantido um cabedal teórico influenciado por idéias iluministas ultrapassadas. Daí a importância que conferiam à influência do Romantismo, um novo elemento que faria da *Nova Geração* mais preparada para assumir a função diretiva.

A maior parte dos membros desta geração – muitos deles da Universidade de Buenos Aires – era proveniente de famílias da elite portenha ou provinciana que apoiaram a facção federal, ou entraram em suficiente conciliação com ela. Aqueles jovens acreditavam que os federalistas sofriam de certa “indigência ideológica”, e que sendo assim, necessitavam de guias políticos. Para exercer tal papel de liderança numa facção política ideologicamente carente, esse novo grupo surgiu como um *cercle de pensée*, decidido a se dedicar em longo prazo a um exercício de proselitismo lento, direcionado àqueles que ocupavam posições de influência na constelação política federal. No entanto, o agravamento das crises políticas a partir de 1838 – com o entrelaçamento da crise uruguaia e argentina, além do início da intervenção francesa – deflagrou uma ação mais militante, de um grupo que não se percebia como capaz de influir de modo direto nos acontecimentos políticos da época. Era o momento de não mais só pensar, escrever, e formar líderes; mas também de atuar efetivamente no jogo político.

Juan Bautista Alberdi, Vicente Fidel López, Marco Avellaneda e todos os prosélitos que a *Nova Geração* conseguiu conquistar e lançar à ação não foram os únicos a se voltar contra Rosas. Desde a França de Luis Felipe e a nascente facção uruguaia, os herdeiros de Facundo Quiroga, o general Lavalle, setores importantes do corpo de oficiais de Buenos Aires, enfim, havia todo um movimento de setores muito diversos contra Rosas. Assim, a ação desta ofensiva da qual a *Nova Geração* também fazia parte acabou sendo marcada por uma inevitável confusão ideológica, não somente em relação aos outros vários setores, como também entre os próprios intelectuais que compunham a geração.



Em meio a toda esta crise política e ideológica argentina, a *Nova Geração* acabou propondo algumas possíveis soluções para a fragmentação ideológica que era absoluta entre os opositores do federalismo. Resumidamente, os esforços em direção a uma coesão grupal tiveram início a partir da criação do “*Salón Literário*”, espécie de instituição – que inspirada em práticas de sociabilidade literária existentes na Europa – estimulava a prática da leitura coletiva no lugar da individual. A proposta era que as idéias contidas em livros chegados do exterior fossem objetos de intensa discussão entre os membros. Apesar de ter existido somente por alguns meses do ano de 1837 – afinal a sua diversidade de membros por si só impediria que durasse muito mais – o “*Salón*” serviu como marco do primeiro momento em que a *Nova Geração* apareceu de maneira coesa.

No estudo que faz sobre a influência desta geração na cultura e na política argentinas, o historiador argentino Jorge Myers prefere enfatizar a sua relação com o Romantismo europeu. Por isso sua opção pelo termo “geração romântica”, que julga ser o mais coerente para descrever o conjunto daquela corrente intelectual, pioneira em relação ao início do Romantismo na América Latina. Sob a liderança de Echeverría, Alberdi e Juan Maria Gutiérrez, o “*Salón*” teria servido para cristalizar a identidade desse “movimento romântico”, além de ter tornado mais clara a separação entre a velha e a *Nova Geração*. Isso acabou ocorrendo devido ao clima ideológico predominante no encontro – o romantismo – o que resultou em uma natural maior separação entre gerações. O distanciamento em relação aos mais velhos – sobretudo os representantes mais antigos da tradição unitária pós-independência – e o sentimento de soberba que estes últimos detectavam naqueles novos intelectuais, concretizaram a ruptura, e contribuíram para a cristalização do que conhecemos hoje por *Nova Geração*.

O passo seguinte nessa redefinição do movimento foi a criação da “*Asociación de la Joven Argentina*”, uma sociedade político-literária “cujo propósito era unificar a “juventude argentina” em um movimento dedicado a regeneração social, cultural e política da Argentina. Entre os seus frutos se encontra o *Dogma Socialista*, redigido em 1839 por Echeverría, com a colaboração de Alberdi, que se converteu “*en un lazo eficaz de unión entre los miembros de la corriente romántica, que se verían obligados – uno tras otro – a emprender el duro camino del exilio*” (MYRES, 1999: 401). Foi fundamentalmente através deste texto e de outros projetos da “*Asociación*” como os periódicos editados por seus membros, que a “geração romântica” portenha pôde expandir o seu raio de influência.



Ao mesmo tempo em que são fruto da geração da independência, mantendo muitas das idéias que aqueles homens defendiam – a exemplo da simpatia pelo princípio da necessidade da unidade entre as províncias – os homens da geração romântica de 1837 defenderam idéias que representaram um rompimento com a tradição unitária. Estudar o pensamento de Alberdi significa percorrer esta mudança no modo de pensar, que em 1880 viria a se consolidar, junto com o poder da burguesia governante, e a definir os parâmetros da cultura e da sociedade argentina nos moldes de uma nação liberal moderna. Passemos então a abordar *Bases y puntos de partida*, procurando tangenciar o conceito de civilização como usado por Alberdi de forma a investigar as suas camadas de significados, e o que ele pode dizer sobre o contexto em que a nação liberal era pretendida – se o percebemos como índice – ou que tipo de intervenção o mesmo conceito pode ter realizado no mesmo contexto – como fator.

A Constituição como vetor civilizador

O início da obra nos revela logo uma característica que irá dar o tom de todo o resto: a crença inabalável nos poderes da Constituição. A vitória em *Montes Caseros* é encarada como um evento tão importante quanto a Revolução de Maio de 1810 que levou à independência, e a ela, deveria se seguir a criação de um governo geral argentino e uma Constituição que servisse de regra de conduta a esse governo. Para Alberdi, “*a República Argentina, simples associação tácita e implícita para hoje, tem de começar a criar um governo nacional e uma Constituição geral que lhe sirva de regra*” (ALBERDI, 1994: 23).

Ao anunciar que vai tratar de “tendências”, “propósitos” e “metas”, Alberdi de certa forma já prenuncia sob que moldes se construirá a sua concepção de Constituição ideal para a Argentina. Isto porque perceberemos daqui em diante que algumas características nas suas idéias podem ser entendidas muitas vezes como paradoxais, pela simultaneidade de argumentos que hora vão à direção de um Estado precedente à organização da sociedade – num tom *hobbesiano* –, hora retomam noções como a dos costumes que geram leis – como em Tocqueville – ou dos seus mestres românticos europeus do século XIX que acreditavam na precedência do “espírito nacional” em relação ao Estado.

O seu estudo do que deveria ser uma Constituição ideal vai passar por uma caracterização do direito constitucional sul-americano em dois períodos: um primeiro momento que tem início em 1810 e vai até o fim da Guerra de Independência contra a Espanha, e outro que vai dessa época até o



momento em que ele escrevia. As Constituições daquele primeiro período teriam em comum o fato de se manifestarem todas elas como expressões do que seria a necessidade dominante do momento em que foram escritas: a extinção do que restaria do poder político exercido pela Europa no continente desde a conquista, e durante o período colonial. Alberdi não critica essa preocupação central dos legisladores daquele tempo; pelo contrário, os elogia por terem compreendido e bem servido sua época. Apesar de criticar a falta de importância dada aos elementos que pudessem favorecer o progresso material no texto constitucional, e o caráter de “imitação” daquelas primeiras constituições sul-americanas – muito influenciadas pela constituição francesa e pela americana – ele mantém certo distanciamento e reconhecimento de que aqueles homens estavam legislando balizados pelas exigências e possibilidades de seu tempo.

Após um breve quadro no qual lança exemplos tentando provar a impossibilidade de se escrever uma Constituição baseada na imitação do que foi feito em países tão distintos como Estados Unidos e França, Alberdi se preocupa em fazer o mesmo com as constituições experimentadas nos países sul-americanos, a começar pela própria Argentina. Assim como a perseguição à liberdade de comércio da República Francesa, e as proibições e regulamentações excessivas dos Estados Unidos em relação ao comércio exterior, as características das constituições elaboradas nos países sul-americanos – mesmo que bem-sucedidas – não poderiam ser tratadas como exemplos a serem simplesmente transplantados, o que é coerente com a sua própria formação intelectual romântica preocupada com as particularidades.

Ao tratar da Constituição promulgada em 1826 na Argentina, Alberdi condena os seus legisladores pelo anacronismo. Isto pode ser afirmado – mesmo que ele não use esta expressão – porque ao julgá-la como uma repetição da anterior, elaborada em 1819, “*quando os espanhóis ainda possuíam metade desta América do Sul*” e “*nenhuma nação da Europa havia reconhecido ainda a independência destas repúblicas*” (ALBERDI, 1994: 29), e era, portanto, razoável ou até mesmo necessária uma preocupação mais centrada no terreno da política, com fins na independência e na liberdade. A Constituição de 1826 foi escrita, portanto, como se seus legisladores estivessem vivendo as exigências e barreiras de 1819, sendo assim, já nascia anacrônica por restringir os direitos dos estrangeiros, além de não trazer garantias de progresso material, como a liberdade de comércio e trabalho ou a manutenção da propriedade.

Segundo Alberdi, a Constituição de 1826 deixou de atender as reais necessidades de seu tempo, primeiro em razão do seu caráter de imitação – sendo que a falta de originalidade era



reconhecida pelos próprios legisladores – e também pelo contexto da época – que era o de uma guerra com o Império do Brasil, um ambiente propício a uma preocupação maior com segurança do que com colaboração em relação ao exterior.

Ao abordar constituições de outros países, o que Alberdi esboça é uma espécie de método comparativo, que analisa as realizações logradas na Europa e nos Estados Unidos e o fracasso geral das tentativas constitucionais sul-americanas, para tentar daí indicar o caminho que a Argentina deveria trilhar. É nesse sentido que a Constituição do Chile, apesar de ser considerada “*superior em redação a todas as da América do Sul*” e acertada quanto ao desenho do que deveria ser o poder executivo, é ao mesmo tempo “*incompetente e atrasada quanto aos meios econômicos de progresso e às grandes necessidades materiais da América espanhola*” (ALBERDI, 1994: 35).

Com o exemplo chileno, relacionam-se ainda a Constituição do Peru, a dos Estados que formaram a República da Colômbia e a do México, todas encaradas por Alberdi como reflexos do tempo em que a política – sobretudo pela ameaça à manutenção da independência e extinção dos resquícios de poder espanhol – ainda era a preocupação central dos legisladores. Tais constituições não estimulavam e, mais que isso, representavam obstáculos ao progresso material, já que não buscavam ampliar as cidadanias, instituíam o monopólio da religião católica e restringiam a naturalização e os direitos dos estrangeiros.

Apesar da semelhança entre essas constituições, aparece uma gradação entre o que seria o conteúdo civilizador delas, que Alberdi logo manifesta ao afirmar que “*a Constituição do Chile é infinitamente superior à do Peru no que diz respeito ao povoamento, à indústria e à cultura européia*”. Reflexo da Constituição de 1823 – influenciada por Bolívar quando a metade do país estava ocupada por soldados espanhóis – a Constituição peruana continha exigências aos estrangeiros que os “legisladores civilizados” já ofereciam sem nenhuma contrapartida. A naturalização, por exemplo, exigia uma série de responsabilidades e encargos do cidadão, o que para Alberdi levava diretamente ao despovoamento, com a expulsão dos mais capazes de fomentar o progresso, o que por si só explicaria o “atraso infinito” daquele país.

Ao criticar especificamente a Constituição dos Estados que formaram a República da Colômbia, Alberdi afirma que conservaram o tipo constitucional recebido de Bolívar na Constituição de agosto de 1821 – fundamentada na luta contra os espanhóis que ameaçavam a Colômbia desde o solo do Peru. Mas a sua crítica se estende a própria postura política do herói militar, pois a convocatória do Congresso de o Panamá – que tinha por objetivo a formação de uma liga perpétua



contra a Espanha ou qualquer outro invasor que tentasse dominar a América – consistia num erro que remava contra a imigração europeia e o estreitamento de relações com o continente europeu, e conseqüentemente um impedimento para o progresso e para a civilização. Então, a influência das idéias de cunho anti-europeu de Bolívar nas constituições sul-americanas representavam para Alberdi um entrave a civilização – no caso da Colômbia um entrave ainda mais acentuado pela influência ainda mais direta dessas idéias.

Pelo menos em relação ao estrangeiro, a Constituição do Uruguai traz uma abertura maior. No entanto, Alberdi ressalta que “*o bom espírito, o espírito do progresso*” tem mais a ver – no caso uruguaio – com “*o modo de ser de suas coisas e de sua população, na disposição geográfica de seu solo, de seus portos, de suas costas e de seus rios*”; tendo a Constituição “*menos ação do que parece em seu progresso extraordinário*” (1994: 47). Como muitos autores do século XIX, Alberdi deixa transparecer aqui características do romantismo e do historicismo, ao perceber a natureza e o espírito do povo como elementos importantes, capazes de expressar um grau maior ou menor de civilização.

Mesmo com as aberturas concedidas, a Constituição do Uruguai ainda manteria um forte vínculo com as primeiras constituições americanas, ainda mais por ter tomado a Constituição argentina de 1826 como modelo, reproduzindo “*as mesmas distinções mesquinhas, declarando quais pessoas são orientais e quais não são, quais são as da casa e quais são de fora*” (1994 :48). Como as outras constituições sul-americanas, a uruguaia põe obstáculos ao progresso material, desamparando o futuro, o que para um Alberdi consistia num erro capital, visto a relação que os homens de sua geração mantinham com a possibilidade de agir como legisladores na tarefa de fundar o Estado e a Nação (RICUPERO, 2004: 248). Nesse sentido, pensemos na sua afirmação: “*a Constituição americana que desampara o porvir, desampara tudo, porque, para essas repúblicas de um dia, o porvir é tudo, o presente, pouca coisa*”. Acredito que é possível perceber nessa afirmação a idéia de encurtamento do horizonte do presente com vistas à construção de um futuro planejado – como apresenta Reinhart Koselleck em *Futuro Passado* – manifesta na concepção que Alberdi tem da tarefa a que se propõe – construir um Estado precedente a Nação que é inexistente no caso argentino – e no instrumento através do qual ele julga ser possível atingir o seu fim – que é justamente a Constituição.

A análise de uma última Constituição sul-americana – a do Paraguai – também reflete a crença no poder das constituições, além do menosprezo pelo presente. Aqui, Alberdi caracteriza o estado de coisas do país como inferior à época na qual não havia Constituição alguma, já que ao



menos o que existia antes seria uma “tirania acidental” de Francia – afinal, um homem mortal – e não a Constituição, encarada como “*um fato definitivo e permanente*”. A importância quase exclusiva do futuro aparece na sua afirmação de que “*nada seria a tirania presente se, ao menos, desse garantias de liberdade e progresso para os tempos vindouros*” (ALBERDI, 1994: 50).

Ao fim da análise comparativa das constituições sul-americanas, parece muito clara para Alberdi a necessidade de uma revisão aguda destas, no sentido de mudar os inúmeros pontos que vão contra os interesses de progresso material. Essas constituições, como vimos, seriam expressão das necessidades de outros tempos e não estariam mais em harmonia com as exigências daquele presente. “*A nova situação da América do Sul*” era o que deveria pautar os novos trabalhos constitucionais. Não se tratava mais de extinguir o poder político europeu para fora do solo americano, e sim de buscar atrair a Europa novamente para completar as lacunas do processo da civilização. Essas novas constituições deveriam “*estar propensas a organizar e a constituir os grandes meios práticos de tirar a América emancipada do estado obscuro e subalterno no qual se encontra*” (ALBERDI, 1994: 54). E o seu voluntarismo aparece aqui novamente, ao admitir o seu desejo de que fosse a Argentina responsável por inaugurar tais mudanças fundamentais – sobre as bases fundamentadas pelo seu projeto constitucional.

Mais do que aspirar constituições que expressassem as necessidades de todos os tempos, as repúblicas sul-americanas – que segundo Alberdi são nomes pomposos com o qual foram batizados aqueles desertos – precisavam de constituições de transição e criação. Veremos daqui em diante quais seriam, enfim, as tais bases que tornariam possível – especificamente no caso argentino – vencer o deserto, e fundar um Estado que por sua vez tornaria possível a difusão da civilização por todo o território, construindo uma Nação argentina civilizada.

O tipo de governo que civiliza

Em contraposição ao fracasso das constituições sul-americanas, Alberdi realiza a análise de uma última Constituição – a da Califórnia, de 1849 – abordando os pontos que se relacionam com o progresso da população, da indústria e da cultura. Ele procura assim mostrar que o que irá propor adiante não são criações absolutamente novas, mas sim “*bases simples e racionais da organização de qualquer país nascente*”, que busca “*os meios de desenvolver sua população, sua indústria e sua civilização através de aquisições rápidas de massas de homens vindos de fora e de instituições próprias para atraí-las e fixá-las vantajosamente em um território solitário e sombrio*” (ALBERDI,



1994: 59). A Constituição mexicana, que ele havia acusado anteriormente de ter sido responsável pela perda do território não só da Califórnia, como também do Texas, teria falhado justamente onde estava o maior mérito dos legisladores californianos (cujo impulso civilizador aparece como uma justificativa aparentemente suficiente para a tomada daquele território “incivilizado” pelos Estados Unidos): no estímulo à imigração, talvez o ponto-chave de todo o projeto civilizador de Alberdi.

A sua crença na imigração, como o grande instrumento que conduziria quase que diretamente à civilização, se mostra inabalável. Isto porque seria através dela, principalmente, que as repúblicas sul-americanas seriam capazes de alcançar “os grandes meios de ordem econômica”, segundo ele o único caminho capaz de tirá-las da posição falsa em que se encontravam. Tal posição é a de “repúblicas virtuais”, ou seja, para Alberdi não havia “repúblicas de fato” na América do Sul. Nas condições em que lá se encontravam os povos o governo republicano era um ideal impraticável.

No entanto, é muito claro que o caminho defendido por Alberdi nem sequer esbarra na possibilidade de se admitir um retorno à monarquia, que seria “paupérrima e ridícula”; assim, mesmo o exemplo do Brasil – visto com bons olhos, sobretudo após a colaboração do Império na derrocada final de Rosas – é relativizado, pois apesar de tratado como um governo que protege a civilização, não deveria ser imitado, afinal tal país não havia conhecido outra forma de governo que não a monarquia, enquanto a Argentina naquele momento compreenderia menos a monarquia do que a república. Mesmo o exemplo da monarquia constitucional inglesa – com toda a admiração que tinha por aquele povo – é rejeitado como forma por Alberdi, por não haver origem tradicional e por representar algo completamente avesso às conquistas da independência.

A única solução sensata para tal imbróglio relativo à forma de governo parece ser para Alberdi centrar os esforços não em inventar uma forma pré-concebida que dê conta da incivilidade do povo; mas sim “*em melhorar o governo pela melhoria dos governados; em melhorar a sociedade para obter a melhoria do poder, que é sua expressão e resultado direto*” (ALBERDI, 1994: 62). Nesse sentido, importava menos a forma de governo que os meios capazes de desenvolver a sociedade. Em confluência com as novas idéias européias – de Kant ao historicismo alemão – Alberdi percebe o Estado como uma expressão orgânica do espírito do povo, e tenta resolver o problema do governo possível na América do Sul pensando a sua organização e transformação, de uma república apenas virtual, para outra possível e civilizada, como um processo.

A preocupação de Alberdi seria pensar num governo de preparação e transição, que em meio a tal processo e mantendo a forma republicana – segundo ele múltipla em graus e adaptável a



diferentes exigências temporais e espaciais – fosse capaz de tornar realidade os ideais perseguidos e escritos pelos legisladores das constituições sul-americanas, e que, no entanto, nunca haviam se manifestado naquelas sociedades. Este governo – conforme propõe – deveria ser de tipo misto, e ter em seu seio características federativas e unitárias; afinal, a própria história – tanto a colonial, quanto a pós-independência – e as características do território argentino contém elementos dos dois tipos de governo.

Foi esta a solução pacífica que ele apresentou como condição essencial para a manutenção da ordem, da qual dependia o desenvolvimento da civilização na Argentina. A forma mista tornaria as províncias ao mesmo tempo independentes e subordinadas a um mínimo de centralização federal, o que garantiria – em teoria – que o governo federal ou os governos provincianos se sentissem prejudicados no novo arranjo político. Essa convivência entre princípios federativos deveria se estender também aos poderes do judiciário e do legislativo, sendo que este último deveria ser dividido em duas câmaras, uma eleita pelas províncias e outra pelo povo. Alberdi acreditava que essa forma faria com que os dois princípios pudessem se conciliar, e que poderiam até mesmo chegar a se fundir.

O tipo de educação que civiliza

O caminho proposto por Alberdi certamente mantém relações com os novos significados que a palavra “civilização” passou a incorporar durante o século XIX. Desde as suas primeiras aparições no campo jurídico – remetendo a transferência de uma matéria criminal para o âmbito civil – a palavra sofreu alterações, sobretudo após a incorporação do sufixo “ação” ainda no século XVIII (cujo primeiro uso em francês costuma ser conferido a Mirabeau em 1756), e sob o grande impacto da Revolução Francesa. Jean Starobinski relembra que o termo também teve seu uso ligado à ação de polir os costumes e os usos. Interessa-nos, entretanto, o momento em que a palavra passou a carregar consigo tanto a idéia de processo, ligada a filosofia da história, quanto uma noção inseparável de hierarquia entre diversos patamares de civilização, que operam como critérios de distinção entre elas. Como afirma Geneviève Verdo em seu verbete sobre o conceito de “civilização” na Argentina¹⁸, homens como Sarmiento e Alberdi seriam frutos de um segundo momento do uso da palavra civilização, momento este diferente de um primeiro, em que ela foi utilizada como uma etapa no

¹⁸ Apresentado como parte do projeto “Iberconceptos”, organizado por Javier Fernández Sebastián (ver referências bibliográficas).



desenvolvimento geral das sociedades. A partir da influência da *Geração de 1837*, o que estaria em jogo era a definição de uma identidade nacional através da busca de uma distinção entre Argentina e Europa, encontrando um lugar para o país dentro do curso da história e dentro do concerto das nações civilizadas.

É irônico que – segundo Alberdi – para ser inserida dentro do curso da história das nações civilizadas, a Argentina dependia principalmente da educação do povo justamente “*mediante a ação civilizante da Europa, ou seja, pela imigração, por uma legislação civil, comercial e marítima sobre as bases adequadas (...)*” (ALBERDI, 1994: 63). O romantismo da geração de 1837 perde espaço para análises que buscavam perceber o que era possível ser feito dentro da realidade.

O heroísmo e a glória do período imediatamente posterior à independência deveriam ser deixados em segundo plano, em prol de ações que mirassem a economia nos patamares mais específicos e cotidianos possíveis. As gerações anteriores, de homens como Bolívar e Rivadavia, tinham em mente – como reconhece o próprio Alberdi – que a melhor forma de preparar os governados para um governo instalado pela necessidade, seria através da educação. Porém, Alberdi chama atenção para a idéia de que eles teriam confundido educação com instrução, “*o gênero com a espécie*”. O erro daqueles homens teria sido não perceber, ao encarar a realidade, que antes de almejar a instrução de suas sociedades – o que ocorria nos Estados europeus –, a prioridade deveria ser formá-las.

A formação desses povos nascentes deveria passar necessariamente pela “*educação por meio das coisas*”, que dependia do exemplo de “*vidas mais civilizadas*” que a deles. A visão de Alberdi se baseia numa idéia de educação espontânea, que se irradiaria de maneira orgânica pela sociedade, o que ajuda a explicar a imigração como um elemento-chave dentro da sua idéia de civilização, que trataremos mais detalhadamente adiante.

Antes da instrução primária, e da instrução secundária na maneira em que era ensinada centrada nas ciências morais e filosóficas, era preciso que o ensino fosse se voltasse para as ciências práticas e aplicadas. É nesse sentido que Alberdi propõe também “*que o clero se eduque a si mesmo, mas não se encarregue de formar advogados e estadistas, nossos negociantes, marinheiros e guerreiros*” (ALBERDI, 1994: 67). Afinal, para ele, o clero não seria capaz de plantar os instintos mercantis e industriais que ele admirava, por exemplo, no povo dos Estados Unidos.

Além das ciências práticas, Alberdi se preocupa em defender o ensino do idioma inglês, que seria “*o idioma da liberdade, da indústria e da ordem*”, capaz de ajudar no recebimento da “*ação*



civilizadora da raça anglo-saxônica”, onde ele revela toda a sua admiração pelos ingleses e sua opção por este povo como o grande fornecedor da civilização que ele almejava para a Argentina.

Ao mesmo tempo em que defendia uma forma de governo de transição para o alcance da civilização, o tucumenho acreditava que esse tipo de instrução centrada nas coisas práticas era um caminho intermediário pelo qual necessariamente deveria passar o seu país, afinal aquela sociedade – ao contrário das européias – não estaria num patamar de civilização no qual pudesse se dar ao luxo de não priorizar o progresso material em relação às faculdades morais e filosóficas. Faltava vida industrial, para que a juventude argentina vencesse o deserto e o atraso material, e sendo assim era preciso atrair esta juventude para o litoral, onde ela poderia ser como que “contaminada” pelas características cotidianas da vida moderna européia. A indústria, “o calmante por excelência”, seria capaz de, para além da civilização, trazer a ordem, que ajudaria a construí-la e a manter os estágios alcançados, lembrando que se trata de uma lógica de processo.

Para reforçar esta crença na capacidade da indústria como um grande agente civilizador, Alberdi busca tratá-la como um “grande meio para a moralização”, e para o desenvolvimento de uma “religião de fato”, que privilegiaria a educação e a prática religiosa, ao invés da pura instrução sobre idéias religiosas. Aqui, fica latente certa influência do puritanismo, o que é reforçado pelo seu discurso em relação ao papel da mulher, que deveria ser sóbrio, discreto e privado – fora da rua –; hostil à ostentação e luxo exterior. O não significa, no entanto, que estejamos afirmando que Alberdi realiza uma defesa da fé protestante *per se*, afinal a própria Constituição de 1853 definiu a religião católica como oficial.

O próximo passo, o qual se seguiria naturalmente após esta instrução direcionada para a prática, deverá ser “*o que Rousseau chamou de educação das coisas*” (RICUPERO, 2004: 245), que ocorreria de maneira orgânica, pelo exemplo dos estrangeiros, e pela ação espontânea do capital trazido por eles.

Como se daria a “ação civilizadora nas repúblicas da América do Sul

Para Alberdi, as repúblicas sul-americanas eram produto e testemunho da ação européia na América. A sua contundência fica ainda mais evidente quando ele afirma que “*o que chamamos América independente não é mais do que a Europa estabelecida na América; nossa revolução não é outra coisa do que o desmembramento de um poder europeu em duas metades, que hoje são manejadas por si próprias*” (ALBERDI, 1994: 69). Ele insiste neste raciocínio afirmando que o



próprio descobrimento da América é um feito europeu, assim como de um cidadão europeu veio seu nome, e também as cidades americanas foram fundadas por europeus; assim como o idioma, as ciências, as leis e a religião cristã; quanto ao elemento original – o indígena – mesmo após a independência este “*não figura nem compõe mundo em nossa sociedade política e civil*”.

A identidade americana nada teria a ver com os primeiros habitantes do continente; pois “*nós, que nos designamos americanos, não somos outra coisa do que europeus nascidos na América. Crânio, sangue, cor, tudo é de fora*” – e mais – “*na América, tudo o que não é europeu é bárbaro*” (ALBERDI, 1994: 69-70).

Além de ser coerente com a idealização da Europa como o modelo de civilização almejado para as Américas, é importante atentar que esta argumentação virulenta condiz com a necessidade de uma retórica capaz de arrefecer o ódio anti-europeu estimulado durante a luta pela independência, o qual representava um empecilho para a política de imigração proposta por Alberdi.

Para a sua noção de civilização, a única divisão do homem americano-espanhol possível está entre “*um homem do litoral e um homem de terra adentro ou mediterrâneo*” (ALBERDI, 1994: 71). Nota-se aqui uma crítica direta à divisão entre cidade e campo como em Sarmiento. Para Alberdi, considerar a civilização intrínseca à cidade, e a barbárie ao campo, é um raciocínio que não encontra base na realidade, pois “*Rosas não dominou com gaúchos, mas com a cidade*” – e ainda diz que: “*os principais unitários foram homens do campo*”, enquanto “*os homens de Rosas (...) foram educados nas cidades*”.

A oposição entre cidade e campo existiria em qualquer país, e a idéia de uma Buenos Aires promotora da civilização, em luta contra as províncias atrasadas e bárbaras, seria errônea; afinal aquela cidade “*se comportaria, na verdade, praticamente como uma parasita em relação ao resto da nação*” (RICUPERA, 2004: 251). É no capítulo em que abre fogo contra a postura de Buenos Aires e a sua Constituição promulgada em 1854 – adicionado nas edições posteriores de *Bases* – que a postura de Alberdi sobre a cidade se expressa de forma mais forte e evidente. Para ele, a Constituição da província que deveria ter retificado suas instituições anteriores, obstáculos à Constituição nacional, acabou por resumi-los e confirmá-los. As leis estabelecidas por Rivadavia entre 1820 e 1823, “*sob a influência do mais triste estado de coisas para a Nação Argentina, pois todas as suas províncias estavam isoladas uma das outras*” (ALBERDI, 1994: 208), seguiam em voga, apesar de que o próprio Rivadavia tinha por objetivo sancionar uma Constituição unitária posteriormente. O seu erro teria sido atribuir à província de Buenos Aires os poderes e as rendas que eram de toda a



nação, fazendo com que, na realidade, a província suplantasse a nação e não desejasse sair dessa condição nos anos seguintes.

A Constituição local de Buenos Aires representava para Alberdi uma ferida mortal à unidade argentina; um péssimo exemplo para as repúblicas sul-americanas, e uma repetição dos erros constitucionais de 1821, o que ele considerava inadmissível para os homens do tempo em que vivia; afinal no passado não havia um governo nacional e haveria justificativa para que a província operasse como nação contra interesses estrangeiros; já naquele novo momento, a atitude de isolamento da província em relação a sua nação não poderia levar a nenhum progresso que não fosse estéril e efêmero.

A alegação dos homens “da situação” em Buenos Aires, que discordariam apenas dos meios, e não quanto ao fim de unir toda a nação sob um só governo, é tratada por Alberdi como um sofisma. Por isso a alusão a Rosas, que também jamais teria pensado em dividir a República Argentina em duas nações, apesar da maneira que tratou a questão. O meio escolhido pela província para alcançar a união teria sido então o mesmo empregado pela Espanha, e contra o qual os homens de 1810 lutaram; ou seja, Buenos Aires tentava “unir colonialmente” a nação a ela, e não o contrário, o que impediria e ia contra os princípios do sistema representativo regular proposto. As críticas ao general Urquiza como empecilho à união da Confederação também são tratadas como sofisma, pois o problema no fundo estaria na vontade dos próprios homens de Buenos Aires, que veriam obstáculos mesmo se o presidente da república fosse um santo descido do céu. Assim, Alberdi afirma que “*o obstáculo para a união, segundo a mentalidade com Buenos Aires resiste, é a própria nação e a nação só pode ser um obstáculo para uma política sem patriotismo*”. É interessante notar que a retórica de Alberdi buscava auxílio na própria idéia de patriotismo, tão combatida em outros momentos de sua argumentação por estar diretamente ligada aos erros das gerações anteriores. Mas a noção de patriotismo é aqui utilizada para dar sentido à idéia de que toda a nação argentina pensava naquele momento “como um só homem”, e que a atitude de Buenos Aires por ser egoísta em relação às outras províncias da união, era, portanto, antipatriótica. A própria tradição das gerações anteriores é evocada para legitimar a necessidade do respeito por parte da província de Buenos Aires à unidade da Confederação Argentina; sendo que aquela deveria aceitar e obedecer as leis desta, “*com o mesmo respeito com que se aceitaram e se obedeceram as leis recebidas dos soberanos da Espanha em outros tempos*” (ALBERDI, 1994: 212).



O descontentamento de Alberdi com a postura de Buenos Aires esteve intimamente ligado com o sentimento de mágoa pelo fracasso de seu projeto, que já vinha se anunciando. Por isso é compreensível que o argumento de que aquela província estava suplantando o poder metropolitano da Espanha estivesse carregado de indignação em relação aos seus defensores – em especial a Sarmiento. O “cinturão vermelho” – ao qual o san juanino se reporta em *Campaña em el ejército grande* – é citado, por exemplo, como um dos elementos superficiais e falaciosos utilizados pelos defensores de Buenos Aires para sustentar o seu domínio sobre as outras províncias. Alberdi parecia não admitir a noção de continuísmo que Sarmiento atribuía à Urquiza em relação ao governo deposto de Rosas; pois para ele os tempos eram outros e não se tratava mais de combater – como insistia Sarmiento – mas de construir uma nova ordem dentro das possibilidades daquele presente. Afastando-se de certa forma do romantismo que caracterizou a sua geração, o pensamento de Alberdi passou a ter cada vez mais características em comum com o realismo conservador.

Conforme passou a defender a partir do fracasso de seu modelo constitucional, a província de Buenos Aires não era superior por sua civilização, mas em função do próprio domínio de exploração “colonial” que exercia sobre as outras províncias, monopolizando toda a riqueza que deveria ser dividida e distribuída entre todas elas. O único caminho para que se alcançasse a civilização na Argentina, passava pelo rompimento com essa relação de domínio, e pela distribuição dos frutos do progresso por todo o seu território.

É nesse sentido que Alberdi apresenta o único conflito realmente relevante para ele: aquele entre um litoral atingido – mesmo que não completamente – pela ação civilizadora da Europa do século XIX, que se exercia pelo comércio e pelo contato direto com os imigrantes; e um interior resultado da Espanha do século XVI. O progresso das cidades litorâneas – como Buenos Aires – não teria sido causado pela instrução das Universidades, ou por qualquer característica própria dessas cidades e da América; mas sim pela espontaneidade do comércio, da indústria e da imigração, todos estes fatores que tem em comum o fato de não serem essencialmente “americanos”, mas sim originários da Europa.

Segue que, se durante o Antigo Regime a civilização teria vindo da Espanha, após a revolução americana a ação deveria vir dos novos “mestres” da Europa anglo-saxônica e francesa. O que antes se fez através da ação governamental da metrópole, deveria ser naquele novo momento estimulado pelos próprios sul-americanos, agora pela ação social do povo e da raça. Assim seria complementada a civilização na América, que ficou pela metade até o fim da Idade Média européia.



O elemento selvagem já teria sido derrotado desde o período colonial, logo não haveria sentido em insistir na idéia de uma guerra de conquista entre europeus e selvagens, como civilizações rivais; o que é ratificado pelo conteúdo da afirmativa e pelo pronome escolhido em sua anúncio “(...) nós, europeus de raça e de civilização, somos os donos da América” (ALBERDI, 1994: 72).

A glória e orgulho dos tempos das batalhas pela independência precisavam ser deixados em segundo plano, em favor do reconhecimento da superioridade européia nos campos do pensamento e da indústria. Nessa tarefa deveriam atuar a imprensa, a instrução e a história, que deveriam utilizar até mesmo exemplos da religião – por seus ícones serem todos europeus – a fim de acabar com o estrangeirismo que era considerado bárbarie em outras nações, mas ainda ligado à idéia de patriotismo no continente americano. Alberdi argumenta que as idéias que possibilitaram a pátria, existente desde 1810, foram trazidas da Europa, assim como a própria população que constitui o seu corpo. Parece que para ele, a geração anterior e o seu patriotismo americano deveriam ser suplantados por uma geração capaz de perceber tal patriotismo como um fruto que foi possível graças à ação da própria civilização européia. A atenção maior, naquele momento de transição, deveria estar justamente na obra da civilização, para que não fosse prejudicada a possibilidade de que fossem produzidos grandes acontecimentos, permitindo a perspectiva de um futuro sempre aberto na América, sem os freios patrióticos inoportunos. O deserto, a solidão e a pobreza – ele diz – faziam a América pedir por população e prosperidade.

A imigração: o combustível da civilização em Alberdi

A civilização deveria se impor sobre o deserto, que para a geração argentina representava um grande espaço geográfico e cultural a ser ocupado, a despeito dos homens que já viviam nele. Na concepção de Alberdi, seguindo a idéia discutida anteriormente da distinção entre educação (o gênero) e instrução (a espécie), cada europeu que chegasse aos portos argentinos trazia consigo mais civilização do que muitos livros de filosofia. Já a influência do exemplo norte-americano fica evidente na afirmação de que “(...) um homem trabalhador é o catecismo mais edificante” (ALBERDI, 1994: 75).

A política de imigração proposta por Alberdi é ainda mais agressiva do que a de Sarmiento, por exemplo. O método do progresso – diz ele – deveria ser invertido: ao invés de se buscar educar as massas, a fim de ter ordem e atrair populações estrangeiras, a iniciativa deveria partir do ponto da introdução maciça de certas populações que já viviam em meios onde a ordem e a educação



pretendidas já eram dominantes. O que na visão de Alberdi seria facilitado pelo interesse recíproco dos europeus em utilizar a emigração como válvula de escape, afinal a Europa se encontrava em ebulição devido à agitação das massas proletárias em favor do socialismo.

Para se obter êxito em atrair os estrangeiros seria necessária toda uma série de medidas, que deveriam inclusive ser garantidas por leis, sendo estas responsáveis também por garantir o desenvolvimento dessas populações após o momento da imigração. É nesse sentido que Alberdi trata da importância dos tratados com os estrangeiros, que concedessem garantias dos direitos como o de propriedade, liberdade civil e trânsito. Assim como trata de um plano de imigração, que promovesse a imigração espontânea, tida como “a verdadeira e grande imigração”, a partir de princípios que a tornassem mutuamente vantajosa para as populações migrantes e para o país que as recebe. Tal sistema amplo e desinteressado não apresentaria perigo para a perda de nacionalidade, o que Alberdi justifica novamente pelo exemplo dos Estados Unidos.

A tolerância religiosa – em relação às religiões cristãs – também é vista como elemento estimulante ao povoamento. Afinal não seria mais crível repetir o monopólio da religião católica dos conquistadores espanhóis e com isso prejudicar a vinda de imigrantes, sobretudo os ingleses, que eram claramente os preferidos de Alberdi por representarem o espírito industrial.

Uma medida importante dentro da política de imigração seria a expansão dos destinos dos fluxos de migrantes para o interior do país. A idéia de que Buenos Aires era mais desenvolvida justamente pela grande quantidade de imigrantes europeus recebidos, da qual tratamos anteriormente, faz Alberdi propor a introdução de meios capazes de estimular a imigração em escala suficientemente poderosa para operar uma mudança radical no interior. Para que essa operação se realizasse no menor tempo possível, seriam necessários investimentos pesados em estradas de ferro; e ainda que se promovesse a livre navegação pelo interior e a liberdade comercial.

A questão da implantação das ferrovias é particularmente importante para esse estudo, porque era tratada como um elemento que faria ao mesmo tempo a unidade da República Argentina e o transporte até o interior do país da ação civilizatória da Europa por meio de suas imigrações. Ao fazer a defesa da construção de um sistema ferroviário amplo e ramificado pelo interior, Alberdi ao mesmo tempo precisa tratar do capital que seria necessário para a implantação de tal sistema. É então que deixa evidente o quanto, para ele, a civilização era algo a ser construído, aqui se aproximando do sentido literal mesmo. Mesmo sem recursos, os gastos deveriam ser estimulados, pois trariam as rendas que por sua vez estimulariam o progresso material. A tarefa de civilizar exigia esforço



semelhante ao da guerra de Independência. O atraso era uma condição tão detestável quanto à servidão, e “(...) a glória não deve ter mais títulos do que a civilização” (ALBERDI, 1994: 84).

A promoção da livre-navegação dos rios e a abertura aos capitais estrangeiros, além da extinção das alfândegas – vistas como verdadeiros obstáculos à civilização – eram as partes complementares da sua estratégia de imigração pautada pelo liberalismo. E seria através dessas medidas que Alberdi acreditava que se alcançaria “o heroísmo do estadista moderno”, que seria “multiplicar em poucos dias uma população pequena” (ALBERDI, 1994: 86).

O caráter da civilização como idealizada por Alberdi

A afirmação de que “o dinheiro é o sistema nervoso do progresso e do engrandecimento” (ALBERDI, 1994: 137) explicita a crença em um caminho para a República Argentina, rumo ao progresso, bastante ligado às noções de prática e à utilidade. Para o tucumênio, o dinheiro era fundamental para que o país pudesse logo desfrutar de estradas, pontes, grandes obras nacionais; e constituísse um exército e uma marinha nacionais, um governo geral, uma diplomacia aberta; e ainda para que mantivesse a ordem. É essa crença que explica o seu apelo à necessidade de que as províncias se unissem para buscar crédito externo, estabelecendo uma dívida nacional que gerasse recursos suficientes para atingir aqueles objetos e fins.

Se pensarmos no uso que ele faz do conceito de civilização, certamente irão constar muitos dos elementos que discutimos até aqui: a importância das constituições, da instrução centrada na prática, da manutenção da ordem, a política de imigração; mas todos estes, são elementos que deverão funcionar em favor do que será o grande agente civilizador, ou seja, a indústria. É precisamente ela que Alberdi acredita ser capaz de erguer a Argentina rumo à civilização material que ele idealiza.

O estudo do seu pensamento traz uma novidade ao contexto lingüístico da época. Como caracteriza Gerald Martin – em seu capítulo sobre a vida cultural no século XIX americano – foi a partir da década de 1860 que lentamente começou a desabrochar o realismo na América Latina. Havia ainda certo saudosismo e admiração em relação aos tempos heróicos da independência, porém esses sentimentos eram cada vez mais contidos e percebidos como anacrônicos. Se o romantismo da Geração de 37 trazia consigo algum aspecto de crítica ao racionalismo iluminista, o realismo se manifestou como mais um exemplo da contribuição decisiva da Ilustração para a formação da mentalidade ocidental. É claro que a maneira de pensar nas Américas sofreu grande influência no



momento em que essas discussões ocorriam na Europa, sendo que a urbanização e a industrialização, nesse sentido, certamente exerceram um papel especial.

Mas as idéias de Alberdi parecem antecipar o realismo sobre o qual trata Martín, e acelerar a reação de vários princípios relativos ao iluminismo sobre aqueles associados ao romantismo. Essas discussões aparecem já em seus escritos da década de 1840, mas em suas *Bases* estabelecem um rompimento novo e definitivo com algumas idéias-chave do romantismo. O cosmopolitismo, o materialismo e a primazia da indústria em seu conceito de civilização, o opõe ao de um Sarmiento, por exemplo, centrado no culturalismo, no republicanismo e com os pés ainda firmes em vários dos princípios que guiaram a geração romântica da qual os dois faziam parte. A civilização, para Alberdi, seria conquistada pelo progresso material, e o seu projeto de nação, a partir das bases que traça para a Constituição de 1852, poderia ser definido pelo liberalismo.

Referências Bibliográficas

- ALBERDI, Juan Bautista. **Fundamentos da organização política argentina**. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1994.
- BENVENISTE, Émile. “Civilización. Contribución a la historia de la palabra” In: *Problemas de Lingüística General*. México: Siglo Veinteuno Editores, 1974.
- DONGHI, Tulio Halperin. **Una nación para el desierto argentino**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.
- KATRA, William H. **La generación de 1837**. Buenos Aires: Emecé, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Pasado**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- MARTÍN, Gerald. A literatura, a música e a arte na América Latina da independência a 1870. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Da independência a 1870*, volume III. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 829-875.
- MYERS, Jorge. La revolución en las ideas: La generación romântica de 1837 en La cultura y en La política argentinas. In: GOLDMAN, Noemí (org.). *Nueva Historia Argentina*, Tomo III.
- RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.



SEBÁSTIAN, Javier Fernández. “Iberconceptos. Hacia una historia transnacional de los conceptos políticos en el mundo iberoamericano”. *Isegoría. Revista de Filosofía Moral y Política*, nº 37, julio-diciembre, 2007.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização: Ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



HISTÓRIA XUKURU, HISTÓRIA INDÍGENA NO NORDESTE: NOVAS ABORDAGENS

Edson Silva

Doutor em História Social pela UNICAMP; mestre em História pela UFPE; Pesquisador do Laboratório de Estudos de Movimentos Étnicos-LEME/UFCG, do Núcleo de Estudos e Debates Sobre a América Latina-NEDAL/UFPE e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade-NEPE/UFPE; Leciona História no Colégio de Aplicação/CENTRO DE EDUCAÇÃO-UFPE

E-mail: edson.edsilva@gmail.com

Os índios no Nordeste como objeto de estudos históricos

A partir da segunda metade do século XIX intensificou-se a afirmações oficiais do desaparecimento dos índios em Pernambuco e da extinção dos aldeamentos. Eram discursos que justificavam a medição, demarcação e loteamento das terras indígenas, como forma de solucionar conflitos entre os índios e os invasores, o que legitimou arrendatários tradicionais que paulatinamente tinham se apossado das terras dos aldeamentos. Encontramos sistematicamente, nas falas das autoridades que os índios estavam “confundidos com a massa da população”. Somava-se à negação da identidade dos índios, muitos pedidos de invasores dos territórios indígenas e autoridades, para declaração legal da extinção dos aldeamentos, em razão do suposto desaparecimento dos grupos indígenas (PORTO ALEGRE, 1992/1993; SILVA, 1995; 1996).

A extinção dos aldeamentos estava baseada na idéia de assimilação dos índios, como enfatizava uma autoridade: “*Hoje talvez fosse mais conveniente confundir esse resto de índios com a massa da população; e o governo dispor de suas terras como melhor lhe parecesse; porque isto de Aldêas é uma chimera*”.¹⁹ (Grifo nosso). Com essa idéia de que as aldeias eram fantasias, e que por

¹⁹Ofício de Francisco Caboim (Barão de Buíque), Diretor Geral dos Índios da Província de Pernambuco, em 15/11/1870, ao Presidente da Província. Arquivo Público Estadual/APE, Códice



isso não havia mais razão para existirem, posseiros, senhores de engenho e latifundiários, sobretudo após a Lei de Terras de 1850, como se constata na documentação pesquisada, ampliaram suas invasões nas terras dos antigos aldeamentos em Pernambuco.

Os habitantes dos lugares onde existiram antigos aldeamentos passaram a ser chamados de *caboclos*, condição muitas vezes assumida por eles para esconder a identidade indígena diante das inúmeras perseguições. A essas populações foram dedicados estudos sobre seus hábitos e costumes, considerados exóticos, suas danças e manifestações folclóricas, consideradas em vias de extinção, como também aparecerem nas publicações de escritores regionais, cronistas e memorialistas municipais que exaltam de forma idílica a contribuição indígena nas origens e formação social de cidades do interior do Nordeste. Essas idéias serão reproduzidas em escritos literários e estudos acadêmicos posteriores.

A imagem do *caboclo* aparece em obras literárias sobre fatos pitorescos, recordações, “estórias” das regiões Agreste e Sertão pernambucano. Como personagens típicos e curiosos que buscavam se adaptar às novas situações de sem-terras, vagando em busca de trabalho para sobrevivência. Escritores e vários estudiosos, como Gilberto Freyre, Estevão Pinto, Câmara Cascudo, dentre outros, reafirmaram o *desaparecimento* dos indígenas no processo de miscigenação racial, integração cultural e dispersão no conjunto da população regional.

A pesquisa apresentada a seguir, se insere dentre aqueles estudos que vêm sendo realizados nos últimos vinte anos sobre os chamados índios misturados no Nordeste. Esses grupos, que se mobilizam desde as primeiras décadas do século XX, colocando em questão crenças e afirmações sobre o desaparecimento indígena na Região, conquistaram considerável visibilidade política em anos recentes. Constituindo-se, portanto, em um tema a ser discutido na área de História, malgrado ainda preconceitos e o quase desconhecimento, expresso pelos escassos pesquisas sobre o assunto, nessa área de estudo.

Estradas, caminhos e veredas da Serra do Ororubá: as trilhas de uma pesquisa



A escolha e o interesse para um estudo sobre os Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira/PE, decorreu da forma evidente como, dentre os grupos que vivenciaram a chamada “emergência étnica”, esse povo ocupou e ocupa um lugar de destaque em meio às mobilizações, disputas e articulações políticas. Seja nos embates com os fazendeiros invasores do território reivindicado por esses indígenas, seja junto aos órgãos públicos, na busca pelo reconhecimento e garantia de seus direitos, ou ainda nas articulações com a sociedade civil.

Em meados dos anos 1980 os Xukuru se mobilizaram e participaram ativamente nos debates em torno da Assembléia Nacional Constituinte e para elaboração da nova Constituição, no ano de 1988. Apoiados e custeados pelo Conselho Indigenista Missionário-Regional Nordeste (Cimi-NE), grupos de Xukuru, juntamente com os de outros povos indígenas no Nordeste, viajaram por diversas vezes a Brasília, onde participaram de encontros de estudos, seminários, etc., e para fazer pressões sobre os deputados que discutiam a elaboração da nova Constituição.

A presença dos Xukuru na Capital Federal, em conjunto com índios vindos das demais regiões do Brasil, num momento político tão significativo, em muito impulsionou a organização e mobilização Xukuru nas reivindicações pelas terras. Após retornarem da Capital Federal, assessorados pelos missionários do Cimi-NE os Xukuru promoveram reuniões em várias localidades na Serra do Ororubá, para relatar os acontecimentos vivenciados em Brasília, bem como tratar sobre os direitos indígenas garantidos na nova Constituição. Nesse processo, destacou-se a liderança de Francisco de Assis Araújo, o “Xicão”, que, mais tarde, seria escolhido Cacique do povo Xukuru.

No final dos anos 1980 a afirmação, pelos Xukuru, do direito às terras reivindicadas, acirrou os conflitos entre os índios e os fazendeiros, na Serra do Ororubá, e nesse período os indígenas repetidamente se reportaram a acontecimentos do passado, para legitimar os direitos sobre o território reivindicado. Essas memórias remetem ao século XIX quando da participação dos índios, como voluntários da pátria, na Guerra do Paraguai, e o processo de extinção do Aldeamento de Cimbres, na Serra do Ororubá, em 1879. Ao afirmarem os direitos sobre as terras onde habitam, em constantes conflitos com os fazendeiros invasores, os Xukuru dizem que esses direitos lhes foram garantidos pelo Governo Imperial, como recompensa pela participação dos seus antepassados na Guerra do Paraguai.



A partir de uma pesquisa documental e principalmente de relatos de memórias orais de indivíduos Xukuru do Ororubá, procurou-se compreender como esse povo, a partir das experiências vivenciadas, estabeleceu relações com a história e expressa às interpretações que fazem do passado em função das situações do presente.

As memórias como fontes para a pesquisa histórica

Os conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros se tornaram mais latentes após a extinção do Aldeamento de Cimbres, em fins do século XIX. Nos anos seguintes os Xukuru tiveram a identidade indígena sistematicamente negada, ao serem considerados e chamados de caboclos. Oficialmente não tinham o mínimo dos direitos reconhecidos, como as pensões previstas em lei para os descendentes dos ex-combatentes naquela Guerra. Essa situação e as condições em que viviam, com suas terras espoliadas, motivaram a articulação de apoios para uma mobilização Xukuru, em meados dos anos 1950, em busca da assistência do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que atuava no Nordeste desde as primeiras décadas do Século XX, junto aos Fulni-ô, um grupo indígena vizinho.

A conquista do reconhecimento pelo SPI, porém, não pôs fim aos conflitos por terras, uma vez que o órgão governamental não tinha uma política fundiária para os índios no Nordeste, permanecendo as disputas nos anos seguintes. O estudo, portanto, procurou a partir das memórias orais Xukuru e registros escritos, compreender as conexões temporais entre as mobilizações indígenas pelas terras, nos anos 1980, e as ocorridas na década de 1950, quando os Xukuru conquistaram o reconhecimento oficial, com a implantação de um Posto do SPI na Serra do Ororubá. Em ambos os períodos, os Xukuru afirmaram seus direitos baseados nas memórias que seus antepassados receberam as terras como recompensa pela participação na Guerra do Paraguai, em um contexto de disputas pelas terras do oficialmente extinto Aldeamento de Cimbres/Ororubá, em fins do século XIX.

Procuramos então evidenciar os nexos estabelecidos pelos índios, por meio de suas memórias orais, com o século XIX e os anos 1950/1960, e ainda em fins da década de 1980, quando ocorreu o acirramento dos conflitos nas disputas entre índios e fazendeiros pelas terras na Serra do Ororubá, após a participação dos índios nas discussões para a elaboração da Constituição de 1988, que



garantiu os direitos indígenas. A partir da pesquisa dessas memórias e em fontes escritas, buscamos demonstrar como os Xukuru vivenciaram diferentes situações e elaboraram estratégias para afirmação da identidade e reivindicação dos direitos sobre as terras.

Para a elaboração do estudo foram realizadas diversas entrevistas e registrados relatos orais das memórias Xukuru. Utilizamos também, em alguns momentos, além de uma coletânea de depoimentos Xukuru publicados, as informações coletadas por outros estudiosos que pesquisaram aquele povo com diferentes abordagens. Realizamos uma pesquisa documental em diferentes fontes manuscritas e impressas dos séculos XIX e XX, somando-se a consulta em jornais publicados em Pesqueira e no Recife, entre os anos 1940-1980, disponíveis no Arquivo Público de Pernambuco e microfilmados na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.

Além disso, buscamos fontes em outros arquivos, como os documentos produzidos por Curt Nimuendajú, disponíveis no Museu do Estado de Pernambuco (MEPE) e no Museu Nacional/RJ, com informações sobre os Xukuru contidas em correspondências pessoais, fotografias e relatórios elaborados pelo etnólogo alemão, que esteve na Serra do Ororubá no início dos anos 1930. Como também consultamos, no acervo do Museu do Índio/RJ, a documentação do SPI sobre o Posto Indígena Xucuru e os registros da Inspeção 4ª Regional do SPI, relacionados àquele povo. Acrescentamos ainda ao texto algumas imagens, no sentido de contribuir para uma maior compreensão do assunto estudado.

A pesquisa em documentos históricos procurou situar os acontecimentos a que remetem as memórias Xukuru, todavia é sempre importante ter presente os interesses na produção desses documentos, em sua grande maioria nem sempre favorável aos indígenas. Nesse sentido, procurou-se evidenciar a importância dos relatos das memórias orais, isso porque,

(...) o uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos, mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. Assim, portanto, as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador,



mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora. (ALCAZAR I GARRIDO, 1992/1993, p. 36).

As entrevistas foram realizadas utilizando questões abertas, para favorecer ao/à entrevistado/a um relato mais livre e amplo, interrompido algumas vezes quando necessário um melhor esclarecimento dos assuntos narrados.

Privilegiamos entrevistar os/as índios/as mais velhos/as, pessoas com idades entre 50 e até mais de 80 anos, que em suas narrativas rememoram lembranças de vivências em suas infâncias e juventudes, objetivando obter informações sobre a questão da terra, os conflitos com os fazendeiros, as disputas internas, as relações de trabalho, o cotidiano, as formas de lazer, as cerimônias e os ritos religiosos, as memórias sobre a Guerra do Paraguai, as mobilizações para a instalação e as relações com o Posto do SPI, e também quais os indícios que aparecem delas na documentação pesquisada.

Em um primeiro momento foi discutido como, desde os fins do século XIX, após a extinção dos aldeamentos e até os anos 1960, as autoridades oficiais e diferentes pesquisadores, em artigos e livros publicados, sistematicamente questionaram ou negaram a existência de uma população indígena na Serra do Ororubá, onde atualmente habitam os Xukuru. Confrontamos os discursos que negavam os indígenas, com as idéias de João Pacheco de Oliveira sobre os índios e os processos de territorialização no Nordeste contemporâneo.

Demonstrou-se como os Xukuru recorrem às memórias sobre a Guerra do Paraguai, para afirmar a legitimidade de suas reivindicações do território disputado com os fazendeiros. A partir de uma discussão fundamentada na pesquisa documental e nas falas dos entrevistados, se procurou situar o quadro histórico a que se remetiam as narrativas das memórias indígenas.

A descrição da Serra do Ororubá enquanto espaço de disputas entre índios, pequenos agricultores e fazendeiros, foi feita a partir de relatos orais que os indígenas ouviram de seus antepassados sobre a posse e o uso da terra, e de uma bibliografia em que foram citados relatos e esboçadas imagens do final do século XIX e início do século XX, sobre as condições ambientais na Serra, invadida pelos grandes criadores de gado, e nas áreas úmidas, por engenhos de cana produtores de rapadura, com o trabalho da mão-de-obra indígena.



Foram utilizadas as informações sobre a produção industrial de doces e conservas, em fábricas de propriedade dos fazendeiros, instaladas em Pesqueira nos anos 1950, com plantios de frutas em partes consideráveis das terras indígenas, bem como os indicadores de pobreza, fome, mortalidade e desnutrição infantil ocorridas na Serra e nas periferias urbanas do município, à margem do progresso industrial, principalmente durante as secas periódicas na região. Foram evidenciados ainda os sítios enquanto espaços de sociabilidades por meio das festas, novenas, o trabalho em mutirão e as relações do cotidiano.

Por fim, Cimbres foi tratada como espaço de identidade e de memórias, expressas nas festas religiosas e rituais anuais e, principalmente, na dança do Toré. Baseando-se nas memórias orais indígenas, foram apresentados e discutido os deslocamentos de índios Xukuru que, em virtude das terras para plantar e viver estarem invadidas pelos criadores de gado, ou pelos plantios destinados à fábrica Peixe, ou ainda por causa das secas que periodicamente atingiram a Serra do Ororubá, foram trabalhar como operários nas indústrias urbanas em Pesqueira. Ou migraram para trabalhar na lavoura canavieira na Zona da Mata Sul pernambucana e Norte de Alagoas ou nas plantações de algodão no Sertão da Paraíba. A reflexão foi realizada tendo presentes também os estudos que tratam das migrações sazonais de trabalhadores nas regiões de produção do açúcar.

Foi abordado, ainda, o período das relações dos índios com o SPI. Discutindo-se inicialmente a visão corrente sobre os índios em Pesqueira, partindo das reflexões de um artigo publicado no *Jornal Diário de Pernambuco* (Recife), sobre a apresentação do Toré Xukuru por ocasião da recepção do novo bispo diocesano. Em seguida foi discutido o sentido atribuído pelos indígenas à visita do sertanista Cícero Cavalcanti na Serra do Ororubá. Com base em registros oficiais e em memórias indígenas dos primeiros contatos dos índios com o SPI, abordamos a viagem a pé realizada por três xukurus ao Rio de Janeiro, onde foram falar com Rondon, conseguindo a instalação de um Posto do órgão indigenista na Serra. Discutimos ainda, a partir da documentação do órgão indigenista e relatos indígenas, as relações com o Posto Xucuru e os conflitos resultantes da instalação do Posto no Sítio São José e não em Brejinho, de onde partiram os índios que foram ao Rio de Janeiro.

Outro momento da história Xukuru foi analisado, a partir de registros das memórias orais indígenas, jornais, da documentação do Dops e relatórios oficiais do período, que tratava da



mobilização e participação dos Xukuru nas Ligas Camponesas em Pesqueira, na ocupação da área da Pedra d'Água. Foram evidenciadas as memórias indígenas sobre a participação em uma polícia indígena, na organização camponesa e na ocupação da citada área, em um quadro social de exploração, conflitos, violências e expulsões de antigos moradores pelo avanço agroindustrial na Serra do Ororubá.

Por fim, partindo das constatações em um texto publicado pelo Governo do Estado de Pernambuco, em 1981, no qual os Xukuru foram descritos como remanescentes de caboclos “totalmente aculturados”, confrontando as afirmações do texto oficial com a abordagem histórica das situações evidenciadas em nosso estudo. Evidenciamos principalmente a mobilização Xukuru que apoiados pelo Cimi-NE, após participarem do processo da Assembléia Nacional Constituinte, em fins da década de 1980, passaram a reivindicar os direitos às suas terras, garantidos na Constituição aprovada em 1988.

Liderados pelo Cacique “Xicão” posteriormente os Xukuru iniciaram as retomadas das terras sob o domínio dos fazendeiros, justificando seus direitos baseados nas memórias, pois as terras foram recompensas pela participação de seus antepassados como voluntários na Guerra do Paraguai. As memórias Xukuru se situam na dinâmica das experiências históricas, a partir do vivido, o concebido e o expressado.

As análises em nossa pesquisa foram alicerçadas pelas reflexões de estudos sobre as memórias e as suas relações com a História, em autores clássicos como Maurice Halbwachs, como também nas idéias recentes de Michael Pollak e Verena Alberti, sobre o assunto. Permeia a abordagem ainda uma visão em uma abertura para o diálogo multidisciplinar com as recentes discussões antropológicas sobre os índios no Nordeste, que favorecem o estudo proposto.

A bibliografia utilizada em função da documentação primária e das obras datadas analisadas, bem como das abordagens que adotamos, se baseia na produção mais recente a respeito dos temas presentes no estudo e sobre os povos indígenas. Nesse sentido, além das produções atuais e os vários artigos publicados em periódicos que de alguma forma trataram de assuntos relacionados à nossa pesquisa, recorreremos também a dissertações e teses acadêmicas. No caso específico sobre os Xukuru, foram de grande valia o estudo de Vânia Fialho (SOUZA, 1989) e o de Kelly Oliveira (OLIVEIRA, 2006).



No primeiro estudo originalmente uma pesquisa para o Mestrado em Antropologia, a pesquisa foi baseada na observação participante e em entrevistas, além de fontes documentais dos séculos XIX e XX. A partir do conceito de “campo intersocietário” elaborado por João Pacheco de Oliveira e na idéia de “drama social” proposta por Victor Turner, foi analisada a afirmação de uma etnicidade Xukuru em meio às situações de conflitos (os dramas) geradas no processo de identificação entre 1988 e 1991 para a demarcação oficial do território Xukuru. Para a autora, os dramas sociais vivenciados remetem a um processo histórico explicativo da formulação do modo de ser, da etnicidade/identidade Xukuru.

Já no segundo estudo, originalmente uma pesquisa realizada entre 2004 e 2006 para o Mestrado em Sociologia, a autora analisou o processo de organização política e simbólica Xukuru e a formação de lideranças indígenas e as inter-relações dos agentes envolvidos nesse processo. A pesquisa, baseada em entrevistas e fontes documentais, contemplou o período desde os primeiros contatos com o SPI na década de 1940 até os anos 1990.

Ambas as pesquisas, se referiram às questões e temas expressados nas memórias orais Xukuru: como a idéia do caboclo, a Guerra do Paraguai, o período da tutela do SPI, as migrações indígenas e as Ligas Camponesas, que não foram aprofundados em razão da natureza e das propostas dos objetos daqueles dois citados estudos. Em nosso estudo retomamos e procuramos então discutir a partir de uma abordagem histórica esses temas.

Índios na Serra do Ororubá: uma história de experiências

Uma publicação de 1981 do governo estadual traz informações de seis dos sete grupos indígenas então oficialmente reconhecidos em Pernambuco. Com o objetivo de conhecer a situação em que viviam os índios no Estado, após uma pesquisa bibliográfica e contatos com pessoas vinculadas ao assunto, com o apoio da Funai, posteriormente foram realizadas visitas para observações e entrevistas nos locais de moradias indígenas, entre os meses de março a julho do ano anterior a publicação (Condepe, 1981).

O texto publicado repetiu as concepções, bem como o etnônimo oficial sobre a identidade indígena, para localizar e nomear “O aldeamento dos remanescentes Xucuru”, na Serra do Ororubá.



“Os Xucuru” foram contabilizados em “2.228 caboclos”, apresentando uma situação de peculiaridade em relação aos demais grupos indígenas em Pernambuco, por serem oficialmente reconhecidos, contarem com um Posto Indígena e não possuírem uma “Reserva” com terras demarcadas.

A pesquisa constatou que “os caboclos” viviam em pequenas glebas de terras espremidas entre “propriedades de civilizados”, dificultando “*o contato mais estreito entre os grupos familiares*” (Condepe, 1981: 63). Estas afirmações não correspondiam à situação vivenciada pelos Xucuru, pois observações resultantes da pesquisa, realizada em tão curto período, não possibilitaram perceber que, apesar das perseguições e pressões por parte dos fazendeiros e de poucos índios possuírem pequenos pedaços de terras, os Xucuru mantinham intensas relações sociais.

Os então chamados “sítios” eram espaços de sociabilidade seja por meio de festas, novenas, ou com as “juntadas”, o trabalho em mutirão nas roças dos que possuíam terras. A pesquisa da missão oficial constatou ainda a moradia de índios em diversas localidades, nomeadas como “aldeias” e não mais sítios, significando o reconhecimento da presença de uma população com identidade étnica específica naqueles lugares, ainda que, contraditoriamente, a própria Funai, ao nomeá-los “caboclos” ou “remanescentes”, e obviamente os fazendeiros invasores negassem a existência de indígenas na Serra do Ororubá. O texto oficial listou como “aldeias” onde moravam “descendentes da população” indígena: Canabrava, Brejinho, Gitó, Boa Vista, Goiabeira, Afetos, Santana, Lagoa, Trincheira, Matinha, Caetano, Caldeirão, Retiro, São Brás e Canivete.

Muitas dessas localidades são relacionadas em documentos históricos e foram citadas ou visitadas, para realização de entrevistas, durante a pesquisa para elaboração do nosso estudo. Após fazer uma retrospectiva histórica sobre a presença indígena na Serra do Ororubá, o texto do Condepe abordou a situação socioeconômica dos Xucuru. Foi constatado apenas um diminuto número de famílias indígenas possuindo um pedaço de terra: “*Do número total de famílias, apenas 160 dispõem de terra própria, em lotes de aproximadamente 1/2 ha*” (Condepe, 1981: 65). As demais trabalhavam em terras de outros índios ou de fazendeiros criadores de gado.

O texto colocou em oposição os índios e os fazendeiros, afirmando que os primeiros usavam técnicas agrícolas rudimentares e nomeando os segundos como “civilizados”. Ou seja, em plena década de 1980, um texto elaborado por técnicos governamentais expressava concepções já então



superadas pelos estudos especializados sobre a temática indígena. Segundo aquele levantamento (Condepe, 1981), com as terras em mãos dos fazendeiros seu uso pelos índios, ocorria em regime de arrendamento, para plantar o milho e feijão, e o capim, este último para os fazendeiros. O que restava da roça era destinado à alimentação do gado.

Contudo, o texto deixou de informar em que condições isso ocorria. Vários depoimentos que colhemos durante a pesquisa, esclareceram que o gado era solto dentro da roça indígena quando esta estava sendo colhida. De acordo com a publicação oficial ainda, a escassez de terras influenciava nas condições de pobreza dos Xukuru, com a desnutrição e doenças decorrentes da fome. O Posto da Funai realizava o atendimento e distribuía remédios. Todavia, na própria documentação do SPI estão registrados os constantes pedidos dos encarregados do Posto, anteriormente a vigência da Funai, de remédios para a farmácia destinada a atender os Xukuru.

Do ponto de vista das “Manifestações Culturais e Religiosas” a publicação do Condepe tratou os Xukuru a partir da ênfase na idéia das perdas culturais. Eles foram denominados de caboclos que estavam “totalmente aculturados”, isso porque as expressões culturais estavam em acelerado processo de “desaparecimento”. Por essa razão a unidade do grupo estava fragilizada, e não eram mais percebidos traços de vida comunitária. Apenas em Canabrava havia alguma coesão e apenas vestígios da língua materna falada somente pelos mais velhos.

Permeia o texto, portanto, a idéia de uma essência cultural expressa por meio de sinais distintivos, a exemplo do falar pleno de uma língua original, cuja ausência entre os moradores na Serra do Ororubá, significava o desaparecimento daqueles “remanescentes” indígenas. Ainda que o Toré continuasse sendo dançado, como constatou a equipe governamental que visitou a Serra do Ororubá, o texto negava a existência de expressões culturais indígenas. Os pesquisadores não conseguiram “ler”, nas entrelinhas, o significado das queixas Xukuru sobre as humilhações dos fazendeiros que ridicularizavam os “costumes” indígenas.

Mesmo evidenciando Cimbres como o “centro das manifestações comunitárias de cunho místico-religiosas” indígenas, onde ocorriam grandes festejos em louvor a São João e Nossa Senhora das Montanhas, o texto afirma não se tratar de uma festa indígena, e sim uma festa regional na qual os “caboclos” participavam, juntamente como os não-índios. Não foi levada em consideração a



apropriação e o sentido que os Xukuru sempre deram àquele local e as festas ali celebradas, como procuramos demonstrar em nosso estudo.

O texto oficial não explorou o significado das narrativas indígenas sobre o “achado da imagem” de N.Sra. das Montanhas, e igualmente os rituais em que os indígenas se vestem com adereços de palhas próprios para a ocasião, enquanto expressões das apropriações e reelaborações culturais Xukuru. As narrativas e informações sobre as expressões culturais indígenas foram relatadas pelo “caboclo Antero”, figura que não recebeu a devida importância na pesquisa, não obstante tratar-se de Antero Pereira, o Cacique Xukuru na época, morador na atual Aldeia Cana Brava, de onde se originou o cacicado Xukuru e também um dos locais, na Serra do Ororubá, em que a maioria das famílias indígenas sempre possuiu pequenos pedaços de terras.

Ainda que, oficialmente, continuassem sendo chamados de caboclos e assim tivessem negada sua identidade étnica indígena, em meados dos anos 1980 os Xukuru se mobilizaram e participaram ativamente dos debates em torno da Assembléia Nacional Constituinte e da elaboração da nova Constituição aprovada em 1988. A participação Xukuru foi incentivada e apoiada, durante todo tempo, pelo Cimi-NE.

Apoiados e custeados pelo Cimi-NE, grupos de Xukuru, juntamente com os de outros povos indígenas no Nordeste, viajaram por diversas vezes a Brasília para participar de encontros de estudos, seminários, e para pressionar os deputados que discutiam a elaboração da nova Constituição. A presença dos índios nordestinos na Capital Federal, em conjunto com índios vindos das demais regiões do Brasil, em um momento político tão significativo, deu uma considerável visibilidade às reivindicações dos índios no Nordeste. Nesse processo, destacou-se e tornou-se bastante reconhecida, entre os índios no Nordeste, a liderança de Francisco de Assis Araújo, o “Xicão”, que, retornando de Brasília seria escolhido Cacique do povo Xukuru.

A participação nos eventos em torno da Constituinte em muito impulsionou a organização e mobilização Xukuru. Durante as várias estadas em Brasília, o Toré foi dançado em diversas vezes e assumiu, além de um significado político, um marco da identidade e mobilização Xukuru. Promulgada a Constituição e retornando da Capital Federal, assessorados pelos missionários do Cimi-NE os Xukuru promoveram em Cana Brava uma reunião acompanhada de muito Toré, com



índios das diversas aldeias na Serra do Ororubá, para relatar os acontecimentos vivenciados em Brasília, bem como tratar dos direitos indígenas garantidos na nova Constituição.

Decidiram também pela realização de reuniões nas demais aldeias, para continuar discutindo o assunto. A escolha de Francisco de Assis Araújo para ser o Cacique “Xicão”, deu um novo impulso à organização e mobilização interna Xukuru, e na busca de apoio da sociedade civil, a exemplo do Cimi-NE, para a conquista dos direitos indígenas sobre as terras. Após pressões dos Xukuru, que ingressaram com uma ação judicial na Procuradoria da República no Recife contra o Projeto Agropecuário Vale do Ipojuca, uma portaria ministerial determinou a criação de um Grupo de Trabalho, formado por técnicos da Funai, para iniciar o processo de identificação e delimitação da terra indígena Xukuru.

O levantamento realizado pelo GT, coordenado pela antropóloga Vânia Fialho Souza, cadastrou 281 imóveis rurais na área delimitada em 26.980 hectares. O Prefeito de Pesqueira, secretários municipais, pelo menos um vereador e familiares do então Vice-Presidente da República Marco Maciel foram listados como posseiros. O trabalho realizado pelo GT foi bastante significativo para os Xukuru, uma vez que oficialmente as reivindicações indígenas estavam sendo reconhecidas. Mas, por outro lado, aumentaram as tensões entre os índios e os fazendeiros, que passaram a não mais ceder terras em regime de arrendamento e não aceitar trabalhadores que se identificassem como Xukuru.

A recusa dos fazendeiros de utilizar mão-de-obra indígena agravou as condições de pobreza dos Xukuru que, motivados pelo levantamento do GT, iniciaram o processo de retomada de suas terras. (OLIVEIRA, 2006, p.107-108). A primeira área a ser retomada foi Pedra d’Água, em fins de 1990. Conforme mencionada, Pedra d’Água fora ocupada pelos índios, no início dos anos 1960 numa ação conjunta com a Liga Camponesa. Cerca de 300 índios, em 1990 contando com apoio jurídico do Cimi-NE, ocuparam 110 ha. em Pedra d’Água, que estava nas mãos de 15 posseiros arrendatários de Prefeitura da Pesqueira, em terras de propriedade da União cedidas ao Município.

Se, por um lado, esse processo ampliou a dimensão da visibilidade política da organização e mobilização Xukuru pela demarcação de um território, por outro, aumentou a rejeição e negação por parte dos fazendeiros sobre a existência de um grupo indígena na Serra do Ororubá. Os questionamentos sobre a identidade indígena e a disputa pelo direito às terras ultrapassaram



Pesqueira e ocuparam espaços na imprensa pernambucana e de outras regiões do Brasil, como o importante jornal *Folha de São Paulo*, que ocupou uma página inteira de uma edição de domingo, com uma longa reportagem, incluindo vários depoimentos de índios xukurus e fazendeiros.

Os argumentos apresentados por índios e de fazendeiros expressavam um confronto de concepções no presente, relacionado a um passado que fundamentava a identidade indígena, conferindo o direito à propriedade das terras em disputa. Na citada reportagem, Evandro Maciel Chacon, Prefeito de Pesqueira, primo do então Vice- Presidente da República, Marco Maciel, e posseiro na Serra do Ororubá, dizia estar procurando mediar o conflito. Para garantir os mananciais que abasteciam a cidade de Pesqueira, localizados nas terras reivindicadas pelos indígenas, o Prefeito recorreu à Justiça contestando o relatório da delimitação do território Xukuru elaborado pela Funai. Evandro Chacon questionou a existência Xukuru, quando afirmou: *“Houve uma aculturação. Se bobear tem índio mais para São Paulo do que eu”*.

Para o fazendeiro Hamilton Didier, que tivera as terras em seu poder ocupadas pelos Xukuru, muitos estavam se passando por índios: *“Eles estão estudando o dialeto, para dizerem que são índios. Eu dou minha fazenda para você, se você achar algum índio lá”*. Ele também afirmou: *“Aqui (em Pesqueira) existem tantos índios quantos existem hoje na Avenida Paulista ou em Copacabana”*. E ironicamente, ainda acrescentou: *“Eles, os que se dizem índios, perderam o dialeto na estrada, talvez na subida da serra”*. Ao que respondeu Cacique “Chicão”: *“Tomaram nossa língua. Isso foi até bom. Imagine se a gente não soubesse falar português. Estávamos mortos”*²⁰. Para o fazendeiro, uma identidade indígena perdida e expressa, por exemplo, no falar de uma língua nativa, era um dos critérios ausentes nos que se afirmavam índios para exigir os direitos às terras.

Para os Xukuru, as relações históricas explicavam a condição até vantajosa em que se encontravam, para reivindicar o que era seu de direito. Como foi visto, é a partir de suas memórias que os Xukuru do Ororubá lêem a história para justificar a reivindicação de seus direitos. As memórias Xukuru foram por eles retomadas tanto no início dos anos 1950, quando buscaram os benefícios da lei para familiares de ex-combatentes na Guerra do Paraguai e o reconhecimento oficial para a instalação de um Posto do SPI na Serra do Ororubá, como em fins dos anos 1980, quando,

²⁰Caboclo, xucuru pode virar sem-terra. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7/12/1996, p.11.



após participarem nas discussões e mobilizações para a elaboração da nova Constituição Federal que garantiu os direitos indígenas, passaram a reivindicar as suas terras invadidas por fazendeiros.

Naquela década quando os conflitos por terras e os direitos indígenas em Pesqueira ocuparam o espaço público de debates por meio da imprensa, os Xukuru do Ororubá recorreram as suas memórias para contrapor as afirmações contrárias à existência indígena por parte dos fazendeiros. Por meio da pesquisa das memórias, percebemos elos de uma história coletiva, de um pertencimento, em um conjunto de situações e experiências históricas que conferem uma identidade, baseada em um espaço ancestral comum, a Serra do Ororubá. Daí ser possível afirmar a existência de uma memória coletiva: *“A memória coletiva aparece como um discurso da alteridade, no qual a posse de uma história que não se divide, dá ao grupo sua identidade”* (GODOI, 1999: 147).

Uma memória compondo um patrimônio dinâmico e, a exemplo do ocorrido em outros lugares e situações, *“Verifica-se que ela é ativada num contexto de pressão sobre o território do grupo, atuando como criadora de solidariedades, produtora de imaginário, erigindo regras de pertencimento e exclusão, delimitando as fronteiras sociais do grupo”* (GODOI, 1999: 147).

As memórias orais dos Xukuru do Ororubá sobre a Guerra do Paraguai ocupam um lugar central nas leituras da História feitas pelos índios para afirmarem o direito às terras. Elas foram conquistadas como recompensa pela participação de seus antepassados naquela Guerra. Um entrevistado lembrou o famoso batalhão “30 do Ororubá”, relatando como os Xukuru voluntários da Pátria, após lutarem e vencerem a Guerra do Paraguai foram recebidos pessoalmente, no Rio de Janeiro, pelo casal imperial que teriam retribuído a participação Xukuru na Guerra em defesa do Brasil com a concessão das terras reivindicadas pelos indígenas. A história contada pelos Xukuru do Ororubá é pontuada por acontecimentos, momentos e marcos por eles considerados fundamentais tais como: a participação na Guerra do Paraguai, a época da busca pelo reconhecimento do SPI, nos anos 1950, e o período da mobilização para as retomadas das terras, nos anos 1980, sob a liderança do Cacique Xicão. As memórias sobre a participação dos Xukuru na Guerra do Paraguai, portanto, são relidas em diferentes contextos.

Nos relatos das memórias orais dos Xukuru do Ororubá, é possível perceber outros momentos que expressaram o cotidiano, os espaços de sociabilidades criados na Serra do Ororubá, o significado de Cimbres como um espaço de referência da memória mítico-religiosa para a afirmação da



identidade do grupo, as relações de trabalho com os fazendeiros ou como operários na indústria, em Pesqueira. E ainda nas atividades exercidas, para sobrevivência, por falta de terras, e em razão da seca, na lavoura canavieira na Zona da Mata Sul pernambucana e Norte alagoana, ou nas plantações de algodão no Sertão paraibano. São fragmentos colhidos de relatos individuais, de memórias autobiográficas, mas que fazem parte de uma história coletiva, na medida em que toda memória individual se apóia na memória grupal, pois toda história de vida faz parte da história em geral (HALBWACHS, 2004: 59).

Analisando os relatos dos Xukuru do Ororubá, é possível afirmar, como disse Michael Pollak, quando discutiu sobre memória e identidade social, que, entre os Xukuru do Ororubá é *“perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada”*. (POLLAK, 1992: 2). Compreender o significado das memórias orais Xukuru do Ororubá é compreender a “história de experiências”. Um debruçar sobre essas narrativas possibilita entender como *“pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências”* (ALBERTI, 2004: 25).

Essas experiências foram e são marcantes, porque foram intensamente vividas. As narrativas das memórias orais do povo Xukuru nos ajudam ainda a *“entender como pessoas e grupos experimentaram o passado e torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas”* (ALBERTI, 2004: 26). As reflexões aqui apresentadas procuraram evidenciar como os Xukuru do Ororubá, apoiados na memória e na história que compartilham sobre o passado, fazem à releitura de acontecimentos que escolheram como importantes, para afirmarem seus direitos, mesmo em meio às tantas pressões e perseguições, enquanto um povo indígena, a partir do vivido, do concebido e do expressado.



BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4ª ed. São Paulo, LECH, 1980.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- ALCÀZAR I GARRIDO, Joan Del. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, n.º 25/26, p.33-54, set.1992/ago.1993.
- ARRUTI, José Maurício P. A. Morte e vida no Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*, v.8, n.º. 15, p.57-94, 1995.
- AZEVEDO, Fernando A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- CONDEPE. Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco. *As comunidades indígenas de Pernambuco*. Recife: Gov. do Estado de Pernambuco/Secretaria de Planejamento, 1981.
- CUNHA, M. C. da. (Org.). **Legislação indigenista no Século XIX**. São Paulo, Edusp, 1992.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo, Cia. das Letras, 2002.
- GODOI, Emilia Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no Sertão do Piauí**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1999.
- GRUNEWALD, Rodrigo de A. (Org.). **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2005.
- GRUZINSKI, Serge. **La guerra de las imágenes: de Cristóbal Colón a “Blade Runner”** (1492-2019). México, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.



HOHENTHAL, JR. W. Notes on the Shucurú indians of Serra do Ararobá, Pernambuco,

Brasil. In, *Revista do Museu Paulista* (Nova Série), vol. VIII, p.93-166, 1954

LIMA, Antonio Calos de S. Da guerra de conquista ao poder tutelar: elementos sobre a relação entre o Estado Nacional e povos indígenas no Brasil Republicano. In, AZEVEDO, Francisca L. N. de; MONTEIRO, John M. (Orgs.). *Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 345-367.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.

MEDEIROS, Maria do Céu. **Igreja e dominação no Brasil escravista**: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830). João Pessoa, Idéia, 1993.

MELO, M. Etnografia Pernambucana: os Xucuru de Ararobá. In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. 33, pp. 43 – 45, 1935

MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas. In, NOVAES, Adauto. (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999, p.237-249.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Geisa Regina Barros de. **“Esse negócio de Tupã...”**: um estudo sobre a construção da figura indígena em A lenda dos cem de Gilvan Lemos. Recife, UFPE, 2000. (Dissertação Mestrado em Teoria da Literatura).

OLIVEIRA, João P. de. (Org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2ª ed. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2004.

OLIVEIRA, João P. de. **Ensaio de Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.



OLIVEIRA, Kelly. E. de. **Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru.** João Pessoa, UFPB, 2006. (Dissertação Mestrado em Sociologia).

PINTO, Estevão. **Pernambuco no Século XIX.** Recife, Imprensa Industrial, 1922.

PINTO, E. **Etnologia Brasileira: Fulniô os últimos tapuias.** São Paulo, Nacional, 1956.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, 1992, 5(10), p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In, *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, 2(3), p. 3-15, 1989.

PORTO ALEGRE, M. S. Cultura e História, sobre o desaparecimento dos povos indígenas. In, *Revista de Ciências Sociais*, vol. 23/24, n.º1/2, p. 213-225, 1992/1993.

PROFESSORES XUKURU. **Xucuru, filhos da mãe Natureza: uma história de resistência e luta.** Olinda, CCLF, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1982 (a primeira edição brasileira é de 1970).

SANTOS, Myrian S. dos. **Memória coletiva & teoria social.** São Paulo, Annablume, 2003

SANTOS, Luiz Cristóvão dos. **Caminhos do Pajeú.** Recife, Editora Nordeste, 1954

SETTE, Hilton. **Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais.** Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife. 1956.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In, BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo, UNESP, 1982, p. 39-62.

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988.** Campinas, UNICAMP, 2008. (Tese Doutorado História Social)



SILVA, Edson. Memórias Xukuru e Fulni-ô da Guerra do Paraguai. In, *Ciência em Revista*. São Luís: UFMA, v.3, nº2, p.51-58, 2005.

SILVA, Edson. “Nossa Mãe Tamain”. Religião, reelaboração cultural e resistência indígena: o caso dos Xukuru do Ororubá (PE). In, BRANDÃO, Sylvana. (Org.). *História das religiões no Brasil*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2002, vol. 2, p. 347-362.

SILVA, Edson. “O nosso direito”. Conflitos e resistência indígena em Pernambuco no Século XIX. In, SILVA, Edson et alli. *Índios do Nordeste: temas e problemas*. Maceió: Edufal, 1999, p. 265-279.

SILVA, Edson. “Confundidos com a massa da população”: o esbulho das terras indígenas no Nordeste do século XIX. In, *Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco*, nº. 46, vol. 42, 1996. dez./96, p.17-29.

SILVA, Edson. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada – PE (1860-1880). Recife, UFPE, 1995. (Dissertação Mestrado História).



RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA NA CAMPINA GRANDE IMPERIAL

Harriet Karolina Galdino dos Santos

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Dra. Juciene Ricarte Apolinário

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as relações de violência e gênero em Campina Grande e arredores entre os anos de 1866 e 1881. A pesquisa feita na documentação do 1º Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos tenta esmiuçar como crimes de homicídio, lesão corporal, invasão domiciliar e defloramento constituíram o dia-a-dia feminino e como tais mulheres reagiram as mais distintas formas de violência.

Palavras-chave: Violência, Gênero, Processos-crime.

ABSTRACT

This article aims to analyze the relations of violence and gender in Campina Grande area between the years 1866 and 1881. Research done in the documentation of a grand jury Forum Afonso Campos tries to delve as murder, bodily injury, home invasion and rape were the day-to-day females and how these women reacted the most distinctive forms of violence.

Keywords: Violence, Gender, Criminal proceedings.

Introdução



Foram creditados ao universo feminino durante vários séculos na historiografia mundial características como: submissas, recatadas, frágeis e apolíticas. Teremos com a Escola dos Annales uma maior preocupação não só em escrever, mas também em interpretar as vivências entre os gêneros, como assinala Mary Del Priore em “Mulheres no Brasil Colonial”, não existe uma história do feminino sem a relação com outro sexo (DEL PRIORE, 2003). A coisificação das pessoas na escrita e a generalização dos momentos históricos e das pessoas que vivem neles propicia rótulos, é como se ninguém pudesse transgredir ao que já foi pré-determinado pelo historiador ou por quem imprime as regras de conduta. A mulher por si só, já são várias mulheres em uma.

Na Colônia, se convencionou dividir o universo feminino naquelas que são para casar e naquelas que são propícias ao divertimento, padrões pré-estabelecidos e convencionados pela: roupa, brasão, dinheiro, alianças políticas e principalmente etnia. “Donzelas” que voltavam suas expectativas para o casamento e sua vida no lar. Com a transição da colônia para o Império não contemplaremos muitas transformações na etiqueta social, mesmo os pobres detinham a preocupação de casar suas filhas com homens que possuíssem o mínimo de dinheiro para o sustento da família em potencial; o casamento muitas vezes se transformava num verdadeiro negócio; para os mais pobres do meio rural era desejável uma vasta prole, justamente para o sustento e manutenção das pequenas propriedades.

Em “Ao Sul do Corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia” a historiadora Mary Del Priore apresenta o imaginário social que circundava o universo feminino colonial, as mulheres eram tidas como seres misteriosos, dentre os muitos enigmas o que mais causava medo era a maternidade (DEL PRIORE, 2009).

A mãe é apresentada como a principal educadora dos filhos, tornando-se a única responsável pelo fracasso ou êxito na instrução dos mesmos. A Igreja leva a sociedade o modelo apropriado de mulher, imagem retirada e corroborada dos Santos Evangelhos, de Maria mãe de Jesus que casa-se virgem educando seu filho nos preceitos religiosos, devotando seu olhar e atenção ao lar e a família que construía.

O império caracteriza-se por uma série de modificações em seu contexto social mais especificamente familiar, podemos destacar: o crescimento de uniões não sacramentadas, a tolerância em relação às crianças bastardas, domicílios chefiados por mulheres dentre outros. Em contrapartida a



essas mudanças emergem os escritos literatos que tentam edificar nas moças padrões de moral e conduta, podemos ressaltar a importância de Joaquim Manoel de Macêdo com “A Moreninha”²¹ e José de Alencar com “Senhora”²² e “Lucíola”²³.

O corpo foi convencionado ao decorrer dos séculos como o agente disseminador de criminalidade onde a sociedade bem como as instituições deveriam vigiá-lo. Conforme Foucault este poder sobre o corpo era uma tática política de contenção do indivíduo, todavia os transgressores não relevariam tais princípios e acometeriam outrem (FOUCAULT, 1987). O corpo da mulher demonizado pela Igreja o qual se acreditava exalar odores da perversão e sinuosidades do pecado anunciava no cotidiano Imperial uma das principais e sutis formas de vivência, a prostituição, onde mulheres empregam o discernimento que possuem sobre o seu corpo transformando instintos em dinheiro.

No século XIX os casamentos custavam caro, o que gerava vários enlaces “ilícitos” abominados pela Igreja, nas áreas mais distantes da cidade era comum também predominar a lei da honra, da violência; mulheres eram constantemente trocadas, raptadas, mortas e espancadas por seus companheiros por motivos banais. Elas também praticavam crimes tão ou mais cruéis que os homens.

De acordo com Aurélio Buarque de Holanda a violência constitui-se através do ato de constrangimento físico ou moral, com a potencial utilização da força combinados a coação (HOLANDA, 1988). A sociedade torna-se responsável pela institucionalização dessa violência, pois a mesma convencionou padrões de comportamento a serem seguidos, efetuando a escolha de quais crimes são aceitáveis ou não, desígnio este refletido a partir do cotidiano do réu e da vítima, muitas vezes a vítima acaba tornando-se a “figura má” do ato criminoso de seu ofensor porque a justiça no império era para os honrados, aqueles que possuíam uma conduta ilibada.

A violência doméstica acometeu inúmeras mulheres, que sofriam em suas casas espancamentos e ofensas verbais de seus esposos, pais, irmãos e demais parentes; sofrimento silenciado pela vergonha ou medo. As crianças também acabaram se tornando alvo fácil das brigas conjugais e entre vizinhos, se

²¹ MACEDO, Joaquim Manoel de. A Moreninha. São Paulo: Ática, 1982.

²² ALENCAR, José de. Senhora. São Paulo. Klick Editora, 1997.

²³ ALENCAR, José de. Lucíola. São Paulo. Ática, 1990.



não era possível descarregar as tensões em quem humilhava, batia e ameaçava eram nelas que os olhares de ódio e os gestos de violência recaiam.

Através de práticas discursivas jurídicas torna-se possível desvendar as relações de negociação, conflito e criminalidade dos chamados “os de baixo”, expondo a complexidade dos sentimentos e reflexos; ações humanas a todo custo sufocadas por um poder disciplinador que age de cima para baixo. Não é difícil identificar a violência nos vários ângulos da sociedade, ela se institucionaliza a partir do poder, do domínio que algo ou alguém acha deter sobre outrem.

[...] Franco Maria Silva de Carvalho analisa a violência, enquanto construção histórica, através de relações sociais definidas, fundadas em vínculos comunitários, familiares e relações de vizinhança articuladas ao desempenho regular das atividades de cada indivíduo. Essa violência se integra ainda, cultura no nível de regulamentação normativa da conduta como se fosse parte da ordem natural das coisas. (SANTOS, 2004: 14)

Os órgãos jurídicos, a monarquia e a Igreja simbolizam a mais elitizada forma de domínio sobre a sociedade, que rebelasse não aceitando mais os regulamentos impostos, estes quase sempre desfavoráveis a classe mais baixa, não esquecendo a elite local que “representa” os menos favorecidos e aos interesses da burguesia rural. Subseqüentemente temos a população pobre do império que transgride sub-repticiamente ou não as situações impostas pelo cotidiano; são cidadãos que matam, roubam, estupram, espancam, amam ou simplesmente vivem de acordo com seus preceitos pessoais.

Justiça, Direito e Código Criminal no século XIX

Filipe II em 1580 atinge o auge de seu Império Colonial quando une seu Reino espanhol com o Reino Português adquirindo por sua vez suas riquezas e suas colônias, a União Peninsular como é chamada a corporação dessas duas potências navais, traz pouquíssimas transformações à colônia brasileira dentre elas: a Reforma da política fiscal e a Criação do Tribunal de relação de Salvador. Com a junção dos reinos Portugal adquire um sistema jurídico denominado de Ordenações Filipinas, sistema



rígido, tendencioso, e ineficaz uma vez que se levava em conta a vontade da Coroa e de seus fidalgos; as penas eram pensadas e postas em prática por quem sofria o dito “ato criminoso”, os punidos sofriam apenas na carne, e quase sempre reincidiam a vida delituosa (VALLADÃO, 1977).

As punições no Brasil Colônia com base nas Ordenações Filipinas perduraram até 1830 e 1832 quando foi instaurado o Novo Código Criminal, tendo suas bases no neófito momento vivido pela nação brasileira, a Independência, desligamento definitivo das aberrações cometidas por um sistema vil e sádico que perdurou durante três séculos.

O sistema jurídico imperial vai pautar-se nos ideais franceses da Revolução do século XVIII abolindo os massacres em praça pública, onde seres eram esquartejados e não detinham um julgamento justo e imparcial, se antes quem pagava o crime era a carne, tendo apenas um sofrimento efêmero, onde o criminoso quase nunca aprendia com o erro, estudiosos da época da Revolução Francesa atentaram que para pena ser mais eficaz era necessário outro tipo de punição, deveria retirar do ser humano aquilo que mais preza, a liberdade; o isolamento propiciaria ao homem a possibilidade de refletir sobre seus erros fazendo com que o mesmo pensasse bem antes de executar um novo ato que o levasse a prisão de seus corpo e abdução mental da realidade externa (RIBEIRO, 2008).

Mesmo após a transição dos códigos a pena de morte continua a compor o dia-a-dia da justiça brasileira, porém foram introduzidas algumas mudanças fundamentais bem como a divisão tipológica dos crimes em: Crimes públicos, qualquer ato cometido contra a figura do imperador e do império, isto abrangendo claro um dos maiores temores de qualquer governante, as insurreições; Crimes particulares, contra o cidadão ou sua propriedade e os Crimes policiais, que atinjam a civilidade e as regras sociais estabelecidas, é o caso da vadiagem, da capoeira, prostituição, crimes de imprensa dentre outros.

A polícia no Império brasileiro constituiu-se como um instrumento essencial para conservação do poder das elites políticas e latifundiárias, tendo por finalidade o controle e ordenação da sociedade. Repreendiam crimes como: furto, desacato, ferimento grave, homicídio, embriaguez, jogatina, transgressões dos escravos e insurreições. Seu objetivo era primar tanto pela segurança individual como coletiva (VAINFAS, 2008).

O Brasil detinha uma estrutura penitenciária deficiente, ocorrendo corriqueiramente o aluguel de residências que não se adequavam aos padrões descritos no código criminal, os presos viviam em



más condições, o transporte era outro problema nas engrenagens do judiciário onde presos acabavam evadindo-se.

Apesar do código criminal de 1830 elaborado por Bernardo Pereira de Vasconcelos deter em sua essência o princípio de equidade e trazer benéficas mudanças a sociedade, percebemos que tal sistema manteve privilégios e desigualdades; como por exemplo, os escravos que ainda sofriam com açoites e em último caso a pena de morte, tais crimes só saíram do código apenas em 1910.

Os analfabetos constituíram uma grande parcela da população campinense, sua condição é evidenciada nos autos, onde o escrivão explicita ao término do depoimento que determinado indivíduo não é letrado e necessita de um representante para assinar o depoimento ao qual é lido e confirmado pela testemunha intimada. Mulheres, crianças e deficientes detinham a mesma importância perante a justiça, vistos sobre um prisma de fragilidade, incompetência, sensibilidade e principalmente ausência de conhecimento.

A honra era levada em conta na hora da aplicabilidade da pena, especialmente quando o crime denegria a imagem da acometida mulher.

[...] o código eliminou as punições para os pecados como a sodomia e outras “conjunções carnis” consensuais entre adultos solteiros e rescindiu o direito dos maridos de matar as esposas adúlteras e seus amantes, o que pelas Ordenações Filipinas era permitido, com exceção dos casos em que o amante fosse “pessoa de maior qualidade” que o marido. Mas, embora os liberais do século XIX atacassem as Ordenações Filipinas por autorizarem a vingança particular e os privilégios patriarcais, eles não conseguiram retirar do novo código os conceitos de honra e de moralidade que forneciam os fundamentos lógicos para esses privilégios. (CAULFIELD, 2000: 59)



Embora o código criminal de 1830 pautado no pensamento jurídico iluminista²⁴ assinale uma suposta modernidade brasileira, este não consegue retirar alguns posicionamentos morais da sociedade a exemplo da honra que constitui-se como uma virtude pessoal de precedências tanto social como religiosa; tal fato cunha a definição e diferenciação dos sujeitos jurídicos; Sueann Caulfield assinala o intercalamento entre os ideais jurídicos e religiosos demonstrando que muito pouco realmente mudou em relação à condição feminina perante a lei, mesmo após ao novo código casos de crime passionais ficaram impunes, principalmente quando esses supostos ofendidos eram homens, que juntamente a seus advogados de defesa creditavam a culpa do crime a própria mulher atacando sua índole, mesmo quando tal adultério era apenas uma suposição.

A criança na jurisprudência imperial como também na historiografia brasileira não vai dotar de grande importância, fator este comprovado no código criminal de 1830 em que há apenas uma seção no que diz respeito ao direito infantil. A criança é negligenciada, a violência para com a mesma não é retalhada com o rigor devido, sua representatividade é concedida aos pais que muitas vezes não relatam fatos de violência doméstica a polícia seja por medo de represálias, seja por cometer o ato ávido.

A mulher detém a possibilidade no processo-crime de enfrentar as disparidades sociais em que se insere, sua condição de mulher é posta em cheque, sua palavra é posta em dúvida, sua honra é dilacerada; nos autos encontram-se claramente demonstrações de desrespeito para com o gênero feminino; para o universo masculino jurídico é improvável uma mulher honrada se meter em algum crime, seja como vítima ou ré. Podemos então constatar que a grande maioria dos crimes que ocorreram se sucedeu com pessoas da classe mais pobre.

A não vivência nos parâmetros vigentes de comportamento era um prato cheio para os falatórios e versões que se alastravam nos autos. Mulheres eram xingadas, mandadas calar a boca, chamadas de miseráveis e prostitutas, transgredir custava muito caro, principalmente quando se repelia a violência sofrida, as mães de família assim como as prostitutas deveriam agüentar silenciosas os maus tratos.

Entre os processos-crime arrolados no Arquivo do 1º Tribunal do júri se destacaram com mais intensidade aqueles relacionados a roubo de cavalos, este único meio de transporte no século XIX na

²⁴ Pensamento que pregava a igualdade dos indivíduos perante a lei, o livre arbítrio, a responsabilidade moral e a punição fixa e proporcional ao crime.



Província da Parahyba do Norte, entretanto alguns casos de defloramento, homicídio, lesão corporal e arrombamento de domicílio irão compor o cotidiano da sociedade campinense; processos que rememoram fatos e discussões historiográficas acerca do comportamento humano, mas especificamente o feminino.

No século XIX, os julgamentos levavam em consideração a posição social, o comportamento, a profissão, a educação assim como outros fatores, o que explica a impunidade de vários casos e deficiência do sistema judiciário que sofria com suas próprias noções, sem contar com as pessoas inabilitadas que ocupavam cargos importantes e o policiamento defasado.

O ideal fundamental do novo código criminal consistia no ato de reeducar o delinqüente, para que o mesmo pudesse reingressar na sociedade, uma espécie de cura da doença denominada de criminalidade; com o apresamento desse corpo transgressor através de métodos de privações, obrigações e interdições o individuo seria induzido a repensar sua conduta dentro da sociedade; a pena era um castigo que penetraria não na carne, mas no coração e intelecto.

Entendesse o Império e a instauração do código criminal como um período de “época de sobriedade punitiva”, o código levaria em consideração não só o crime em si como também questões de hereditariedade, sentimentos, instintos, anomalias, enfermidades, inaptações e paixões que colaborariam no entendimento da causalidade do crime, é o que Foucault chama de “julgamento da alma do criminoso” (FOUCAULT, 1987).

Uma visita à sociedade campinense Imperial

No período imperial a sociedade campinense era essencialmente rural, uma grande parte da população trabalhava com a agricultura e criação de animais, não possuindo residência na vila, indo à mesma só nos famosos dias de feira e em festas que se sucediam em meio ao ano, essas quase sempre de cunho religioso, a estrutura física da vila de Campina Grande não era das melhores, pouquíssimas ruas, possuindo apenas um prédio público para acomodação dos presos, reuniões da Câmara e sala do júri.

As últimas décadas de Campina enquanto vila elucidam um panorama crítico nos mais diferentes ângulos; refiro-me ao “descuido da conduta moral”, ao descaso de religiosos a seus deveres



sacerdotais; as epidemias, principalmente a de febre amarela; a seca de 1845 e a Insurreição denominada de Ronco da Abelha, esta de cunho popular a qual abrangia grande parte da população serrana a exemplo de Catuama e Surrão. Segundo Câmara a população dispunha de uma “mentalidade primitiva” onde seus moradores não aceitavam de muito bom grado as modificações que estavam surgindo, acreditando apenas nas palavras dos sacerdotes decrépitos.

O “rebanho bípede” da cidade encontrava-se “desprotegido”, pois seus pastores estavam muito ocupados com o cerne político vigente, a Igreja era detentora da educação não só religiosa como pedagógica da sociedade campinense, corriqueiramente quem tinha acesso ao estudo aprendia noções muito básicas de latim, assim como ler, escrever e contar. Dr. Maximiano Lopes Machado vai ser o grande responsável pela disseminação do gosto pelo estudo, ou seja, quando Machado se efetiva na cidade e se articula com Irineu e Belo Viana colocando em prática um audacioso plano de renovação sócio-cultural.

Vivíamos muito mal, não havia boas condições de higiene no meio urbano da futura cidade, todos os dejetos eram arremessados no açude velho e em meio às ruas não era difícil se deparar com animais e com um imenso matagal.

Dataram exatamente 34 anos entre a emergência de Campina Grande de vila a Cidade, mas precisamente outubro de 1864 a atual Rainha da Borborema sai do julgo da Capital, depois Areia e por fim Pilar a quem pertenceu durante um pequeno espaço de tempo. Entretanto Campina em seu período de vila demonstrou uma estagnação político-econômica corroborada pela população despreziosa, desenvolvimento possível graças à posição geográfica estratégica e a exploração agrícola e pastoril.

Mesmo atingindo seu tão sonhado posto de cidade a atual Rainha da Borborema continuava dependente da burguesia rural. A política campinense assim como em todo império apresentava duas correntes partidárias dominantes, os liberais (descendentes das famílias mais antigas deste núcleo de povoamento, os grandes proprietários de terras) em contrapartida os conservadores (os famosos “forasteiros”, comerciantes que aqui chegaram); ambos os partidos não detinham conteúdo ideológico pautando seu plano de governo em seus próprios interesses. Logo há de se presumir que o sistema eleitoral do império continuava excludente e indiferente a grande parte da população local que era pobre.



Na cidade que emergia, também nascia uma vasta sucessão de homens da lei que tentaram protagonizar seus papéis na justiça, como ainda havia uma educação muito precária na Parahyba do Norte muitos desses homens jurídicos se formavam na Faculdade de Direito em Pernambuco, podemos citar a importância e a recorrência que se dá nos processos-crime entre os anos de 1866 e 1881 aos nomes de Manuel de Assunção Santiago (promotor), Damião José Rodrigues (escrivão) e os advogados José Tavares da Cunha Melo, Antonio Borges da Fonseca e Bento José Alves Viana.

Fagundes pertenceu a Comarca de Campina Grande entre os anos de 1864 e 1890, quando tal termo ascendeu de posição e se tornou comarca, fato esse justo devido Fagundes nas últimas décadas do século XIX tornar-se um dos distritos mais prósperos e politizados da Província da Parahyba do Norte.

O cotidiano campinense e porque não dizer paraibano na segunda metade do século XIX era tranqüilo, no meio dito urbano chamado de “rua” por Epaminondas Câmara vislumbramos um amontoado de casinhas próximas a uma Igreja e a um lago cuja finalidade era abastecer a cidade, precária higienização e uma total falta de privacidade, geralmente os habitantes desses núcleos trabalhavam no comércio ou como funcionários públicos; as mulheres viviam da lavagem de roupas assim como trabalhos domésticos e empregos extra lar para ajudar no orçamento da família (CÂMARA, 1999). Já outra parte de residentes da comarca, uma grande maioria se estabelecia no dito mato.

As províncias possuíam um caráter centralizado onde a autonomia regional e local dependia de uma teia de interesses, ou seja, do favoritismo e clientelismo, marcado também pelo estrangulamento político, institucional e fiscal das províncias.

A renovação urbana trouxe consigo uma série de fatores dicotômicos a construção social dos campinenses refiro-me a decadência do patriarcalismo, o advento dos bacharéis, o domínio econômico dos latifundiários e o crescimento comercial.

Anna: vítima ou ré de sua virgindade?

Anna Maria Guimarães no dia 07 de agosto de 1881 em sua casa deteve uma das experiências mais significativas da vida de uma mulher, a sua primeira relação sexual com Maximiano Gomes de



Mello no lugar mais impossível de se imaginar, em seu quarto na casa de seus progenitores, não teria problema algum se a mesma não fosse solteira e o próprio casado e se dada relação não fosse realizada contra vontade da moça, defloração que resultou um processo-crime.

Anna possuía 27 anos morava em casa de seus pais no povoamento de São Francisco, onde ali solteira vivia uma vida pacata, até o dia fatídico de sua desonra, Maximiano saiu de Sant'Ana com destino a São Francisco, chegando o mesmo em casa do casal Quirino José Guimarães e Josepha Maria do Amor Divino, onde pediu para pernoitar devido o adiantar da hora e da chuva que assolara a povoação naquele dia, solicitação concedida sem nenhum constrangimento visto que o mesmo já pernoitou por lá algumas vezes.

Entre o período das 22h00 e 23h00 o réu Maximiano encontrava-se na sala da casa dormindo ao lado do irmão da vítima, percebendo que os moradores já se encontravam todos agasalhados adentrou até o cômodo onde se encontrava Anna, chegando ao leito da mesma colocou a mão sobre sua cabeça assustando-a, sendo a primeira reação da vítima ergue-se para gritar, todavia antes que acontecesse tal ato o acusado apressou-se e tampou a boca da própria pedindo silêncio, prometendo casamento dizendo-lhe que para casar não era preciso fazer a ofensa, contudo a seduziu forçosamente, nestas circunstâncias ela se deixa ser assaltada, no entanto após o ato libidinoso o mesmo não cumpre sua palavra e vai até o encontro de outra moça, afim de contrair matrimônio deixando-a na mais profunda desgraça; antes do ato libidinoso Maximiano já havia pedido a mão da filha do capitão Luiz em casamento.

Inocência Aranha de Vasconcello uma das testemunhas arroladas pela justiça para prestar depoimento cautelosamente diz que ouviu dizer que Maximiano realmente a deflorou forçosamente e que depois do ato libidinoso pediu perdão pelo crime, em resposta a vítima proferiu que o perdão só seria dado se o réu casasse com ela e reparasse o dano causado. Acrescenta que conhece a ofendida e que sempre a viu em companhia dos pais; Anna Maria era tida pela sociedade como virgem e somente depois do fato viu seu nome empregado a desonra e que em uma de suas visitas ao pai de Anna posteriormente ao defloração não viu manchas de violência ou desfiguramento em rosto da ultrajada, mas correm rumores a boca pequena que a mesma se achava grávida decorrente da cópula carnal. E por



fim expõe que conhecendo a boa índole do rapaz, nunca ouviu falar de nenhum mau comportamento seu.

Contudo, a declaração de Marcelino de Castro Pessôa vai dar o contraponto ao caso, pondo em dúvida a índole da possível vítima. Marcelino declara que em uma noite o dito réu foi convidado pela família do Senhor Quirino para jantar, convite este recusado no primeiro momento, Anna vai até Maximiano e tenta convencê-lo a aceitar o convite, o suspeito reluta, então novamente Anna insiste, rogando que tome ao menos uma xícara de café com uma talhada de queijo, não resistindo aos apelos da moça, acaba cedendo; logo depois do consenso do rapaz, já na mesa de fazer as refeições, ela estende seu convite ao quarto, proposta indecorosa rejeitada pelo réu. Porém quando Maximiano retira-se da mesa onde estava ambos é interceptado pela irmã da ofendida que chamando Clementino outro irmão da vítima começa a discussão pelo simples fato do moço ter sido pego ceando sozinho com Anna, segundo os irmãos da vítima “onde o erro se dera”; estando os pais embebedados do sono e já em seu quarto escutaram a algazarra e foram ver o que ocorria. Marcelino afirma que antes do acontecido nada era proferido contra a honra da moça e as mesmas pessoas que lhe contaram essas informações contidas em seu depoimento “são pessoas sem critério”.

Maximiano em seu interrogatório declara veemente sua inocência, que passando pela casa de Quirino José Guimarães na povoação de São Francisco, viu Anna sua filha que se achava na porta e lhe pediu para comprar uma libra de café e uma libra de açúcar, cavalheiro que o era pegou o dinheiro e foi à venda na mesma povoação que distanciava cerca de uma légua e meia da casa da dita melindrada, depois da compra da encomenda regressou e entregou a própria, já era noite, e Quirino o vendo chegar o convidou para pernoitar, sem nenhum embaraço aceitou o convite pois chovia muito, impedindo-o de regressar para sua casa na mesma povoação. Não havendo nenhuma chance de acontecer o ato criminoso uma vez que estava dormindo em rede na sala em companhia de Liberato irmão de Anna, onde dali não saiu a não ser para jantar com a ofendida, seu pai Quirino e seu irmão, sem trocar com a garota nenhuma palavra e quando saiu pela manhã para casa, sem que os dois se vissem.

Esta trama possui fatos desconhecidos, apenas sabidos pelos protagonistas, que não foram explicitados em sua totalidade nos autos, finalmente quem estava falando a verdade? Será que houve ou não o defloramento? Se ocorreu, foi por livre e espontânea verdade?



Individualmente, tanto Anna como Maximiano apresentam vários estereótipos. A primeira Anna é vista como a moça, recatada, presa fácil devido a sua inexperiência e inocência, de acordo com os parâmetros da época uma verdadeira moça honrada, de boa família onde a sedução só ocorrera graças à promessa de casamento, sonho da maioria das mulheres de sua época, além da confiabilidade depositada ao dado rapaz pela família, a certeza de que a palavra dada pelo réu no leito valia muito mais que papel, como acontecia na maioria dos contratos. A segunda Anna era propensa aos desejos carniais, mulher de iniciativa que sabia usar de seus artifícios para seduzir o homem a quem almejava, quem propositalmente colocou numa rede de intrigas por vingança com o intuito de casar-se ou de forjar a perda de uma possível virgindade. Mas então, será que não existe um meio termo? Claro que sim, a terceira imagem de Anna, uma moça que achava Maximiano garboso, que cedeu aos encantos e promessas do mesmo achando que ia constituir família com o mesmo, mas que viu frustrado seu sonho e manchada sua honra. As duas primeiras imagens de Anna elucidam o ideal cristão de que a mulher ora é dissimulada, ora é virginal Anna demonstra os anseios de uma mulher comum que ama e é desiludida, vê seu bem mais precioso e importante perante a sociedade esvaído junto com as fugazes promessas, sendo apontada na rua e “descriminada por seu mal passo”, mesmo que não por sua vontade.

Vicente: os olhinhos da piedade

Vicente, criancinha de três anos, nasceu em casa de Maria e do soldado Umbelino Felipe conhecido popularmente como “Belinho” foi abandonado pela mãe em casa dos amasiados com promessas de retorno que nunca se confirmaram. Se a história parecia triste ainda não mostrou seu lado mais abstruso, Maria e Belinho espancavam a pobre criança até o mesmo não agüentar-se de tanto chorar da dor descomunal que sofrera com as tamancadas, arrastos pelo chão e relhos²⁵. Belinho segurava as mãozinhas da criança quando sua amasia o castigava, e quando lançava o olhar sobre o soldado em forma de suplica na hora do castigo, o dito réu virava as costas para na acudir aqueles olhinhos brilhantes e chorosos.

Joaquina afirma em seu testemunho nos autos os seguintes maus tratos:

²⁵ Chicotes, açoites, chibata.



[...] chegando em dia em casa da acusada e pedindo copo d'água chorava a criança por um modo que ela testemunha pediu a acusada que lhe mostrasse a dita criancinha, e com efeito lhe sendo esta apresentada, teve ela testemunha de lamentar o estado deplorável em que a viu perguntando a acusada qual razão de assim se achar a dita criança ao que lhe respondeu a acusada mostrando as costas da criancinha como fazendo alarde da malvadeza e dizendo ser tudo devido as surras que ela dava, ao que ela exclamou dizendo que quem fazia aquilo em uma criança tinha coragem de fazer também em Nosso Jesus Cristo (...) O soldado lhe disse que a criança era malcriada e a mesma indagou o que uma criança dessa poderia fazer de mal criação. A mal criação nada mais era do que botar fora o que se lhe dava [...].²⁶

Depois dos maus tratos e não querendo mais criar tal criatura Maria entrega Vicente a Lourença moradora em Cardôzo que entra imediatamente aos 25 dias do mês de maio de 1866 com uma queixa contra tal casal.

A História das crianças no Brasil foi marcada por uma imensa lacuna onde os mesmos são denominados nos poucos escritos a seu respeito como meúdos, ingênuos e infantes, de acordo com Mary Del Priore a infância na mentalidade coletiva nada mais era do que um tempo sem maior personalidade, uma transição para adolescência (DEL PRIORE, 2006). Os recém-nascidos possuíam um intenso cuidado em seus primeiros momentos de vida, a taxa de mortalidade infantil era uma crescente nos períodos colonial e imperial devido às más condições de higiene que cercavam esses pequenos.

Os séculos XVIII e XIX são marcados pela emergência de novas técnicas médicas e de higienização que ajudaram no combate a mortandade de mães e filhos na hora do parto, deixando de lado antigas receitas caseiras como passar óleo, gordura e azeite nas genitálias para lubrificação da área a fim de facilitar a passagem da criança. O ideal seria que a criança fosse lavada com água e sabão e agasalhada com mantilhas suaves e folgadas.

²⁶ Processo “Vicente”, 1866. Arquivo do 1º Tribunal do Júri da Comarca de Campina Grande.



Essas crianças detinham uma alimentação nutritiva, nos primeiros meses de vida eram amamentadas por suas mães ou amas-de-leite sendo introduzidos aos poucos alimentos engrossados com farinha, pirão de leite, leite com jerimum, escaldado de carne e o mais comum feijão amassado com farinha a mão fazendo bolinhos, o leite de cabra era um exímio fortificante, papa de farinha de mandioca, leite de gado e açúcar, creme de arroz e fubá de milho, a idéia era engordar essas crianças para que as pequeninas conseguissem sobreviver ao infortúnio da morte. Entretanto esses alimentos tidos como grosseiros faziam muito mal as crianças de colo que adquiriam a gastroenterite²⁷ e faleciam no primeiro ano de vida. Ao decorrer do nascimento dos primeiros dentes já era acoplado em seu cardápio uma vasta quantidade de alimentos inerentes ao universo adulto, estes desfiados e machucados para ajudar na mastigação.

Nos anos iniciais desses miúdos eram constantemente mimados, embalados, cuidados com muito desvelo e cautela, as mães e escravas os ninavam em suas noites de doença e birra. A mulher era responsável desde cedo pela educação espiritual e doméstica dessas crianças. O menino quando atinge a puberdade sai do julgo da mãe e passa a andar com outros garotos tendo como exemplo de conduta seu pai, suas brincadeiras desde cedo o estimulam a ser homem; as meninas recebem suas bonecas que institucionalizam sua posição presente e seu papel futuro, preparação que recebe das mulheres da casa, de como deve agir com seu marido, e os afazeres domésticos que carece dominar. (DEL PRIORE, 2006)

A educação diferia-se desigualmente entre homens e mulheres, a eles era dotado o papel de pensantes que iam à escola para aprender a contar, ler e escrever e no caso daqueles que detinham uma aquisição financeira mais prospera concluir seus estudos tornando-se médicos e advogados, enquanto às mulheres cabia uma educação voltada para o conhecimento do lar, geralmente ministrados pelas freiras ou por suas mães. A instituição Igreja era a grande fomentadora dos preconceitos e princípios instaurados na conduta individual e coletiva da sociedade imperial.

²⁷ Infecção que atinge o sistema gastrointestinal, tendo como principais sintomas: diarréia, cólicas e vômitos. Tal patologia tem como consequência mais grave a desidratação. Seu contágio pode ser através de vírus ou bactéria, devido principalmente a uma intoxicação alimentar.



As crianças após alguns dias de nascidas recebiam o sacramento do Batismo²⁸, muitos recém-nascidos não duravam muitos dias e se caso não recebessem o óleo e a água batismal não iriam para o céu e se tornariam anjinhos.

O castigo físico em crianças foi introduzido no Brasil pelos jesuítas no século XVI, os quais instauraram o pensamento de quem é pai e ama seu filho educa, mesmo que para isso tenha que corrigir os erros de seus filhos através de punições físicas. As violências físicas e psicológicas que enfrentavam as mulheres no decorrer do século XIX resvalavam em inocentes, uma das principais causas da destruição de muitos lares era a fuga que deixavam mães e filhos sobre o julgo do infortúnio, para quem continuava em casa o inferno não parecia tão longe; algumas mães batiam em seus filhos para extravasar a violência e infelicidade que vivia no cotidiano e sofria de vastos setores da sociedade.

A mãe de Vicente pertencente à Província de Pernambuco o abandona na Parahyba do Norte com promessas de que iria voltar, fato esse que nunca se configurou, podemos constatar que havia certo laço de proximidade entre Maria e a mãe de Vicente, a própria sabia que a dona da casa convivia ilicitamente com Belinho, despontam possibilidades para a renúncia da criança, talvez a mãe desconhecida trafegasse no chamado submundo e não podendo sustentar a criança o deixa aos cuidados de Maria podendo ainda ter sido seduzida por um homem que não quis reconhecer a criança ou contrair matrimônio. O ato de ter filhos em outras localidades e esconder da sociedade o ocorrido era uma prática utilizada pelas famílias para evitar falatórios evitando a possível rejeição de suas filhas ao casamento.

Na ausência da mãe, Maria tornar-se a mãe-adopta de Vicente, e o mesmo devido a sua pouca idade não tem noção dos meandros de sua vida; de acordo com o discurso da igreja Maria não seria a pessoa mais correta para criar tal criança que necessitara de um lar bem estabelecido moralmente. Maria fará o papel de vilã, ré, mulher, menos de mãe, uma vez que a mesma trata Vicente como um

²⁸ Primeiro sacramento da vida cristã católica; iniciação no projeto de Deus. De acordo com a superstição popular tal sacramento serve para afastar o mau-olhado e tirar o azar. Os interesses econômicos também circundaram o evento, a exemplo das alianças político-econômicas. Atualmente muitos cristãos católicos cumprem o preceito do batismo sem saber o real valor de tal sacramento. O intuito do batismo seria o de aumentar a população católica, entretanto o rito de passagem perdeu sua essência e importância durante os séculos.



animal, não detendo nenhum traço do imagético feminino de que a mulher foi feita para maternidade. “A maternidade é a maior dádiva dada a ser um humano por Deus”, ideal religioso que se estendia a todas as camadas da sociedade que seguiam a risca preceitos que circundavam desde a cópula até a educação dos púberes.

Belinho aparece na história da vida real como uma espécie de pau-mandado de Maria fazendo suas vontades e ajudando-a a agredir uma criança que não fala e tem no choro sua única forma de expressar seus anseios. Belinho possui uma postura rígida em relação à criação da criança, os castigos não são vistos por ele como algo fora da regra, mas sim como algo inerente ao cotidiano, disciplina necessária para seu crescimento enquanto menino e homem que se tornaria.

As crianças na Colônia eram abandonadas na roda dos expostos, já no Império as mesmas vão ser levadas para abrigos ou deixadas ao relento nas portas das casas, presenciamos uma maior aceitação dos bastardos logo o número de enjeitados diminuiu consideravelmente. A sociedade começa a conceber que as crianças não são culpadas pelos deslizes dos pais, mas estas devem ser educadas a não cometer os mesmos erros de seus pais.

Considerações Finais

O crime é uma forma encontrada por muitos historiadores para entender a natureza humana em seu lado mais obscuro, este a todo custo vigiado pelas instituições normativas assim como pela própria sociedade e sua posição moralista em relação aos passos de seus componentes.

A transgressão é severamente punida não só pela justiça como pela sociedade, a prisão não só está nas paredes da cadeia, esta dentro das casas e nos sentimentos humanos; se tem o costume de digladiar ou a imagem da mulher “subjugada” ou daquela quem transgrediu em demasiado os costumes, padrões de conduta que demonstram as pluralidades e consonâncias da construção identitária feminina imperial.

A vida citadina trouxe a nossa Província uma série de dinamismos como também problemas ao tradicionalismo vigente que atribui a “rua” o esfacelamento da moral e dos costumes da população. A sociedade campinense já possuía rachaduras em sua ordem moral antes mesmo da emergência do



núcleo urbano, os processos-crime salientam tal fato quando esboçam as relações cotidianas de desrespeito, independência feminina e violência.

Minha sincera reverência as paraibanas, que viram e vêm nos empecilhos um novo começo, flores que deixaram seus espinhos acometer quem tentasse subtrair sua honra, prejudicar seus filhos e machucar seu corpo. Santas ou demônios? Humanas é a palavra. A “elas” não era dado à possibilidade de errar, nem por isso murcharam, pelo contrário, mostraram seu mais terno viço. “*As rosas não falam, simplesmente exalam e o perfume que roubam de ti*”²⁹. Sim, as rosas falam e exalam liberdade, racionalidade, e sexualidade.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, José de. **Senhora**. São Paulo. Klick Editora, 1997.

_____. **Lucíola**. São Paulo. Ática, 1990.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2ª Ed. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1978.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande: Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila (1697 a 1864)**. Campina Grande, Ed. Caravela, 1999.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)** – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.

Código Criminal do Império do Brasil. Lei de 16 de Dezembro de 1830.

DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial**. – São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **História do Amor no Brasil**. – São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **História das Crianças no Brasil**. – São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Ao Sul do Corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

²⁹ Trecho da música “As rosas não falam” do cantor e compositor Cartola.



FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa**. – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. **História da Sexualidade (Volume 3): o cuidado de si**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

GOMES, Cristina Conserva. **Campina Grande Vitimizada pela Honra (1890-1900)**. Monografia apresentada na UFCG. Campina Grande, 2009.

GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org). **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. – 2000.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **A Moreninha**. São Paulo: Ática, 1982.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do Nascimento. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Dissertação de Mestrado. UFCG. Campina Grande, 2007.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINSKY, Carla Bassanezi. **O Historiador e suas fontes**. – São Paulo: Contexto, 2009.

Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. **Dossiê Infância e adolescência**. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 19, nº 37, 1999.

RIBEIRO, Gladys Sabrina (org). **Brasileiros e Cidadãos: modernidade política 1822-1930**. – São Paulo: Alameda, 2008.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva (Org). **Inventário do Projeto “Repensando as Relações de Gênero nos Processos Crimes em Uberlândia – 1970 – 1980”**.

SANTOS, Harriet Karolina Galdino dos. **Higienização e sanitização na sociedade campinense dos séculos XIX e XX**. Artigo referente à terceira nota da disciplina de História de Campina Grande.

SANTOS, Herry Charriery da Costa. **“Amo-te como os Anjos amam a Deus”: O crime passionnal e a**



violência de gênero em Campina Grande (1890-1940). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, 2009.

SANTOS, Yony Alves dos. **A Cultura da Violência no Cotidiano Escravista: Re-significando processos-crime de Arraias do século XIX.** Monografia apresentada na UFT. Palmas – TO, 2004.

SILVA, Cesar Mucio. **Processos-crime: escravidão e violência em Botucatu.** – São Paulo: Alameda, 2004.

VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Imperial** – Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VALLADÃO, Haroldo. **História do Direito especialmente do Direito Brasileiro.** – Rio de Janeiro. Freitas Bastos, 1977.

Processos Criminais do arquivo do 1º Tribunal do Júri da Comarca de Campina de Grande

Processo “Vicente”, 1866.

Processo “Anna Maria Guimarães”, 1881.



REVISITANDO O TEMA DA GUERRA ENTRE OS ÍNDIOS PURI-COROADO DA MATA CENTRAL DE MINAS GERAIS NOS OITOCENTOS: RELAÇÕES COM O ESTADO, SUBDIFERENCIAÇÕES ÉTNICAS, TRANSCULTURAÇÕES E RELAÇÕES TENSIVAS NO VALE DO RIO POMBA (1813-1836)

José Otávio Aguiar

Doutor em História e Culturas Políticas pela UFMG

Pós-Doutor em História pela UFPE

Professor da Universidade Federal de Campina Grande

(j.otavio.a@hotmail.com)

RESUMO

Para aquém dos recentes esforços de pesquisa arqueológica, que tem revelado dados promissores, não obstante ainda permaneçam sem suficiente conexão entre si, pretendemos, nesse ensaio, contribuir para a percepção das especificidades dos relatos sobre as etnias Puri e Coroados da Zona da Mata Central de Minas Gerais nas últimas décadas do século XVIII e nos primeiros treze anos do século XIX. Suspeita-se, por afinidades lingüísticas, que estes índios fossem de etnia Macro-jê, e, sabe-se, por uma seqüência de dados concatenados que sua biologia e cultura foram um dos vetores essenciais para a formação das que hoje se encontra na região do vale de um dos principais afluentes do Paraíba do Sul: o Rio Pombo. Percorrendo listas de documentos dispersos nos arquivos de paróquias ou consultando as seqüências organizadas no princípio do século XX. Na Revista do Arquivo Público Mineiro, abriremos campo para a leitura de relatos sobre os primeiros contatos interétnicos e transculturais, na construção do substrato de cultura híbrida que se formou naquela zona de contato, buscando levantar hipóteses sobre sua forma de conceber, promover e ritualizar a guerra.

Palavras-Chave: Guerra, Etnias Puri-Coroados, Ethnohistória Indígena, História Socioambiental



ABSTRACT

For behind the recent efforts of archaeological research which has shown promising data, although still remain without sufficient connection to each other, we intend in this essay contribute to the perception of the specific accounts of ethnic and Puri Crowned Zona da Mata Central de Minas Gerais in the last decades of the eighteenth century and the first thirteen years of the century. It is suspected by linguistic affinities, that these Indians were ethnic Macro-Ge, and, you know, for a data stream concatenated to their biology and culture were one of the vectors essential to the formation of which is now in the region Valley one of the main tributaries of the Paraíba do Sul: the River Dove, or Pigeon River, but also appears in the documentation of the time. Going through lists of documents scattered in the archives of the parishes or by viewing the sequences organized in the early twentieth century. In Revista do Arquivo Público Mineiro, will open the field to read reports of the first inter-ethnic and cross-cultural contacts in the construction of the substrate of hybrid culture that was formed in that area of contact, seeking to raise hypotheses about the way they develop, promote and perform ritualstowar.

Keywords: War, Ethnicity Puri-Crowned Ethnohistory Indigenous Environmental History

1. Primeiras palavras

O Vale do Rio Paraíba do Sul, tradicional região oitocentista de produção escravista cafeeira, foi estudado sob diversas perspectivas ao longo das últimas décadas do século XX, por uma historiografia dedicada aos temas de história social da plantation e do abastecimento de gêneros alimentícios para o Centro-sul. A sociedade que se formou para este cenário, entretanto, se gestou em um período anterior, quando as reservas auríferas de aluvião se esgotavam na região Mineradora Central das Minas Gerais e proprietários de escravos, em levadas diversas e sucessivas, se dirigiam para os matagosos sertões do Leste, região ainda indevassada e mantida pelo Governo da Capitania como “barreira verde” estratégica durante os três primeiros séculos da colonização, para impedir invasões externas e coibir o contrabando de ouro e diamantes. Lá, reuniam-se etnias indígenas suficientemente diversas entre si para que hoje, os pesquisadores, munidos que somos de nosso método singularizador e



conjuntista-identitário, nos sentíssemos incomodados com o amálgama a que foram submetidas pela memória construída oficial. Para aquém dos recentes esforços de pesquisa arqueológica, que tem revelado dados promissores, não obstante ainda permaneçam sem suficiente conexão entre si, pretendemos, nesse ensaio, contribuir para a percepção das especificidades dos relatos sobre as etnias Puri e Coroadó da Zona da Mata Central de Minas Gerais nas últimas décadas do século XVIII e nos primeiros treze anos do século XIX. Suspeita-se, por afinidades lingüísticas, que estes índios fossem de etnia Macro-jê, e, sabe-se, por uma seqüência de dados concatenados, que sua biologia e cultura foram um dos vetores essenciais para a formação das que hoje se encontra na região do vale de um dos principais afluentes do Paraíba do Sul: o Rio Pomba, ou Rio das Pombas, como também aparece na documentação de época. Estes índios eram numerosos e, em seu nomadismo, dispersos pela região. Sua importância para a economia e a cultura do Centro-Sul foi anotada pela sensibilidade de Waren Dean, que dedicou especial atenção aos conflitos que antecederam a formação da “clássica” sociedade da região. Percorrendo listas de documentos dispersas nos arquivos de paróquias ou consultando as seqüências organizadas no princípio do século XX na Revista do Arquivo Público Mineiro, abriremos campo para a leitura de relatos sobre os primeiros contatos interétnicos e transculturais, na construção do substrato de cultura híbrida que se formou naquela zona de contato, buscando hipotizar sobre sua forma de conceber, empreender e ritualizar a guerra.

2. Índios, Colonos, Estrangeiros e Foras da Lei e a paz nos sertões do Rio Pomba



São João Batista do Presídio, localidade da qual nos ocupamos agora, era situada em meio a uma mata densa, formada por árvores consideradas muito altas. As rústicas residências dos portugueses, mais ou menos em número de 30, seguidas por algumas senzalas de escravos, dispunham-se em círculo ao redor de um campo central que assumia quase um papel de praça.³⁰ Em um outeiro modesto, erguia-se uma capela, ladeada por uma construção fortificada, porém, precária, caiada de branco e de apenas um pavimento, que funcionava como sede da autoridade militar e presídio destinado à correção de degredados da Capitania de Minas por meio de trabalhos forçados.³¹ Muitos, havendo transgredido a lei nos principais centros mineradores, uma vez refugiados no sertão, eram tolerados em razão de estarem povoando regiões até então inexploradas. Foi o que anotou Freireyss: “*O presídio de São João Batista, como todos os presídios, teve sua origem no estabelecimento de vários criminosos fugidos da justiça, que solicitaram do governo a proteção contra os selvagens*” (FREIREYSS, 1982:82).

Não muito longe da Igreja, dentro do mesmo círculo de casas, situava-se a residência do vigário.³² Nas cercanias do arraial, havia aldeias dos Coroado e Coropó, índios que estabeleciam relações de comércio e cumpriam ofícios religiosos no âmbito da sociedade luso-brasileira que ali se estabelecera, cultivando lavouras em suas terras. Essas tribos, originalmente nômades, já haviam em parte se sedentarizado. Neste sentido, Spix e Martius atentaram para uma outra função do Presídio: “*(...) transmitir a civilização aos índios (...)*” (SPIX; MARTIUS, 1981: 221). Deveria aquele arraial assumir a função de entreposto de descaracterização cultural.

³⁰ Sobre a população das vilas de São Januário de Ubá e São João Batista do Presídio, Cf. listas nominativas detalhadas que informam a idade, o sexo, o estado civil e a localização das residências dos habitantes internos e externos desses aglomerados de fogos luso-brasileiros. Grande parte dessa população era índia ou mestiça. Cf. Arquivo da Câmara Municipal de Mariana. Cód. 398.

³¹ Veja ainda, a respeito do Presídio de São João Batista: SPIX, Joham Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817- 1820**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, V.1. p. 221.

³² ESCHWEGE descreveu desta forma sua chegada ao Arraial: “*Após três léguas de marcha atingimos o topo da serra de São Geraldo, em frente à qual se eleva, mais alto ainda, a Serra da Onça. Ambas cercam uma região com pequenas colinas, na qual se situa o presídio de São João Batista, aonde chegamos por volta das três horas da tarde. Hospedamo-nos na casa do diretor – geral dos índios, capitão Marlière, natural da França. [...] No presídio as casas são de construção pobre, não se vendo prosperidade em lugar nenhum.*” (ESCHWEGE, W. L. op. cit., p. 139).



Convivendo com o povo dos arraiais, alguns índios haviam incorporado certos valores daquela sociedade egressa das regiões mineradoras. Muitos, abrigados em casebres à semelhança dos portugueses e unidos a eles por casamentos interétnicos, criados como curucas, fora do convívio das tribos e submetidos, muitas vezes, a trabalhos compulsórios - num verdadeiro processo de escravidão velada - mal se diferenciavam de um escravo, ou de qualquer pobre livre.³³ A maioria, entretanto, não obstante as décadas de contato, era considerada arredia e desconfiada. Sua cultura nômade prevalecia para além das imposições da catequese, para o desespero dos mais persistentes missionários.

Considerados súditos da Coroa desde as reformas pombalinas, os Coroado e Coropós, índios aldeados pelo padre Manuel de Jesus Maria, sentiam-se no direito de enviar uma petição ao Rei solicitando a punição dos que usurpavam as terras que, por uma concessão régia, lhes pertenciam.³⁴ Falecido em 1811, o vigário mestiço não mais os representava frente às autoridades contra os colonos. Seu diretor de índios era por eles acusado de corrupção e conivência nas usurpações de terras. A função de Diretor-Geral incluía justamente defender os Coroado de tais usurpações. Aldeando os índios que se sujeitavam, deveria ele incentivá-los a cultivar a terra e os introduzir gradativamente no sistema de relações sociais de produção desejado pelo Estado Português. Por dez anos, esses índios eram isentados de todos os impostos, tendo ainda o direito a certa provisão de fubá, milho e instrumentos agrícolas e domésticos de ferro. O diretor deveria, também, puni-los nos seus “crimes” e “insubordinações”, estendendo um braço da justiça real até os aldeamentos. Certas leis asseguravam aos diretores o excedente de produção dos aldeamentos. No caso de São João Batista, no entanto, todos os esforços no sentido de que os índios produzissem algo além do estritamente necessário à sua subsistência em cana-de-açúcar, milho e mandioca haviam-se mostrado inúteis. Geralmente os diretores utilizavam-se do trabalho voluntário dos índios aldeados que o trocavam por um salário irrisório ou por espécie. Esse trabalho parcamente remunerado era

33 Um exemplo pode ser encontrado na carta que o Conde de Valadares dirigiu ao Marquês de Pombal em 1772 informando sobre um índio, residente na fazenda do Cônego da Sé de Mariana, que estaria sendo tratado como escravo. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Conselho Ultramarino, Brasil, Minas Gerais, Caixa 103, documento 87.

34 Para uma análise do Diretório dos Índios, documento colonial que vigorou, a partir da administração do Marquês de Pombal entre 1757 e 1798, confira o trabalho de Rita Heloisa de Almeida: ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do Século XVIII*. Brasília: UNB, 1997.



frequentemente direcionado às derrubadas de mata ou à colheita das chamadas drogas do sertão. Qualquer tentativa mais brusca de conseguir direcioná-lo à força para outras culturas resultaria na explosão de uma guerra já há muito iminente.³⁵ Dada à impossibilidade de se submeter um grande número de índios ao volume de trabalho necessário para os seus lucros, os fazendeiros importavam escravos negros. O Padre Francisco da Silva Campos recomendara, uma década antes, que escravos iniciados em ofícios convivessem com os índios a fim de “industrializá-los”. O francês, entretanto, contrário à escravidão, acreditava que tal contato somente contribuiria para viciá-los, já que a convivência com a opressão e, mais ainda, sua aceitação, degeneraria, com grande prejuízo, àqueles “homens simples”.

Freireyss, em sua visita ao Presídio em 1814, forneceu-nos estatística dos aldeamentos, já então sob o comando de Marlière. Se tais números naturalmente não se investem de grande precisão, não deixam de refletir, até certo ponto, uma estimativa interessante para os habitantes índios já sedentarizados de uma área de 20 léguas quadradas à volta do Presídio. Os Coroados, incluindo mulheres e crianças, alcançariam 2.000 indivíduos. Os Puri contariam 500.

Um número de 200 Coropós (a que o autor chama Carajás), habitava, então, São Manoel do Pomba. Estes últimos que já, há 50 anos, conviviam com os portugueses, haviam perdido muitos referenciais de sua cultura original. Seu número reduzido refletia, por um lado, as constantes fugas e migrações de famílias insatisfeitas e, por outro, as epidemias de varíola que vez por outra os atacavam.³⁶

Havia, ainda, no imaginário dos homens que ocupavam a direção do Estado, muito das representações jesuíticas do índio catequizado, de alma pura e vitimado pelo colono ambicioso: quase um mártir. As batalhas que destruíram as Missões Jesuíticas do Sul do Brasil e da Amazônia Meridional eram ainda lembradas, com relativa frequência, nos meios políticos. É possível que tais representações continuassem exercendo uma forte presença nos círculos religiosos.

A surpresa, assim como a estratégia, fazia parte da cultura daqueles índios tidos, então, como “pacificados”. Sua cultura essencialmente guerreira valorizava, com certeza, as artimanhas que

³⁵ Ver sobre essas informações: SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P von. op. cit., v.2. p. 221.

³⁶ Ver: FREIREYSS, G. W. op. cit. p. 121. Veja: Documentos sobre o envio de vacinas para o combate à varíola nas Divisões Militares do Rio Doce: Arquivo Público Mineiro, São Paulo. p. 1-15, Cx. 92, Doc. 26.



ludibriavam o inimigo. Não são raros os casos em que, no imaginário do povo do sertão, os índios eram comparados às onças por sua natureza traiçoeira. Pensar sobre isso nos faz relativizar velhos conceitos sobre uma pretensa domesticação dos Coroados. Catequização rápida e eficaz ou estratégia de sobrevivência? Alguns relatos de época nos levam a suspeitar seriamente da segunda opção.

O padre de São João Batista, expressando seu alheamento em relação à cultura dos índios que catequizava, afirmou para o Príncipe Maximiliano, que o visitou em 1815, que não havia encontrado qualquer idéia religiosa entre os Coroados (WIED NEUWIED, 1940: 114). Talvez nunca houvesse se interessado verdadeiramente pelas práticas e concepções religiosas dos índios, ou estes as ocultassem, no intuito de preservá-las. Os Coroados não utilizavam o cemitério cristão, preferindo enterrar seus mortos segundo suas tradições. O fato surpreendeu Eschwege, quando de sua visita ao amigo Marlière em 1814. O estudioso alemão deixou registradas suas impressões a respeito da religiosidade dos Coroados, marcada pelo que entendia serem “*superstições de feitiçaria*” em seu *Jornal do Brasil*:

Devo mencionar aqui a superstição e particularmente a crença deles em feitiçaria baseada em forças sobrenaturais que um ou outro entre eles possui. Acredito que essa fé existente há muito tempo entre eles, por se encontrar fortemente enraizada [...] Assim acreditam que toda doença de que são acometidos tem sua causa em algum feitiço, procurando logo a cura por intermédio de outro feitiço. Certa vez, um índio chegou ao cemitério cristão bastante perturbado. Queria desenterrar seu filho, enterrado ali havia apenas alguns dias, para cortar-lhe um pedaço da pele ou do couro cabeludo e extrair uma substância mágica, com a qual pretendia matar a pessoa que teria matado seu filho por meio de feitiço. [...] Muitos dentre eles, tanto homens como mulheres são conhecidos como bruxos. Alguns dos mais velhos, também conhecidos como feiticeiros, conseguem invocar os mortos. Chegam até a conversar com eles em voz alta, na presença de várias pessoas. Invocam normalmente, somente as almas de seus parentes, quando partem para uma guerra contra os puris ou quando avançam demasiadamente pelas matas à procura de ipecacuanha. [...] A invocação dos mortos é feita sempre durante noites escuras. O feiticeiro coloca um cachimbo na boca, sempre acompanhando sua invocação com

muitas baforadas, e logo em seguida ouve-se um estrondo distante, semelhante a um tropéu de cavalos. Finalmente chega o espírito invisível. O feiticeiro, sem parar de fumar, vai fazendo suas perguntas, às quais o espírito responde tão rápido e incompreensivelmente que somente o feiticeiro consegue entendê-lo. Perguntas feitas a respeito do além, sobre como lá seria, são respondidas de maneira ambígua pelo feiticeiro, que às vezes nem as responde. Após ter sido suficientemente interrogado, o espírito se despede. Após ter sido suficientemente interrogado, o espírito se despede, gritando três vezes, como um macuco (um pássaro das matas locais de grito triste). O terrível estrondo recomeça. Com isso, encerra-se a invocação (ESCHWEGE, 2002: 103-4).

Desqualificado com a pecha de superstição, o ritual indígena é também interpretado como artifício dos “feiticeiros” para enganar, amedrontar e submeter um povo ingênuo: “*É estranho que tal tipo de charlatanismo possa ser encontrado tanto entre os povos civilizados quanto entre os povos selvagens*” (Idem, ibidem: 104).

O silêncio do “feiticeiro” perante as perguntas do estrangeiro permanece, entretanto, intocado. Os índios não falavam muito a respeito de suas crenças religiosas. Seu sistema de cosmogonias e teogonias permanecera distante da etnocêntrica percepção européia que procurava organizá-lo em equações simplistas.³⁷

Alguns meses depois, narrando seu encontro com os puri de São Fidelis, um aldeamento na província do Rio de Janeiro, Maximiliano observou: “*Presenteamos as mulheres com rosários, porque tinham predileção, embora arrancassem a cruz e se rissem desse emblema sagrado da Igreja Católica (...)*” (WILD NEUWIED, 1940: 110-1).

As missas e batismos, por seu conteúdo ritualístico, deveriam despertar certa dose de curiosidade nos índios, interpretada pelos sacerdotes como devoção. A amizade que devotaram aos clérigos que se mostravam pródigos em lhes ofertarem presentes e fiéis em defender-lhes dos ataques

³⁷ Algumas estratégias de enfrentamento por meio de aparente aceitação foram abordadas por Eduardo Viveiros de Castro, ao analisar certos textos de Manoel da Nóbrega e Antonio Vieira sobre as dificuldades enfrentadas para se “catequizar” os Tupi nos séculos XVI e XVII. Veja: CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e A murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.35. p. 21-74, 1992.



dos colonos, ou até mesmo a Marlière, mais preocupado com a “educação civil” do que com a “catequética”, escondia, freqüentemente, uma dissimulada manutenção de valores culturais e religiosos praticados por todos na intimidade da nação, mas escondidos aos brancos, que se enfureceriam ao constatar-lhes a sobrevivência. Incorporar certos valores da cultura dominante era também uma tática, uma forma de lutar para sobreviver culturalmente.

Os Coroados não eram invadidos em seus territórios somente pelo contingente de luso-brasileiros que, na ávida procura por terras e riquezas naturais, varava o sertão. Uma gama variada de tribos inimigas em disputa por condições de caça e coleta mais abundantes produzia, em sua sociedade, uma atitude de constante defesa. Estas nações indígenas não se valiam de uma tranqüila confiança em qualquer grupo humano além do seu. Seu estilo de sociedade e cultura baseado na guerra não deixava muitas alternativas aos homens: ao guerreiro freqüentemente não restava outra opção além da guerra.³⁸

Atacados com insistência pelos colonos, os índios haviam respondido com violência correspondente por décadas a fio. Contatados finalmente de forma menos violenta por missionários eclesiásticos, acomodavam-se aos desejos dos brancos para preservar um mínimo espaço de sobrevivência. Por trás da acomodação, eram constantes as estratégias de luta. Os diretores de índios tinham víveres e ferramentas de ferro que facilitavam sobremaneira o trabalho, sob certas condições – a aceitação da Religião Católica era uma delas – religiosos como Jesus Maria ofereciam proteção contra o ataque das tribos inimigas. Em dadas ocasiões, representavam temporariamente reforços aos ataques indígenas, neutralizando a ação dos tão odiados adversários.

Spix e Martius reforçam-nos o argumento da dissimulada religiosidade dos índios:

Em espalhar entre os índios o cristianismo, muito se tem esforçado certamente o padre e, em geral, os portugueses, em São João Batista; de fato, porém, mesmo os coroados e coropós mais civilizados não têm até agora idéia da essência da religião

³⁸ Esta percepção do caráter essencialmente guerreiro da cultura indígena já estava presente em obras como: CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. Confira também: DUARTE, Regina Horta. Histórias de uma guerra: os índios Botocudos e a sociedade oitocentista. *Revista de História*, São Paulo, n.139. p. 35-53, 1998. A análise da autora centra-se no âmbito da sociedade dos Botocudos do Vale do Rio Mucuri na segunda metade do século XIX e inspira-se nos textos de Clastres.



cristã, e apenas tomam parte nas formalidades do culto, e assim mesmo sem persistência. Na verdade, não é raro recorrerem esses homens da natureza para casamento e para batismo dos filhos; todavia só os atraindo ali a cerimônia de culto, que eles presenciam admirados sem demonstrar emoção nem reflexão [...] (SPIX; MARTIUS, 1981: 241).

Caso significativo de rompimento com a sociedade luso-brasileira é o do padre Pedro da Mota, índio croato educado junto ao Bispo em Mariana, na segunda metade do século XVIII. Sua ordenação devera-se ao financiamento completo de seus estudos, levado a cabo pelo guarda-mor Manoel da Mota Andrade, morador da freguesia da Pomba, conforme consta na petição enviada ao Rei por Manuel de Jesus Maria em 1782. A severa educação eclesiástica que recebeu era conduzida no intuito de que se tornasse um catequizador de seu povo, e ele realmente chegou a se destacar nesta atividade, a ponto de ser condecorado com o Hábito de Cristo e receber uma paróquia para si. Alguns anos mais tarde, decepcionado com os valores da sociedade luso-brasileira, na qual parcialmente formara-se, revoltou-se contra a Igreja, despiu-se e retornou às matas como um líder índio, vindo a ter em breve muitas mulheres e filhos, embora, mais tarde, tenha se arrependido e voltado a ser padre.³⁹ São raros os casos de padres índios na colônia: dentre eles poderíamos citar, no Nordeste, Antônio Alves da Cunha, natural de Extremoz, na Capitania de Pernambuco, coadjutor de Santo Amaro, ordenado por volta de 1773, juntamente com seu irmão de tribo, chamado Antônio Dias da Fonseca. Nas Capitanias meridionais, destaca-se o caso de José Inácio Ferreira da Silva, índio guarani natural da Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha, no Rio Grande do Sul, que foi ordenado no Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1783.⁴⁰

A redução dos índios em aldeamentos, além de submetê-los mais largamente aos perigos das epidemias, muito frequentes na região ao longo dos séculos XVIII e XIX, sujeitava-os mais

³⁹ Sobre o Padre Pedro da Mota (por engano também chamado Filipe), discípulo de Manuel de Jesus Maria confira: Processo de habilitação do Padre Pedro (Filipe) da Mota Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (armário 10, pasta 1736). Veja também FREIREYSS, J. W. Carta ao Sr. Freireyss. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.6. p. 236-237, 1900-1901.

⁴⁰ Ver sobre os casos de padre índios na América Portuguesa: RUBERT, Arlindo. **A Igreja no Brasil: expansão territorial e absolutismo estatal (1700-1822)**. Santa Maria: Pallotti, 1988. V.3. p. 291.



facilmente aos abusos e desmandos cometidos por parte dos sitiantes. É interessante observar como rapidamente, num intervalo de apenas cinco anos, a representação dos colonos de Guarapiranga, enviada ao rei Dom João V, contra os ataques dos índios residentes nos arredores deste arraial, seria sucedida por uma carta dirigida a Dom José I, o rei sucessor, na qual se denunciavam violências cometidas, agora pelos colonos, contra alguns destes mesmos índios já sedentarizados. Fora da mata, espaço preferencial para o desenvolvimento das estratégias de combate que lhes garantiam certa superioridade tática, viam-se os nativos em clara desvantagem. A surpresa e o conhecimento da mata faziam o sucesso de suas rápidas investidas.

A fixação territorial dos índios promovia uma espécie de convivência obrigada entre suas diferentes nações e luso-brasileiros de vária extração: militares, representantes eclesiásticos, criminosos foragidos ou condenados a degredo, comerciantes, sesmeiros, colonos pobres, escravos e libertos. Cada pai de família índia, ao renunciar à totalidade de seu espaço vital, recebia em terras o que, na época, equivalia a um quarto de sesmaria (cerca de 100 hectares). Caçadores e coletores, acostumados a um estilo incipiente de agricultura que se restringia ao cultivo de pequenas plantações, abandonadas com as migrações constantes, os índios, por suas tradições culturais, não se adaptavam a uma vida sedentária. Obrigados a permanecerem nos aldeamentos, tornavam-se extremamente dependentes dos favores da igreja ou do governo: a prática de seus costumes tribais era então inferiorizada e ridicularizada ao máximo, no sentido de que, abandonando sua identidade, incorporassem um novo ideal de homem submisso, entregue aos desígnios do Estado: estava, então, dado o primeiro passo rumo à morte de suas culturas. Podemos interpretar que a preferência dos índios pela coleta da poaia, em detrimento da agricultura, para a qual tanto eram incentivados, representava também uma estratégia de manutenção de seu nomadismo e fuga a sedentarização.

A vida nômade dos homens da mata incomodava sobremaneira aos nobres portugueses que governavam a Capitania. Talvez, influenciados pelos reflexos do reformismo ilustrado sobre as políticas de distribuição e utilização racional da terra, ou tomados pelo pragmatismo da época, não conseguissem entender como as nações indígenas necessitavam de tamanha proporção de espaço territorial para sobreviver. Identificando as matas como terrenos incultos, procuravam reduzir os índios em aldeamentos, e a palavra redução, forjada no embalo das missões jesuíticas dos séculos XVI e XVII, não está aí em vão. Reduzir os índios era reduzir o seu espaço vital a um pequeno pedaço de terra, restrito a famílias particularizadas, em oposição ao espírito coletivo inspirado pela



idéia de aldeia. O restante do território seria ocupado por “gente civilizada” em busca de sobrevivência, dado em prêmio aos gentis homens da corte ou ofertado a algum plebeu digno de nota por seus esforços ou posses. Para estes últimos, uma vez recebida a terra, os índios passavam a representar o maior e mais incômodo obstáculo.

As terras indígenas começaram, já por época da primeira ocupação, em meados do século XVIII, a serem transferidas para portugueses, e a escassez de registros que delas dêem conta confirma sua quase total usurpação. Terras pertencentes a Coroadó e Coropós desde os aldeamentos do padre Manuel de Jesus Maria, já eram vendidas por preços irrisórios na década de 20 do século XIX.

Também comuns, embora menos numerosos, foram os litígios entre colonos pela posse de terras.⁴¹ Freireyss nos relatou alguns episódios posteriores à chegada de Marlière ao presídio que dão notícias claras da ocorrência de conflitos familiares:

[...] assassinos. Também os habitantes do presídio de São João Batista pertenciam a essa classe quando Marlière foi nomeado diretor dos índios e foi-lhe confiado o policiamento. Poucas semanas após sua chegada aconteceu o seguinte: Três irmãos estavam em briga por causa da herança do pai; os dois mais moços estavam contra o mais velho, do qual exigiam a entrega de um documento recusado por ele. Um dia, e sem que tivesse precedido qualquer alteração, o irmão mais moço abraçou o mais velho que, admirado por esse fato, lhe perguntou o que isso significava, quando no mesmo instante o terceiro irmão o atravessou com uma faca, por detrás. É de notar que um ano antes o assassinado matara um outro homem [...]
(FREIREYSS, 1982: 104-5).

De certa forma, o conflito pela posse de terras, onipresente neste período, já havia antecedido em muito tempo a chegada dos colonos à região. Sua presença acirrou enfrentamentos preexistentes entre as tribos inimigas que, agora, deveriam dividir seus territórios com mais um intruso. Pelo controle de um dado espaço vital, nações indígenas massacraram outras ainda no século XVIII. Os Arari ou Araré, habitantes da Serra da Mantiqueira, já haviam sido extintos nas últimas

⁴¹ Ver diversos casos de litígio em: CARRARA, A. A., op. cit. p. 35, 36, 37.



décadas do século XVIII pelos constantes e devastadores ataques dos Coroado dos rios Pomba e Xopotó. Os Mariquitá, que ocupavam as encostas da mesma serra por esta época, foram combatidos, até o total desaparecimento, por seus inimigos Cataguás. Era a disputa acirrada pelo espaço vital. Expulsas de seus territórios, as tribos usavam de extrema violência para desalojar qualquer nação ou aldeia indígena que emperrasse o seu caminho.⁴²

3. Garapé: a guerra entre os Puri e os Coroado

O caráter essencialmente guerreiro das sociedades indígenas de etnia Jê das florestas da América do Sul foi sugerido por Pierre Clastres, que via também na ausência do Estado ou de órgãos burocráticos e autoridades com poderes permanentes (Fé, Lei e Rei) uma vontade política de recusar tais instituições. (CLASTRES, 1982) Sua contribuição para os estudos da guerra e da estratégia entre os índios vai além da simples constatação de que a recusa à autoridade poderia significar um desejo de não submeter-se a ela e não simplesmente um estado evolutivo pré estatal. Em sua concepção, a sociedade indígena, ao mesmo tempo em que recusava a hierarquia rígida e a desigualdade social, – trabalhando somente o suficiente para garantir seu bem estar, sobrevivência e lazer – instituía a guerra como condição de sua existência, já que a força centrífuga que os constantes conflitos geravam não permitia uma unificação estatal. Assim, para Clastres, “*A sociedade primitiva é sociedade contra o Estado na medida em que é sociedade para-a-guerra*” (CLASTRES, 1982: 203).

Carlos Fausto, em seus estudos sobre a guerra entre os índios brasileiros, corrobora as afirmações de Clastres, restringindo-as, entretanto, àquelas sociedades que se relacionariam com o exterior por meio de contatos fundamentalmente predatórios. Onde a predação imperasse, haveria sociedades dispersas, atomizadas. Este tipo de perspectiva separa, – embora não de forma absoluta, mas antes, intercambiável – de um lado, aquelas que seriam sociedades predominantemente baseadas na troca e, de outro, aquelas que investiriam majoritariamente na predação (FAUSTO, 1999: 276). Na visão deste antropólogo, essa predação, essa simultânea destruição e incorporação, visaria reproduzir mais do que tudo pessoas e não objeto como acontecia nos conflitos armados da sociedade européia. Através de uma espécie de *consumo produtivo*, os índios construiriam social e

⁴² Ver sobre estas informações: SALGADO, Elizabeth de Souza. **Aldeamento indígena na região da Mata Mineira e Vale do Rio Doce: Presídios de Abre Campo, Rio Pomba e Cuieté (1730-1850)**. 1986. p.11, 12.



culturalmente pessoas no interior de seu grupo por meio da destruição de elementos humanos provenientes de outros. Morto o opositor, um outro tipo de relação estabelecer-se-ia com ele. O assassinato seria a operação pela qual um convívio de inimizade real se converteria em uma relação simbólica de controle, caracterizada por uma *predação familiarizante*, que, contudo, não poderia restringir-se ao indivíduo, mas antes ser também compartilhada socialmente pelos demais membros da comunidade por meio de certos rituais de guerra (Idem, *ibidem*).

Generalizações a respeito de conceitos como “guerra indígena” e “sociedades sem Estado” podem conduzir a equívocos; principalmente se estivermos inclinados a interpretar estes instrumentos de compreensão como tentativas de reunião de culturas com diferenças significativas – características de seus processos específicos de formação social e histórica – em um mesmo modelo estático e fechado. A prática da pesquisa empírica aponta para múltiplas e significativas diferenças nas formas pelas quais as culturas indígenas da América do Sul encaravam a guerra. Além disso, embora possamos levantar hipóteses, não há como precisar em que medida as formações culturais a respeito das quais nos informam os relatos dos viajantes – marcados eles também por sua carga de subjetividade – poderiam remeter-nos a concepções características das sociedades indígenas em questão ou a formas híbridas, surgidas a partir da interação, que sabemos ter sido constante, entre a sociedade luso-brasileira de entorno, as diferentes nações indígenas, etc. A constatação da diferença e da variação não deve, entretanto, nos fazer esquecer de que as formas culturais, embora submetidas ao devir histórico, podem se manifestar com certas semelhanças. Isso parecerá mais plausível, na medida em que constatarmos que aqueles grupos indígenas cujas manifestações culturais procuramos compreender tiveram, em um passado mais ou menos remoto, ligações e parentescos lingüísticos e culturais.⁴³

Como lembra Carlos Fausto:

Há uma recorrência muito grande de práticas e representações em áreas tão afastadas quanto às florestas tropicais equatorianas e a costa brasileira, em tempos

⁴³ Para mais informações sobre a filiação lingüística dos troncos Jê, Macro-Jê e Tupi veja: URBAN, Greg. História da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 87-102. Ver também: RODRIGUES, Airton Dall’Igma. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.



tão distantes quanto o século XX e o século XVI, em grupos tão diversos quanto os Yanomami e os Munduruku. Em todos estes contextos, temporalidades e sociedades, vemos o comportamento bélico articulado a um conjunto de assunções bastante sistemáticas, que dizem respeito à relação com o exterior e à produção do interior [...] (Idem, ibidem).

Fraturando as convenções antropológicas para que possam auxiliar-nos em nosso diálogo com fontes marcadas por particularidades históricas não abarcadas pelos “modelos gerais”, não precisamos necessariamente cunhar novos conceitos. Basta não perdermos de vista a especificidade de nossos objetos. Conheçamos, portanto, primeiro os povos que guerreavam na zona da Mata por ocasião da direção de Marlière.

As mais antigas notícias que se têm dos Puri, Coroado e Coropó remontam aos séculos XV e XVII quando os portugueses, ao se estabelecerem no Planalto de Piratininga e estenderem suas bandeiras pelo interior, exploraram e escravizaram as tribos dos Guaianá, Goitacá, Tupiniquin, Tupinambá, Carijó e Guarani.⁴⁴ Para alguns, os últimos descendentes dos Goitacá, habitantes do litoral norte do que hoje é o Estado do Rio de Janeiro, seriam os Puri, refugiados nos Vales dos rios Paraíba, Paraibuna e Pomba. Para Wladimir José Luft, arqueólogo que desenvolve pesquisas a mais de uma década na região da Serra da Piedade, próximo ao atual município de Visconde do Rio Branco, as sociedades Puri e Coroado com as quais Marlière entrou em contato na Zona da mata Central teriam se desenvolvido no vales fluviais pertencentes ao complexo da Bacia do Rio Pomba. Este autor destaca os constantes relatos sobre as diferenças físicas entre os Puri e os Coroado e levanta dúvidas a respeito de sua possível origem comum. Tributa ainda a denominação *Coropó* (ou *Cropó*), presente na documentação luso-brasileira sobre os índios do rio Pomba, a uma corruptela regional da denominação *Coroado* (LUFT, 2000: 79). Guido Thomaz Marlière, em uma carta a Auguste de Saint-Hilaire datada de 1824, opinou pela origem mineira daqueles índios:

⁴⁴ Um representante dos defensores mais antigos da origem paulista dos índios Puri e Coroado é: REIS, Paulo Pereira dos. Os Puri de Guapacaré e algumas achegas à história de Queluz. *Revista de História*, São Paulo, v. p.117-158. 1961.



Os Coroados são oriundos de Minas: foram atraídos aos Campos dos Goitacazes por uns Missionários do lugar, que entraram nesta Província em 1702. Um deles foi Fr. Antonio da Piedade, Diretor da Aldeia de Santo Antonio dos Guarulhos (nome que os Portugueses deram aos Goitacazes). Fr. Antonio da Apresentação, outro Missionário, fez em 1727, uma segunda entrada em Minas; aí batizou e levou um grande numero de coroados aos Campos, aonde quase todos morrerão de uma Epidemia. Luiz Vahia Governava então o Rio de Janeiro, e deu para o Estabelecimento desses Coroados uma Léguas em quadra de terras nas margens da Pomba, e outros socorros à requisição dos Missionários; mas os que escaparão voltarão às minas atribuindo suas calamidades à mudança de Religião: os Missionários dizem: ‘(Prelazia Seráfica na Região d’América, A Fr. Appolinario da Conceição Edt 1733) que isso foi obra do Diabo’ porque não dizer da febre?⁴⁵

O francês Marlière, que foi Diretor de índios na região, deixou-nos, aqui, também, uma pequena história das tentativas de redução e catequização dos índios da Mata antes do grande projeto de construção do Aldeamento da Pomba, movido por Luiz Diogo Lobo da Silva. Eschwege e Freireyss, divulgando versão também defendida por Marlière, que afirmava tê-la ouvido dos Coroados, são unânimes em afirmar que os Puri, por sua vez haviam, em um passado que talvez remontasse a séculos, se apartado dos Coroados e dos Coropó. Desde então, tinham-se tornado terríveis inimigos (aremgrantshira), empenhados em uma ininterrupta batalha (garapé). Os Coroados eram assim chamados pelos portugueses devido ao hábito tribal de raspar os cabelos ao redor da cabeça, fazendo com que estes se assemelhassem a uma coroinha de padre. Maximiliano de Wied Neuwied observou que a língua dos Puri era diferente da que ouvira na maioria das outras nações indígenas, mas guardava claras e grandes afinidades com a dos Coroados e Coropó (WIED NEUWIED, 1940: 113).

Seria temerário optar, sem crítica, por qualquer dessas versões. Tanto os Puri como os Coroados guardavam entre si, como já o tem demonstrado a arqueologia, diferenças físicas muito marcantes. Considerar, entretanto, as versões de homens que com eles conviveram torna-se

⁴⁵ Carta de Guido Thomaz Marlière a Auguste de Saint-Hilaire, de 6 de dezembro de 1824. GUIDO..., 1905, op. cit., p. 520.



indispensável, já que os vestígios arqueológicos encontrados até o presente não permitem opinar com segurança. Estes relatos oitocentistas são a única fonte que nos resta.

Estudos mais recentes identificaram a língua desses índios no grupo Macro-Jê, que comportava em si os dialetos Kamakã, Maxacali, Botocudo, Pataxó, Puri, Cariri, Ofaié, Jeikó, Rikbaktsá, Guató, e, com menor grau de certeza, Bororo e Fulniô. As tribos cujo tronco lingüístico originara-se no Jê teriam se separado há aproximadamente 3 mil anos. As do Macro-Jê, ao qual pertenciam os já extintos dialetos dos Puri e seus derivados Coroado e Coropó, teriam enfrentado esta separação por volta de pelo menos 5 ou 6 mil anos. O tronco lingüístico Macro-Jê predominava no leste brasileiro, desde o Rio de Janeiro até a Bahia, reunindo em si nações de características culturais tão distintas como os Maxacali, os Botocudo e os Kamakã. Especula-se que essa poderia ter sido, num passado remoto, a região geográfica de origem e dispersão do Macro-Jê. Atribui-se, ainda, a origem de alguns cognatos a uma possível relação entre o Macro-Jê e o Tupi. Infelizmente para os estudiosos, a língua dos Puri já se encontra, hoje, extinta.

Segundo Eschwege, o significado do vocábulo *Puri*, na língua dos Coroado, poderia ser traduzido como “homens ousados.” Isso dever-se-ia ao fato de estes índios invadirem, de surpresa, as aldeias dos inimigos durante a ausência dos homens, ateando fogo a tudo e saqueando o que vissem pela frente. Não havia diferença na forma como Puri e Coroado se auto-denominavam: *“Interessante é que os puris também chamam os coroados de “puris”* (ESCHWEGE, 2002: 90). Talvez, inicialmente, e antes de sua utilização generalizada, o termo não se referisse às diferentes denominações tribais, mas, simplesmente, a um qualificativo que a elas se agregava, reunindo culturas sem dúvida bastante diversas, que contavam entretanto, com com uma longa história de convivência histórico-cultural. Eschwege registrou ainda relatos dos Coroados a respeito de sua origem étnica e do papel que os Puri nela desempenhavam:

Segundo o depoimento de alguns velhos índios, dividiam-se, antigamente, em três tribos; segundo outros, eles se subdividiam em apenas duas outras tribos; os Meritong e os Cobanipaque. Mesmo entre eles, permaneceu como nome da tribo coroados, de modo que somente alguns índios mais velhos ainda se lembram disso e podem dar informações. Também a maneira antiga de cortar os cabelos encontrava-se somente em muito poucos. Segundo tradições orais os coroados e os puris teriam

formado uma única nação, que se separou posteriormente em razão de uma rixa entre duas famílias importantes. É certo que as línguas dos coroados e dos puris apresentam muitas semelhanças, a ponto de os dois povos ainda se entenderem. Entretanto, o aspecto físico e o moral são diferentes. Os puris têm constituição física bem mais forte que os coroados, e nos homens destes últimos é especialmente notável o tamanho diminuto do membro viril. As feições, ou melhor, o aspecto geral dos dois povos é muito semelhante, porém os puris tem traços faciais mais agradáveis que os coroados, que são mais feios (Idem, *ibidem*).

Abstraindo-nos dos julgamentos estéticos veiculados pelo Barão Alemão, seria possível suspeitar que a terceira nação, citada a princípio, com pouca certeza, seria a dos que, na época, eram conhecidos como Coropó? A resposta a esta pergunta, se não está perdida para sempre, foge aos limites de nossas preocupações.

Afastando as idas e vindas da discussão sobre a origem desses índios, em nada essencial às nossas preocupações, voltemos a narrar a história dos combates travados contra os aguerridos índios Puri, nas duas primeiras décadas do século XIX. No ano de 1814, Guido Thomaz Marlière enviou uma “bandeira”, composta de portugueses da chamada esquadra do mato e de índios coroados, contra os Puri que haviam atacado e matado um rapaz residente no Presídio de São João Batista. De tal investida resultou a morte de um puri e o flechamento de um português, que, por fim, sobreviveu. Os Coroados solicitavam ao Capitão francês que lhes permitisse vingar-se de seus inimigos.

Em 1815, os puris novamente atacaram um índio coroados chamado Silvestre, matando-o juntamente com seus dois filhos enquanto trabalhavam nas plantações de sua aldeia, nas imediações de São João Batista. Desta vez, sob a permissão de Marlière, partiu do presídio um pequeno exército de coroados que bateu violentamente aos Puris. Ingir, o chefe dos Puris, morreu nesta ocasião. Marlière chocou-se ao ver os Coroados retornarem do combate arrastando o corpo do chefe inimigo acompanhado de vários pares de orelhas cortadas. Horrorizado com tal espetáculo, resolveu, a partir de então, não mais enviar bandeiras contra os índios considerados “bravos”, como até então se fazia. Buscou estratégias de conciliação mais diplomáticas, para além da utilização das seculares rivalidades indígenas para eliminar as aldeias não alinhadas à política dos diretores: *“Intentando eu*



por fim a essa Guerra desastrosa, e repugnante – mandei Oferecer a paz aos puris pelo modo usitado entre os índios.”⁴⁶ Entre os Puri e os Coroado, o gesto de paz consistia em dependurar malocas de espiga de milho ao longo de suas picadas mata adentro, como uma espécie de oferenda. Quando o inimigo comia o milho, não só a paz estava selada como os antigos desafetos eram recebidos amigavelmente.⁴⁷ As relações entre eles geralmente se baseavam em confiança quase absoluta ou em total inimizade e prevenção. Se havia entre os Puri e os Coroado alguma tradição de rituais periódicos de guerra, isso não nos informam as fontes. Parece-nos, entretanto, que as batalhas com outros índios revestiam-se de um caráter especial, diferente daquele que animava os combates com os luso-brasileiros. A predação interna entre os grupos tradicionalmente rivais e portadores de línguas semelhantes aparece como uma constante em toda documentação. Fora isso – como veremos nos episódios relacionados a Guido Pokrane e os bandos de índios que por ele eram comandados para atacar e predação aldeias puri – havia uma antiga inimizade para com os Botocudo. As guerras travadas com os colonos visavam garantir sua terra das invasões externas. Já as que se moviam contra as Etnias de língua semelhante tinham um valor simbólico bastante distinto. Elas não visavam a apropriação de bens materiais e mercantilizáveis, mas a produção de um guerreiro valoroso no interior do próprio sócius por meio de uma predação exterior (FAUSTO, 1999: 269). Os penachos na cabeça distinguiam os guerreiros mais experientes cuja idade e vivência de batalhas inspirava respeito aos demais. Essa distinção, entretanto, não se traduzia em obediência incondicional. A condição social de destaque do grande guerreiro coroadado se construía a partir da predação de guerreiros Puri: “Os mais jovens subordinam-se aos mais velhos e mais valentes, os quais usam bonitos penachos na cabeça para a distinção” (ESCHWEGE, 2002: 102). Tais chefes não eram obedecidos em todas as ocasiões. Sua autoridade estava em reunir todos para o combate: soando uma corneta feita com os ossos do inimigo ou com um chifre de boi: “(...) esse som furioso propaga-se de uma aldeia a outra, armando-se todos em poucas horas e dirigindo-se para a região de onde veio a chamada à guerra (...)” (Idem, ibidem).

⁴⁶ Relatório enviado em 1827 ao Conselho da Província de Minas Gerais. GUIDO..., 1907, op. cit., p. 526-527.

⁴⁷ Cf.: Relatório enviado em 1827 ao Conselho da Província de Minas Gerais. GUIDO..., 1907, op. cit., p.526-527.



Como nas observações de Carlos Fausto, temos aqui uma situação empírica em que a apropriação do outro se fazia por meio da predação. Uma vez morto, o guerreiro inimigo era incorporado socialmente não apenas a seu homicida, mas também ao corpo social a que este pertencia. Todos no grupo, mesmo os que não haviam participado diretamente do combate, participavam do alvejamento aos membros decepados dos inimigos:

O braço de um guerreiro puri morto na guerra é o maior símbolo de vitória para os coroados. As vitórias são comemoradas com uma festa, onde é servida com abundância a bebida fermentada feita com milho. O braço do puri morto passa de um para outro durante a dança e às vezes ele é colocado em pé e serve de alvo para as flechas. Outros o molham na bebida alcoólica, depois o molham e chupam-no e ainda o maltratam de toda a sorte, tudo isso ao som de hinos em louvor ao vitorioso e canções de repúdio e desprezo aos puris. Alguns transformam o osso do braço puri em corneta de guerra; às vezes o crânio do inimigo também pode servir a essa finalidade. Terminada a festa, as famílias se separam e voltam a viver isoladamente (Idem, *ibidem*).

Os grupos de índios Coroados raramente excediam ao número de 40 indivíduos. Sua organização social já estava bastante marcada pelas influências da sociedade colonial, mas, mesmo assim, os traços mais fortes como a vingança e a guerra se mantinham. Eschwege observou que entre eles não havia autoridade política forte, nem grande diferenciação social:

Vivendo em absoluta igualdade, como a maioria dos povos selvagens, pode-se dizer que os Coroados não têm praticamente forma alguma de governo. Ninguém exerce domínio sobre outro; todos são livres em seu agir. “(...) São raríssimas as brigas desencadeadas para decidir a posse de algo, se pertence a um ou a outro, porque as diversas famílias que habitam em uma aldeia moram muito distantes umas das outras, muitas vezes horas, havendo pouco contato entre elas. As diferentes famílias, que contam às vezes 40 membros, obedecem geralmente ao mais velho. Vivem em perfeita comunhão de bens, constroem suas cabanas em mutirão, plantam pequenas roças e caçam juntos e



desfrutam o resultado de seu trabalho coletivamente. Somente quando temem ataques dos bravos puris, ou quando querem atacá-los, todos se unem para a mesma finalidade (...)" (Idem, ibidem: 101).

Comparecendo pessoalmente ao local do tratado de conciliação, Marlière conseguiria estabelecer contatos pacíficos com aqueles índios. O fato de se colocar propositadamente ao alcance das flechas, tomando a dianteira nas negociações, parecia exercer certa influência sobre os índios que valorizavam a coragem guerreira como virtude maior, mas também sobre os soldados que passavam a admirar seu comandante por suas "perspicazes estratégias" e pelo seu "espírito destemido". Marlière deveria perceber o efeito de seus atos "corajosos" sobre todos eles, tomando atitudes propositadamente adequadas para promover sua popularidade. O contato com os índios fazia-se, então, para ele um grande laboratório para experimentações.

Nomeado Diretor dos índios do Pomba, passou a residir permanentemente na região. Revezava a sede de seu comando entre o quartel de São Manuel do Pomba e o de São João Batista, onde fixou residência até 1816. Dividiu os distritos indígenas em três: o dos índios Coropós, com sede em São Manuel do Pomba, o dos Coroado, com sede em São João Batista do Presídio e, a partir de 1819, o dos índios Puris, sediado em São Paulo do Manuelburgo. Esta última povoação foi formada, em parte, com os Puri que Marlière mandara combater em 1814 e 1815, na margem direita do rio Muriaé, algo acima de uma cachoeira. Ali estes índios tinham uma aldeia, e Marlière mandou construir, nas imediações, um quartel, uma escola de primeiras letras e uma igreja.

Voltando um pouco no tempo, constatamos que, em 1811, o governo da Capitania havia arquitetado um ardiloso plano para "trazer os índios à civilização". Atraiu 2000 Puri a Vila Rica com promessas de ferramentas de ferro e, uma vez lá reunidos estes índios, cercou-os com a tropa de linha, dividindo suas famílias para que, por dez anos servissem em casas de particulares. Revoltados, os índios trabalharam forçados por apenas cerca de oito dias, submetendo-se às pancadas dos senhores de escravos da região. Logo todos os homens haviam fugido, aproveitando-se de seus conhecimentos da mata que cercava a cidade.

Furiosos por terem abandonado mulheres e filhos sob o jugo de seus algozes, os Puri reuniram-se para massacrar todas as famílias portuguesas que encontrassem nos arredores da cidade. Especialmente vingaram-se dos que os haviam enganado sob a promessa de ganhar ferramentas em Vila Rica. Alcançado de surpresa, logo no início de sua diretoria, por essa revolta de Puri, Marlière, que desaprovava as ações do governo, foi obrigado a organizar uma milícia para combater os índios



sublevados. Qualquer negação sua poderia resultar em mau juízo por parte das autoridades, já que há bem pouco tempo ele mesmo havia ocupado a posição de réu, sob suspeita de traição. Esta tropa, que depois de muito esforço bateu os Puri, era formada por seus piores inimigos, os Coroado. Se matavam um puri, esses índios amputavam um de seus braços que, de imediato, era conduzido para a presença da tribo e exibido em forma de troféu em um festim regado a veru (aguardente de milho). O braço, depois de imerso na bebida, acondicionada em um grande pote de barro situado em ponto estratégico e acessível a todos, era chupado, pelos comensais, em comemoração pela vitória.⁴⁸ O chamado para o festim dos vencedores era parecido com a convocação para a guerra. Soprando um instrumento confeccionado com chifre de boi que chamavam de tschapá-pui, os Coroado emitiam longos e dilatados sons quando convocavam os amigos e vizinhos para uma festa e curtos ruídos quando se tratava de um combate. É interessante notar como um elemento inicialmente tão estranho ao seu universo de representações americanas como um chifre bovino foi aí incorporado, ressemantizado e transformado em um instrumento sonoro adaptado aos tradicionais chamados rituais. Morto o inimigo, este se incorporava ao universo de seres espirituais que poderiam avisar ao pagé em caso de feitiço ou ataque iminente de outra nação.

Voltando ao ataque ordenado por Marlière, importa observar que nenhum português aceitara participar da empreitada por receio dos guerreiros revoltosos. Afirmava-se que nenhum coroadado, já influenciado pelo contato com os lusos, conseguia envergar o enorme arco de um puri. Ferozes guerreiros, os Puri eram temidos pelos brancos que, para vencê-los, utilizavam-se das antigas inimizades tribais. A vantagem que os índios possuíam no combate na mata desaparecia quando o inimigo era alguém que também a conhecia de perto. A superioridade guerreira dos Puri era vencida pelo número sempre maior de coroadado, apenas em uma pequena parte munidos com armas de fogo, que eram enviados em seu encalço:

O Sr. Marlière, como era o seu dever, teve que reunir portugueses e coroadado contra esses puris, apesar de confessar que julgava justa a vingança dos puris. Mas nessa ocasião, os portugueses demonstraram tão pouca coragem, que os coroadado tiveram que marchar a sós, para vingarem os brancos, porém extremamente descontentes

⁴⁸ Veja referências a este rito de vitória em: ESCHWEGE, W. L. von, op. cit. p. 146.



por causa da cobardia e falsidades demonstradas para com os puris (FREIREYSS, 1982: 104).

Hoje nos é impossível saber ao certo quantos índios perderam a vida neste conflito. Dos dois mil conduzidos para Vila Rica, quantas mulheres, idosos e crianças terão permanecido como escravos nas residências dos grandes proprietários de terra, habitantes dos arrabaldes da cidade?

Os Puri também podiam ser encontrados nos vales dos Rios Casca e Matipó, bem como na porção Sul da Capitania do Espírito Santo. Revoltados com as constantes agressões por parte de luso-brasileiros, mantinham freqüentes incursões nos territórios dos Coroados já aldeados, vingando cada índio morto em sua nação com um correspondente na do inimigo. Vivendo dentro desse campo de pressões duplas, os Coroados, explorados pelos diretores, que deles exigiam a extração de poaia, ainda tinham de enfrentar os aguerridos colonos que, pressionando de todos os lados, disputavam suas terras.

De outro lado, a paz obtida entre as tribos inimigas não obteve sempre uma trégua correspondente por parte dos colonos. A direção de Marlière não alcançava todos os recantos do sertão e os subdiretores responsáveis pelo apaziguamento das disputas preferiam esconder de seu comandante o desejo de obter terras para si e a antipatia que nutriam contra os índios. Esta prevenção antiindígena era, em geral, compartilhada pela população e até pelos missionários católicos, responsáveis pela catequese. De passagem por Santana dos Ferros, Freireyss registrou que:

“[...] numa de suas conversas o comandante (subdiretor local) nos contou que o diretor dos índios (Marlière) já tinha amansado 500 puris e os domiciliado em lugares determinados, fazendo-os acabar com todas as hostilidades contra os portugueses e seus amigos; mas acrescentou, com uma risada diabólica, que se devia levar-lhes a varíola (Idem, ibidem: 78)

Alguns anos depois, Maximiliano observava em São Fidelis que os colonos consideravam os índios como animais:



Alguns homens tinham bebido muita aguardente e ficaram embriagados. Com bons modos nos livraríamos deles facilmente; os colonos, porém, de acordo com o critério errado de considerá-los animais, ameaçaram-nos logo com o chicote, o que naturalmente lhes excita a cólera, acarretando a má vontade, o ódio e a violência. Estavam por isso de todo encantados conosco, estrangeiros, porque os tratava-mos com brandura e benevolência [...] (WIED NEUWIED, 1940: 112).

Esta pretensa “brandura” e “benevolência” dos estrangeiros partia de uma concepção diferente, porém, não menos etnocêntrica a respeito de como os índios deveriam abandonar as matas e amalgamar-se à sociedade luso-brasileira. Para estrangeiros como Maximiliano, os índios deveriam ser incorporados à sociedade dos brancos como jornalheiros e proprietários de terras, bem ao estilo de um modelo liberal e capitalista de sociedade. Para os colonos, seguido sempre se havia feito, eles deveriam servir como mão de obra gratuita, desocupando as terras, que queriam para si.

Considerações Finais

Estas hipóteses de interpretação documental não têm a pretensão de se afirmarem enquanto versões definitivas, constituindo-se, antes, como uma oportunidade de trazer à baila alguns temas para debate, abrindo novas frentes para a ampliação das pesquisas e o surgimento de novas interrogações.

Vale, enfim, observar que, a partir deste período de conflitos intensos, promover-se-ia uma modificação significativa na paisagem de diversas das regiões estudadas. Na zona da Mata Central, a ocupação, já antiga, foi intensificada a partir da Diretoria Marlieriana, período em que surgiram grandes aldeamentos como os de Santa Rita da Meia Pataca e São Paulo do Manoelburgo. Ali surgiram mais tarde as cidades de Cataguases, Muriaé e Ubá.

A intensificação do desmatamento geraria, a longo prazo, a substituição das florestas de grande porte pela capoeira rasteira e pelas extensas plantações de café. Talvez, em nenhuma outra região dos territórios sob o comando de Marlière a modificação da paisagem tenha se feito de forma tão drástica.

Os diversos grupos indígenas, já extintos e distantes no tempo, foram estudados com o detalhe possível e algumas conclusões podem ser delineadas. A submissão e a docilidade das sociedades



puri-coroado da zona da Mata Mineira, divulgada por mais de um século pode ser, a partir de agora relativizada. Descobrimos não apenas estratégias transculturais de luta pela sobrevivência no âmbito de suas sociedades, mas, também, certos traços de cultura guerreira que nos trouxeram detalhes antes desconhecidos sobre suas formas de conceber os seres e o mundo. Permanecem as interrogações sob as diferenciações biológicas e culturais entre essas duas etnias, campo no qual tem lavrado o arqueólogo carioca Wladimir José Luft. Naturais, as interpretações que permanecem em aberto são construídas como incentivo a novas e futuras abordagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rita Heloisa de. **O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do Século XVIII**. Brasília: UNB, 1997.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. **Jornal do Brasil: ou relatos diversos do Brasil coletados durante expedições científicas**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.
- FAUSTO, Carlos. Da inimidade: forma e simbolismo na guerra indígena. In. NOVAIS, Adauto. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. P. 251-282.
- FREIREYSS, G. W. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- JOSÉ, Oilian. **Marlière: o civilizador**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958.
- LUFT, Wladimir José. **Da história à pré-história: as ocupações das sociedades Puri e Coroado na Bacia do Alto rio Pomba (o caso da Serra da Piedade)**. Rio de Janeiro, 2000. (Tese de doutorado).
- SPIX, Joham Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817- 1820**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981
- URBAN, Greg. História da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WIED NEUWIED, Maximilian. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1940.



TOMANDO PARTIDO DO CÓLERA: DISPUTAS POLÍTICAS EM TEMPO DE EPIDEMIA NO JORNAL CRATENSE *O ARARIPE* (1855-1864)⁴⁹

Jucieldo Ferreira Alexandre

Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Professor substituto da Universidade Regional do Cariri (URCA)

Professor da Rede Estadual de Ensino do Ceará.

RESUMO

Entre 1855 e 1864, o jornal *O Araripe* dedicou mais de uma centena de textos ao cólera-morbo, que ameaçava atingir a cidade do Crato-CE. Em seus artigos, os segmentos sociais responsáveis pelo jornal não deixaram de tomar partido da epidemia, pois foi representada por discursos que procuravam atacar as autoridades públicas e desafetos políticos. Esse artigo tem como objetivo analisar as representações do cólera a partir das disputas políticas perceptíveis nas páginas do *O Araripe*.

Palavras-chaves: Cólera-morbo, Representações, política.

ABSTRACT

Between 1855 and 1864, the newspaper *O Araripe* dedicated more than one hundred texts to the cholera-morbus, which threatened to reach the city of Crato-CE. In their articles, the social segments responsible for the newspaper didn't lose the chance to take their share in the epidemic because it

⁴⁹ Esse artigo é uma adaptação de trechos da dissertação de mestrado *Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864)*, defendida em março de 2010, sob orientação da Professora. Doutora Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano.



was represented by discourses that sought to attack the public authorities and political disaffections. This article has as its objective to analyze the representations of cholera from the political disputes recognizable on the pages of the *O Araripe*.

Keywords: Cholera-morbus, representation, politics.

No mês de maio de 1855, o *cólera-morbo* atingiu o Brasil. Doença infectocontagiosa, causada pela ingestão de água ou alimentos contaminados pela bactéria *Vibrio cholerae* - descoberta em 1883, pelo médico alemão Robert Koch (1843-1910), o mesmo que descobriu, um ano antes, o agente causador de outra doença símbolo do século XIX, a tuberculose -, nos casos mais graves, ao se instalar no intestino humano, o vibrião colérico causa, após um período típico de incubação de um a quatro dias, uma profusa diarreia aquosa e vômitos, com considerável perda de sais minerais e água, que pode chegar a uma média de 1,5 litros por hora.

A desidratação brutal faz com que a pele perca a elasticidade, surgem olheiras profundas e as mãos ficam enrugadas. Na sequência, ocorre a algidez – o resfriamento do corpo –, queda da pressão arterial, supressão da secreção urinária e colapso circulatório. Nas ocorrências em que esses sintomas se apresentam, a letalidade pode superar 50%. A reposição imediata dos sais e líquidos perdidos pela diarreia é a forma mais eficiente de tratamento dos doentes, e, quando bem administrada, pode reduzir a letalidade para menos de 1% (ROUQUAYROL, 1999: 257).

Contudo, em meados do século XIX, período pesquisado neste artigo, apenas se especulava as formas de contágio e tratamento adequado para combater sua manifestação, a despeito da terrível marcha que fazia pelo mundo, percorrendo o Oriente e o Ocidente, sendo “responsável por trinta ou quarenta milhões de mortes durante o século XIX, em todas as latitudes” (SOURNIA & RUFFIE, 1986: 124).



No Brasil, o foco inicial de contaminação se deu no Pará, a partir da chegada de uma embarcação que transportava colonos portugueses vindos da cidade do Porto. Logo a doença se espalhou para outros pontos do Império.

Entre 1855 e 1856, o Ceará ficou sitiado pela *peste*, já que as províncias da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, suas vizinhas, sofriam com o impacto da epidemia. Não obstante esse cerco, o Ceará não foi vitimado nesse biênio, o que acabou ocorrendo nos anos de 1862 e 1864.

Fundado no mesmo ano da chegada do cólera aos trópicos, *O Araripe*, semanário impresso no Crato e ligado ao Partido Liberal, não pôde se isentar de discutir tal tema. Ao longo de quase uma década, o jornal divulgou a marcha da *peste*, as localidades atacadas, o número de vítimas, os problemas de abastecimento, indicou remédios em voga, publicou orações, reivindicou ações de saúde pública, etc.

As autoridades públicas foram alvo de várias críticas em tais textos. Em 1855 uma edição afirmava que, em caso de infecção pela doença, não faltaria o *concurso* e *socorro* da presidência do Ceará, na época ocupada por Vicente Pires da Motta, adjetivado como *enérgico* e *patriota* ao ponto de “(...) voar em nosso socorro certo que seremos, dos Caririseiros, os primeiros acometidos do mal.” (*O Araripe*, nº. 10, 09/08/1855: 2).⁵⁰

Todavia, essa confiança na ação do executivo provincial era contrastada pelo ceticismo em torno da municipalidade do Crato, que devia responder ativamente ao alarme do cólera, em vez de, disparava o artigo, ficar “*dormindo às bordas de um abismo*” (Idem, *ibidem*).

Nem mesmo a nomeação das comissões de socorro pela presidência foi um ponto pacífico para os que escreviam no semanário. No geral, a instituição dessas comissões foi elogiada, pois tinha como objetivo basilar o auxílio à população das localidades onde se revelasse a moléstia. No entanto, a controvérsia ficava por conta dos nomes indicados para integrá-las, como é possível visualizar na fonte a seguir:

⁵⁰ Optei por manter a grafia original das fontes citadas nesse artigo.



S. Exc^a. o Sr. Presidente Paes Barreto, no seu *louvavel desejo de attenuar*, quanto caiba em seu governo, *os terriveis effeitos do cholera*, [...], lembrou-se de encumbir as medidas de salvação publica à juntas de quatro membros, que criou em cada uma de nossas villas, procurando compol-as com aquellas pessoas que ou por seus *empregos*, ou pela sua *concideração nos lugares* davão esperança de desenvolverem alguma energia e faserem mesmo *sacrificios pessoas* em favor das populações em situação tão desesperada. Infelizmente, maogrado sua expectativa, suas admoestações fraternaes, essa coragem, que procura inspirar no meio do cortejo de horrores com que se nos figura a apparição préstes desse flagello, algumas das taes commissões nem *siquer tiverão vida e coragem para responderem aos officios de S. Exc^a!* Não é que o medo lhes tenha tolhido a penna, é que a *ineptidão* desses Srs. suas *posições e relações*, *não forão consultadas e attendidas* pelos honrando Presidente, que devia dar todo o peso a essa concideração, quando criava uma commissão tal, que por isto mesmo que estava empenhada em uma causa desesperada devia ser *composta de pessoas, que inspirassem sympathias, tivessem energia para obrar em quadra semelhante*, e sobretudo *enxergassem alguma cousa* (*O Araripe*, nº. 40, 12/04/1856: 1) (Grifos meus).

A pedra de toque dessa crítica estava no fato de que, na maioria das vezes, o presidente compunha as commissões a partir da nomeação de autoridades residentes nas localidades – como juízes, delegados, vereadores, párocos, entre outros – ou de pessoas gradas – comerciantes, médicos, etc. Destarte, ter o nome indicado para tais juntas denotava *status* e prestígio social.

No caso d'*O Araripe*, quando a indicação de um nome para as commissões desagradava à redação, escritos agressivos eram publicados sobre o assunto. Em 1862, ano da chegada do cólera ao Ceará, por exemplo, a comissão do Crato contou com a presença do presidente da Câmara, Miguel Xavier, líder do Partido Conservador e responsável pelo jornal *Gazeta do Cariri*, fundado em 1860. A nomeação dele para a junta sanitária aborreceu enormemente ao *O Araripe*, que não hesitou em



desqualificá-lo, acusando Miguel Xavier de fingir, por medo, uma enfermidade para não ausentar-se de casa na ocasião em que o cólera rebentou:

Fallamos do Sr. Miguel Xavier, que como presidente da camara e como membro da comissão de socorros nunca sahio de seu azilo, mas acho achou S. S. [sua senhoria] e seos companheiros de comissão para diserem ao governo que tudo isto fez por doente!

Doente o Sr. Miguel Xavier! Nunca. Elle gosou sempre perfeita saúde, não soffreo molestia alguma, salvo si medo é também enfermidade (*O Araripe*, nº. 288, 13/09/1862: 1).

Como inexitem edições conservadas da *Gazeta do Cariri* e *O Araripe* não concedia direito de resposta a adversários em suas páginas, infelizmente, não há como saber a versão do presidente da Câmara sobre tal história.

Todavia, a maior campanha feita contra um comissionado se deu no ano de 1856, tendo como alvo o vigário da Barbalha, Pedro José de Castro e Silva. Além de exercer o paróquio nessa vila por mais de vinte anos, tal padre era a principal liderança conservadora, da mesma, tendo, inclusive, ocupado o cargo de deputado provincial por seis legislaturas (DIÓGENES, 2008: 189).

O nome de Pedro Castro e Silva aparecia corriqueiramente nas páginas do órgão liberal, sempre com duras críticas e acusações a seu respeito. Isso se explica pelo fato do padre ser um desafeto pessoal de João Brígido, redator d'*O Araripe*. No ano de 1857, por exemplo, o sacerdote fora apontado como um dos responsáveis pelo envio, em nome da Câmara barbalhense, de uma representação ao governo provincial contra Brígido, que na época desempenhava a função de professor público nessa localidade.



Segundo artigo exposto em primeira página, além de tecer calúnias contra “(...) *um moço que se acha acima dos botes de aquelles, que enegrecidos na corrupção só vivem vida de crimes*”, o padre teria forjado assinaturas de membros da Câmara naquele documento (*O Araripe*, nº. 96, 30/05/1857: 1). Duas edições após a veiculação desse texto, o semanário fez nova insinuação contra o pároco, afirmando que ele aliciara um *facínora*, por 200\$000 réis, para dar *umas pequiadas*, uma lição em João Brígido (*O Araripe*, nº. 98, 20/06/1857: 3).

Devido sua aversão ao padre, o redator d’*O Araripe* teceu fortes críticas à junta sanitária instituída em Barbalha no ano de 1856, como podemos notar a seguir:

A [comissão] da *Barbalha* notadamente é mais uma *infelicidade que pesa sobre aquella villa*; gente *desasada* para semelhantes cousas, *imbecil completamente*, nem si quer poderão arranjar um officio respondendo o do Sr. Presidente! Destinguimos entre os quatro *um Sr. membro*. Tendo-lhe S. Exc^a. prescripto, como *medida urgente*, a factura de um *cimiterio* inda mesmo de madeira, e mandando-lhes um *credito* para as despesas de semelhante obra; não obstante ser ella *reclamada pela salubridade publica*, e o *voto constante da população*, que vê em sua matris, o mais *nogento templo da provincia*, um *foco de miasmas* que amiaça, de há muito, desenvolver alli um mal perigoso; não obstante haver uma *subscrição dos habitantes*, uma *verba no orçamento da câmara*, todavia a *obra não se fará!* É uma *falta de caridade*, permitta-nos a comissão diser! (*O Araripe*, nº. 40, 12/04/1856: 1) (Grifos meus).

Ao descrever a comissão de Barbalha e o estado do templo da vila de forma tão áspera, a redação tinha como plano atingir a imagem do vigário Pedro, o *senhor membro* citado na fonte, que, aparentemente, se posicionava contra a edificação de um cemitério, malgrado os alegados reclames



da população em prol da *salubridade pública* – amedrontada com os *miasmas*⁵¹ advindos da igreja de Santo Antônio – e as orientações do governo provincial sobre o assunto.

O artigo prosseguia, narrando uma visita feita à Barbalha por Domingos José Nogueira Jaguaribe, juiz de direito e presidente da comissão sanitária do Crato. Na ocasião, Jaguaribe teria se *horrorizado* com o *espetáculo triste* da matriz, que, supostamente, de tanto mau cheiro estava sendo abandonada pelos fiéis. Ante tal cenário, o juiz teria procurado autoridades do lugar para reiterar a urgência do fim dos enterros na igreja, chegando a oferecer um escravo seu para trabalhar como carpinteiro na obra do cemitério. Ao vigário, instara que não consentisse mais nas inumações no templo e que benzesse, o quanto antes, um terreno para servir de cemitério.

Todavia, segundo a fonte, o sacerdote teria se mantido irredutível em sua posição, de forma que, passados alguns meses, recebera um ofício da vice-presidência do Ceará, ordenando o fim dos sepultamentos no templo. Insatisfeito com a reprimenda do governo, Padre Pedro decidiu sair da comissão sanitária e, publicamente, corroborou seu não apoio à construção da necrópole.

Como sua influência política e social era forte, outras pessoas – seus *aderentes*, nas palavras do jornal – também se retiraram da comissão, que foi assim extinta. Diante disso, a edificação do cemitério ficou exclusivamente nas mãos do delegado da localidade, Senhor Pacifer, que não tinha a

⁵¹ As medidas sanitárias no trato das doenças de meados do século XIX, ordinariamente, se relacionavam com duas teorias seculares que procuravam explicar a propagação das doenças: o *infeccionismo* e o *contagianismo* (CZERESNIA, 1997). Para *Dicionário de medicina popular* do Dr. Chernoviz – muito popular no Brasil do XIX – a *infecção* seria “*exercida na economia [do organismo] por miasmas morbíficos*”, devido à ação que “*substâncias animais e vegetais em putrefação exercem no ar ambiente*”. Já o *contágio* era entendido como “a propriedade que tem certas moléstias de se comunicar de um a outro indivíduo pelo contacto, ou por intermédio do ar” (CHERNOVIZ, 1890: 676). Um debate profícuo na historiografia sobre tais paradigmas levanta hipóteses interessantes sobre os sentidos políticos adquiridos pelos mesmos no século XIX: a teoria do *contágio* estaria mais próxima a um modelo *absolutista*, *senhorial* ou *patriarcal*, daí o porquê das autoritárias medidas de sequestro e quarentena defendidas pelos adeptos da mesma. Por outro lado, os infeccionistas, tenderiam para o modelo *liberal*, combatendo qualquer medida que restringisse a circulação de pessoas e mercadorias. Para este grupo, era necessário *higienizar* o ambiente, em vez de instituir quarentenas. Entretanto, Sidney Chalhoub frisa que, malgrado tal discussão sobre os sentidos políticos da *infecção* e *contágio*, as duas teorias se combinavam com frequência, de formas imprevistas e originais (1996: 169).



necessária popularidade para obter uma subscrição em favor da obra (*O Araripe*, nº. 58, 23/08/1856: 3-4).

Para *O Araripe* a situação da Barbalha só seria resolvida com a nomeação de uma nova comissão de socorros. Recomendava, ainda, que o vice-presidente devia fazer valer suas determinações, usando da *polícia* para impedir a continuação das inumações no matriz.

Por fim, querendo aumentar a intriga entre o sacerdote e o executivo cearense, lembrava à autoridade provincial “(...) *que inda não está sagrado o campo daquele Cimiterio, porque aquelle parochio não se tem querido resolver a bense-lo, como lhe tem sido pedido particularmente e por S. Exc. Ordenado*” (*O Araripe*, nº. 58, 23/08/1856: 4).

Sem embargo do empenho em arranhar a imagem e prestígio do desafeto barbalhense, o órgão liberal não conseguiu qualquer medida punitiva contra o pároco ou a concretização do cemitério. No ano de 1857, o semanário teceu novas críticas ao vigário barbalhense. Na edição 104, de 08 de agosto desse ano, afirmou que circulavam “(...) *diversas histórias relativamente à administração dos dinheiros pertencentes a esta matriz [da Barbalha], que muito desabonão seo parochio*” (*Jornal O Araripe*, nº. 104, 08/08/1857: 2).

No geral, o texto acusava o padre de se apropriar do dinheiro da *fábrica da matriz* – nome dado aos valores adquiridos pelos ofícios paroquiais e donativos dos paroquianos –, do orçamento provincial dedicado à paróquia, do *patrimônio de Santo Antônio* – bens materiais em nome do padroeiro da vila – e de subscrições feitas pelos fiéis em prol do templo.

Feitas as acusações de apropriação indébita, o artigo prosseguia como uma descrição depreciativa do estado da igreja, dando especial atenção à questão dos túmulos em seu interior, o mote da saída do padre da comissão sanitária, ocorrida um ano antes:

(...) o ladrilho, que é de tijollo, pelos interramentos que, a despeito das ordens do Sr. Presidente da provincia são exclusivamente feitos no templo, está sempre revolvido, que se não pode pisar. Exala horrivel fétido de cadaveres em putrefação,



interrados a flor da terra, e muitas vezes exumados antes de tempo, para cederem campo a outros que chegam (*O Araripe*, nº. 104, 08/08/1857: 2).

O artigo afirmava ainda que na “(...) *matris da Barbalha podem os cães, as cabras, os porcos entrar livremente às horas que querem (...)*” e que, devido à falta de cuidados com as sepulturas no seu adro, “[...] *um amigo nos refere que viu um cão acabando de devorar um osso [humano], que a terra não havia de todo limado*” (Idem).

Diante de um cenário apresentado de forma tão desoladora, o texto pedia ao juiz de direito que chamasse Padre Pedro às *contas*, para se informar dos fundos existentes no poder deste, levando as informações daí obtidas ao governo provincial.

Com este artigo, *O Araripe* conseguiu um trunfo contra o líder conservador da Barbalha, pois um processo eclesiástico foi instituído para investigar tais denúncias. Não obstante, o astucioso sacerdote conseguiu dar a volta por cima, vencendo seus opositores novamente, já que a comissão responsável pelo inquérito o inocentou de todas as acusações, como mostra o irônico texto a seguir:

Acaba de ter lugar na Barbalha um processo ecclesiastico para o fim de se investigar o estado das contas dos dinheiros da fabrica da matriz daquela Villa, que se desia não serem guardados com o cuidado que era para desejar [...].

Achou se que tudo era falso, e que o dinheiro estava intacto, não existindo somente aquele que justamente se tenha despendido [com os paramentos do templo].

Taes ossos de defunto não rolavão: alguns, que os cães terião, erão de animal suíno [...].



Porém, muito vale a seguridade de uma consciência pura! O senhor Vigário esteve sempre tão fresco e tão calmo, que chegou a conservar-se ante seu juiz de camisa e ceroula! (*O Araripe*, nº. 125, 09/01/1858: 1-2).

Se não faltaram críticas a alguns integrantes das comissões sanitárias, as autoridades policiais do Cariri também foram bastante recriminadas pelas páginas do semanário liberal. É pertinente destacar que os delegados de polícia eram peças importantes do jogo eleitoral no Brasil de meados do século XIX. A criação desse cargo deu-se em 1841, com a reforma do *Código de Processo Criminal*, em meio à conjuntura *pós-Maioridade*, marcada pela revisão das leis descentralizadoras instituídas durante a *Regência*.

Segundo Miriam Dolhnikoff, o principal objetivo da reforma do código foi esvaziar os *juízes de paz* – que eram eleitos localmente – das atribuições referentes ao processo criminal, a fim de favorecer uma maior centralização do aparato judicial (DOLHNIKOFF, 2005: 135). Parte dessas atribuições, como a realização de inquéritos, por exemplo, passou às mãos dos delegados e subdelegados, funcionários nomeados pelo executivo.

Para Richard Graham, depois do *chefe de polícia* (a maior autoridade policial de uma província), os delegados e subdelegados eram os assistentes mais importantes de um presidente. Entre a alçada dos mesmos estava o poder para “(...) prender suspeitos, emitir ordens de busca, ouvir testemunhas e redigir o processo contra acusados – a única base para o julgamento – assim como julgar alguns casos menores” (GRAHAM, 1997: 79).

Além do mais, partia deles a nomeação de inspetores de quarteirão, o recrutamento compulsório para o Exército e Guarda Nacional, e, não menos importante, a supervisão da votação nas mesas eleitorais e a manutenção da *ordem* em tais situações.

A ideia da manutenção da *ordem* era central nas eleições imperiais, pois servia como justificava para atitudes repressoras das autoridades. Se uma das atribuições dos delegados era justamente garantir a *ordem* nos locais de votação, qualquer atitude mais ousada por parte do *outro*



partido poderia ser interpretada como *desordem*, permitindo assim o uso da força na repressão aos opositores.

Norteados por *impulsos contraditórios*, segundo Graham, os pleitos eleitorais do Brasil deviam ser *ordeiros e livres*, não obstante a obrigatoriedade da vitória do partido do Governo (GRAHAM, 1997: 107). Para que essa vitória se efetivasse, os delegados, independente de serem liberais ou conservadores, usavam todas as estratégias possíveis.

No Crato de meados oitocentista essa situação não era tão diferente da do resto do Brasil. Exemplo disso: no dia 08 de setembro de 1856, durante a realização de eleição para a Câmara Municipal e para o cargo de juiz de paz, um eleitor do Partido Liberal, José Gonçalves Landim, foi assassinado pela polícia dentro da Igreja da Penha, onde se dava o escrutínio, sob ordem de José Ferreira de Meneses, delegado da cidade e representante do Partido Conservador, o que gerou uma grande celeuma política no Ceará (*O Araripe*, nº. 61 13/09/1856: 1).

Pelo que foi exposto, fica patente que possuir o cargo de delegado significava deter poderes consideráveis para garantir benesses para si e para seu grupo político-partidário, daí por que o ocupante de tal função era geralmente visto com maus olhos pelas elites da oposição.

Não por acaso, ao longo da história d'*O Araripe*, foi publicada uma quantidade significativa de textos que tinham como mote denúncias de abusos perpetrados por delegados e subdelegados. Com a chegada do cólera, o jornal encontrou uma oportunidade extraordinária para dar continuidade a essa política de denúncias contra desafetos.

Em agosto de 1862, após um período de quatro meses em que deixara de circular por conta da epidemia, *O Araripe* publicou uma nota irônica, na qual afirmava que o subdelegado do Crato devia ser condecorado por ter fugido de medo:

Pergunta-se ao Sr. subdelegado de polícia Francisco José de Pontes quando pretende voltar a seo districto: dá-se-lhe a *grata noticia* de que o *cholera já é passado*, e *agradece-se a sua ausencia* por tanto tempo, a qual é *um serviço tão*



meritório, que só por elle se lhe devia pregar ao peito um habito de Christo (O Araripe, nº. 285, 23/08/1862: 4) (Grifos meus).

A volta do subdelegado Pontes à cidade deu-se no início de outubro daquele ano, o que mereceu a escrita de novas linhas sarcásticas:

Boas novas – É chegado o *impagável snr. Francisco José de Pontes Simões*, o subdelegado deste districto, que andou *refocilando*, durante o cholera, pelo termo da Barbalha. A *patria agradecida* lhe deve *remuneração do grande serviço*, que prestou à *humanidade*, favorecendo esta cidade com sua *ausencia* durante aquelles máos dias. Com effeito *aguentar o cholera* e o snr. Xico, era uma *dupla calamidade*. A natureza que lhe *pregou errados os dois olhos*, cravando-lhe um *mais baixo*, outro *mais a cima*, com vistas para este bordo e bom bordo, quis em compensação dotal-o de uma *saude de Hercules*. Elle veio *gordo e rechunxudo* promettendo prestar bons serviços; bem entendido, *se não se falar mais em cholera* (O Araripe, nº. 291, 19/10/1862: 2) (Grifos meus).

Em outra nota, significativamente intitulada *Mais um fugido*, outro subdelegado tido como *fujão* foi apontado. Na povoação de Santa Anna do Brejo Grande – atualmente Santana do Cariri –, o subdelegado Felisberto, *tomado de pânico*, abandonou o lugar, indo, inclusive para fora da comarca do Crato logo que a epidemia desenvolveu-se. Segundo o jornal, o estado de *anarquia* foi tanto “(...) *que os cadaveres ficarão insepultos muito tempo e serão devorados pelos cães (...)*” se algumas poucas pessoas não tomassem para si as tarefas frente à calamidade. A nota terminava dizendo que



Felisberto era “(...) *mais uma autoridade que não merece o posto importante que lhe coube para essas e outras ocasiões de supremo perigo (O Araripe, nº. 289, 27/09/1862: 1).*”

O delegado Manoel de Jesus da Conceição Cunha, da vila de Milagres, também esteve na mira do órgão. Um artigo publicado em 1862 reproduzia dois outros, publicados no jornal conservador *Pedro II*, de Fortaleza, e no *Correio Mercantil*. O que há de mais interessante nessa reprodução é a possibilidade de entrever outros modos de contar e julgar às ações do delegado em questão, posicionando-se de forma antagônica às narrativas d’*O Araripe*, órgão que tolhia a veiculação das vozes de oponentes e desafetos em suas páginas.

Nas palavras deste semanário, em “(...) *certas épocas não falta quem queira vender o seu peixinho a bom dinheiro (...)*”, pois Manoel de Jesus teria mandado escrever um *panegírico* sobre seus serviços durante o surto do cólera. Tal texto, veiculado no *Pedro II* e transcrito na íntegra pelo jornal cratense, tecia loas aos *atos mui meritórios* que o delegado e outros *proeminentes membros de sua família* tiveram no auxílio das *infelizes* vítimas da moléstia (*O Araripe*, 285, 23/08/1862: 1).

Em particular, destacava os socorros prestados por ele a um grupo de *índios* aldeados na localidade Cachorra Morta, fornecendo “(...) *remédios, alimentos, baêtas, roupas, de forma que nunca esses índios, tiveram quem os socorresse e por elles velasse*”.

O *Pedro II* dizia, ainda, que o delegado chamou o Dr. Medeiros – médico comissionado no Crato – para tratar os indígenas e que o mesmo era testemunha de como os índios se achavam “*contentes com o bom tratamento que lhes prestava nosso amigo [Manoel de Jesus].*” A leitura do artigo do *Pedro II*, destarte, oferecia uma narrativa que representava a autoridade policial milagrensense de forma positiva, como um homem benemérito e filantrópico que, compadecido com o estado em que se encontrava a aldeia, foi ao socorro dos *infelizes índios*.

Como contraponto ao que foi veiculado no órgão conservador de Fortaleza, *O Araripe* imprimiu uma nota do *Correio Mercantil* sobre o mesmo assunto. Segundo o último, notícias vindas do *Crato* – será que enviadas pelos próprios redatores d’*O Araripe*? –, narravam vários casos de cólera ocorridos em Milagres, entre os quais tinha perecido o chefe do Partido Liberal da localidade,



Major Manoel José de Sousa, “(...) *director de uns índios que elle domesticou e criava com o desvello de pai*” (*O Araripe*, 285, 23/08/1862: 1-2).

Tendo a doença se introduzido na aldeia, o major teria pedido ajuda ao delegado Manoel de Jesus, que apesar de possuir “(...) *dinheiro do governo para auxiliar aos índios [...] esse homem de coração duro, por ódio de Souza, não quis dar sequer um prato de arroz.*” Como consequência dessa ação, o major e parte dos silvícolas morreram e os que sobreviveram deixavam a aldeia, voltando às *brenhas* e à *vida selvática*, “(...) *chorando o homem a quem chamavão seo pai.*”

Após expor as duas versões da história, o hebdomadário cratense afirmava que uma consulta ao Dr, Medeiros, citado no primeiro texto, era suficiente para saber que Manoel de Jesus não *pôs seus pés* na aldeia Cachorra Morta e não gastou dinheiro para salvar os *pobres selvagens*, apesar de tê-lo em seu poder desde 1856 (*O Araripe*, 285, 23/08/1862: 2).

As altercações entre a versão do *Pedro II* – que enaltecia o amigo delegado – *versus* as do *Correio Mercantil* e d’*O Araripe* – que detratavam o mesmo – é um indício significativo de como as *representações* engendradas em um momento tenso e extraordinário, como o da epidemia, não deixam de expor as contendas políticas travadas entre diferentes facções elitistas do período, na busca por cargos, maior afirmação e legitimação social.

Segundo Roger Chartier, as *representações* “(...) *são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam*”, o que significa dizer que as percepções do social “(...) *não são de forma alguma discursos neutros*”. Para o autor, as *representações*, “(...) *à revelia dos actores sociais [ou seja, mesmo que de forma não tão consciente], traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou gostariam que fosse*” (CHARTIER, 1990: 19).

Trazendo essas considerações para iluminar o caso particular d’*O Araripe*, pode-se aventar que as representações sobre o cólera – especialmente nos impressos que objetivavam depreciar ou levantar suspeitas sobre as atitudes de delegados, subdelegados, padres e demais desafetos políticos e pessoais, frente à calamidade pública provocada pelo surto –, indiciam como os sujeitos históricos



responsáveis pelo órgão implicitamente propagandeavam as diferenças qualitativas que julgavam existir entre *eles* (*liberais* e amigos) e os *outros* (*conservadores* e demais adversários).

Não por acaso, os feitos dos *amigos* e *correligionários* na época da *peste* eram representados de forma positiva, justamente o oposto do que ocorria quando se tratava de algum dos seus adversários. Em 1864, um texto intitulado *Cavalheirismo* teceu loas à atuação do *nosso amigo*, frisava o jornal, Antonio Manoel Sampaio, que então exercia as funções de juiz municipal substituto da Barbalha.

O juiz teria tomado para si a tarefa de “(...) *socorrer a população assaltada de todos os lados pelo terrível flagello, e carecida de tudo (...)*”, gastando de seu bolso cerca de seiscentos mil réis. Para o artigo, nada teria faltado aos coléricos: “(...) *até onde pode elle estender a sua mão, não houve lugar a que elle não fosse, não houve grito a que elle não respondesse*” (O Araripe, nº. 309, 04/06/1864: 2).

Em 1864, os primeiros casos do cólera na vila tinham se dado em fins de abril e o Dr. Antonio Manoel de Medeiros, incumbido pelo governo provincial para socorrer os molestados, só pôde chegar à localidade no dia 15 de maio, de forma que durante tal interregno Antonio Manoel Sampaio arcara sozinho com as despesas para socorro da população. Com essa chegada, tais gastos passaram às mãos de uma comissão presidida pelo facultativo.

Informado das ações que tinha exercido o juiz municipal, Medeiros pediu contas a Sampaio, para assim indenizá-lo por suas despesas. Aí teria se dado o ato de *cavalheirismo* que nomeava o artigo, pois “(...) *o Senhor Sampaio declarou que nada se lhe devia, e que restava-lhe ainda o pesar de tão pouco ter aproveitado a seos conterrâneos.*” Diante disso, a folha convidava à presidência do Ceará a reconhecer os méritos de Sampaio e *sacrifícios* similares feitos por outros *afortunados* da província:

Folgamos de consignar aqui a conducta generosa, e humanitária do Senhor Sampaio, e para ella chamamos a attenção do governo, tão indiferente, que parece aos sacrificios, que nesta província, tem feito alguns homens de fortuna e



resolução, nos lugares que o cholera há devastado” (O Araripe, nº. 309, 04/06/1864: 3).

A matéria *Cavalheirismo* foi rematada com a reprodução de um ofício do Dr. Medeiros, em resposta a outro de Manoel Sampaio, no qual o juiz revelou sua decisão de nada receber pelos gastos com a epidemia. O médico expunha sua satisfação ao receber tal comunicado e informava “(...) *que o governo receberá com o devido apreço a declaração que V. S. acaba de faser-me*”. Conclui-se, portanto, que, por mais que o jornal representasse o ato de seu *amigo* como sinônimo de filantropia e abnegação, não deixava de existir interesses subjacentes no mesmo.

O Araripe e o médico davam, inclusive, pistas disso, ao insinuar que atitudes como essas deviam ser *reconhecidas e apreciadas* pelo *Governo*. Destarte, eram vistas com bons olhos as benesses políticas oficiais que viessem a premiar as ações ditas *desinteressadas* das elites carienses ligadas ao jornal.

Todavia, se um possível ato de *benemerência* era exercido por pessoas que não dividiam os mesmos ideais do semanário, a coisa mudava totalmente de figura. Em 1862, ano em que o cólera matou cerca de onze mil pessoas no Ceará e de eleição para o Senado, uma notícia mostrou sinais disso:

Havião chegado a capital *dois dos mais empenhados candidatos à senatoria*, os deputados *Raimundo e Figueira de Mello*, este ultimo sob a forma de *chuva de ouro*, *trahendo 10:280\$* [dez contos e duzentos e oitenta mil réis] de uma *subscrição que promovera na corte*, em beneficio dos *pobres*, que *soffrerão do cholera*. Si não se achasse em *vesperas de uma eleição*, sinão fôra um *pretendente do suffragio publico*, a muito boa parte se atribuiria este serviço à *humanidade*; mas em tal occasião só enxergão *calculo político*, no que o illustre cearense [o



deputado] supõe ver somente *generosidade* (*O Araripe*, nº. 393, 22/11/1862: 2) (Grifos meus).

Pela leitura, nota-se como *O Araripe* interpreta a considerável quantia arrecadada por Figueira e Mello – a título de *benefício aos pobres* – enquanto *cálculo político* que visava ser revertido em votos para a senatoria, apesar do discurso do deputado sobre a *generosidade*.

Se o responsável pela subscrição fosse alguém do círculo de *amigos* do hebdomadário, como o Sr. Sampaio a pouco, é provável que a interpretação fosse bem mais positiva. Esse caráter parcial durante a crise do cólera não foi um caso isolado.

Como afirma Tania Regina de Luca, tratando do uso da imprensa enquanto fonte para o historiador, “(...) *o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação*” (LUCA, 2005: 139). Dar ou não publicidade a um assunto passa por motivações identitárias, sociais e políticas, implícitas aos sujeitos históricos por trás por cada órgão de imprensa.

Uma mostra clara disso pode ser percebida na maneira como *O Araripe* partiu em defesa do presidente do Ceará durante a quadra epidêmica de 1862. Passado o período de pico da doença no Cariri, em agosto desse ano, o semanário publicou um editorial de mais de uma página em que rebatia críticas publicadas pelo *Pedro II*, a respeito do comportamento do presidente, José Bento da Cunha de Figueiredo Júnior, na época do estouro da *peste* no Ceará.

Para a redação da folha cratense, os artigos estampados no jornal conservador trariam *injustas acusações*, fazendo crer ao *país* – aqui em referência às autoridades do poder central, que nomeavam e destituíam os chefes das províncias – que as milhares de vidas ceifadas pelo cólera eram consequência de falta de *providencias prontas e enérgicas* ou do *desacerto e inconveniência* das medidas tomadas pelo governo cearense.

Autopromulgando-se *juiz imparcial*, sem *compromissos* de ordem alguma com aquela administração ou *relações entretidas* com o Dr. José Bento, *O Araripe* dizia ter testemunhado o *zelo, solicitude e prontidão* do mesmo no auxílio das comarcas do Crato e Jardim, de forma que protestava



contra o que escreveu o *Pedro II*, “(...) *sem dúvida, guiado por informações desleas ou inexactas.*” Por isso, como “(...) *acima de tudo está a religião do dever, e a verdade que deve caracterisar a penna do escriptor publico*”, *O Araripe* voltava sua voz à *província* e ao *país* para pronunciar “aquillo que *verdadeiramente* passou-se a nossos olhos” (*O Araripe*, nº. 286, 30/08/1862: 1).

Acrescentava, então, que o envio de um médico (Dr. Medeiros) e de remédios à região tinham antecedido a chegada do cólera, malgrado as mais de cem léguas que separavam o Cariri da capital. Destacava, ainda, o fato do executivo provincial ter enviado outros facultativos às localidades afetadas, criado comissões de socorro público e liberado a contratação de *enfermeiros* e *curiosos* e a instalação de *hospitais*, como eram conhecidas as enfermarias de emergência. O jornal isentava o presidente, do mesmo modo, pelo não envio de médicos para todos os pontos afetados, já que o número desses profissionais não era suficiente para fazê-lo

Após a publicação de uma defesa tão apaixonada como esta, que buscava se apresentar como pautada em uma pretensa *verdade*, *O Araripe* seguiu polemizando com o *Pedro II*, ao informar que a Câmara do Crato, corporação que seria *saquarema genuína*, dirigiu a José Bento “(...) *um voto de gratidão pelos serviços que prestou durante a epidemia do cholera morbus.*” Para o semanário liberal, o procedimento dos vereadores desmentia e desmoralizava o que o jornal conservador apregoava, apesar de ambos pertencerem ao mesmo partido. “*Agora ajustem suas contas*”, provocava (*O Araripe*, nº. 287, 06/09/1862: 1).

De modo similar à Câmara cratense, a de Barbalha também enviou um protesto de reconhecimento pelos serviços do presidente na quadra epidêmica, em que fazia clara alusão às críticas tecidas pelo *Pedro II*:

Sirva este tributo de seo reconhecimento como de prova do apreço em que tem o serviços de V. Exc. e como um protesto que faz *diante do paiz*, de que não compartinha a *ingratidão* daqueles, cujas *paixões* teem abafado o écho de sua consciencia, e ousão *mal diser o que as benções da terra rememorão.* (*O Araripe*, nº. 288, 13/09/1862: 2) (Grifos meus).



Por traz de toda essa história estava uma campanha do Partido Conservador cearense para derrubar José Bento da Cunha, que era conhecido por sua ligação com o Partido liberal. Essa vinculação de José Bento com os liberais foi assunto, até mesmo, de um debate no Rio de Janeiro em 1864, na Câmara dos Deputados, durante a apreciação dos resultados de uma eleição realizada no Ceará. Segundo as palavras do deputado pernambucano Saldanha Marinho, ouvia-se constantemente que “(...) o Sr. Bento da Cunha Figueiredo Junior protegeu aos liberais e hostilizou aos conservadores (...)” durante o dito pleito.⁵² Portanto, *O Araripe* não foi sincero ao ter afirmado que seu partido não tinha *relações entretidas* ou *compromissos* com o presidente.

Não por acaso, o jornal *O Cearense*, órgão liberal de Fortaleza, também isentou José Bento de críticas durante o surto do cólera, como aponta o estudo de Francisco Carlos Jacinto Barbosa. Para o autor, a postura de *O Cearense* variou de acordo com o momento vivenciado e a posição ocupada por seu partido, indo da crítica liberal à defesa da administração, como no se deu no tempo da epidemia:

É curioso que, apesar da abrangência e da fúria com que a epidemia atingiu a população da província, em 1862, *O Cearense* tenha se portado de maneira bastante econômica no que concerne à publicação sistemática de informações ao mesmo tempo que o fenômeno ocorre. Importa afirmar que, naquele momento, passa a abrigar a folha oficial (BARBOSA, 2004: 82).

As considerações do autor ajudam a melhor problematizar as razões d’*O Araripe* ter feito uma campanha em defesa do presidente do Ceará. Diante do impacto emocional provocado pelo cólera e da impressionante cifra de onze mil cearenses mortos, os conservadores usaram seu órgão de

⁵² Ver: *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Camara dos Srs. deputados. Primeiro anno da duodecima legislatura, sessão de 1864. Tomo I. Rio de Janeiro. Typographia Imperial Constitucional de J. C. Villeneuve. Rua do Ouvidor, 1864: 255.



imprensa para sustentar que o estado de calamidade observado na província seria decorrência da falta de socorros oficiais, portanto, era culpa da administração de José Bento. Era a essa campanha que se contrapunha a imprensa liberal cratense.

Malgrado o empenho da oposição, não houve trocas no alto escalão provincial do Ceará. Em novembro de 1862, o hebdomadário liberal noticiou que cartas advindas do Rio de Janeiro confirmavam a conservação de José Bento no cargo. Nas palavras da nota, a resolução ministerial representava uma viva oposição às instâncias feitas pelo *Pedro II* em prol da demissão do presidente:

Cartas da Corte annuncião que foi resolvida definitivamente a conservação do snr. Jose Bento na presidência do Ceará, motivando esta resolução ministerial a viva opposição as instanciais que fazia a gente do [jornal] Pedro segundo pela sua demissão. Bem mudados que se estão tempos! (*O Araripe*, nº. 293, 22.11. 1862: 4).

Considerando esse caso e todos os outros narrados nesse trabalho, deduz-se como cólera foi, claramente, empregado como arma política no Ceará entre 1855 e 1864. Com a aproximação de uma epidemia conhecida pelo rastro de morte deixado por onde passou, a imprensa publicou textos em que reivindicou ações das autoridades para barrá-la, combatê-la e tratar dos adoentados, o que não deixava de revelar princípios humanitários e mesmo o medo causado pelo cólera entre a população da época.

A despeito disso, conservadores e liberais também não deixaram de *tomar partido* da epidemia que ceifou tantas vidas, seja para louvaminhar correligionários ou menoscabar inimigos, buscando alcançar maior legitimidade social e política naquela conjuntura.

No caso d'*O Araripe* – apesar da *isenção* e respeito aos *fatos* que declarava professar – ao tratar do cólera o impresso permaneceu circunscrito pelo *lugar social* ocupado por seus ideólogos, engendrando representações sobre o evento e sobre as ações oficiais de saúde pública que foram da



defesa exaltada de determinadas personagens – no geral, pertencentes ao seu círculo de *amigos* – à censura ostensiva contra seus opositores e desafetos pessoais.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense *O Araripe* (1855-1864)**. Dissertação (Mestrado em História – UFPB). João Pessoa, 2010.
- BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. “As doenças viram notícia: imprensa e epidemias na segunda metade do século XIX”. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias para uso das famílias**. 6ª ed. Paris, Editores A. Roger & F. Chernoviz, 1890.
- CZERESNIA, Dina. “Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. IV (I): 75-94, mar.-jun. 1997.
- DIÓGENES, Osmar Maia (org.). **Os clérigos católicos na Assembléia Provincial do Ceará (1834-1889)**. Fortaleza: Editora INESP, 2008.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (orgª.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ROUQUAYROL, Maria Zélia. **Epidemiologia e saúde**. Rio de Janeiro: MEDSI, 1999.



SOURNIA, Jean-Charles & RUFFIE, Jacques. **As epidemias na história do homem.** Tradução: Joel Góes. Lisboa: Edições 70, 1986



**O ESPAÇO E O LUGAR NOS CONTOS DE MACHADO DE ASSIS:
A CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS E DAS CENAS NA VALORIZAÇÃO DO OLHAR-
LEITOR NO BRASIL OITOCENTISTA**

Leonardo Bruno Farias

Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande

leonardopharias@gmail.com

RESUMO

O presente artigo articula-se com o conceito cerceaniano de “lugar” e “espaço”, segundo o qual se distribuem elementos de relações de coexistência, possibilitando, assim, as cenas e os cenários aos atores machadianos através dos seus contos construírem, juntamente com sua pena e seu olhar oblíquo à sociedade carioca do século XIX, esses mesmos lugares e espaços, tramando suas teias de relações, elaborando suas cartografias e construindo o olhar-leitor daqueles que o liam nas páginas do *Jornal das Famílias*, (re)elaborando desta forma um outro olhar, por trás da proposta de uma educação esmerada dedicada principalmente às moças, as quais eram direcionada a produção do jornal. Desde a alcova, perpassando pela sala, demorando-se na cozinha ou proseando à varanda, Machado de Assis, encaminha-se, lentamente à rua e através dela abre as portas das casas a um novo tipo de educação feminina que levará definitivamente a mulher, do século XIX, a encontrá-la.

Palavras-chave: Machado de Assis, História & Literatura, Conto

ABSTRACT

This article is linked to the concept cerceaniano of "place " and "space ", according to which elements are distributed relations of coexistence, thus enabling the scenes and scenery to the actors through their tales machadianos build, along with his sentence and his oblique look at Rio society of



the century XIX, these same places and spaces, weaving their webs of relationships, developing their mapping and building the look-reader of those who read the pages of Journal of Families, (re) developing in this way another look behind the proposal for a carefully educated mainly dedicated to the girls, which were directed at newspaper production. From the bedroom, passing through the room, lingering in the kitchen or chatting on the balcony, Machado de Assis, is moving slowly through the streets and it opens the doors of houses to a new kind of female education that will definitely women, century XIX, to find it.

Keywords: Machado de Assis, History & Literature, Short Story

Cuidado, caro leitor, vamos entrar na alcova de uma donzela.

A esta notícia o leitor estremece e hesita. É naturalmente um homem de bons costumes, acata as famílias e preza as leis do decoro público e privado. É também provável que já tenha deparado com alguns escritos, destes que levam aos papéis públicos certas teorias e tendências que melhor fora nunca tivessem saído da cabeça de quem as concebeu e proclamou. Hesita e interroga a consciência se deve ou não continuar a ler as minhas páginas, e talvez resolva não prosseguir. Volta a folha e passa a coisa melhor.

Descanse, leitor, não verá neste episódio fantástico nada do que se não pode ver à luz pública. Eu também acato a família e respeito o decoro. Sou incapaz de cometer uma ação má, que tanto importa delinear uma cena ou aplicar uma teoria contra a qual proteste a moralidade.

Tranqüilize-se, dê-me o seu braço, e atravessemos, pé ante pé, a soleira da alcova da donzela Cecília.

Há certos nomes que só assentam em certas criaturas, e que quando ouvimos pronunciá-los como pertencentes a pessoas que não conhecemos, logo atribuímos a estas os dons físicos e morais que julgamos inseparáveis daqueles. Este é um desses nomes. Veja o leitor se a moça que ali se acha no leito, com o corpo meio inclinado, um braço nu escapando-se do alvo lençol e tendo na extremidade uma



mão fina e comprida, os cabelos negros, esparsos, fazendo contraste com a brancura da franha, os olhos meio cerrados lendo as últimas páginas de um livro, veja se aquela criatura pode ter outro nome, e se aquele nome pode estar em outra criatura.

Lê, como disse, um livro, um romance, e apesar da hora adiantada, onze e meia, ela parece estar disposta a não dormir sem saber quem casou e quem morreu.

Ao pé do leito, sobre a palhinha que forra o soalho, estende-se um pequeno tapete, cuja estampa representa duas rolas, de asas abertas, afagando-se com os biquinhos. Sobre esse tapete estão duas chinelinhas, de forma turca, forradas de seda cor-de-rosa, que o leitor jurará serem de um despojo de Cendrillon. São as chinelas de Cecília. Avalia-se já que o pé de Cecília deve ser um pé fantástico, imperceptível, impossível; e examinando bem pode-se até descobrir, entre duas pontas do lençol mal estendido, a ponta de um pé capaz de entusiasmar o meu amigo Ernesto C..., o maior admirador dos pés pequenos, depois de mim... e do leitor.

Cecília lê um romance. É o centésimo que lê depois que saiu do colégio, e não saiu há muito tempo. Tem quinze anos. Quinze anos! é a idade das primeiras palpitações, a idade dos sonhos, a idade das ilusões amorosas, a idade de Julieta; é a flor, é a vida, e a esperança, o céu azul, o campo verde, o lago tranqüilo, a aurora que rompe, a calhandra que canta, Romeu que desce a escada de seda, o último beijo que as brisas da manhã ouvem e levam, como um eco, ao céu.

Que lê ela? Daqui depende o presente e o futuro. Pode ser uma página da lição, pode ser uma gota de veneno. Quem sabe? Não há ali à porta um índice onde se indiquem os livros defesos e os lícitos. Tudo entra, bom ou mau, edificante ou corruptor, Paulo e Virgínia ou Fanny. Que lê ela neste momento? Não sei. Todavia deve ser interessante o enredo, vivas as paixões, porque a fisionomia traduz de minuto a minuto as impressões aflitivas ou alegres que a leitura lhe vai produzindo. Cecília corre as páginas com verdadeira ânsia, os olhos voam de uma ponta da linha à outra; não lê; devora; faltam só duas folhas, falta uma, falta uma lauda, faltam dez linhas, cinco, uma... acabou. (ASSIS, 1864: 249-257)



O verbo sentir traz nas suas conjugações, o tempo verbal “presente do subjuntivo”. O que os impele a conjugá-lo, quando na primeira pessoa do singular, como “eu sinta”, daí nos lembramos, de uma coisa importante: nossa professora do ensino fundamental nos deu, à época, um toque sobre, o que ela chamou de: “o pulo do gato”, pois se quiséssemos conjugar corretamente o verbo dentro do tal tempo verbal deveríamos acrescentar a introdução: “é preciso que”, para depois inserir o sujeito do verbo, então, assim ficaria a conjugação: (*é preciso que*) *eu sinta*. Cremos ser esse o convite de Machado de Assis quando lermos seus contos: *É preciso que tu sintas...*, leitor.

Procuramos ler o contexto inicial de sua vida nesse capítulo, dedicando algumas problematizações sobre suas iniciais características literárias e jornalísticas que vão formar o olhar arguto de Machado de Assis no momento em que lança suas lentes sobre a sociedade carioca, no final do séc. XIX. Como também procuramos articular a pesquisa fazendo uma análise mais aprofundada⁵³ do seu principal posto de trabalho dentre outros que ocupou como contista, romancista, cronista, etc., procurando problematizar o projeto “Jornal das Famílias” como o principal foco em que seus contos são utilizados para sublevar o comportamento feminino nessa época. Nesta perspectiva, o capítulo foi pensado numa estrutura que tanto pode ser lido isoladamente quanto compor um painel a respeito de Machado de Assis, pois o exercício será compor com os espaços e com os lugares as leituras sobre e com o seu autor.

Ao lermos esse trecho acima que introduz o conto “O Anjo das Donzelas”, podemos até considerarmos banal, hoje em dia, mas no final do século XIX, a respiração arfava, os suores apareciam, o frio na barriga era inevitável, pois penetrar uma alcova e, ainda por cima, ter a chance de descobrir o que lê uma donzela quando lá está... era indescritível para alguns. Sem falar que as leituras alimentavam o imaginário sobre o universo dos seres amados/desejados e esse trecho, em particular, traz-nos, para tentar assinalar esse sentir outro trecho, só que dessa vez de um soneto, da poetisa Florbela Espanca, intitulado *Fantismo* que em duas de suas estrofes nos traz o seguinte:

Minh’alma, de sonhar-te, anda perdida
Meus olhos andam cegos de te ver

⁵³ Não que descuremos dos outros, mas o trabalho de Machado de Assis no Jornal das Famílias foi o principal marco da sua fase romântica, entre os anos de 1864 e 1878.



Não és sequer a razão do meu viver
pois que tu és já toda minha vida

Não vejo nada assim enlouquecida...
Passo no mundo, meu amor, a ler
No misterioso livro do teu ser
A mesma história, tantas vezes lida!

A leitura de Cecília feita (mesmo do livro do ser) em silêncio, a leitura feita no silêncio do seu quarto, no qual apenas os olhos e a expressão dizem o que se sente e o que se imagina. No arfar do peito a emoção, demonstrando o quanto é inquietante não saber logo o final da história até que ela chegue e nos envolva em total profusão “*faltam só duas folhas, falta uma, falta uma lauda, faltam dez linhas, cinco, uma...*”, ou até mesmo poderia mostra sua decepção de que as coisas não saíssem como ela gostaria ou como esperava. Mesmo que essa história tivesse sido “*a mesma história, tantas vezes lida!*”. Ah, esse universo do sentir e do querer ser o que se ler. Tão misterioso, às vezes, que necessita que alguém lhes tome às rédeas e indique o caminho. Esse seria talvez o papel do escritor (?). Mas, seria preciso existir um guia? Seria ele confiável? Seria possível entregar o ser e o querer ser aos seus cuidados?

Por que Machado de Assis resolve ser esse cicerone? Ele sabe que teria que ser realmente muito dedicado; sim, pois se assim não o fosse, não seria creditado e lido com tanto afã, pelas famílias cariocas, segundo Silveira (2005: 10), “*O que valia mesmo era a proposta de oferecer às assinantes leitura agradável e mesclada a certa dose de ‘instrução’*”:

Recrear suas leitoras com poesias e variados artigos de mero interesse literário, não é missão exclusiva do Jornal das Famílias.

Além deste propósito, que por certo não deixa de ser digno de toda a solicitude da parte de sua redação, tem o nosso jornal por timbre e dever instruir o sexo, cujas graças naturais por sem dúvida se centuplicam, quando realçadas pelo brilhantismo de uma educação esclarecida.



É por isso que, não só por mais de uma vez nos temos ocupado de assuntos pertencentes à ciência, como estamos resolvidos a empreender a publicação de uma série de artigos, onde possamos desempenhar perfeitamente os dois grandes fins da nossa folha. (FILGUEIRAS, apud SILVEIRA, 2005: 10)

Ah, e seu melhor cliente e amigo foi, com certeza, o universo “feminino” das gentis leitoras. Não poderia ter outro nome que não fosse: “gentis”, mesmo que historiadores indiquem em suas pesquisas que tanto o feminino quanto a gentileza sejam uma construção; mostra-se como uma construção e tanto; então... Afinal, tem sido esse mesmo universo que embalou, embala e, pelo visto, embalará ainda por muito tempo o imaginário daqueles (las) que se dispõem a debruçar sua sensibilidade sobre o outro, o ser amado/amante, ponto máximo de sua existência e finalidade de sentir?

Nessa época não havia a internet, que tudo traz com certa facilidade para nós hoje em dia, restava-lhes buscar esse prazer máximo nos livros e folhetins e havia uma concorrência para esse mercado, além do Jornal das Famílias (1863) com “(...) diversos periódicos que irão marcar época na história política e cultural da nação: *Gazeta da Tarde* (1880), *O País* (1884), *A Notícia* (1884), *Diário de Notícias* (1885), *Cidade do Rio* (1888) e o mais popular dentre todos, a *Gazeta de Notícias* (1875)” (ASPERTI, 2006: 46). Todos tinham como objetivo angariar leitores e leitoras... Exigia-se dos escritores bastante criatividade na hora de suas produções para isso, então, o que esse trecho do conto acima pode ter sido responsável por causar emoções e sensações, não sabemos; claro que isso dependeria exclusivamente da sensibilidade que se dispusesse a emprestá-lo, tanto quanto sua intensidade; outro fator difícil de se mensurar. Porém, ele traz uma pista sobre a contratação de Machado de Assis para o Jornal das Famílias que foi ser responsável por produzir material literário que ajudasse na educação dessas famílias e principalmente das moças; esse foi o principal marco do seu trabalho realizado por Machado de Assis, para com os seus leitores e leitoras, ao longo de sua carreira, como contista, também em outros jornais cariocas em que trabalhou.

Nesse trecho do conto intitulado: “O Anjo das Donzelas”, dentre os vários espaços percorridos por Machado de Assis, cremos ser **a alcova**, um lugar especial, afinal, trata-se de um “(...) abrigo temperado com intimidade e prazer” (CORBIN, 1987: 212-213). E o que esse lugar despertava na imaginação e nos “fogos” dos que liam deveria, com certeza, ferver os brios dos mais



conservadores. Não podemos esquecer que estamos na segunda metade do século XIX, em pleno Rio de Janeiro que, muito embora, permeado por novidades, tais como o piano, que era objeto de desejo de uma sociedade que buscava ascensão social; podemos ver um pequeno exemplo disso nesse trecho: “(...) possuíam-se pianos de todo jeito. Comprados à vista, em segunda mão, por meio de crediário (...)” (ALENCASTRO, 1997: 85), e outro exemplo agora literário numa pequena descrição no Conto “A Felicidade”: “A sala estava mobiliada com algum apuro e gosto. (...) Das paredes pendiam algumas gravuras de preço, cópias de quadros célebres. Havia um piano aberto tendo na estante um livro de sonatas alemãs.” (ASSIS, 1871:109-116)

Como também a iluminação a gás que “(...) entra nas casas mais ricas em 1860, e, em 1874, cerca de 10 mil casas já dispunham desse conforto”. (ALENCASTRO, 1997: 85) que torna a noites mais prolongadas e sociáveis

(...) no ambiente iluminado das casas” a família deitava-se mais tarde, podendo prolongar suas conversas e leituras como no caso de Cecília, além de “modas chegadas no último pacote: coletes que fazem uma bela figura até aos corcundas, coisas que substituem a falta de certos corpos e que fornecemos baratinhas. (A Semana Ilustrada, 1873 apud. ALENCASTRO, 1997: 88).

Chegados todos os dias como “a última novidade de Paris”, e que eram consumidas com ênfase pelos cariocas e davam o tom para tipos de “conversa”. Porém, ao nos depararmos com o convite feito pelo autor do conto e que tem todo o cuidado de não permitir que seja feita essa entrada na alcova da donzela de qualquer jeito, não; nem levado pela simples curiosidade ou pela prevaricação, e dele lemos/obtemos as regras do jogo: “É naturalmente um homem de bons costumes, acata as famílias e preza as leis do decoro público e privado.” Afinal, não podemos esquecer que o Rio de Janeiro era uma cidade que estava “no auge da busca pela modernidade”, porém, mesmo que buscasse essa modernidade mantinha um pé entre ela e o seu passado “rico, [tradicional] e colonial”



O Rio de Janeiro se encontrava marcado pela arquitetura colonial, cercado por ruas espremidas pelas calçadas de granito rústico e que acelerava o desgaste dos finos sapatos, importados da Europa, dos seus transeuntes que, envolvidos por uma rotina pacata, trocavam cumprimentos com a cartola e, no caso das mulheres, acompanhadas de um parente masculino ou de seus maridos, com um gesto sutil, meneando o rosto e o restante do corpo ligeiramente para o chão em resposta ao cumprimento recebido. Entretanto, ao mesmo tempo em que esse tratamento polido mútuo buscava aproximação com a vida pública das grandes capitais europeias como, por exemplo, Londres e Paris, a irrupção de escravos acorrentados ao pé, açoitados por feitores que os conduziam pelas vielas imundas do Rio de Janeiro, na direção de alguma propriedade rural do Vale do Paraíba, rompia, com frequência, o frágil clima de tranquilidade de homens, envolvidos com o comércio e a política, e de mulheres recatadas, imprimindo, na corte, experiências culturais diferenciadas do Velho Mundo. (Moraes, 2008: 26)

Mesmo inserida nesse rompimento de realidades tão díspares, a cidade apresentava-se candidata a querer ser vista com outros olhos, olhos mais europeus, mais civilizados e sedentos por aprender costumes, cultura erudita, como fuga de uma mais popular. Porém, Esquenazi (s.d.)⁵⁴ nos informa que a cidade continuava uma “*cidade suja: não havia nenhum sistema de esgoto e, por isso, as várias lagoas espalhadas pelo centro reuniam uma incrível população de mosquitos*”. As casas eram tomadas por odores fétidos vindos das cisternas mal instaladas, embora, se tentasse resolver essa situação, mesmo que só tivesse apenas as “*soluções encontradas décadas atrás (que) eram precárias, mas a ‘empresa de matérias fecais Mesquita & Moreira’ tentava se profissionalizar, encarregando-se de esvaziar urinóis caseiros diretamente no mar*”, segundo Esquenazi (s.d.). Tanto que “*Dona Maria, a Louca, teria dito, ao desembarcar em terras fluminenses: ‘Que horror. Antes Luanda, Moçambique ou Timor’*”.

⁵⁴ Aventuras na História. (s.d. <http://historia.abril.com.br/cotidiano/viagem-ao-rio-antigo-435267.shtml>) (Acessado em fevereiro de 2011)



As mudanças tinham que começar por um lugar, e um espaço por excelência para essas mudanças era a alcova, como vimos acima, mas o que deseja Machado chamando a atenção para todo o respeito que se deve ter sobre a alcova, como o lugar da casa mais sonhado e desejado, porém, exigido de recato e silêncio; quando se sabe que faz parte da natureza humana a curiosidade, e quando aguçada, então...!?

Nesse momento vemos Machado de Assis parecendo brincar com as condições do leitor de depender dele para adentrar a alcova de Cecília, pois, ele é nosso cicerone e se não fizesse as coisas como manda o figurino da época, quanto à moralidade que deveria estar presente no seu conto, na passaria incólume aos censores que, segundo Magalhães (1956: 08) “*de férrula em punho, se propunham a defender a moralidade pública e a pureza dos costumes*”. Daí vem ser imperativo que ele tranqüilize a ambos – leitor e censor – em relação ao seu narrado. “*Descanse, leitor, não verá neste episódio fantástico nada do que se não pode ver à luz pública*”. As modificações que se passavam na sociedade carioca traziam consigo não só “*ventos de mudança*”, mas com essas mudanças novas formas de se ver o público e o privado. Quando Machado de Assis informa ao leitor que não verá “*nada do que se não pode ver à luz pública*”. Como podemos perceber o que nos informa Sevcenko.

Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem pudesse se opor a ela. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, conforme veremos adiante: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 2003:43).

Uma solução aparentemente simples diante das mudanças urbanas, mas que também se estabeleciam dentro das casas cariocas e conseqüentemente no interior das famílias, mesmo que



esses lugares, como alcova, por exemplo, ainda mantivessem a fama de “desconhecidos”, era, porém, nesse espaço em que estaria/estabelecia o espaço da sensibilidade silenciosa mesmo diante dessas mudanças todas. Por isso, Machado tem o cuidado de estabelecer as regras e as conseqüências, caso o leitor decida continuar jogando, pois irá ser alcançado por esses sentimentos dentro da alcova estabelecidos, como podemos ver em outro trecho de um conto do mesmo autor intitulado “Encher o tempo” quando ele nos diz:

Aqueles versos foram lidos e relidos na alcova pela inspiradora deles, que com eles sonhou durante a noite inteira, e acordou com eles na memória. No coração, leitor, no coração devo eu dizer que eles estavam, e mau é quando os versos entram pelo coração, porque atrás deles pode ir o amor. Lulu sentiu alguma coisa que se parecia com isso. (ASSIS, 1876: 199-206) (Grifo nosso)

Na continuidade do conto de Cecília, “O Anjo das Donzelas” somos tranqüilizados e convidados a continuar nossa adentrada “*dê-me o seu braço, e atravessemos, pé ante pé, a soleira da alcova da donzela...*” Porém, silêncio é primordial, aquilo que se faz em silêncio pode ter dois lados: o da descrição e o da camuflagem. Qual dois está assumindo Machado de Assis? Mas de uma coisa nos sabemos, ele conhece muito bem espaço, em seus mínimos detalhes e se mostra “*(...) incapaz de cometer uma ação má, que tanto importa delinear uma cena ou aplicar uma teoria contra a qual proteste a moralidade*”. Embora, Pereira (1988: 133-134) nos indique os escritos de Machado eram impessoais, pois eram feitos “*(...) para fazer dinheiro, apressadamente*”. No entanto, não poderia ele apenas ser impessoal quando se coloca a disposição do leitor em pleno julgamento quando afirma que o “*leitor, não verá neste episódio fantástico nada do que se não pode ver à luz pública. Eu também acato a família e respeito o decoro. Sou incapaz de cometer uma ação má, que tanto importa delinear uma cena ou aplicar uma teoria contra a qual proteste a moralidade*”.

Porém, leva-nos, assim mesmo, à alcova da donzela Cecília com propriedade, riqueza e sentimento. Pereira (1988: 134) afirma que “*(...) no momento em escrevia, estava Machado ainda na doce surpresa dos sentidos e do coração do seu casamento feliz*”. Após nos apresentar Cecília



descreve o lugar⁵⁵ principal daquele espaço – a cama – levando o leitor mais uma vez uma enxurrada imaginativa para alcançar a descrição das mãos e dos pés (pequenos) de nossa personagem.

Tanto o espaço ocupado por Cecília quanto aos objetos que lá estão, só vieram a fazer parte do cabedal de interesse dos historiadores apenas recentemente. Por isso, que de algum tempo para cá tem sido comum uma série de discussões adentrando o episteme histórica preocupada com possíveis estudos que se possam fazer sobre os novos domínios da História, dentre eles o espaço. As histórias que aí existem tem se tornado o foco/alvo/centro dos pesquisadores; como é o exemplo do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior que vê no espaço não apenas cenário, mas um lugar atravessado por personagens e acontecimentos. Deixando os ‘fios e os rastros’ dessa passagem. O que é muito bom para nós, pois ganhamos novos elementos para aprender, discutir, problematizar.

Muito embora, Albuquerque Junior (2008: 80) vá nos dizer que “(...) *durante muito tempo os espaços não preocuparam os historiadores*” (...) “(...) *serviria apenas de cenário para os eventos que narrara (...)*”; vemos no espaço da alcova, o desejo sendo aguçado para os leitores que o utilizavam como fortaleza secreta para em seus devaneios advindos das leituras silenciosas ou a partir das descrições feitas por Machado de Assis, por exemplo. Com isso haveria uma sublevação dos costumes de época, pois sabemos que, segundo Arruda (2002, apud. SILVA, 2005: 66) “(...) *o perfil do Brasil e, principalmente, da sociedade carioca, no séc. XIX mostram como as peculiaridades de uma modernidade teriam um estilo muito específico (...)*” que acabariam culminando numa sociedade romântica e que os símbolos do romantismo (individualismo, emoção, escapismo e liberdade⁵⁶) eram sua marca peculiar. Sabemos que com a vinda da Família Real (1808) estabelecendo assim a Corte Imperial no Rio de Janeiro, grandes diferenças acabaram sendo ressaltadas entre a vida monarca e os que eram tomados como a população fluminense.

Entretanto mesmo com os problemas, principalmente, de caráter político não impediram de ser aqui inaugurada uma monarquia original, pois a colônia sediava como capital do Império agora.

⁵⁵ Aqui trabalhamos com o conceito de lugar e espaço no qual Michel de Certeau define que “*lugar é uma ordem (...) segundo o qual se distribuem elementos de relações de coexistência*”. E espaço “*é o lugar praticado*”. Ou seja, do mesmo modo que a leitura só pode existir por causa das letras, o espaço só existe por causa dos lugares que o compõem.

⁵⁶ Alguns lugares acabam criando os espaços da experiência individual, colocando no mesmo caldeirão fervente as emoções que davam a sensação de ter um lugar refugiado, dando a noção de liberdade que sentir-se, como no caso da alcova, por exemplo.



Embora o inicial conflito cultural e social, a corte se estabeleceu muito bem por estas terras, sentindo-se feliz por não ser órfã, já que contava com a presença do próprio rei. Mas essa mudança também trouxe para a cidade mudanças físicas, culturais e habituais. “Surgiram os primeiros teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, jornais, com vistas a atender às necessidades da corte e da burguesia que nascia no entorno da cidade, por isso quando o Brasil transformou-se em Reino Unido⁵⁷, em 1815 houve uma necessidade de incorporação de especificidades de cerimônias e rituais, missas e festas religiosas, sem falar de uma etiqueta real, com fins de ter a máxima representação e/ou reprodução da vida no Corte Portuguesa, segundo Arruda (2002, apud. SILVA, 2005: 67) “(...) *uma situação no mínimo paradoxal, pois esse encontro com a nova civilização americana provocou muitas influências na composição cultural a qual pretendia-se reproduzir (...)*”, pois desse “encontro” vai nascer o carnaval como movimento e como consequência por um lado a imitação, por outro o confronto. Afinal, com a chegada da Família Real, muitos hábitos serão instituídos “(...) *ao mesmo tempo originais e ambíguos*” (SILVA, 2005: 67). O que exigiria um tom tanto mais formal quanto recitado, nos costumes do século XIX:

As avenidas centrais eram locais de passeio à tarde; a fidalguia costumava circular pela Rua do Ouvidor, que nesta época concentrava o que de melhor havia na moda de luxo das vitrines francesas. A Rua do Ouvidor era o lugar do desfile dos elegantes e também era uma espécie de “gazeta viva”, lugar de “boa roda”, onde circulavam toda sorte de notícias, invenções e prosas.

As visitas também eram (e continuam por ser) um traço marcante na sociabilidade brasileira. Instalavam-se os amigos para passar o dia, apreciar as refeições ou

⁵⁷ Com a derrota de Napoleão, em 1814, o retorno da Corte a Portugal voltou a ser discutido. O Congresso de Viena, realizado em 1815, buscando restaurar a antiga ordem na Europa, determinou que as antigas monarquias européias depostas por Napoleão reassumissem seus tronos. Como o Congresso de Viena só reconhecia Lisboa como a sede do Governo português, a situação de D. João no Brasil era ilegítima. Este impasse foi contornado com a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, graças à promulgação da Lei de 16 de dezembro de 1815, assinada por D. João. Essa medida, se por um lado preservou o trono português para a dinastia Bragança e atendeu aos interesses e aspirações dos súditos do novo reino, por outro lado provocou uma enorme insatisfação em Portugal, pois via-se equiparado à sua Colônia e, mais ainda, ameaçado de perdê-la. Fonte disponível em http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/historia/modulo02/elevacao_brasil.html Acessado em março de 2011.



encontravam-se depois do jantar para conversar; também havia os convites para saraus e festas familiares variadas. (SILVA, 2005: 68)

Porém, na intimidade essas amizades não seriam alcançadas ou compartilhadas, afinal um dos símbolos do romantismo é a liberdade, porém, nos lembremos do recato que está diretamente ligado a honra familiar. E podemos ver isso no trecho em que Machado nos informa que Cecília “*lê, como disse, um livro, um romance, e apesar da hora adiantada, onze e meia, ela parece estar disposta a não dormir sem saber quem casou e quem morreu*”. A presença da Literatura na alcova era comum, nas suas variações mais comuns no Brasil a essa época: conto, crônica, romance e poesia; essas leituras poderiam causar confusões com as famílias mais tradicionais como com os editores e/ou escritores, pois assim como Cecília que por influencia do que lê, sendo uma leitora voraz, toma tudo ao pé da letra, e a faz devorar suas leituras, até “*saber quem casou e quem morreu*”; poderia ser que elas pudessem causar mais problemas sérios do que apenas ir dormir mais tarde. Porém, nesse caso Machado desenvolve uma situação querendo demonstrar o quanto pode ser prejudicial ler (sem certos cuidados) e tomar ao pé da letra, tais leituras, e Cecília será vítima de sua própria gana. Mas nós sabemos que o que está/se sente na alcova é o mais absoluto segredo, então, como saber o que se lê e o que se sente dentro dela? Ou até mesmo se é importante sabê-lo?

Afinal, devemos lembrar que havia aqueles que viam a leitura como um “*(...) veneno lento que corre nas veias*”. (MASSILON, apud. ABREU, 1999: 09) Assim, ao contrário do que hoje se procura incentivar a leitura à criança, ao jovem e ao adulto, sucederam-se, ao longo da história, vários movimentos para afastar as pessoas da leitura, vista como um grande perigo. A idéia de que os livros eram portadores de um veneno esteve por trás de movimentos que tinham a intenção de interditar essa leitura e, por isso, os mais diversos meios foram arranjados para esse mister. Segundo Abreu (1999: 10) a certa altura do século XVIII, imaginou-se que a leitura oferecesse perigo para a saúde, pois o esforço continuado de tentar compreender um texto prejudicaria os olhos, o cérebro, os nervos e o estômago, como advertia Tissot.

(...) que os inconvenientes dos livros frívolos são de fazer perder tempo e fatigar a vista; mas aqueles que, pela força e ligação das idéias, elevam a alma para fora dela mesma, e a forçam a meditar, usam o espírito e esgotam o corpo; e quanto



mais este prazer for vivo e prolongado, mais as conseqüências serão funestas.
(TISSOT, apud. ABREU, 2009: 11)

Porém, o poder de alterar os hábitos e as sensações físicas, atribuídos a leitura, não eram, em si, um mal. O problema estava no fato de que os livros não ensinavam apenas conhecimentos outros, mas corrompiam a inocência, afastavam da virtude, favoreciam o crime, pois, as pessoas desejavam transpor para a vida real aquilo que elas liam nos livros. Também visto como imoral era o prazer proporcionado pela identificação com personagens envolvidos em cenas sensuais, por exemplo – imaginar-se vivendo as aventuras de um sultão em seu harém era tão reprovável quanto vivê-las efetivamente (ABREU, 1999: 10 e seguintes). Efetivamente o espaço da alcova era delimitado por uma série de regras, mas havia as táticas aplicadas ao seu “uso & abuso”. Certeau (1990: 202) afirma que os usos atribuídos/permitidos/circunstanciados pelo espaço “o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. E nesse contrato estava o cuidado com as leituras que as donzelas poderiam ter acesso, pois, se o que Cecília está lendo havia passado pela mão de algum supervisor, ou não; não sabemos; nem mesmo o próprio Machado o sabe, pois ele nos alerta

Que lê ela? Daqui depende o presente e o futuro. Pode ser uma página da lição, pode ser uma gota de veneno. Quem sabe? Não há ali à porta um índice onde se indiquem os livros defesos e os lícitos. Tudo entra, bom ou mau, edificante ou corruptor, Paulo e Virgínia ou Fanny. Que lê ela neste momento? Não sei. Todavia deve ser interessante o enredo, vivas as paixões, porque a fisionomia traduz de minuto a minuto as impressões aflitivas ou alegres que a leitura lhe vai produzindo.

O pseudo controle atribuído àqueles que deveriam cuidar dos interesses cai por terra, pois Albuquerque Junior (2008: 84) nos lembra que, se fosse assim teríamos dentro da relação com os espaços, seus personagens à:



(...) acompanhar todas as curvas e volteios de uma linha que abarcaria toda uma realidade e daria a ela um sentido fechado, desenharia dela uma imagem sem rugas, brechas, um espaço do qual poderíamos definir as linhas mestras, uma interpretação capaz de perceber um espaço do qual *nada escapou ou ficou de fora*.

Machado aparentemente quebra com isso, pois não sabemos se seria essa a suposição dele ou se se utilizaria de artifícios no enredo para seduzir leitores mais curiosos, pois ele está lá dentro com o leitor, observando tudo, pois sem esses elementos não há cena, não há sentido para o próprio espaço e seu convite à sua entrada. Afinal, “(...) *o sofá azul, a mesa de centro, a luminária, o tapete vermelho, a faca sobre o piano, o pedaço de xícara atirado num canto sombrio, só fazem sentido quando a cena se inicia*” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008: 81).

Tanto dentro da alcova quanto em outros espaços vamos ver o mesmo nível de detalhamento, pois, se a alcova era o mais absoluto segredo (pelo menos ao vivo e a cores) havia outros lugares que lançavam outro tipo de convite, seja ao leitor, seja ao narrador: **a sala**. Aqui como lugar e não mais apenas espaço, pois segundo Certeau (1990: 201) “(...) *lugar é a ordem (...) segundo qual se distribuem elementos de relações e coexistência. Aí se acha, portanto, excluída a possibilidade para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar*”. Porém, como Machado irá compor esse lugar? Sobre essa composição podemos ter uma pista segundo José Oliveira quando nos informa que

Se percorrermos o fino fio da tessitura que compõe a malha ficcional das cartas pessoais e romanescas de Machado de Assis, em seus trajetos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX, teremos esboçado uma cartografia. Algumas cartas deslocam-se por um amplo percurso, passando pelas zonas eróticas, pelos morros de mistérios, pelos teatros e pelas regiões de poder. Outras circulam por um percurso menor e delimitado, compreendido pelo centro de negócios, representado pela Rua do Ouvidor e a região próxima de onde o escritor morou, na Rua Cosme Velho. (OLIVEIRA, 2008: 14)



Então, assim como, Machado de Assis conhecia a cidade em que morava como poucos, pois o Rio de Janeiro serviu de fio para a trama ficcional de Machado de Assis. A partir dela e para ela, ele escreveu Contos, crônicas, romances, etc. e em suas narrativas temos a presença do leitor como aquele que o ajudará no fio da tessitura, como apontou Oliveira, mas preparando-lhe também um lugar na narrativa como vemos nesse trecho a seguir:

Suponha o leitor que somos conhecidos velhos. Estamos ambos entre as quatro paredes de uma sala; o leitor, sentado em uma cadeira com as pernas sobre a mesa, à moda americana, eu, a fio comprido em uma rede do Pará, que se balouça voluptuosamente, à moda brasileira, ambos enchendo o ar de leves e caprichosas fumaças, à moda de toda gente.

Imagine mais que é noite. A janela aberta deixa entrar as brisas aromáticas do jardim, por entre cujos arbustos se descobre a lua surgindo em um límpido horizonte.

Sobre a mesa ferve em aparelho próprio uma pouca de água para fazer uma tintura de chá. Não sei se o leitor adora como eu a deliciosa folha da Índia. Se não, pode mandar vir café e fazer com a mesma água a bebida de sua predileção.

Não se obriga, nem se constrange ninguém nestas práticas imaginadas. Se estivéssemos na vida real, eu começaria por querer até privar-me do chá, e por sua parte o leitor dispensava o café, para ser do meu agrado. Felizmente não é assim.

Ora, como é noite, e como não hajam cuidados para nós, temos ambos percorrido toda a planície do passado, apanhando a folha do arbusto que secou ou a ruína do edifício que abateu.

Do passado vamos ao presente, e as nossas mais íntimas confidências se trocam com aquela abundância de coração própria dos moços, dos namorados e dos poetas. Finalmente, nem o futuro nos escapa. Com o mágico pincel da imaginação traçamos e colorimos os quadros mais grandiosos, aos quais damos as cores de nossas esperanças e da nossa confiança.

Suponha o leitor que temos feito tudo isto e que nos apercebemos de que, ao terminar a nossa viagem pelo tempo, é já meia-noite. Seriam horas de dormir se



tivéssemos sono, mas cada qual de nós, avivado o espírito pela conversação, mais e mais deseja estar acordado.

Então, o leitor, que é perspicaz e apto para sofrer uma narrativa de princípio a fim, descobre que eu também me entrego aos contos e novelas, e pede que lhe forje alguma coisa do gênero.

E eu para ir mais ao encontro dos desejos do leitor imaginoso, não lhe forjo nada, alinhavo alguns episódios de uma história que sei, história verdadeira, cheia de interesse e de vida. E para melhor convencer o meu leitor vou tirar de uma gaveta algumas cartas em papel amarelado, e antes de começar a narrativa, leio-as, para orientá-lo no que lhe contar.

O leitor arranja as suas pernas, muda de charuto, e tira da algibeira um lenço para o caso de ser preciso derramar algumas lágrimas. E, feito isto, ouve as minhas cartas e a minha narrativa.

Suponha o leitor tudo isto e tome as páginas que vai ler como uma conversa à noite, sem pretensão, nem desejo de publicidade. (ASSIS, 1865: 345-354).

Após a sala pronta para o leitor e o narrador que lhe vai entregar um conto de sua experiência pessoal, pois o fato é “verídico”, e se não fosse, bem que poderia tê-lo sido, afinal era comum Machado tratar de algumas questões repetitivamente; uma delas era a vaidade, por exemplo. Só que Machado cuida de inflar o ego do leitor colocando-o acima do que ele possa mesmo achar de si mesmo: “(...) o leitor, que é perspicaz e apto para sofrer uma narrativa de princípio a fim”, porém, enquanto a aproximação com o leitor se perfaz, com a historiografia o caminho é outro, pois quando Roberto Schwarz lançou o seu livro *Um Mestre na Periferia do Capitalismo – Machado de Assis* (Duas Cidades, 1990, 227 pp) causou uma série de discussões com várias áreas das Ciências Humanas, segundo Alencastro

(...) explica-se sobretudo pela tentativa de reconstituir, de um ponto de vista polêmico, a transdisciplinaridade contida nesse trabalho de crítica literária. Em lugar de procurar um consenso estrito acerca do livro de Roberto Schwarz, foi



nossa intenção — como o leitor verificará a seguir — reunir pessoas que representassem não apenas diferentes disciplinas e áreas de interesse, mas também posições diferenciadas e, por vezes, conflitantes. É bem verdade que, por essa via, nos livrávamos, ao mesmo tempo, de uma dificuldade que freqüentemente tem impedido que Novos Estudos adquira uma feição mais polêmica: a escassez de intelectuais dispostos a discutir num nível que supere as simples idiosincrasias bem como a bajulação fácil (ALENCASTRO, 1991: 59).

Por isso, que acaba não sendo fácil estabelecer esse diálogo, “*a intuição do historiador é de que há uma leitura, há um público machadiano no já perfeitamente permeável e a par da dimensão do romance machadiano, quando escreve*” (ALENCASTRO, 1991: 60). Podemos entender que as narrativas machadianas trazem a intenção de Machado de estar o mais próximo possível do leitor, do seu leitor, nos dois gêneros, e sabemos que desde o século XVIII já havia essa identificação.

Uma narrativa centrada na vida real, próxima do leitor no tempo e no espaço, que trata de coisas que podem acontecer a qualquer um em sua vida cotidiana, escrita em linguagem comum, elaborada de forma a convencer o leitor de que a história relatada realmente aconteceu e de modo a provocar reações de identificação, fazendo aquele que lê colocar-se no lugar do personagem e com ele sofrer ou se alegrar (ABREU, 2003: 292).

As “reações de identificação” acabam se estabelecendo entre os leitores e as personagens machadianas, sendo assim, ele nos apresenta a abertura do conto “Uma questão de Vaidade” e nós trás o convite a ouvir a história de Eduardo, na qual Machado tentará trazer ao leitor a dolorosa lição de se deixar pela vaidade, pois como sabemos segundo Pinheiro

A redação do jornal também faz questão de destacar o cuidado que tem pela preservação da conduta moral de suas leitoras, promessa cumprida pela maioria das narrativas, sendo que algumas, inclusive, trazem o vocábulo ‘moral’ em seus



títulos. Outra questão recorrente nessas narrativas que pretendiam instruir os leitores é a vaidade (PINHEIRO, 2007: 158).

E segundo Machado, era um protótipo da vaidade “(...) *era um dos moços mais elegantes da sociedade fluminense. Era ao mesmo tempo um roué de primeira força. Faltava-lhe o calção, o sapato e os mil enfeites do tempo de Luís XV*”. Para complementar o cuidado com a aparência do moço traça-lhe o seu principal aspecto: a vaidade quando diz que “(...) *durante os primeiros anos das suas correrias amatórias foi sempre remisso aos sentimentos de ordem elevada. Era vaidoso como um tolo e tolo como um vaidoso. Acreditava todas as mulheres mortas por ele*” e segundo ao autor (...)” algumas tiveram a desgraça de o confirmarem nessa idéia”.

Dentre essas mulheres duas serão suas obsessões: a viúva Maria Luiza que tinha por companhia sua mãe e que gostava de tocar piano e a jovem donzela Sara que tinha a proteção da família. O principal local explorado no conto por Machado é a sala, pois ambas tinham sempre a companhia dos seus e lá as palavras e as ações são regradas. Vejamos nessa cena narrada por Machado quando diz que “*Maria Luísa estava em casa com sua mãe. Estavam ambas na sala. (...) A recepção de Eduardo foi a melhor possível. A velha cumprimentou-o como se fora seu filho. Maria Luísa, com uma alegria a que se misturava certa dose de censura (...)*”. Já na casa de Sara a recepção foi semelhante pois a família recebeu Eduardo, como disse, com o mais cordial acolhimento. Parecia um filho que chegava de longa viagem. “(...) *Na sala, sobre a mesa, estava um livro aberto. Eduardo procurou ler o que era; levantou-se e foi saciar a curiosidade. Era Paulo e Virgínia*”. E continua o autor:

Eduardo pegou no livro e no lenço e foi sentar-se junto de uma janela. Sua vaidade impava de contente. Tinha diante de si um coração virgem, completamente virgem; um coração que ainda podia ler Paulo e Virgínia. Amar, conquistar, possuir esta menina, era surpreender a flor no botão; era ensinar o catecismo do amor, soletrar o credo do coração, a uma ignorante, a uma pura, a uma ingênua. Que mais podia ambicionar o caprichoso namorado?



No processo de suas conquistas, reais para elas, mas não para ele; Eduardo irá compor nas salas de ambas os galanteios que seu ego lhe pedia de investimento e nas salas receberá o acolhimento e posterior desprezo quando sua alcunha levará Sara a morte por desgosto do amor não correspondido e a Maria Luiza à reclusa por desilusão de uma viuvez vivida duas vezes “*uma legal, outra moral*”.

Nos fala Possas⁵⁸ (2008, s.p.) que a “viuvez” é considerada por algumas pesquisadoras como “(...) *estagio final da cadeia do matrimônio*” (SAU, 2001, apud. POSSAS, 2008, s.p.) e foi alvo principalmente na sociedade burguesa republicana de uma atenção e relevância jurídica diante da necessidade de regulamentar a transmissão e a posse da propriedade como da herança, bem como definir as atribuições do pátrio poder⁵⁹ frente à família, os filhos. Quando um dos cônjuges era uma mulher a situação formal da família diante da ausência da autoridade patriarcal, em vários casos desdobravam-se em situações de conflito, de questionamentos sobre a sua capacidade de exercer o pátrio poder, de legalidade, de competência.

A condição de mulher viúva, diante da trajetória histórica ocidental que não cabe aqui apreciar, é evidenciada por um “estado” de estar associado à privação, à solidão, ao desconsolo e enfatizado na representação de “*desconsolo por desamparo*”.⁶⁰ No início da República a mulher educada e casada enviuvada teria que enfrentar certo código estético e de disciplinamento inerente as limitações da viuvez, segundo Possas (2008, s.p.) isso traria à viúva:

Uma série de comportamentos de reclusão social, de interiorização no privado demonstrando o recato, como etiqueta conveniente e demonstração de respeito à memória do cônjuge falecido exigia dela o cumprimento do luto, prática social que

⁵⁸ Como a transcrição é um pouco longo iremos manter o texto dentro do texto principal, sem considerá-lo uma citação.

⁵⁹ Entende-se por pátrio poder a presença da autoridade na família exercida pelo marido com a “colaboração da mulher”, sendo que na “divergência, prevalecerá a decisão pai, ressalvado á mãe o direito de recorrer. Novo Código Civil Brasileiro. Estudo Comparativo com o Código Civil de 1916. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2002: 260.

⁶⁰ Definição de viuvez, segundo Dicionário Aurélio.



impunha não só trajes mais sóbrios, de preferência o preto, por um ano, como uma gestualidade contida e pouca demonstração de alegria.

A riqueza dos espaços, como a sala ou outros espaços ou lugares ou outra cenas, ou cenários, por exemplo, para as narrativas históricas ou como nos contos de Machado de Assis vêm nos cobrar outra posição, uma posição melhor definida dos historiadores, outro nível de sensibilidade e visão, de escrita e percepção, de olhar e visão, afinal

É preciso que a história deixe de ser escrita apenas do ponto de vista do olhar, reduzindo os espaços às suas descrições. É preciso dar profundidade de sentido e de sentimento a estes espaços, tomando como índices significativos dos lugares - como fazia Proust - os seus cheiros, as suas texturas, os seus sons, seus ruídos, seus gestos, os sabores que aí foram produzidos e provocados. Portanto, o estudo dos espaços, da história dos espaços exige uma mirada poética, uma visão artística, a prática de uma estética, reeducando nossos sentidos para também participarem, mais do que apenas o logos, da construção de nosso discurso de historiador. É preciso escrever com todo o corpo, ele que foi o nosso primeiro e único instrumento de relações espaciais, de construção de lugares, de territórios. É preciso ter arte para poder encenar nas páginas da história o sentido que têm as primeiras gotas de chuva para um homem... (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008: 89)

A partir das colocações feitas por Albuquerque Junior, podemos inquirir por que Machado recebe durante sua produção literária o destaque por ser tão minucioso na descrição dos ambientes, das roupas, dos personagens, etc.? Machado exercia esse detalhamento para o enriquecimento de suas narrativas e nos pormenores estabeleceu as “artes de fazer” para uma sociedade que em pleno final do século XIX?



Apresenta-se também nessa análise uma mudança necessária ao fazer do historiador, afinal, ao longo do tempo, a partir do ofício do historiador, a escrita/narrativa da História tem-se cercado de criatividade, domínio e erudição. Interessante notar que esses mesmos cuidados são aplicados também ao exercício da arte como o exercício literário. Para muitos, fazer história se apresenta mesmo como uma espécie de arte. Desde os historiadores na Antiguidade até os nossos dias, têm-se experimentado/desenvolvido tipos de narrativas historiográficas, do mesmo modo que artistas têm buscado novas técnicas, novos traços, novas tonalidades, novas letras e materiais para compor suas obras; assim, como em História, na busca de aplicar, da melhor forma possível, o conceito ampliado/sedimentado seu fazer histórico, experimentamos o que se denomina de escrita criativa.

A partir desse exercício estético, poderemos lançar o olhar sobre os contos e, assim, como no conto “Uma questão de Vaidade”, percebermos também em outros contos como o próprio “O Anjo das Donzelas”, a sala servindo para essa sociabilidade entre os personagens. Mas não sem as tramas levarem a inquietação da evolução exigida, seja da amizade, das relações, dos futuros relacionamentos, etc., enfim, dali deveria avançar ou recuar os próximos estágios da narrativa.

Isso se encaixa muito bem com o exercício que Machado de Assis fazia para compor seus contos, segundo Moraes (2008: 105) “(...) Machado de Assis combinava conhecimento prévio, aprendido com as leituras, refletia acerca das suas experiências no cotidiano do Rio de Janeiro e escrevia o que pensava delas, pela manhã e a noite”. Então, ter na sala de estar à partida ou o recuo das relações estabelecida em sua trama nos leva a crer que Machado correspondia ao que acontecia no cotidiano das rodas de conversas desde a Rua do Ouvidor até a sua casa. Quem vinha da rua entrava e quem lá estava saía. Porém, nem sempre da sala se saía para a rua, mas havia outro espaço trabalhado por ele que também estabeleciam essas relações – **à cozinha** – mesmo que seja mais habituada ao hábito cotidiano da casa. Como em o conto “As bodas de Luiz Duarte”

Na manhã de um sábado, 25 de abril, andava tudo em alvoroço em casa de José Lemos. Preparava-se o aparelho de jantar dos dias de festa, lavavam-se as escadas e os corredores, enchiam-se os leitões e os perus para serem assados no forno da padaria defronte; tudo era movimento; alguma coisa grande ia acontecer nesse dia. O arranjo da sala ficou a cargo de José Lemos. O respeitável dono da casa, trepado num banco, tratava de pregar à parede duas gravuras compradas na



véspera em casa do Bernasconi; uma representava a Morte de Sardanapalo; outra a Execução de Maria Stuart. Houve alguma luta entre ele e a mulher a respeito da colocação da primeira gravura. D. Beatriz achou que era indecente um grupo de homem abraçado com tantas mulheres. Além disso, não lhe pareciam próprios dois quadros fúnebres em dia de festa. José Lemos que tinha sido membro de uma sociedade literária, quando era rapaz, respondeu triunfantemente que os dois quadros eram históricos, e que a história está bem em todas as famílias. Podia acrescentar que nem todas as famílias estão bem na história; mas este trocadilho era mais lúgubre que os quadros.

D. Beatriz, com as chaves na mão, mas sem a melena desgrenhada do soneto do Tolentino, andava literalmente da sala para a cozinha, dando ordens, apressando as escravas, tirando toalhas e guardanapos lavados e mandando fazer compras, em suma, ocupada nas mil coisas que estão a cargo de uma dona de casa, máxime num dia de tanta magnitude. (ASSIS, 1869: 5-24)

O cotidiano de uma casa em pleno século XIX devia corresponder ao que se colocaria como “normal”, ou seja, a alegria da casa: mulheres nos afazeres domésticos e os homens nos arranjos que exigiam mais força. Isso advindo de uma publicação que se mostrava interessada em educar as famílias dentro dos parâmetros ideais para uma sociedade que desde a chegada da Família Real, em 1808, almeja patamares mais altos de “primeiro mundo”; um mundo mais europeizado. Mesmo que diante de ações de alguns personagens que exercem atitudes quase coronelistas como no conto Luiz Soares:

Sentaram-se à mesa, e o almoço correu entre as pilhérias do major, as recriminações da sr^a Antônia, as explicações do rapaz e o silêncio de Adelaide. Quando o almoço acabou, o major disse ao sobrinho que fumasse, concessão enorme que o rapaz a custo aceitou. As duas senhoras saíram; ficaram os dois à mesa.



A presença do “(...) *aparelho de jantar dos dias de festa*”; e as “(...) *escadas e os corredores*” que correspondiam à existência de outro plano na casa, na muito comum para a construção de outras que tinham um plano só, o que já quebrava com a maioria das casas construídas no Rio de Janeiro, constituídas no máximo de um plano de construção. Então, para os leitores a partir da escrita de Machado de Assis resta a nós um exercício, Certeau (1990) ressalta que “*a descrição oscila entre os termos de uma alternativa: ou ver (é um conhecimento da ordem dos lugares), ou ir (são ações especializantes)*”. E nos espaços percorridos por Machado de Assis há o aspecto da intimidade, mas diante do projeto de uma sociedade moderna, encontramos segundo Giddens (1993: 201) algo que nos ajuda a problematizar o quanto esses espaços traziam uma carga conceitual de poder e sutis mudanças.

A democratização da esfera privada está atualmente não apenas na ordem do dia, mas é uma qualidade tácita de toda a vida pessoal que está sob a égide do relacionamento puro. A promoção da democracia no domínio público foi, de início, primordialmente um projeto masculino – do qual as mulheres afinal conseguiam participar, sobretudo através da sua própria luta. A democratização da vida pessoal é um processo menos visível, em parte justamente por não ocorrer na área pública, mas suas implicações são também muito profundas. É um processo em que, de longe, as mulheres desempenharam o papel principal, ainda, que no fim os benefícios alcançados, assim como na esfera pública, estejam abertos a todos.

Lançar questões e olhares às representações e sensibilidades que se fazem ler/perceber/traduzir nos objetos do sensível, em pleno final do século no Rio de Janeiro, como também buscar o sentido/objetivo desse passado, ou seja, aquele que fica “nas entrelinhas” dos contos narrados pelo literato; se assim podemos dizer, nestes “objetos do sensível” têm sim sua materialidade, apresentada ora em textos/histórias/memórias, ora em imagens/ícones; ora em espaços/paisagens/arquiteturas, ora em práticas culturais/sociais, por isso, o trabalho de Machado como contribuição para a história e a sua busca por novos objetos, como no caso em questão – os espaços machadianos –; para uma representação do olhar arguto do escritor sobre o cotidiano carioca



e que expresso nas linhas e entrelinhas trazem um excelente exercício os pesquisadores de múltiplas disciplinas um convite a uma sensibilidade mais aguçada sobre esse autor.

A busca da História dentro de seus fatos, dos seus artefatos, do seu narrado, do seu dado a ler a partir de fragmentos/cacos das suas histórias, legitima a diversificação de fontes e métodos do historiador contemporâneo; como o artista que no intuito de ver sua obra prima, busca novas experiências, ele (o historiador) vai como no dizer de Pesavento (2006) tentar ler nas fontes as motivações, sentimentos, emoções e lógicas de agir e pensar de uma época, mesmo que suas questões/olhares sejam outros. Porque as questões de método em história podem ser encaradas sob diversos ângulos. Pode-se escolher-se uma abordagem filosófica colocando problemas fundamentais e que diante das sensibilidades ou do próprio tempo, o historiador possa ter “munição” para gastar com sua fonte/objeto questões/problemas/inquietações.

Então, após sairmos da cozinha e darmos uma rápida passada por outro espaço machadiano, no qual se estabelecem outros diálogos, outras relações – **a varanda** – “*Sem dizer palavra, sem fazer um gesto, atravessou a extensa varanda e foi sentar-se na outra extremidade onde a velha tia punha à prova os excelentes pulmões do comendador*” (ASSIS, 1868: 133-151). Nela as relações se fazem mais rápidas, pois ou saem para a rua ou adentram a casa de vez para dormir. Porém, o nosso intuito de trazê-la a cá é destacar que as imagens construídas por Machado em pleno final de século estabelecem o fora de casa como local para outras relações que serão tão apreciados pelos enamorados ao longo do tempo e quiçá até cotidianamente. Porém, as coisas não eram tão simples assim, afinal, sair de casa desde o início do século não era visto com muitos bons olhos, principalmente para as mulheres, que mesmo acompanhadas parece terem o “(...) *quanto tempo ficam fora*” medidos por olhos conservadores, como podemos observar em Costa

Já na década de 20, o mesmo padre reclama de condutas indicativas de que aquela “mulher de antigamente” está sendo “[...] substituída nos sobrados e até em algumas casas-grandes de engenho por um tipo de mulher menos servil e mais mundana [...]”. Vivendo uma nova regulação do tempo, acorda tarde por ter ido ao teatro ou a algum baile ou por estar lendo romance ou olhando a rua da janela ou da varanda, ou mesmo por levar duas horas no toucador e outras tantas horas ao piano,



às voltas com lição de música, sem falar na lição de francês ou na de dança (COSTA, 2007: 17).

Ela também vai sugerir “(...) *que as mudanças na devoção religiosa, com menos idas ao confessionário, menos conversa com as mucamas e menos história da carochinha contada pela negra velha e com mais romance*” se configuram como afirmação dessa “mulher mundana”. Assinala que agora o “(...) *médico de família tornara-se mais poderoso que o confessor e o teatro mais sedutor que a igreja*”; A preocupação do Padre Lopes Gama está no esfacelamento da “boa mãe” que assegurava a administração da casa nos moldes do bom tom. Às ausências femininas atribuíam-se todas as tragédias domésticas. O tempo doméstico se alterara e isso significa que mulheres de rendas médias e altas rendas estão podendo mudar suas obrigações tradicionais. Mas nem sempre mudam do mesmo modo em pontos diferentes do país, numa mesma conjuntura, como mostra Helena Morley, sobre o “(...) *cotidiano de sua avó, na região de Diamantina, nos anos 40 do século XIX*” (MORLEY, 1979, pp.70-71 apud. COSTA, 2007: 17):

Se a gente queria escrever, pegava um pato, arrancava uma pena da asa e azia um bico na ponta. Se precisava de um vestido para andar na roça já tinha na tulha algodão, tirava uma porção, descaroçava, passava na cardadeira para abrir e depois fiava no fuso. Quando o fio estava pronto, punha-se no tear e as escravas teciam o pano. A roupa se cosia à mão, porque não havia máquina de costura. Não havia também fósforo. O fogo tinha de ficar aceso o tempo todo.

Quando na Lomba descuidava e o fogo apagava, tinham de amontoar um bocado de algodão e dar um tiro para acender.

No Rio de Janeiro, na segunda metade do séc. XIX esse modo de vida conheceu mudanças: “(...) *as casas recebem não mais apenas linhas e lãs, mas roupas prontas, depois máquinas de costuras e, mais tarde, fósforos que aceleram ritmos domésticos*”. Os fósforos, chegados ao Rio em meados do século, criam formidáveis economias de tempo, quando substituem essas e outras formas



tradicionais de acender lenha, seja nas rústicas trempes de três pedras das mulheres pobres, seja nos sofisticados fogões de ferro das pessoas de renda média e alta. *“Fósforos de atrito, uma invenção européia da década de 30, só estão disponíveis no Rio nos anos 60 do século XIX, mas nem sempre disponíveis no resto do país”* (MARX, 1975: 279).

Novas plantas arquitetônicas mostram a separação de ambientes íntimos, sociais e de serviços, com redução de áreas destinadas a serviços, a animais e a escravos/empregados. As atividades domésticas usuais no século XIX, sob relações escravistas, de caráter predominantemente não-salarial, mostram-se solidárias com a marcha das relações capitalistas de produção e as subsidiam (COSTA, 1988, 1996, 2002); organizam-se como um conjunto de práticas de natureza pública desenvolvidas por muitas mulheres, sob condições técnicas voltadas para a produção de bens de uso corrente, nesse regime semi-autárquico das moradas, modo de regular o baixo custo de padrões reprodutivos.

As que têm acessos a certos itens de consumo liberam tempo, podem mudar tradicionais serviços e reduzir ainda sua dependência de escravas, criadas e empregadas. São muitas, porém, as pessoas pobres - mulheres e homens - trabalhadores em geral, que recriam, a baixo custo, um amplo departamento de produção de bens de uso corrente para si e os seus, segundo Costa (2007: 19). Atualizam antigos modos de viver, quando vivem circunstâncias de ausência de acessos a bens e serviços de uso coletivo, como água encanada, iluminação pública, gás, equipamento sanitário e lugares próximos de abastecimento, além de precariedades de meios de transporte; experimentam a extensão e exaustão de rudes e pesados encargos, desenvolvidos em suas próprias casas, forma de recriar práticas costumeiras e de auto-regular sua reprodução com poucas moedas.

Por outro lado, práticas costumeiras, por muito tempo, animam o aprendizado das “prezadas domésticas” através do que mulheres se preparam para o reinado como “rainhas do lar”, reforçando restrições de suas saídas para o espaço público, revelando um pouco das questões que chegam aos dias atuais, nesse entrelaçamento da história social local e mundial. Admite-se, por alguns indícios, que mulheres pobres e ricas conheçam muito bem as tensões vividas por suas saídas para o espaço público, um aspecto bastante conhecido dessa intimidade (COSTA, 2007: 57). Mesmo quando um crescente número de tarefas e obrigações domésticas se desloca das casas para serviços e produtos disponíveis no mercado, a casa não parece aliviada de encargos por inovações tecnológicas.



Avancemos, pois nossa escolha é não se recolher tão cedo, afinal vamos à **rua** –; ela é tão importante para nosso autor que está entre o período de 1859 à 1878, composta em oitenta seis contos de sua lavra. As ruas em Machado funcionam como pontes de transferência, de um cenário para outro; vai da casa para comércio, como à Rua do Ouvidor, vai da casa da amada para amante, da rua para uma lembrança repentina, por exemplo. Mas sempre presente, pois seus personagens são movimento. Não ociosidade em suas páginas, mas nada se compara a rua se não fossem as suas companhias, principalmente, para as donzelas, viúvas, mães, etc.

Em meados de século XIX, apesar do medo que a febre amarela impunha aos cariocas, houve uma importante fase de desenvolvimento desde a época da chegada da Família Real ao Brasil, em 1808; o que contribuiu de forma significativa no desenvolvimento social e cotidiana do Rio de Janeiro, agora sede do Império. Segundo Renault “*A imprensa evolui, os jornais tomam nova feição e o aparecimento do Folhetim irrompe como novo e riquíssimo veio de pesquisa, especialmente da vida cultural e da atividade dos vultos literários que despontam*” (RENAULT, 1978: 11). Cabia, então, a eles muitas vezes fazer conhecer certas parte da cidade e como ela se comportava com tantas novidades chegadas do exterior e que mexia tão intensamente em práticas cidadinas como naquela época. E a rua era esse lugar ocupado e ocupacional para personagens, tanto ficcionais quanto reais, então, acabava que se estabelecia para ele regras e conceitos espaciais. Afinal, segundo Albuquerque Junior “*(...) é muito forte ainda em nossa cultura a idéia de que pertencemos ou ocupamos um dado lugar e que este carrega em si mesmo um valor ou um status que supõe a observância de uma hierarquia*” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008: 68). Entretanto, nessa época saber, em plena sociedade carioca, o seu lugar diante do espaço utilizado era muito importante, pois não se poderia ferir os limites estabelecidos por ele, ou seja:

Saber qual o seu lugar, se colocar em seu lugar ou se pôr em seu lugar são expressões que em nossa língua remetem a esta noção de espaço, que supõe a observância de lugares e de uma hierarquia de poder e valores que os distribui socialmente. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008: 68)

Por isso, que para Machado de Assis traz a Rua do Ouvidor, por exemplo, é o lugar por excelência, na qual se estabelecem os lugares de poder e saber, ao ponto de destacá-la como a rua



que “(...) resume o Rio de Janeiro. A certas horas do dia, pode a fúria celeste destruir a cidade; se conservar a Rua do Ouvidor, conserva Noé, a família e o mais. Uma cidade é um corpo de pedra com um rosto”. Oliveira complementa esse pensamento quando nos informa que:

A circulação do comércio, do dinheiro, da riqueza, como também o centro cultural da cidade, com seus jornais, livrarias, cafés e teatros serão representados pela Rua do Ouvidor.

(...)

Se o Cais Pharoux abria as portas do Rio de Janeiro para o exterior, com os seus paquetes e navios, recebendo as pessoas, as correspondências e os jornais de outros países, era a Rua do Ouvidor o destino de quem chegava, região por onde quase todas as personagens machadianas circulam (OLIVEIRA, 2008: 15).

Suas liberdades eram compostas nas linhas escritas por Machado como os espaços que se conquistavam através de suas articulações e composições dos mesmos lugares que lhe formavam as cenas por ele (o autor) compostas. Através delas, traçou, para seus personagens, amores e dores; o vemos como um “deus” que brinca com sua criação, mas não com o propósito de lhe impor seu poder, mas assim, como os deuses do Olimpo, também lhe infringem certa inveja de como seres tão pequenos imperfeitos conseguem ser felizes, mesmo diante da própria morte aterradora? Suas visitas e visitantes trazem em suas narrativas as criações e/ou, talvez, recriações de seus existires e sentimentos. Então, entendemos, assim, como Machado ao final do conto “Questão de Vaidade” desabafa ao seu convidado, o leitor:

Depois de contar esta história, o leitor e eu tomamos a nossa última gota de chá ou café, e deitamos ao ar a nossa última fumaça do charuto.

Vem rompendo a aurora e esta vista desfaz as idéias, porventura melancólicas, que a minha narrativa tenha feito nascer.



Assim, percorremos os espaços e lugares das narrativas machadianas à procura de problematizar como ele os construíam com a intenção de estabelecer os pertencimentos tanto aos seus personagens quanto aos seus leitores e leitoras. Como vimos os espaços e lugares ocupados por Machado de Assis nos deixam esse convite de continuar com ele, afinal é na prática que o autor se revela. O palco, a cena e público apresenta-se muitas vezes na pena machadiana numa abordagem irônica trabalhando finais inquietantes ao leitor, mas isso, bem, é uma outra história...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. (org). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999.

_____. **Os caminhos dos livros**. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.

ALENCASTRO, Luiz Filipe de. (org.) **História da Vida Privada no Brasil: Império**. vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. et. al. "Machado de Assis: Um debate". *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, nº 29, pp. 59-84, mar. 1991.

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. *Rev. Contemporânea*. Edição 07 - Vol .4 - Nº2 - Jul/Dez 2006, Rio de Janeiro: UFRJ/FCS/PPGCom, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano. Artes de fazer**. vol. 1. Petrópolis, Vozes, 1990.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 8ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Fundação editora UNESP, 2007.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades**. 2ª ed. São Paulo: UNESP. 1993.

Jornal das Famílias: Paris: Editora B. L. Garnier, 1863-1878.



- MAGALHÃES JR., Raimundo. **ASSIS, J. M. M. de. Contos esquecidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.
- MARX, K. **O capital.** 3ª ed. Livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MORAES, Ádamo Guedes Santos de. **O cosmopolitismo e a insensatez: a loucura como conformidade cultural no Rio de Janeiro de Machado de Assis.** João Pessoa-PB: UFPB, 2008.
- OLIVEIRA, José marcos R. Cartografias. *Revista Suplemento.* Edição especial Machado de Assis. São Paulo: SP: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Abril de 2008.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico.** 6ª ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.
- PESAVENTO Sandra J. «História & literatura: uma velha-nova história», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, 2006, Puesto en línea el 28 janvier 2006. URL : <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html> DOI : en curso de atribución
- PINHEIRO, Alexandra Santos. **Para além da amenidade: o Jornal das Famílias (1863-1878) e sua rede de produção.** Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2007.
- POSSAS, Lidia M. Vianna. Mulheres e Viuvez: recuperando fragmentos, reconstruindo papéis. In. *Anais do Congresso “Fazendo Gênero 8”*, Florianópolis: agosto de 2008. CD ROOM.
- RENAULT, Delso. **Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais: 1850-1870.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Brasília: INL, 1978.
- SERVENCO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Maria Célia Azevedo da. A caracterização e o papel dos “costumes” urbanos do Rio de Janeiro nos romances de Manuel Antônio de Almeida e Machado de Assis. *Revista habitus.* vol. 03. nº 01, IFCS/UFRJ, 2005.
- SILVEIRA, Daniela Magalhães da. **Contos de Machado de Assis: leitura e leitores do “Jornal das Famílias”.** Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP [s.n.], 2005.



“DESCONFIEM DE TUDO QUE VEM DO RIO DE JANEIRO”:

CENTRALISTAS E AUTONOMISTAS NA PARAÍBA NO ANO DE 1824

Serioja R. C. Mariano (DH/PPGH/UFPB)

Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”

Seriojam2@hotmail.com

RESUMO

O artigo discute como, de forma centralizadora, a organização do Estado nacional gerou grandes choques entre as lideranças nacionais e locais, bem como a continuidade da mudança do eixo econômico do Norte para Sul, o que implicava uma perda de poder as elites locais do Norte, notadamente na Paraíba, que se sentiam desprestigiadas com as ações do governo do Rio de Janeiro. O ano de 1824 foi representativo para um melhor entendimento das tensões que existiam no cenário da política, principalmente com a nomeação de um presidente de fora para assumir o governo local e com as repercussões do fechamento da Constituinte em 1823, que limitava as possibilidades de participarem das decisões do governo central, o que explica, de certa forma, a reação contrária das Câmaras das vilas da Paraíba às leis que vinham do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Centralismo, autonomia, Paraíba.

ABSTRACT

The article discusses how, in a centralized way, the organization of the national state has made big clashes between the national and local leaders. Centrally, the organization of the national state has made big clashes between the national and local leaders as well as the continuing shift of economic hub of the North to South, which meant a loss of power of local elites of the North. Notably in



Paraíba they felt discredited with the actions of the government of Rio de Janeiro. 1824 was significant year for a better understanding of the tensions that existed in the political scenario, especially with the appointment of a president to take away local government and the repercussions of the closure of the Constituent Assembly in 1823, which limited the possibilities of participating decisions of central government, which explains to some extent, the backlash of the Chambers of the villages of Paraíba to laws which came from Rio de Janeiro.

Keywords: Centralism, Autonomy, Paraíba.

Soldados companheiros, e Amigos, (...) se
vós unidos comigo, e com estes
Companheiros Officiaes, vos não opposerdes
à **torrente impetuosa das desgraças, com o
que o Ministério do Rio nos quer
acabrunhar, illudindo o nosso Imperador,**
e atraçoando o seu bello Coração para o
sinistro **fim, de unir outra vez o nosso
Brazil, ao maldito Portugal, nosso
cruelíssimo inimigo** (CAVALCANTI,
1925: 113)⁶¹.

O texto acima apresenta, a partir do olhar de um militar, a situação da Província da Paraíba após o fechamento da Assembléia Constituinte de 1823. O discurso é parte de uma proclamação enviada, por um tenente, aos “soldados e companheiros”, alertando para o perigo que a *Pátria local* estava

⁶¹ Proclamação lançada aos soldados da província por Manoel Virgínio da Silva, Tenente do Batalhão de Caçadores da Paraíba, em 1824. Para maiores esclarecimentos ver CAVALCANTI, Alcides Bezerra (Dir.). “A Parahyba na Confederação do Equador”. *Publicações do Arquivo Nacional/ Documentos Históricos (PANDH)* v. XXIII. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Arquivo Nacional, 1925:113. Grifos meus.



correndo. Um risco representado pelo “despotismo” que se instalara no Rio de Janeiro, percebendo-se no grupo que assumira o Ministério, seu principal vilão. Um perigo eminente, segundo o oficial, seria “(...) *agrilhoar aos duros ferros da escravidão dos malvados Europeos (...)*”, ou seja, o despotismo seria representado pelos “malvados” portugueses⁶². Portanto, neste artigo pretendo discutir o temor que se instalara na Paraíba, na década de 1820, a partir das medidas adotadas pelo Imperador, a exemplo da nomeação de um presidente de província, entre outras medidas consideradas por uma parcela dos políticos locais como sendo arbitrárias e centralistas.

Na província da Paraíba, assim como outras províncias do Norte, a oposição ao centralismo do Rio de Janeiro contava com o apoio de proprietários rurais, comerciantes, militares, padres, e alguns profissionais liberais, tais como um professor de filosofia, um bacharel no cargo de juiz de fora, entre outros, que estavam no seio da administração pública⁶³. Havia, por parte de alguns representantes da política local, uma clara oposição ao Gabinete liderado por Carneiro de Campos, o marquês de Caravelas, empossado no Rio de Janeiro após a deposição dos Andradas. O receio era que houvesse uma tentativa de recolonização, dessa vez partindo da capital do império.

Algumas vilas da Paraíba repudiaram o ato de dissolução da Assembléia e se declararam contrárias ao governo central, como foi o caso de Itabaiana, Pilar, São Miguel, Nova da Rainha e Real do Brejo de Areia. Mas outras vilas, que haviam participado ativamente da insurreição de 1817, como Sousa e Pombal, dessa vez, estavam aliadas aos legalistas – que apoiavam o centralismo do Rio de Janeiro –, o que dificultou as comunicações das vilas insurgentes do sertão com o litoral da Paraíba.

Também diferente do que ocorrera em 1817, a capital da Paraíba ficou sob o comando do governo legal do presidente Felipe Neri, vindo de Recife e indicado por decreto imperial de 20 de outubro de 1823. Felipe Neri Ferreira assumiu o cargo em 09 de abril de 1824, tendo como secretário Augusto Xavier de Carvalho⁶⁴, ficando extinta a junta provisória do governo. Estas indicações causaram uma grande desconfiança na população local, que via o presidente como um

⁶² PANDH, v. XXIII: 13-14.

⁶³ PANDH, v. XXIII: VI.

⁶⁴ Advogado português Xavier de Carvalho era pai de Peregrino de Carvalho (considerado herói de 1817), e tem uma trajetória de ascensão política sobrevivendo a várias conjunturas.



representante direto dos portugueses, sendo acusado, bem como o seu secretário, Xavier de Carvalho, de lusitanismo.

Esse antilusitanismo é uma clara tentativa de fabricar novos significados de uma “identidade” do *ser* “brasileiro” reforçando a oposição ao *ser* estrangeiro, ao inimigo representado na figura do português. Essa preocupação, com uma simbologia mais concreta, remete à idéia da utopia do Império Brasileiro, e as características da terra de nascimento são usadas para reforçar esse sentimento da criação de uma “identidade”. Para essa construção, era importante repetir o “(...) *amor e a adesão à Causa Nacional* (...)”, nesse momento um sentimento ainda muito forte de pertencimento *a pátria local* (RIBEIRO, 2002: 62-63).

Vale lembrar que, através da lei de 20 de outubro de 1823, as juntas de governos haviam sido abolidas e substituídas por presidentes provinciais nomeados pelo Imperador. Esta lei interferia diretamente com os governos locais representativos, na medida em que retirava o poder das elites locais e o substituída por representantes do governo central.

Com a nomeação e posse de Felipe Neri, começaram a estourar como rastilho de pólvora, as falas contrárias à nomeação do presidente. Em uma proclamação dirigida aos soldados, o tenente Manoel Virgínio da Silva alertava para o fato de que Felipe Neri era um homem “malvado”, que iria escravizar todos os habitantes da Província. Para o tenente, era preciso ter cuidado, pois Neri era um típico representante do Ministério do Rio, que o indicara “(...) *por conhecer nelle uma decidida afeição aos europeos e um aborrecimento total ao nosso Sistema Constitucional Liberal*”. Outra questão, que preocupava o militar, estava relacionada às notícias de que, em breve, todos os soldados “brasileiros” poderiam ser substituídos por batalhões de soldados portugueses.

A preocupação dos militares era resguardar os seus postos, pois temiam que, com os portugueses no poder, provavelmente, fossem substituídos e “escravizados” pelo Ministério do Rio, sob as ordens do presidente nomeado Felipe Neri, “esta víbora” que estava no cargo para “(...) *dilacerar as entranhas dos bons Parahibanos*”. Na visão do tenente, Neri só trouxera prejuízos para a província, quando, por exemplo, mandou bloquear o comércio com a vila de Goiana. Esta atitude foi considerada muito grave, pois não comercializar com Pernambuco significava um grande prejuízo. Esse conflito com os poderosos locais só piorou a situação do presidente.



Considerado um herói por seus contemporâneos, por ter tido a coragem de lançar uma proclamação contrária as ordens vindas do Rio de Janeiro, o tenente Manoel Virgínio da Silva foi assim descrito:

[...] um herói reconhecido da liberdade que teve a glória de rebatar toda a soberba dos Neristas, e morrer a falsa fé nas mãos dos fingidos Francas, e dos falsários Estevãos, que pedindo-lhe a paz o chamão a seus braços, para o assassinaem, porque vião de outra sorte e não poderem vencer. Ah! Pérfidos!!! A sinceridade sempre foi o caracter dos verdadeiros leberaes, e o fingimento, o maior indício dos corcundas⁶⁵.

Na citação, o frei Antônio das Mercês tece ferrenhas críticas ao presidente Felipe Neri, ao coronel Estevão Carneiro da Cunha e a alguns membros da família Monteiro da Franca, todos eram ex-insurretos de 1817. Portanto, homens que, nas palavras do frei: se fingiram de liberais, mas que na verdade eram os traidores e verdadeiros corcundas, ou seja, legalistas.

Após tomar posse, uma das primeiras medidas de Felipe Neri foi à convocação dos eleitores, através das Câmaras, para elegerem um Conselho que faria parte do governo. No dia 26 de março de 1824, foi criado um decreto regulando as novas eleições dos deputados e senadores da Assembléia Geral Legislativa do Império e dos membros dos Conselhos gerais das províncias.

Algumas vilas da Paraíba (Nova da Rainha e Real do Brejo de Areia) não atenderam ao chamado, alegando não reconhecerem como legal o governo de Neri. Para responder à solicitação, a vila Real do Brejo de Areia reuniu, no dia 03 de abril, em uma grande vereação, os eleitores paroquiais “cidadãos de todas as classes e convidados” que decidiram não aceitarem um presidente indicado por

⁶⁵ Ao final do documento, consta uma nota do frei Antônio das Mercês, que também teve uma participação ativa em 1824, chamando a atenção sobre a atitude heróica do tenente. Em outro exemplar da mesma proclamação, há mais referências da morte do tenente (no confronto de 24 de maio de 1824). *PANDH*, v.XXIII: 113-114.



um Imperador que, arbitrariamente, dissolvera a Assembléia, uma instituição soberana. A decisão tomada foi

[...] que não deve asseitar para maior emprego a um homem [*sobre*] quem recae o maior descontentamento dos homens livres, que espantados com a dissolução da Assembléia desconfiã de tudo que vem do Rio de Janeiro [...]. E, portanto, não cumpriam as ordens enviadas⁶⁶.

A sugestão era para que se convocasse o colégio eleitoral e se procedesse à eleição para os cargos de presidente e secretário da província, só assim o Senado da vila Real do Brejo de Areia reconheceria como legítimo o governo (MONTEIRO, 1922: 41)⁶⁷. As Câmaras das vilas de Pilar e Nova da Rainha concordaram com o argumento e apoiaram o manifesto, seguindo o exemplo em suas respectivas localidades para evitar que “(...) o Povo sofresse de novo os ferros que ontem lograrão dos pulsos (...)”⁶⁸. A não aceitação das Câmaras, em atender a uma ordem do governo, foi vista, pelo governo legalista, como um ato de desacato.

Os membros das Câmaras, citadas anteriormente, eram contrários a uma nova eleição para deputados, tendo em vista que os representantes eleitos não haviam concluído os seus mandatos, bem como consideravam ilegal a dissolução da Constituinte. A decisão era a de que “(...) o Povo se opunha inteiramente a posse do presidente (...) por ser filial no plano do absolutismo que se intentava levar a execução do Império, e porque não gozava da simpatia dos parahibanos livres” (BRANDÃO, 1924:298). Ainda sobre a nomeação do presidente, o senado da Câmara da vila

⁶⁶ Grande Conselho – Villa do Brejo d’ Área, termo de Grande Sessão do Senado, Eleitores e Cidadãos, em 03 de abril de 1824. *PANDH*, v. XXIII: 31-33.

⁶⁷ Idem, p.31. Ver também, o artigo de J. C. Carneiro Monteiro, sobre “A Parahiba na Revolução de 1824”, publicado na *RIHGP*, v.3. 1922: 41.

⁶⁸ Termo de vereação extraordinária da vila Nova da Rainha, em 22 de abril de 1824. *PANDH*. V. XXIII: 45-46.



Nova da Rainha reuniu-se em 22 de abril e declarou que os nomeados eram “suspeitos de lusitanismo” e, por isto, não seriam aceitos como governantes. Esta resolução foi enviada às demais Câmaras da Paraíba.

Em Areia, realizou-se, no dia 03 de maio, uma vereação com a presença das camadas mais abastadas daquela localidade. Na ata da Câmara, constam as assinaturas dos participantes da reunião, percebendo-se uma grande presença de comerciantes, proprietários de terras e oficiais de milícias. Ou seja, os grupos familiares mais ricos faziam parte das vozes que falavam de forma contrária e que não aceitavam a dissolução da Constituinte, muito menos a nomeação do novo presidente. São redes familiares que “(...) representavam importante fonte de capital político” (GRAHAM, 1997:35).

Na solicitação do envio de representantes para se proceder a uma nova eleição para a Assembléia, os membros do Senado decidiram que não havia sentido escolher novos representantes, pois discordavam do ato do Imperador em dissolver a Constituinte. Portanto, a representação dos areienses se opunha inteiramente à posse de Neri e do ex-deputado Xavier de Carvalho, como secretário. A elite dirigente mostrou a sua indignação. Ao final do documento, alertava a todos para que “(...) desconfiem de tudo que vem do Rio de Janeiro (...)”, e sugeria que fossem feitas eleições para os cargos de presidente e secretário⁶⁹.

No dia 05 de maio, em uma nova reunião, o Sargento-mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, um dos representantes da elite da região do Brejo, foi eleito presidente temporário da província e tomou posse dois dias depois⁷⁰. Com o reconhecimento das Câmaras já citadas, e mais a de São João do Cariri, Felix Antônio formava um governo paralelo ao legalista, e contrário às ordens vindas do Rio de Janeiro. O novo governo foi reconhecido pelos senados das Câmaras das vilas do Brejo de Areia, do Pilar, Nova da Rainha, Itabaiana, Pilar, Guarabira, Mamanguape e São João do Cariri, estabelecendo, dessa forma, a dualidade do governo provincial, ficando o governo “rebelde” sediado em Areia.

⁶⁹ Ata do termo de vereação da vila de Areia, em 03 de maio de 1824,. *PAN/DH*. v. XXIII: 31-39.

⁷⁰ Faziam parte da composição do governo temporário o padre José Gonçalves Ourique, como secretário, e os conselheiros: o deputado Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, o Capitão Antônio Luiz Pereira, o sargento-mor João de Albuquerque Maranhão Júnior, o capitão Joaquim Moreira da Silva e o padre João Rodrigues de Sá (BRANDÃO, 1924: 299).



Era uma atitude diferente daquilo que acontecera em 1817. Naquele ano, o movimento de contestação política eclodiu primeiro nas vilas da mata sul, limítrofes com Pernambuco, em Itabaiana e Pilar; já em 1824, a criação do governo provisório, a divulgação das notícias e a propaganda tiveram início na região conhecida hoje como o brejo da Paraíba, e somente depois as notícias chegaram à capital.

Qual a explicação para a mudança de orientação, na eclosão e divulgação de um movimento contrário às ordens que chegavam do Rio de Janeiro? Segundo João Alcides Pereira Cavalcanti, que organizou o XXIII livro das Publicações do Arquivo Nacional, especificamente sobre 1824 na Paraíba, o movimento de contestação ao centralismo eclodiu primeiro nesta localidade por dois motivos, a relevância da vila de Areia nas relações comerciais bem como o poder das relações familiares.

Quanto às relações econômicas, a vila de Areia era o núcleo comercial e agrícola de maior representatividade da região conhecida como planalto da Borborema. Com uma produção agrícola diversificada, Areia se destacava no fabrico do açúcar, nos engenhos e nas fazendas de algodão, produtos que eram exportados para o comércio de Goiana e Recife (ALMEIDA, 1997:47-48)⁷¹.

Articuladas a esta economia, estavam às relações de poder das famílias areienses, muitas das quais tinham origem pernambucana e continuavam mantendo relações políticas e econômicas com seus parentes (como foi visto na solicitação, em 1817, de Felix Antônio, para liberar a saída do açúcar e o algodão pelos portos de Pernambuco). Como centro de uma aristocracia agrária, Areia cultivava a cana-de-açúcar nas regiões da serra da Borborema; já a criação de gado e a plantação do algodão, como produtos que auxiliavam o comércio, estavam situadas nas caatingas

⁷¹ Em 1817, Félix Antônio enviou uma carta, como representante dos comerciantes de algodão e açúcar da vila de Pilar (local onde nasceu), a D. João VI, solicitando a dispensa da obrigatoriedade de exportarem os seus produtos pelo porto da capital. Segundo os negociantes, era muito mais lucrativo enviar os produtos para Pernambuco, onde encontrariam melhores preços. Mas com a intervenção do governador, Tomaz de Souza Mafra, os comerciantes não foram atendidos. Após esse acontecimento, e com as perseguições dos *realistas* aos seus parentes, na repressão de 1817, Felix Antônio resolveu sair de Pilar e fixar residência na vila Real do Brejo de Areia. Nessa vila, casou-se com a filha do Capitão-mor, Bartolomeu da Costa Pereira, homem rico e de prestígio, formando alianças com o casamento.



próximas às ribeiras do Curimataú (MARIANO, 2005). O governo provisório era formado por homens que mantinham contato com Paes de Andrade⁷².

O governo da Paraíba ao perceber os vínculos da vila de Areia com Recife, no período em que a vila se negou a apoiar o presidente Neri, mandou, de imediato, interceptar os correios. A interceptação das correspondências entre as demais províncias foi uma prática comum, usada como estratégia para evitar a troca de informações: o correio que saía de Aracati (Ceará), por exemplo, também foi detido e apreendido tudo que era enviado a Pernambuco⁷³.

Hipoteticamente, outro tipo de argumento que pode ser usado para explicar o predomínio da vila de Areia, é o fato de ficar distante da capital e, portanto, das tropas legalistas que bloqueavam Pernambuco. Estando isolada, era mais fácil articular uma oposição às ordens vindas do Rio de Janeiro. As vilas da mata sul, também continuavam lutando por uma autonomia, porém com mais cautela, pois o medo da contra-revolução de 1817 ainda permanecia vivo na memória dos *patriotas*.

Nesse ínterim, as notícias do interior chegavam à capital da Paraíba. Temendo um tumulto maior, o presidente Felipe Neri convocou uma reunião no palácio do governo, com todos os representantes do poder provincial, na qual estavam presentes o Comandante das Armas, os Comandantes dos Corpos militares de 1ª e 2ª linhas, o Ouvidor, os representantes do Senado da Câmara da capital, a Junta da Fazenda, o Juiz da Alfândega, o pároco da freguesia, o Clero regular e o Comandante das Ordenanças. Estavam todos reunidos para decidirem quais as medidas cabíveis para “(...) *garantir a tranqüilidade pública*”. Ficou acordado que haveria um Conselho para negociar com as vilas consideradas “rebeldes” (Areia e Vila Nova da Rainha), sendo eleitos,

⁷² Manuel de Carvalho Paes de Andrade, antigo insurreto de 1817, fora eleito presidente da Junta governativa da Província de Pernambuco, mas D. Pedro tinha nomeado Francisco Pais Barreto, o morgado do Cabo, para presidente daquela província, uma decisão que fora vista como autoritária e despótica gerando o rompimento da mesma com o governo central.

⁷³ Ofício de Felipe Neri Ferreira, Presidente da Província, a João Severiano Maciel da Costa, Ministro e Secretário d' Estado dos Negócios do Império, da Parahyba do Norte, *PANDH*, v.XXIII: 111.



para essa função, o Coronel Estevão Carneiro da Cunha⁷⁴, com 35 votos, e o capitão Joaquim Batista Avundano, com 17 votos⁷⁵.

Os representantes do Conselho partiram no dia 05 de maio para o interior, e no dia seguinte, enviaram um ofício, da vila de Pilar, comunicando que os adversários não haviam aceitado dialogar com Neri, e só negociariam após a deposição do governo. Com essa recusa, o presidente enviou forças armadas, sob o comando de Estevão Carneiro da Cunha. Com a chegada do destacamento à vila de Pilar, muitas famílias fugiram apavoradas, refugiando-se nos sítios, enquanto alguns homens, que não viam com bons olhos a indicação de Neri, saíram da vila para se alistar no exército “revolucionário” (MONTEIRO, 1911: 48).

Como foi visto, o centro divulgador das idéias revolucionárias em 1824 era a vila de Areia, as famílias poderosas das regiões da Borborema e do Curimataú, que comercializavam em Areia, eram senhores de engenho, criadores de gado, produtores de algodão e comerciantes, que vendiam seus produtos diretamente para o Recife e para as feiras de gado de Igarassú e Goiana.

Com esse intercâmbio comercial, ficara fácil semear as idéias “revolucionárias”, já que as novidades seguiam o caminho das transações comerciais. De Areia, a notícia se alastrou até Vila Nova da Rainha, local de passagem para aqueles que vinham do interior para comercializarem seus produtos nas feiras de Pernambuco. As idéias contrárias à nomeação de Neri, e ao governo central, chegaram até a vila de São João do Cariri, que aderiu ao movimento juntamente com outras vilas do sertão paraibano⁷⁶. Uma das dificuldades que os dois grupos enfrentavam, além das adversidades do clima, como a seca que trazia a fome, era a interceptação dos animais transportados do Ceará para Pernambuco pelos legalistas. Era uma medida usada como estratégia dos *corcundas*, que temiam o uso desses comboios como correios dos *pés raspados* (denominação dada aos insurretos) (Monteiro, 1911: 41-58)⁷⁷.

⁷⁴ Carneiro da Cunha continuará como um dos líderes políticos da província, representando a Paraíba no Senado, em 1826.

⁷⁵ Essa reunião foi no dia 03 de maio e contou com a assinatura de 38 pessoas, e que consta no documento nº 5 das *PANDH*, v. XXIII: 49-51.

⁷⁶ *PANDH*, v. XXIII: V.

⁷⁷ Os legalistas eram chamados de *corcundas*. *RIHGP*, v. 3, 1911: 41-58. Conferência realizada na



Na capital, a animosidade no meio militar era visível. No dia 10 de maio, com a saída das tropas para o interior e as notícias sobre a formação de um governo temporário mais “liberal”, houve uma tentativa de levante nos quartéis, imediatamente sufocado. Outro motivo de tensão entre os militares era a notícia sobre a chegada de navios vindos diretamente de Portugal, e que estariam atracando no litoral da província para recolonizar o Brasil. Os boatos não paravam de chegar e, em outra ocasião, dava-se a notícia, como certa, de que havia tropas armadas na vizinha vila de Goiana preparadas para atacarem a capital e derrubarem o governo designado pelo Imperador.

Era uma guerra psicológica de informações, que durou até o mês de agosto. Algumas dessas informações eram confirmadas por governantes locais, esse foi o caso do Capitão-mor dos índios de Alhandra: o capitão enviou um ofício reforçando a notícia do ataque dos goianenses à capital da Paraíba. Havia, ainda, uma solicitação de reforços para defesa: essa ajuda seguiu para Mata Redonda, sob o comando do Sargento-mor Teodoro de Macedo Sodré, local onde acampou com suas tropas.

Nesse ínterim, havia uma troca constante de ofícios entre os dois lados, pois era o meio mais fácil, e oficial, de manter relações diplomáticas. Uma das solicitações partiu de Serrinha, onde estavam acampados os oficiais do 6º e 16º batalhões de Milícias de Pernambuco. O documento, assinado pelo Tenente Coronel Antônio de Albuquerque Melo Montenegro, e dirigido ao Coronel Estevão Carneiro da Cunha, confirmava o apoio e reconhecia como legítimo o governo temporário instalado em Areia. No ofício, solicitava a soltura de “liberaes” presos sob as ordens de Cunha.

Montenegro pedia a liberdade dos presos, que eram apenas “escravos”, estes cumpriam ordens de seus senhores, pois os mesmos “(...) são Liberaes Constitucionaes, que de certo se achão no maior perigo de serem víctmas de um punhado de assassinos perturbadores da Ordem, e destruidores do Sistema Constitucional (...)”. Alertava para o perigo da “Pátria” se tornar escrava do Ministério do Rio de Janeiro, isto porque o comandante Taylor estava bloqueando os portos de Pernambuco e dava ordens, ao presidente da Paraíba, para acompanhá-lo. Mais uma vez, o medo de uma possível

cidade de Itabaiana pelo Sr. J. C. Carneiro Monteiro, em 24 de maio de 1911.



recolonização vinha à tona, com homens que eram considerados “(...) inimigos da liberdade e da sua Pátria, e sectários do Sistema de recolonização do Brazil (...)”⁷⁸.

Nesse contexto, ser recolonizado significava perder a “liberdade” e o prestígio para as lideranças que estavam no Rio de Janeiro, como já estava acontecendo com o ato da nomeação do presidente, o qual representava, para as elites paraibanas, a diminuição de seu poder local, e o início de um processo de “escravização” ao poder central.

Em resposta, Carneiro da Cunha enviou um ofício ao Tenente Coronel Montenegro, com a justificativa de que não poderia liberar os presos sob sua custódia, pois cumpria ordens e tinha que zelar pelo posto que ocupava. Argumentava que não compactuava com “*Brasileiros fazendo guerra uns com os outros (...)*”, até mesmo homens que “*(...) se voltem com a capa do liberalismo quando não há muito tempo forão perseguidores de seus próprios, amigos e parentes (...)*”. Portanto, só o seu superior, o próprio presidente, poderia ordenar a soltura dos dois homens. A sugestão era de que os mesmos deveriam recorrer aos superiores, ou seja, ao Rio de Janeiro, como o fez Pernambuco sobre a situação de Paes de Andrade. E o Coronel Carneiro da Cunha perguntava: “*(...) o Brejo de Areia não deveria fazer o mesmo? Já recorreu ao chefe da Nação?*” Ele mesmo responde: “*(...) creio que não, e nem me consta que o fizesse*”⁷⁹.

Mesmo com as ameaças do Coronel Montenegro, e considerando que a tropa estacionada em Serrinha era superior à dele, os presos não foram libertados. O Coronel Carneiro da Cunha solicitara mais reforços com a alegação de que as Ordenanças não estavam bem armadas: “*(...) algumas vinhão até de cacete e, portanto, forão dispensadas (...)*”, e lembrava que a vila de Pilar era aliada ao “*(...) partido do Brejo, e por isso não se pode contar com toda ella em fidelidade*”. Com essa ameaça, as estradas foram vigiadas para evitar que os “revolucionários” se comunicassem, e as ordens eram para interceptar qualquer correspondência⁸⁰.

⁷⁸ PANDH, v. XXIII: 63. (12 de maio de 1824).

⁷⁹ Ofício do Coronel Estevão José Carneiro da Cunha ao Tenente-Coronel Antonio de Albuquerque Melo Montenegro, da Villa do Pilar em 18 de maio de 1824. PANDH: 74-75.

⁸⁰ Ofício do Coronel Estevão Carneiro da Cunha e do Capitão-mor João Batista Rego Cavalcante ao Presidente da Província Felipe Neri Ferreira, da villa do Pilar, às 11 horas e $\frac{3}{4}$ da noite, em 18 de maio de 1824, PANDH: 61-62.



Ao ficar sabendo das últimas notícias e temendo um ataque para libertar os presos, o presidente ordenara que os mesmos fossem remetidos à capital, principalmente depois de tomar conhecimento de que muitos soldados estavam desertando⁸¹.

Nessa mesma data, 18 de maio, foi lançada na vila de Goiana uma proclamação aos soldados paraibanos para se manterem firmes, pois até mesmo as mulheres queriam seguir o exemplo dos insurretos da vila de Areia. Segundo João Barboza Cordeiro, que assina o documento, em Goiana: “(...) até os bellos indivíduos do delicado sexo, quaes outras guerreiras espartanas, desejão marchar com a espada em punho a nosso favor”. Confirmava o total apoio de Pernambuco ao governo temporário, e, se a província precisasse de reforços, eles se prontificariam a ajudar com “(...) cassadores de 1ª e 2ª linhas, artilheiros, bocas de fogo [canhão], munições, armamentos e dinheiro (...)”⁸². Em seguida, alertava os “liberaes da Parahiba” para o perigo que vinha do Rio de Janeiro:

Liberaes da Parahiba! Não os illudais: os negócios do Sul vão muito bem; se o contrário vos dizem he mentira. Quando esse Bachá [numa referência a Felipe Neri] vos prohibio o correio público, foi para reduzir a vossa capital ao miserável estado de um presídio feichado, afim de melhor vos aterrar por meio de notícias falsas [...]⁸³.

Transparece nos discursos um antagonismo entre o Sul e o Norte, rótulos que na verdade, encobriam o confronto entre centralistas e autonomistas, embora não houvesse homogeneização política em nenhuma das partes. Uma preocupação constante era com a defesa contra o inimigo maior, representado pelo poder central do Rio de Janeiro, o qual, a todo o momento, ameaçava as províncias do Norte. Nesse contexto, o Imperador é visto como uma figura “amabilíssima”, de “bom coração” e

⁸¹ Palácio do Governo da Província em 18 de maio de 1824. *PANDH*: 76.

⁸² Proclamação aos Liberaes da Parahiba, lançada por João Barboza Cordeiro. Goiana, em 18 de maio de 1824. *PANDH*, v.XXIII: 129-130

⁸³ Idem.



até “ingênuo”, por se deixar enganar pelos seus algozes, os poderosos do Rio e “malvados” portugueses.

Este tom de alerta, de preocupação com as atitudes vindas do Rio, também eram vistas em outras províncias. Só para citar um exemplo: em um ofício enviado por Tristão de Araripe Alencar, presidente temporário do Ceará, a Manoel de Carvalho Paes de Andrade, presidente do governo de Pernambuco, aquele dirigente alertava para que não deveriam “(...) *mais sofrer com os enganos, e para melhor dizer, o descaramento do Gabinete do Rio de Janeiro. Quis levar-nos como escravos, aos ferros do Despotismo (...)*”⁸⁴.

A repressão àqueles contrários às ordens do Rio de Janeiro viera sob o comando de John Taylor, a bordo da Fragata *Nitheroy*. O comandante enviou uma carta ao governo da Paraíba para que tomasse todas as medidas de prevenção nas divisas de Pernambuco, pois havia recebido notícias de que Manoel de Carvalho Paes de Andrade se preparava para atacar a província vizinha. Havia, ainda, uma solicitação para que Neri ficasse encarregado de avisar as províncias limítrofes e que fizesse “(...) *remeter imediatamente para meo bordo todos os Carvalhistas que tiver prezo, e for prendendo*”⁸⁵.

Alguns dias após o aviso, Felipe Neri solicitou cem homens das tropas do Rio Grande do Norte, “com a maior urgência”, formando um destacamento em “Ligeiras Patrulhas”, para marchar mais rápido contra o cerco das tropas de Pernambuco. O pedido foi reiterado dois dias depois; Neri requisitava, ainda, que os homens alojados em Mamanguape marchassem direto para a vila de Pilar, ficando sob as ordens do Coronel da Primeira Linha Estevão Carneiro da Cunha⁸⁶.

Os discursos presentes nas correspondências entre o presidente temporário, Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, e Estevão Carneiro da Cunha, são bem interessantes e representativos. Nas correspondências, Félix Antônio pergunta se Carneiro da Cunha não se sentia mal em apoiar “um presidente da facção européia” (Neri), e que o mesmo deveria reconhecer como legítimo o seu

⁸⁴ Ofício enviado por Tristão de Araripe Alencar ao presidente da província de Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, em 30 de abril de 1824. *PANDH*, v. XXIII: 131-132.

⁸⁵ Ofício do Comandante da Divisão João Taylor ao Presidente da província da Parahyba, de bordo da Fragata *Nitheroy*, em maio de 1824. *PANDH*, v. XXIII: 22.

⁸⁶ Idem, nos dias 21 e 23 de maio de 1824. *PANDH*, v. XXIII: 23-4.



governo, para evitar um confronto armado, tendo em vista que se “(...) *acha postado nesta povoação de Itabaiana com mil e quinhentas baionetas, não contando as ordenanças, as tropas auxiliares de Pernambuco e parte da artilharia que ocupam presentemente os pontos de Alhandra e Serrinha* (...)”⁸⁷. Mesmo com a exposição de todo esse poderio bélico, a ameaça não surtiu efeito: Carneiro da Cunha respondeu que não reconhecia dois governos na província, e estava sob o comando de um governo nomeado por lei (de 20 de outubro de 1823).

Félix Antônio respondeu que não conseguia entender como um homem que havia lutado pela república em 1817, estivesse ali por obediência e subordinação militar. Os diálogos continuaram com os seguintes questionamentos:

Pernambuco, Alagoas, Ciará e Parahiba mesmo já não ganharão aplauzo, e glória, quando derribarão os Regos, os Povoas, os Palmas, os Rubins e os Rosados, Baxás delegados de hum Governo Despótico? Se outra hora esses Colossos cairão por terra ao potente grito de um Povo ainda escravo, que desejava ser livre, hoje hum Povo livre, que não quer ser escravo, não pode repelir a hum presidente, que o quer governar por maneiras opostas o qual sua M.I e C. nos tem prometido? Lançar fora Felipe Neri (...) que tem reduzido a nossa capital em hum prezidio feixado; que proibio o correio público para se não lerem mais gazetas, impressos, cartas (...). E quererá V. S^a. empenhar o seu brio, denodo, e honra militar para defender esse monstro? Nunca pensei que querendo V. S^a. em 1817 ser Republicano, hoje queria ser escravo?⁸⁸.

Ser *escravo* significava continuar apoiando um governo nomeado pelo Imperador, em um ato considerado de puro despotismo. Félix Antônio relembra os momentos do líder Carneiro da Cunha

⁸⁷ Ofício enviado de Itabaiana em 21 de maio de 1824. *PANDH*, v. XXIII, p. 78.

⁸⁸ Ofício de Felix Antonio Ferreira de Albuquerque, Presidente do Governo Temporário da Província, ao Coronel Estevão Carneiro da Cunha, Comandante da Força Pacificadora, Itabaiana, em 22 de maio de 1824. *PAN/DH*, v. XXIII: 80-82.



em 1817, quando lutava por um governo republicano e o adverte: não é tão “(...) *extremoso ou tão insequente* (...)”, que eles (o governo provisório) não queriam ser republicanos, tão pouco escravos, mas “(...) *queremos sim reclamar pelos nossos direitos invadidos* (...)” com a nomeação do presidente Neri⁸⁹. Percebe-se pelo argumento de Félix Antônio que a grande reclamação era com a nomeação de um “estrangeiro”, os poderosos da Paraíba tiveram os seus “direitos invadidos”, ou seja, haviam sido ameaçados no exercício de seu poder local. Pois não era tão “extremoso”, nem “insequente” como Carneiro da Cunha o fora em 1817, quando lutava por uma república.

O quartel dos “revolucionários”, estes também chamados de *pés-raspados*, estava localizado na vila de Itabaiana, onde se juntaram, desde o dia 20 de maio, cerca de 1500 homens, para lutarem contra as forças legalistas (ou *corcundas*), que estavam estacionadas na vila de Pilar. As ordens vindas da capital eram para que as tropas se deslocassem para Itabaiana e atacassem os “revoltosos”. Quatro dias depois se deu o confronto mais sangrento.

Há duas versões para o confronto do dia 24 de maio em Itabaiana. Para o governo legalista, a tropa da capital entrou na vila de Itabaiana para desalojar os “(...) *facciosos que cometiam todos os crimes na vila*”. Quando um oficial da tropa do governo foi preso, “(...) *e sofreu cruel tratamento* (...)”, imediatamente teve início o tiroteio,

[...] e travando uma luta encarniçada, que durou quatro horas em fogo vivo, afinal terminou com vantagem nossa [diz Felipe Neri]; mas não sem perda alguma de gente, e bastante feridos, fugindo os *facciosos* depois de deixarem muitos mortos, e feridos sobre o campo, e cento e trinta prisioneiros, que ficão nas prisiones desta capital⁹⁰.

⁸⁹ PANDH, v. XXIII: 80-82.

⁹⁰ Ofício enviado pelo presidente Felipe Neri ao governo central no Rio de Janeiro em 18 de junho. Idem, p.57-8.



Na narrativa do presidente Neri, ao final do combate, a vantagem da vitória teria sido do seu grupo. Reconhece as perdas, entre mortos e feridos, bem como o auxílio que o grupo opositor havia recebido de Pernambuco, de “(...) tropas, munições de guerra, e de boca e mesmo dinheiro (...)”⁹¹.

Para o governo temporário, a história foi diferente. Segundo esta versão, a tropa e o Conselho do seu governo foram “atraídos” na vila de Itabaiana, mas a sua tropa “(...) resistiu com valor e coragem fazendo recuar para este ponto as tropas contrárias com grande perda de gente inimiga, além de muitos feridos”. E, ainda, que

[...] os inimigos sofrerão da nossa força um grande estrago e considerável perda de gente, além dos muitos que em carros, e redes descerão para a Parahiba [capital] elles fugirão atarantados, levando-nos a vantagem de haverem aprisionado vários dos nossos, que por ignorantes, e descuidados se desviarão do ponto de nossa reunião⁹².

Segundo o presidente temporário, a quantidade de presos remetidos à capital, se deu pela “ignorância” e, até mesmo, “descuido” dos soldados, e não por falta de comando. Depois do combate os antilegalistas seguiram para Serrinha, local em que se reuniram com o grupo do 1º batalhão de Caçadores de Pernambuco. De volta à vila de Itabaiana, perceberam que “(...) os inimigos, atemorizados fugirão de cabeça abaixo para a cidade, levando a vantagem de terem aprisionado alguns dos nossos, que por inespertos se desviarão do ponto da reunião na ocasião do combate”⁹³.

O combate teria durado quatro horas e meia, e cada um dos grupos se considerava vencedor. O tiroteio começou às nove horas “com o maior encarniçamento de ambos os lados”. Segundo o frei Caneca, foram os legalistas os primeiros a levantar os lenços brancos e pedir a paz e, depois de um

⁹¹ Representação do Presidente do Governo da Parahiba do Norte as Autoridades Constituídas do governo de Pernambuco, em 26 de maio. *PANDH*, v.XXIII:165.

⁹² Ofício enviado por Félix Antônio, da vila do Pilar, a Manoel Ramos, Capitão-mor das Ordenanças da vila de Monte-Mor em 01 de junho. *PANDH*, v.XXIII: 151.

⁹³ Idem.



intenso vai e vem de balas, suspendeu-se o fogo de ambos os lados. Só às quatro horas da tarde, as pessoas puderam contar os mortos e feridos, e cada vez que encontravam, entre os mortos, um parente ou amigo, o choro ecoava no “(...) anfiteatro manchado de sangue no campo cheio de cadáveres” (CANECA, 2001: 460).

Ainda segundo Caneca, foram mortos 113 combatentes, sendo 23 “liberais” e 90 “servis” que, na maioria, faziam parte da tropa de Caçadores de primeira linha. Nos relatos, consta que 130 homens foram presos. Os feridos, cerca de 14, foram levados em redes, “(...) que devem ser pessoas principais” (Idem, ibidem: 460-1), para a capital. Há documentos de solicitação de cirurgiões para tratar dos soldados, como foi o caso de Carlos Borges, soldado de milícia, ferido no braço direito e que, por falta de atendimentos adequados, ficou aleijado⁹⁴. A conclusão a que se chega, é de que ambas as partes tiveram perdas. Infelizmente o número exato, de mortos e feridos, não foi assimilado em outros documentos, sendo Frei Caneca o único a trazer essa informação.

Para Amaro Quintas, o choque entre os dois grupos “(...) foi o maior combate já havido em solo paraibano” (QUINTAS, 1985). Considera, ainda, que o resultado foi indeciso, porém, com a tomada do quartel-general dos governistas, em Pilar, o grupo dos “rebeldes” tinha conseguido melhor sucesso (Idem, ibidem: 233).

Com a grande quantidade de baixas, de mortos e feridos, os legalistas voltaram à capital, levando os prisioneiros. Eles precisavam solicitar mais pessoas para as forças armadas, principalmente com a ameaça de ataque que vinha de Goiana. As prisões estavam lotadas e não havia um ministro encarregado de elaborar os processos. Temendo o ataque à capital, Felipe Neri mandou recolher os cofres públicos à fortaleza de Cabedelo, ordem duramente criticada pelo governo temporário, que acusava o presidente de posse indevida dos bens públicos e de “(...) pretender evadir-se com os Cofres Públicos”⁹⁵.

As dificuldades em recrutar homens de outras vilas, não envolvidas com os insurretos, se davam, principalmente, porque no interior a situação econômica era grave. A seca que castigava a

⁹⁴ Ofício recebido pelo Governo Central e confirmado em 23 de outubro. DAHEPB/DM, Cx 007.

⁹⁵ Ofício nº7 do Governo Provisório enviado de Itabaiana em 23 de maio, ao Comandante das Armas da província Trajano Antonio G. de Medeiros. PANDH, v. XXIII: 84.



população, foi um dos motivos alegados, pelo menos é o que consta nos documentos, do impedimento da reunião de eleitores nas Câmaras para deliberarem sobre o envio de eleitores à capital e homens no sentido de fortalecerem as tropas. A situação econômica na Paraíba não era boa. Ao escrever congratulando-se com o novo presidente do Rio Grande do Norte, Thomas de Araújo Pereira, Felipe Neri fez uma solicitação do envio, pela estrada de Mamanguape, de alguns bois, pois, na província, especificamente na cidade, havia uma falta “(...) *quase absoluta de carne verde*”⁹⁶.

Aliás, uma das solicitações presentes em vários documentos do presidente Felipe Neri era o envio de alimentos para as tropas e para a população da província, que passava fome. O pedido de ajuda fora enviado para as províncias vizinhas. Em Natal, o governo local se comprometera em enviar algumas cabeças de gado⁹⁷. Em outro documento, enviado ao Ministério da Guerra, o presidente relata o estado crítico da Paraíba, as precárias condições dos militares, com poucas armas para a defesa contra os inimigos que atacavam em diferentes pontos. Para Neri, o mais grave era “(...) *a falta de quase absoluta de todos os víveres (...)*”⁹⁸. Faltava até a alimentação mais básica, a farinha de mandioca. Nestas condições, o presidente enviou ordens expressas para que os militares interceptassem qualquer ajuda de alimentos que viesse do interior para os “tumultuosos”.

Com os portos bloqueados pelas tropas legalistas, aumentava a dificuldade de obtenção de alimentos, armas e munições. Havia poucas munições, a exemplo da pólvora, considerada de péssima qualidade, “(...) *he bastante ordinária por está muito úmida*”⁹⁹. A situação era tão grave que até mesmo um dos comandantes do bloqueio legalista pediu ajuda à capital da Paraíba para socorrer suas forças através de recursos da Fazenda, enviando carne fresca, 600 armas de infantaria, 40 arrobas de chumbo em bala e 300 pederneiras¹⁰⁰.

⁹⁶ Ofício do Presidente da Província da Parahyba do Norte Felipe Neri Ferreira ao Presidente da Província do Rio Grande do Norte Thomaz de Araújo Pereira, em 18 de maio de 1824, *PANDH*, v. XXIII: 21.

⁹⁷ Nesta solicitação, a Paraíba pediu ao governo do Rio Grande do Norte o envio de 100 homens para ajudarem na defesa da província, solicitação esta que não foi atendida com o argumento de que o batalhão local já estava reduzido, contando apenas com 150 soldados. Uma recusa que, depois, vai gerar um desconforto entre as duas províncias. *PANDH*, v. XXIII: 211.

⁹⁸ Ofício nº4, enviado no dia 19 de junho de 1824. *PANDH*, v. XXIII.

⁹⁹ Ofício nº5, *PANDH*, v. XXIII.

¹⁰⁰ Ofício nº6, *PANDH*, v. XXIII: 147-148.



Entre os insurretos, o objetivo era “(...) *sustentar o formidável Edifício da nossa Independência*”¹⁰¹. Nesse mesmo período, mês de junho, em decorrência de um decreto imperial de 24 de abril, estavam anistiados e perdoados aqueles considerados desertores do exército, bem como os “revoltosos” que quisessem se entregar. Essa era uma das medidas do governo legalista para conseguir braços para lutar contra os “revoltosos”, tendo em vista que alguns soldados legalistas estavam desertando¹⁰².

Com a situação se agravando cada vez mais, Felipe Neri reuniu na capital os “homens bons”, representados pelas autoridades civis e militares, para elegerem um conselho que partilhasse com ele das responsabilidades do governo. A eleição se deu numa quinta-feira, dia 1º de julho, no paço da Câmara da cidade. A sessão foi aberta com a leitura de uma proclamação do presidente, que alertava para o fato de que todos deveriam se unir contra Portugal. E, portanto, formar “(...) *hum Conselho de pessoas aptas, e zelozas do bem da Pátria, que interinamente sirva até ser substituído por outro nomeado pela Província que espero firmemente entre agora no dever da Ordem para unidos oppor-nos ao inimigo commun*”¹⁰³. Com a situação se agravando cada vez mais, e a oposição de uma parcela da elite local, o presidente Neri solicitara a sua saída do comando do governo da Paraíba.

Em seu acampamento em Feira Velha, Félix Antônio, presidente do governo temporário, recebeu uma comissão da capital, formada por José Lucas de Souza Rangel, Manoel Florentino Carneiro da Cunha (estes dois eram homens influentes, políticos e que participaram ativamente como *patriotas* em 1817) e Mathias Remigio Soares, para negociarem uma possível rendição. Felix Antônio respondeu da seguinte maneira: “(...) *que se achava com força sufficiente para entrar na capital, ou com armas na mão ou pacificamente (...)*”, mas com a condição de que Felipe Neri deixasse a província para que ele instalasse um novo governo. Sem esta condição, não desistiria de lutar para

¹⁰¹ Ofício do governador das Armas da província do Ceará, José Pereira Filgueiras, enviado ao governador das Armas da Paraíba, Ten. Cel. José da Silva, colocando-se a sua disposição para ajudá-lo. Outra solicitação era que as duas províncias se unissem em defesa da pátria. Enviado em 30 de junho de 1824. *DAHEPB/DM, CX. 007*.

¹⁰² Ofício enviado pelo presidente Neri para Carneiro da Cunha Parahiba do Norte em junho de 1824. *PANDH, v. XXIII*.

¹⁰³ Foram eleitos para o Conselho: Francisco Xavier Monteiro da Franca, o sargento-mor Jeronimo Joaquim Rodrigues Chaves, Francisco José Meira, Capitão João Gomes de Almeida, Coronel Estevão José Carneiro da Cunha e Coronel Alexandre Francisco Seixas Machado, que, mais tarde, substituiu Felipe Neri na liderança do governo. *PAN/DH, v. XXIII: 221*.



“(…) *depor o presidente imperialista*”¹⁰⁴. A ameaça foi abortada com a notícia de que naquele dia, em Recife, se proclamava a Confederação do Equador. O exército, que estava em Feira Velha, ficou na defesa das divisas entre Goiana e Pedras de Fogo.

Nesse período, segundo Glacyra Lazzari Leite, o Governo do Rio de Janeiro, “(…) *no empenho de conseguir um suporte financeiro para garantir a consolidação do Estado Nacional, enveredou primeiramente para o agravamento da sucção de rendas das províncias e, posteriormente, aliou a esse fato o recurso a empréstimos externos*” (LEITE, 1989: 140).

Ao longo do texto, percebe-se que a organização do Estado Nacional, de forma centralizadora, gerou grandes choques entre as lideranças nacionais e locais, bem como a continuidade da mudança do eixo econômico do Norte para Sul, o que implicava uma perda de poder as elites locais do Norte, notadamente na Paraíba, que se sentiam desprestigiadas com as ações do governo do Rio de Janeiro. Principalmente com a nomeação de um presidente de fora para assumir o governo local e com o fechamento da Constituinte, que limitava as possibilidades de participarem das decisões do governo central, o que explica, de certa forma, a reação contrária das elites locais. Um grupo político que pegou em armas para garantir a permanência do *status quo* e a defesa da *pátria local*.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ulysses. **A Confederação do Equador (1824)**. Recife: Oficinas Graphicas da Repartição de Publicações Officiaes, 1924.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Ed. 34, 2001. (Coleção Fundadores do Brasil).

¹⁰⁴ Ofício enviado pela comissão de negociação a Felipe Neri em 03 de julho. *PANDH*, v. XXIII: 229.



CAVALCANTI, Alcides Bezerra (Dir.). A Parahyba na Confederação do Equador. *Publicações do Arquivo Nacional/ Documentos Históricos (PANDH)* v. XXIII. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1925.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

LEITE, Glacyra Lazzari. **A Confederação do Equador**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana. 1989.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARIANO, Serioja Rodrigues C. **Gente Opulenta e de Boa Linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)**. Tese de Doutorado, Recife: UFPE, 2005.

MONTEIRO, J. C. Carneiro. *A Parahyba na Revolução de 1824, RIHGP*. (v.3), 1911: 40-72.

MEDEIROS, Coriolano de. *De julho a dezembro de 1824, RIHGP*. (v. 6), 1928: 53-56.

QUINTAS, Amaro. **A Revolução de 1817**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio/FUNDARP, 1985 (1939).

_____. A Agitação Republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.) *Brasil Monárquico: o Processo de Emancipação*. História Geral da Civilização Brasileira. v. I Tomo II, 6 ed. São Paulo: Difel, 1985, pp.216-237.

RIBEIRO, Gladys. Pés-de-Chumbo e garrafeiros: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 12 (23/24), 1998:141-165. Seção de Obras Raras do IHGP, “Confederação do Equador a Província da Parahyba” – Da Collecção Presidentes da Parahyba – Correspondência com o Ministério do Império. Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional. v. 4. 10 de março de 1823.



ARTIGOS

DIÁLOGOS COM MICHEL DE CERTEAU SOBRE PESQUISA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Francisco das Chagas de Loiola Sousa¹⁰⁵

RESUMO

A proposta deste artigo é estabelecer um diálogo com Michel de Certeau sobre o trabalho do pesquisador no campo da História e das Ciências Humanas, em geral. Para tal intento, a sua obra, **A escrita da História**, é referência para esta reflexão. Os procedimentos teóricos e metodológicos das investigações nas Ciências Humanas, especialmente na área da História, são aqui analisados. A este respeito, o presente trabalho privilegia a análise do modo de produção do conhecimento científico adotado nas academias pelos grupos de pesquisa. Além disso, discutiremos alguns dos aspectos da vida acadêmica, como, por exemplo, as regras oficiais e as não-ditas que regem a vida dos pesquisadores nas instituições superiores de ensino e pesquisa.

Palavras-chave: conhecimento científico, pesquisa e instituição.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to establish a dialogue with Michel de Certeau on the work of researcher in the field of history and the humanities in general. For this purpose, his work, **The Writing of History**, is a reference for this discussion. The theoretical and methodological procedures of research in the Humanities, especially in the area of history, are reviewed here. In this regard, this paper focuses on the analysis of the production of scientific knowledge in the academies adopted by research groups. Furthermore, we discuss some academic aspects, for instance, the official and not

¹⁰⁵ Professor do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande.



official rules which regulate the practices of researchers under universities.

Keywords: scientific knowledge, research and institution .

INTRODUÇÃO

O nosso diálogo com Michel de Certeau tem como referência **A escrita da História** (1982)¹⁰⁶, obra fundamental não só para os historiadores, mas também para os pesquisadores das Ciências Humanas em geral. A abordagem de Certeau sobre as perspectivas teóricas e os procedimentos metodológicos das investigações historiográficas modernas traz para o debate atual questões que sugerem certas revisões e/ou reflexões no modo de produção do conhecimento adotado nas academias.

Para Certeau, os métodos investigativos, dos últimos três ou quatro séculos, não cobrem a espessura nem a extensão do real. Neste sentido, boa parte do material coletado era descartado pelo pesquisador por extrapolar os limites teóricos das suas propostas de pesquisa. Contudo, estes “resíduos” ou conteúdos “descartados” tendem a ganhar, atualmente, novos significados com os procedimentos da narrativa historiográfica. Assim, o trabalho de contar, relatar e interrogar os acontecimentos ganha mais liberdade com as narrativas, o que proporciona também maior dignidade aos documentos e aos **mortos**, ou seja, às memórias dos sujeitos eleitos para compor o quadro de análise na investigação.

Nessa operação historiográfica, que está limitada à capacidade de análise do objeto em questão, exige-se do pesquisador a percepção das relações entre **um lugar**, eleito na proposta de pesquisa, os procedimentos adotados nas análises e a elaboração de **um texto**, que implica em diálogos com a literatura produzida pelo grupo de estudo ao qual o projeto de pesquisa está institucionalmente vinculado. Nesses grupos ou escolas de pesquisadores, existem **as leis do meio** acadêmico, o **não-dito**, que tem tanto poder de decisão quanto as regras oficiais publicizadas pelas instituições ou academias de pesquisas.

¹⁰⁶ Essa obra de Michel de Certeau foi publicada originalmente, em 1975, na França pelas Éditions Gallimard com o título **L'Écriture de l'Histoire**.



Essas escolas de pesquisadores produzem e publicam um tipo específico de saber partilhado por seus pares com uma linguagem científica própria. É a *lei de um grupo* que estabelece a *lei de uma pesquisa científica*. Em certa medida, esta lei define o que é permitido e o que é proibido no espaço acadêmico. As ideias produzidas nos grupos de pesquisa, desse modo, controlam os saberes que circulam na sociedade, o que implica também em “formatar” ideologicamente esta mesma sociedade.

Para uma reflexão mais detida sobre essas questões, tomaremos como referência para o diálogo com Certeau **A escrita da História**, principalmente o segundo capítulo porque nele o autor condensa reflexões teóricas e metodológicas importantes não só para o campo da historiografia, mas para a área das Ciências Humanas.

Desde já, alertamos aos leitores que outros temas, igualmente importantes para o historiador/pesquisador, presentes nesta obra de Certeau, não serão tratados aqui pelos próprios limites deste artigo. Além disso, consideramos que a riqueza da reflexão do referido capítulo é suficientemente relevante para se fazer merecedora de uma discussão-reflexão à parte, o que justifica a presente produção.

1. A formação de grupos, o pesquisador e a pesquisa

A produção do conhecimento científico é compreendida aqui como a produção do e no espaço-tempo das instituições, que agregam, por sua vez, os grupos de pesquisa das mais diferentes vertentes de pensamento. Os pesquisadores, iniciantes ou experientes, se agrupam de acordo com as afinidades teóricas e metodológicas. Assim, para pertencer a um determinado grupo de pesquisa é preciso estar vinculado às indicações teóricas e metodológicas de seus pares, os quais definem/distinguem os “bons” e “maus” métodos de pesquisa. Essa definição/distinção é uma forma de manifestação de poder nas academias. Desse modo, criam-se e reproduzem-se as disputas de poder entre as diversas correntes do pensamento na busca de legitimidade científica, social e política das suas produções.

A esse respeito, a nova concepção de verdade da Ciência contemporânea contribuiu diretamente para consolidar o poder dos grupos de pesquisa nas academias. Com o enfraquecimento



das concepções positivistas de verdade, o conceito de **verdade absoluta** tem sido substituído cada vez mais pelo conceito de **verdade provisória**. Para Jürgen Habermas (1988), o pesquisador não pode mais produzir conhecimento “sozinho”, isolado do grupo, de modo que ele não pode afirmar que algo é verdadeiro ou válido sem o aval do grupo de estudos, do especialista, que é autoridade na sua área de investigação. Qualquer **pretensão de validade** do conhecimento científico tem, obrigatoriamente, de se submeter à crítica de seus pares. Desse modo, não é mais o pesquisador “solitário” quem define o que é e o que não é verdadeiramente válido, mas o grupo de estudo e os intelectuais de cada área do conhecimento.

Assim, os métodos de pesquisa adotados e modelos acadêmicos instituídos, a exemplo do Brasil, esboça um comportamento que se torna regras de acesso aos códigos acadêmicos, fundamentais para o sucesso na carreira de pesquisador e/ou professor universitário. Essas regras ou **as leis do meio**, instituídas no espaço acadêmico, definem o que é permitido e o que é proibido. São, assim, as permissões e as interdições, como assinala Foucault (1968), que permitem compreender a Ciência e suas relações de poder, que impedem a produção de uma historiografia mais autônoma.

2. A transformação da natureza em cultura nas produções acadêmicas

A prática historiográfica implica em um trabalho de transformar documentos, dados, vestígios em cultura. Para tanto, Certeau rejeita a ideia de que a história se reduz ao exercício de práticas e de técnicas, isso para afirmar que a capacidade de interpretar as fontes é indispensável. Assim, o trabalho do pesquisador consiste, sobretudo, em transformar o dado, o documento (a natureza) em texto escrito (a cultura), o que vai exigir uma formação *à priori*, uma boa dose de erudição do pesquisador. Esse tipo de trabalho é um processo no qual se **artificializa a natureza**, incluindo aí a natureza humana que vai modificando conforme se estabelecem conexões entre a socialização da natureza e a materialização e/ou “naturalização” das relações sociais.

O trabalho do pesquisador, nesse processo de artificializar a natureza, muitas vezes repercute numa dimensão exponencial. Um exemplo disso é o fato de que o dado encontrado pelo pesquisador pode tanto ser uma vasta documentação como um pequeno fragmento que, à primeira vista, é tomado como objeto sem aparente valor. Com o trabalho da escrita, quando bem estruturada, pode



transformar esse pequeno fragmento em algo muito mais valioso do que se o pesquisador tivesse em mãos uma vasta documentação.

As informações primárias coletadas (matérias-primas), ao serem transformadas pelas mãos do pesquisador em informações secundárias, ganham um novo *status* social e científico. Essa nova condição implica em transportar coleções, arquivos, acervos, monumentos, etc., do campo da cultura para o campo da história. A este respeito, a natureza de um monumento pode ser modificada pela obra de historiadores: uma igreja, por exemplo, pode ganhar o *status* de museu.

O trabalho do historiador, desse modo, não se limita a produzir documentos, textos em uma nova linguagem. Isso ocorre porque no seu fazer pesquisa há um diálogo constante do presente com o passado, e o produto desse diálogo consiste na transformação de objetos naturais em cultura. Ou seja, o historiador incorpora a natureza à civilização.

3. As fontes e a sua redistribuição no espaço e no tempo

Ao recolher documentos, de acordo com os objetivos do seu projeto de pesquisa, o historiador desloca esse material no tempo e no espaço. O trabalho de fotografar, de transcrever, de microfilmear, enfim, de transportar as fontes de um lugar para outro, adequando-as aos objetivos do pesquisador, propostos *a priori*, implica numa tarefa que separa, recorta, isola, etc., os documentos do conjunto no qual foi originalmente produzido. Essa **operação técnica**, além de conter as impressões e/ou o olhar do pesquisador, transforma os documentos, fragmenta-os para se adequar à lógica do projeto de pesquisa proposto antes de iniciar a recolha dos dados. À medida que os dados coletados não se “encaixam” àquela lógica, quase sempre estes são excluídos dos resultados da investigação. Para garantir a validade de seu estudo, e convencer seus pares da relevância social e científica da pesquisa, os pesquisadores que trabalham com este tipo de fonte criam uma linguagem que dê unidade textual (lógica) e estabeleça um diálogo com as fontes, tendo sempre como referência a matriz teórica e metodológica na qual está filiado. Esta matriz o autoriza socialmente e cientificamente como sábio e autoridade na sua área de pesquisa, uma referência para pesquisadores inexperientes ou iniciantes.

Nesta perspectiva, os arquivos, incluindo as bibliotecas, são por excelência os **lugares da**



erudição, *locus* de um saber erudito, que permite aos pesquisadores acessarem, ao mesmo tempo, às fontes pelas quais se produzem novos conhecimentos e, ao mesmo tempo, aos saberes produzidos pela Ciência. Essa condição dos arquivos se deve, sobretudo, ao seu novo *status* social, originado principalmente com as mudanças tecnológicas que permitem novas formas de fazer pesquisa. As práticas de copiar, classificar, imprimir, etc. documentos nos arquivos modernos redefinem a própria condição do saber. O impacto dessas mudanças tecnológicas nas pesquisas, com o uso de novas técnicas e equipamentos, a exemplo dos computadores, possibilitam outras formas de lidar com as fontes. Tais transformações implicam na adoção de diferentes posturas do pesquisador, as quais vão, em certa medida, depender dos meios tecnológicos utilizados por ele para acessar às fontes. Assim, os procedimentos investigativos também serão redimensionados em face das novas técnicas e equipamentos disponíveis.

Quando o assunto é tecnologia, a tendência é sempre enxergar as suas vantagens, uma vez que elas facilitam as trocas de informações entre pesquisadores e ampliam em escala planetária, por meio da **internet**, o acesso aos conhecimentos produzidos nas academias. Um exemplo de desvantagem dessa tecnologia é a facilidade com que se descartam informações importantes, como mensagens eletrônicas que são, quase sempre, **deletadas**, e as fontes de pesquisa dessa natureza tendem a se reduzir consideravelmente ou mesmo a desaparecer em um futuro próximo. Assim, a troca de mensagens via texto eletrônico, embora facilite a nossa vida pela economia de trabalho e de tempo, não deixa rastro, registro sobre nossa vida para as sociedades presente e futura. As trocas de cartas entre amigos, parentes, etc., por exemplo, que são valiosas fontes de investigação atualmente, deixam de ser, a partir de então, uma possibilidade de conhecimento sobre a sociedade contemporânea e futura. Este é um dos custos que pagamos pelas facilidades dos meios de comunicação.

4. Os métodos investigativos e o estabelecimento de limites para a pesquisa e o pesquisador

O modo de fazer pesquisa inspirado no positivismo valoriza a quantidade de informações acumuladas pelo pesquisador, embora essas informações sejam recolhidas em número limitado. Tal concepção tem como fundamento principal o **método indutivo**, de Francis Bacon (1561 – 1627), que



é considerado um dos primeiros filósofos da Ciência Moderna. Seu projeto científico ou método indutivo, nomeado de empirismo, influenciou as gerações que o sucederam. Ele acreditava que, com certo número de informações recolhidas dos objetos investigados, o pesquisador poderia isolar do conjunto de dados colhidos aspectos que se repetiam em cada objeto observado ou submetido aos experimentos científicos. O resultado final da pesquisa jamais poderia ser originado de ideias preconcebidas pelo cientista, uma vez que o conhecimento científico é extraído do próprio objeto investigado, pois nessa concepção o conhecimento sobre o objeto está no próprio objeto. Dessa forma, as ideias do pesquisador não poderiam determinar ou influenciar os resultados da sua investigação (Bacon, 1984).

Com essa concepção de pesquisa, as informações reunidas são limitadas porque se faz necessário excluir as diversidades, ou seja, o que não se repetia com frequência nos experimentos, para dar uniformidade e coerência ao relatório de pesquisa. Quando ocorria algo inesperado, como a presença de elementos novos produzidos por outras investigações, a pesquisa estava, de certo modo, sujeita ao fracasso. Como estratégia para salvar a tese defendida, o pesquisador prosseguia na coleta de dados empíricos na tentativa de encontrar alguma novidade que justificasse cientificamente a relevância da pesquisa. A tarefa de reunir as informações necessárias para atingir este objetivo, por vezes, se prolongava demasiadamente e tornava-se um trabalho interminável. Caso o pesquisador não encontrasse alguma novidade relevante nessa nova coleta de dados, o trabalho final da pesquisa poderia estar condenado à caducidade e ao fracasso científico.

Na perspectiva de pesquisa contemporânea, essa lógica positivista de investigação tem sido cada vez mais abandonada pelos pesquisadores das Ciências Sociais, da Educação, bem como das Humanidades em geral. O trabalho de isolar, selecionar, recortar **traços significantes**, que se repetem com certa frequência na documentação consultada, é cada vez mais substituído por abordagens que incorporam o que antes eram considerados como “desvios” nas lógicas positivistas. Por apresentar “incoerências”, esses “restos” do passado eram excluídos nas combinações lógicas dos relatórios de pesquisa. Assim, temas considerados marginais, a exemplo da feitiçaria, da loucura, da literatura popular, relegados ao silêncio, agora ganham lugar de destaque nas pesquisas.

Tal mudança de perspectiva nas investigações se deve ao fato de que o pesquisador não aspira, como antes, a uma abordagem universal. As pesquisas, embora privilegiem certos objetos com características particulares, não deixam de estabelecer conexões com as totalidades, com os



contextos tempo-espaço e, em certa medida, com as estruturas sociais, econômicas, políticas, jurídicas, culturais e religiosas.

O pesquisador contemporâneo, ao se interessar por questões historicamente marginalizadas pela Ciência, amplia o seu repertório de fontes e sujeitos. Essa ampliação, em parte, se deve ao desenvolvimento da tecnologia, como é o caso do computador e seus artefatos (as escaneadoras, as máquinas fotográficas, etc.)¹⁰⁷, que permitem recolher e armazenar dados de diversas naturezas. Mesmo nos casos em que não temos acesso a documentos (por extravio, por impedimento oficial ou mesmo por impedimento de particulares) para realizar uma investigação, o pesquisador recorre, quando é possível, ao recurso da entrevista.

As entrevistas, como fonte oral, proporcionam um tipo de evidência específica que, se bem conduzidas, podem render bons resultados às pesquisas. Esse tipo de fonte se torna interessante porque tanto pode esclarecer interrogações sobre determinados eventos históricos, preencher lacunas de outros documentos, etc. quanto aguçar a curiosidade do pesquisador e pode levá-lo a outras fontes. Neste caso, é imprescindível para o pesquisador o auxílio de documentos:

para indicações de coisas que estão além do alcance da memória, para datas onde possam haver erros e para precisões que não poderá ou não irá conseguir com evidência oral. Ele precisará dos documentos para enriquecer e informar seu questionamento, para permitir aos mortos falarem aos vivos e, aos vivos, falarem aos mortos. (Samuel, 1990, p.237).

As reminiscências sobre determinados períodos históricos são importantes para (re) compor, a partir de uma versão narrada pelas próprias personagens da história, o seu quadro de análise com base em registro “subjetivo” (Thompson, 1992). O pesquisador, porém, deve tomar alguns cuidados específicos com o manuseio de documentos produzidos com as entrevistas. Em primeiro lugar, devemos ter consciência de que as histórias narradas, em geral, tendem a demonstrar o passado de

¹⁰⁷ Com o uso do computador, a quantidade de documentos não é um fator determinante na pesquisa. A capacidade das novas máquinas armazenarem fontes de natureza diversas torna indeterminado o número de dados utilizados pelo pesquisador. Além disso, os dados “qualitativos” podem ser combinados com os “quantitativos” tornando imprecisa a quantidade de dados. Assim, as fronteiras das investigações mudam consideravelmente.



acordo com o que pensamos no presente e o que pretendemos ser, pois “não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais”. (Thomson, 1997, p.57).

Tais considerações são importantes porque nos chamam atenção para o fato de que, ao lidarmos com o passado, sempre procuramos interpretá-lo com o olhar de hoje. Assim, por mais que procuremos nos aproximar do passado, tendo em mente preservar os significados originais das idéias e dos contextos políticos específicos de cada época, o pesquisador jamais poderá se isentar dos paradigmas contemporâneos em suas investigações. O que de fato ele pode e deve fazer é procurar amenizar as influências desses paradigmas na leitura do passado, que exigirá do pesquisador uma boa dose de erudição e consciência histórica (Jasmin, 2005).

Essa condição temporal do informante e da testemunha da história, bem como do próprio pesquisador, redimensiona a percepção do problema em questão. A distância temporal, neste caso, nos impõe olhar diferente sobre os fenômenos sociais de determinada época. Esses cuidados, porém, não tornam menos importante ou menos válido o testemunho oral como fonte de pesquisa histórica, o qual contribui para dar voz e visibilidade às experiências de vida excluídas, quase sempre, das narrativas historiográficas ou pouco valorizadas por elas.

5. Os procedimentos teóricos e metodológicos, as regras do meio acadêmico e os limites do texto científico

No passado, a ciência positivista descartava uma quantidade considerável do material recolhido para a análise do fenômeno investigado, que, de acordo com o objetivo da pesquisa, esse material poderia ser proporcionalmente superior ao que era utilizado na pesquisa. Essa prática de excluir do relatório de pesquisa o “excesso” de material recolhido ou mesmo produzidos pelo pesquisador, como é o caso das entrevistas, continua nas tendências pós-positivistas, com ênfase nas pesquisas do tipo qualitativa. Tal dificuldade se deve, em parte, ao fato de que, *grosso modo*, os



objetivos das pesquisas são definidos previamente nos projetos de pesquisa sem que, muitas vezes, leve em consideração as fontes com as quais irá trabalhar. Isto, por vezes, produz desencontros entre os procedimentos teóricos e metodológicos e as fontes utilizadas na pesquisa. Nessa lógica, o olhar do pesquisador, quando vai realizar a coleta de dados, está, de certo modo, condicionado pela orientação teórica e metodológica do seu projeto de pesquisa.

Esse impasse entre o que pode ser explicado/compreendido pelo pesquisador e o que é considerado inexplicável pela teoria adotada por este, põe indagações do tipo: quais os limites dos procedimentos teóricos e metodológicos adotados para lidar com as fontes privilegiadas na nossa pesquisa? Como o modo de fazer ciência limita a compreensão do passado? É possível nos transportar para um determinado lugar do passado e perceber a espessura dessa realidade utilizando apenas documentos produzidos pela tradição escrita? Qual a validade científica do que nós produzimos? Podemos entender ou mesmo analisar um período da nossa história com base em “fragmentos” de documentos? Quais os limites e possibilidades de ultrapassar as fronteiras ou leis estabelecidas pelo saber científico contemporâneo?

As indagações, elaboradas anteriormente, têm a pretensão de aguçar a curiosidade e estimular o pensamento crítico e criativo, e não exatamente dar conta de toda a complexidade que envolve tais questionamentos. As perguntas, muitas vezes, são mais interessantes para a reflexão do que, propriamente, os comentários limitados ou mesmo aqueles que limitam a nossa capacidade de percepção do passado. Assim, uma interrogação que possibilite ir além dos saberes construídos pela Ciência moderna pode ser mais interessante do que uma tentativa de resposta ou comentários sobre o assunto em pauta.

A esse respeito, as experiências de pesquisa podem suscitar interrogações valiosas quando da conclusão de uma etapa de investigação. Os caminhos perseguidos pelos pesquisadores, quando permitem novas indagações sobre o objeto em questão, criam possibilidades de renovar o olhar sobre “antigas” abordagens. Neste sentido, a reorganização do passado pelo formato da nova escrita, do novo olhar, produz outros significados a respeito de uma mesma realidade que já foi investigada por outros pesquisadores.

Só o fato de elaborar novos texto e (re) organizar o pensamento e/ou a sua forma de exposição (porque cada texto tem seus limites de alcance) por si só já transforma a matriz anterior, que servia de referência para pensar determinadas abordagens. Assim, temas bastante explorado no



meio acadêmico podem ganhar outros olhares, outras percepções. Geralmente o que conta é, em especial, a capacidade de reflexão, ou seja, a experiência e o conhecimento do pesquisador na sua área de atuação.

Nesta perspectiva, a pesquisa como possibilidade infinita de reflexão (a pesquisa não tem fim!) se constitui em um instrumento de ampliação do conhecimento e, ao mesmo tempo, de garantir a sua renovação. A prática de pesquisa exige uma teoria, que é necessária para formular questionamentos e/ou críticas sobre o conhecimento produzido em cada área do conhecimento. Essa teoria deve estar, de certo modo, adequada ao tema abordado e, conseqüentemente, aos objetivos pretendidos na pesquisa. Nesse sentido, a ausência desse suporte teórico tende muito mais a reproduzir do que, propriamente, a renovar o conhecimento científico, o que implica na (re) produção de saberes dogmáticos que eternizam conceitos, valores e olhares sobre determinadas abordagens do passado.

Do ponto de vista dos procedimentos, a teoria permite a compreensão das fontes – e do objeto de investigação – para além dos seus significados particulares. Ela possibilita diálogos com outros elementos do espaço social no qual a investigação ocorre. Assim, a **operação historiográfica** tenta compreender as possíveis relações entre um objeto de investigação, a teoria e seus procedimentos de análises e as produções literárias do campo epistemológico ao qual a pesquisa está vinculada.

Contudo, a escrita de um texto científico, a exemplo de um relatório ou projeto de pesquisa, é elaborado de acordo com as regras da instituição, da academia, o que limita a autonomia do pesquisador. Cada área de conhecimento se constitui de especialistas, de grupos ou equipes de pesquisa, de líderes desses grupos, etc. Os cursos de pós-graduação nas universidades (especialização, mestrado e doutorado) são exemplos de formação desses grupos. Assim, elaborar um projeto de pesquisa para esses cursos vai exigir do pesquisador certos conhecimentos prévios da instituição e do grupo de pesquisadores ao qual pretende se vincular. Tais conhecimentos prévios vão além dos critérios formais (textuais) de seleção dos projetos. É necessário, sobretudo, conhecer as regras **não-ditas** que, por vezes, determinam a escolha de um e não de outros projetos. Conhecer a literatura com a qual o grupo trabalha é um bom começo. Desse modo, o grupo de pesquisadores tende a aceitar **um** tipo de produção escrita, definida como padrão desse grupo, e interditar **outras** formas de escrita, consideradas fora do padrão. Assim, prevalece a **lei de um grupo**, que é a lei de



uma pesquisa científica.

Tais grupos de pesquisadores se constituem como uma **sociedade de estudos** com autoridade na sua área de investigação. Para tanto, usam uma linguagem comum ao grupo, que padroniza as publicações nas revistas especializadas. Assim, **as leis do meio acadêmico**, não-ditas, sustentam um discurso, que é o discurso do grupo, pois é o grupo quem produz conhecimento científico, e não o sujeito, o indivíduo solitário. Assim, prevalece o **nós** em detrimento do sujeito, do pesquisador solitário. Nesse meio qualquer escrita necessita do aval do grupo (do outro) para se afirmar como discurso válido, certificado. Há uma espécie de **contrato social**, não-dito, entre os membros do grupo. Contudo, a formação dos grupos de pesquisadores, no caso brasileiro, nem sempre é pacífica. Os conflitos, por vezes, criam mal-estar entre os membros dos grupos de pesquisa quando há disputa de legitimidade teórica, e, ao mesmo tempo, de poder.

6. A inversão escrituraria: da proposta de investigação à elaboração do relatório de pesquisa

Na elaboração do texto ou relatório de pesquisa há uma transformação no estilo da escrita, que Certeau denomina de **inversão escrituraria**. Segundo ele, o que ocorre entre a execução das propostas de pesquisa e a construção das monografias, dissertações e teses, bem como a produção de artigos e livros, é a inversão dos percursos escriturário. A escrita do texto, neste sentido segue um caminho inverso ao da investigação, ou seja, ao do momento da recolha e sistematização das fontes de pesquisa.

Ao iniciar um texto, artigo ou livro, por exemplo, logo na introdução é perceptível àquela inversão. As teorias (reflexões mais abstratas) construídas com base nos *insight* percebidos no final do trabalho de campo são logo anunciadas na introdução do texto. As novidades percebidas durante a recolha dos dados, no final do trabalho de campo, ganham maior destaque no início da exposição por serem consideradas importante contribuição do pesquisador para o grupo de pesquisa e a instituição a que se vincula.

Desse modo, o percurso da escrita do texto segue um caminho cronológico inverso ao do trabalho de campo e organização das informações recolhidas. Assim, o texto do relatório de pesquisa, transformado em artigos, livros, etc., ganha um formato diferente da prática de



investigação. Esta, por não estabelecer limites para o seu término, persegue toda a vida do pesquisador. O texto, por sua vez, obrigatoriamente deve estabelecer limites de alcance da reflexão, a qual estará condicionada ao formato científico padronizado pelo veículo de publicação do meio acadêmico, a exemplo das revistas indexadas.

No caso do Brasil, as exigências dos grupos e das instituições para que os pesquisadores publiquem suas pesquisas com certa frequência¹⁰⁸ fazem com que, muitas vezes, sejam divulgados os resultados das pesquisas sem que, necessariamente, tais pesquisas tenham sido concluídas. A antecipação da divulgação dos resultados antes de concluir o trabalho de campo de uma etapa de investigação, seja em anais de congressos científicos ou mesmo em revistas científicas especializadas, implica numa mudança na ordem cronológica da exposição. Neste caso, diferentemente do que Certeau afirma, a **inversão escrituraria** se constitui apenas parcialmente, uma vez que a publicação das produções ocorre antes de concluir a coleta dos dados empíricos na sua totalidade. Isto faz sentido porque a continuidade da investigação pode revelar, desse modo, outros resultados diferentes daqueles apresentados anteriormente. A urgência em publicar as produções acadêmicas exige que as novidades encontradas sejam divulgadas na medida em que elas vão surgindo no percurso da pesquisa, o que impede o amadurecimento das reflexões teóricas e limita a possibilidade de debate, críticas, etc. entre seus pares antes da divulgação. Os prazos, quase sempre exíguos, para a conclusão das pesquisas também se constituem em empecilhos àquelas reflexões.

A escrita do texto, como **organização de significantes**, procura **dar sentido** ao que a prática investigativa percebe como limite, exceção ou diferença, elementos às vezes “soltos”, que se apresentam aparentemente sem coesão nem coerência. As lacunas ou incoerências da pesquisa, especialmente na sua fase de coleta dos dados, são superadas pela construção do texto. Contudo, essa não é uma tarefa fácil, porque **a história não tem sentido**, e atribuir sentido à história exige do pesquisador certo domínio (conhecimento profundo) sobre os contextos nos quais se travam os conflitos sociais e as estratégias de resolução:

¹⁰⁸ A CAPES, por exemplo, considera nas avaliações do desempenho dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* ou para a criação destes cursos, apenas o que o pesquisador publicou nos três últimos anos.



A história não tem “sentido”, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus pormenores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. Nem a dialética (como lógica de contradição), nem a semiótica (como estrutura de comunicação) não poderiam dar conta do que é a inteligibilidade intrínseca dos confrontos (Foucault, 1993, p.05).

A compreensão e análise do passado, bem como a atribuição de significado ao que aconteceu, vão depender do espaço-tempo (lugar e época) de onde “falo”. O distanciamento temporal, por exemplo, muda a compreensão e a relação do pesquisador e dos sujeitos investigados sobre os acontecimentos; e o sentido do que aconteceu também muda com o tempo. Assim, o olhar sobre determinado fenômeno social no “calor” do acontecimento é diferente dos sentimentos futuros sobre este mesmo episódio.

CONCLUSÃO

As reflexões de Certeau sobre o trabalho do historiador, e suas relações com seus pares e as instituições a que está vinculado, ganham proporções para além de suas pretensões quando tais análises são também válidas para o conjunto de sujeitos que produzem conhecimento científico no campo das Ciências Humanas.

As contribuições de **A escrita da história** põem interrogações, e, ao mesmo tempo, revelam elementos inerentes às práticas de pesquisa que desnudam muitas das relações do pesquisador com o conhecimento produzido pela academia e com os lugares (sociais, políticos, econômicos e culturais). Estas e outras relações dão uma ideia das condições de produção do conhecimento no meio acadêmico, especialmente no que diz respeito às regras **não-ditas** que são tão determinantes para o sucesso ou o fracasso do pesquisador quanto àquelas prescritas oficialmente pelas instituições através e com os grupos de pesquisadores de cada área do conhecimento. Neste sentido, Certeau dedica boa parte de suas análises às práticas instituídas no meio acadêmico, **as regras do meio**, nas quais revela um **sistema ético e técnico** que opera com regras próprias instituídas pelos grupos. Tais regras, nem sempre explícitas, determinam o que pode e o que não pode, ou seja, o que é **permitido** e o que é



proibido nos grupos e nas instituições para os quais se destinam o saber científico.

Os procedimentos investigativos, amparados por esse sistema ético e técnico, permitem **fabricar** textos e discursos sobre sujeitos, lugares, épocas, etc., que ganham autoridade e certificado acadêmico, ou seja, ganham validade social e científica. Neste aspecto o texto, sob o comando do pesquisador, ganha sentido particular (**a história não tem sentido**), atribuído pelo seu autor em acordo com o grupo. A construção do texto, graças às possibilidades semânticas da escrita e às teorias, dá uniformidade, coesão e coerência aos discursos dos intelectuais. Os materiais e/ou documentos reunidos durante o trabalho de campo, muitos deles aparentemente sem nexos, fragmentados ou mesmo apresentando contradições, são organizados no texto de tal modo que estas ausências ou silêncios presentes nas fontes de pesquisa são preenchidos de significados. Isto é possível porque o historiador, por exemplo, **fabrica o sentido da história**. Tais procedimentos de pesquisa possibilitam construir aspectos do passado a partir do que chegam aos dias atuais em forma de fragmentos ou mesmo apresentando contradições. Nesta perspectiva, por um lado, as narrativas emergem com maior possibilidade de compreender e analisar a espessura e a extensão do real; por outro, corre-se maior risco de (re) construir um passado mais **fictício** do que propriamente **real**. Isso pode acontecer no caso das fontes reunidas serem insuficientes para construir um sentido mais pragmático da história.

Além disso, o limite do texto científico, em face das regras do meio acadêmico, impõe ao pesquisador espaços circunscritos, de certo modo previamente definidos em acordo com o grupo, que condiciona a fluidez do pensamento inovador ou inibe a capacidade de buscar outros modos de explicar, compreender e analisar as fontes. A própria teoria adotada pelo grupo, como referência para análise de determinados objetos de investigação, por si só já antecipa algumas das conclusões da pesquisa antes mesmo do pesquisador chegar ao final do trabalho de campo e de concluir uma determinada etapa do estudo.

Para além desses condicionantes, o trabalho do pesquisador nas Ciências Humanas tem avançado na tentativa de ampliar o olhar sobre os objetos de pesquisa. As práticas investigativas dão cada vez mais atenção para **os desvios**, dados importantes da pesquisa que não se “encaixavam” no quadro ou esquema teórico e/ou metodológico da investigação. Esse material, excluído das análises, ganhou novo **status** científico ao ser incorporado ao trabalho acadêmico. Aqui ocorre, de certo modo, uma inversão em relação ao que era privilegiado no modo de pesquisa adotado pelo



positivismo. Os desvios ou exceções, que se afastam das **regularidades**, não cabiam nos sistemas explicativos dessa teoria.

Nos dias atuais, as dificuldades do pesquisador estão mais relacionadas a outra dimensão da investigação, que se refere ao problema de compreensão e análise do **particular**, do **individual** sem, contudo, submetê-lo ou relacioná-lo ao universal. Como generalizar objetos particulares, individuais, exclusivos? Como analisar determinado fenômeno social sem recorrer à teoria? Como indaga Certeau: “Como nomear o incompreendido?”. Esse diálogo continua.

REFERÊNCIAS

BACON, Francis. **Novum Organum ou Verdadeiras Indicações acerca da Interpretação da Natureza**. Nova Atlântida. Tradução de Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Coleção Os Pensadores.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. – Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Doença mental e psicologia**. Tradução de Lilian Rose Shalders – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

_____. **Microfísica do poder**. 11ª edição – Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Tradução de Manuel J. Redondo. Madrid: Taurus, 1988.



JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, V. 20, nº 57, São Paulo, p.27-38, fev./2005.

SAMUEL, Raphael. Documentação: história local e história oral. Tradução de Zena Winoma Eisenberg – **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.9, nº 19, p.219-243, fev./1990.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2ª edição - Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Revista Projeto História**, São Paulo, nº 15, p.51-71, abril/1997.

Sobre o autor

É professor da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras/PB, nas áreas de Filosofia da Educação e de Política Educacional. É graduado em Pedagogia, mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Desenvolve, atualmente, pesquisa sobre a história do magistério no ensino superior.

E-mail: fcloiola@yahoo.com.br



A “PRESENÇA” DOS POVOS INDÍGENAS NOS SUBSÍDIOS DIDÁTICOS: LEITURA CRÍTICA SOBRE AS ABORDAGENS DAS IMAGENS E TEXTOS IMPRESSOS

Maria da Penha da Silva*
(SEDUC-PCR/SEDUC-PE)

RESUMO:

Iniciaremos essa discussão partindo da observação que, apesar de tratar-se de uma temática relativamente nova no currículo escolar no Brasil, inclusa por meio das Leis nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08, resultado das muitas reivindicações do chamado movimento negro e dos povos indígenas, foram ambos que exigiram o reconhecimento e o respeito à diversidade das suas expressões socioculturais, como forma de superar toda e qualquer expressão de preconceito e discriminação. Essas leis representam uma conquista de direitos presentes nos textos da Constituição Federal de 1988, na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996), nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais/2001) e no PNE (Plano Nacional de Educação/2001 a 2011).

Palavras-Chave: povos indígenas, diversidade, livros didáticos, Lei de Diretrizes e Bases da Educação

ABSTRACT

We start this discussion from the observation that although this is a relatively new subject in the school curriculum in Brazil, including by means of Law No. 10.639/03 and Law No. 11.645/08, the result of the many claims and the movement called black indigenous peoples, both of which were demanded recognition and respect the diversity of their socio-cultural expressions as a way to overcome any expression of prejudice and discrimination. These laws represent an achievement of

*Licenciada em Pedagogia (FUNESO). Especialização em Ensino das Artes e das Religiões (UFRPE) Professora no Ensino Fundamental I (SEDUC/PCR-PE) e Técnica Educacional (SEDUC/PE). E-mail: dpenhasilva@yahoo.com.br



rights found in texts of the Constitution of 1988, the LDB (Law of Directives and Bases of Education Nacional/1996), the PCNs (Curriculum Nacionais/2001) and NAP (National Plan Educação/2001 to 2011).

Keywords: indigenous people, diversity, textbooks, Law of Directives and Bases of Education

A diversidade étnica há muito está “presente” na escola: em benefício de quem?

Quando afirmamos que houve atuação dos povos indígenas na conquista de direitos presentes nos textos da Constituição Federal de 1988, na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996), nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais/2001) e no PNE (Plano Nacional de Educação/2001 a 2011), nos referimos especificamente a crítica aos livros didáticos. Baseamo-nos na pesquisa de Grupioni (1995), que mencionava entre outros movimentos, as mobilizações e reivindicações de professores/as indígenas da região do Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Acre no final da década de 1980 e início dos anos 1990 que resultou em um documento enviado a Câmara e ao Senado Federal, no qual solicitavam mudanças nos conteúdos vivenciados nas escolas oficiais dos não-índios e nos livros didáticos. Os povos indígenas exigiam mudanças sugerindo o ensino de conteúdos que expressassem o respeito as suas expressões socioculturais. Essas reivindicações ocorreram pelo fato desses povos terem consciência das desinformações presente nas escolas não indígenas sobre a situação histórica dos indígenas.

Reconhecemos que procedem as referidas reivindicações, pois diante da realidade brasileira onde ainda temos os livros didáticos como subsídios básicos mais utilizados em sala de aula, nos preocupam as formas de abordagem da diversidade sociocultural e especificamente a diversidade étnica no que se refere à história e culturas indígenas nos livros de História do Brasil. Pois as pesquisas acadêmicas realizadas recentemente apontam que “além de evidenciarem a antiguidade da presença desses povos no país e tem revelado a grande diversidade e pluralidade das sociedades nativas encontradas pelos colonizadores.” (SILVA, 2007: 3). As contribuições acadêmicas têm avançado rumo à desconstrução da ideia que índio é um ser pertencente a um passado distante. Entretanto apesar de nas últimas décadas a temática indígena ter ocupado esses espaços, os conteúdo



vivenciados nas escolas continuam os mesmos de tempos passados, expressos por meio dos livros didáticos e refletidos principalmente nas datas comemorativas. Há quase duas décadas passadas Grupioni afirmava:

Apesar da produção e acumulação de um conhecimento considerável sobre as sociedades indígenas brasileiras, tal conhecimento ainda não logrou ultrapassar os muros da academia e o círculo restrito dos especialistas. Nas escolas a questão das sociedades indígenas, é frequentemente ignorada nos programas curriculares, tem sido sistematicamente mal trabalhada. Dentro da sala de aula os professores revelam-se mal informados sobre o assunto e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil. (GRUPIONI, 1995: 482)

Percebemos que esse pesquisador trás para as discussões questões pertinentes aos dias atuais. A única mudança concreta é a inclusão oficial da temática indígena como componente curricular. Porém, em outro momento esse mesmo autor fez uma crítica às informações sobre a situação de generalização e simplificação sobre a história dos povos indígenas, denunciando nos livros didáticos a ausência de discussões sobre os processos de (re)elaboração das expressões socioculturais. “eles operam com a noção de índio genérico, ignorando a diversidade que sempre existiu nessas sociedades”. (GRUPIONI, 1996, p. 430). Constatamos que a crítica atualmente é procedente, no que diz respeito aos conteúdos expostos nos livros didáticos distribuídos nas escolas no ano letivo em curso e aos reservados para os próximos dois anos.

As situações de generalizações provocam o racismo e a discriminação, muito comum nos livros didáticos que analisamos, quando enfatizam a disseminação as ideias evolucionistas na defesa do pressuposto de que todos os grupos humanos, historicamente passam por estágios semelhantes no processo de desenvolvimento da sociabilidade,

Uma mostra da política de racismo e discriminação que atravessa a maioria dos livros didáticos são as descrições e qualificativos com os quais se nomeiam invasões coloniais e espoliações de recursos naturais de numerosos povos do Terceiro Mundo. Basta uma repassada pelos livros didáticos para nos fazer ver de que forma fenômenos como os anteriormente citados



aparecem como atos de descobrimento, aventuras humanas, feitos heróicos, desejos de civilizar *seres primitivos ou bárbaros*, de fazê-los participar da verdadeira religião, etc.(SANTOMÉ, 2008: 169) (Grifos do autor).

O texto citado ajuda-nos a compreender o porquê de não aprendermos na escola sobre as inúmeras estratégias de resistência negra e indígena frente à dita sociedade colonial. Os livros didáticos de História tratam da violência colonial como algo necessário para o “progresso e a civilização”. Nos poucos livros que trazem temas sobre a atualidade, a discriminação e o preconceito estão presentes nas formas de silenciamentos ou nas “deformações textuais” onde os povos indígenas aparecem como grupos de uma cultura comum entre si, como índios genéricos, desconsiderando as diferentes expressões socioculturais em cada povo. Ora são citados como “pacíficos”, “inocentes” e “incapazes”, necessitados de proteção e tutela do Estado. Em outras vezes

... mesmo quando afirmam que os índios não foram passivos diante da colonização, alguns autores não deixam de atribuir a eles uma idéia de demérito. Em muitos casos, a agência indígena é apresentada na figura daqueles que lutaram contra outros índios ou negros, formando bandeiras ou atuando como capitães do mato. (GOBBI, 2006: 73).

Em seus estudos Grupioni e Gobbi, comungam da mesma visão sobre a ênfase que os livros didáticos dão à valorização da cultura europeia exaltando as “grandes invenções”, o avanço das ciências e da medicina, enquanto no que se referem aos povos não ocidentais tudo parece uma “contribuição inferior” e apenas folclórica. Assim, os indígenas estão presentes na História do Brasil sempre em oposição a uma sociedade europeia, servindo de pressuposto para (re)afirmar a superioridade da cultura do branco europeu. Numa visão etnocêntrica, que durante a colonização serviu como justificativa para atribuir aos índios à condição de “atrasados”, pelo fato de não dominarem as técnicas de manipulação do ferro ou qualquer outro metal. E assim durante muito tempo os seus saberes foram ignorados, como por exemplo, a importância do conhecimento e manipulação de ervas em benefício da medicina.

Em algumas coleções analisadas num determinado momento da História do Brasil o índio desaparece. Os autores usam o termo “miscigenação” para justificar o aparecimento do “caboclo”. E



dessa forma a extinção dos índios no Sertão do Nordeste brasileiro se consolida durante o aprendizado na escola:

A miscigenação deu origem ao caboclo. As poucas mulheres e crianças indígenas sobreviventes dos conflitos foram escravizadas e levadas para as fazendas. Os descendentes dessas mulheres formam hoje o chamado *caboclo* que vive no sertão nordestino. (JUNIOR COSTA, 2007: 98) (Grifo do autor).

Segundo Silva (2008) na sua pesquisa ele constatou que essa afirmação foi uma estratégia dos fazendeiros para expandir a criação do gado, com as invasões das áreas habitadas pelos povos indígenas. Portanto é interessante pensarmos o surgimento do “caboclo” como uma construção da negação da presença indígena em determinada região do país.

A diversidade étnica nos subsídios didáticos: breve análise sobre os povos indígenas

Diante do reconhecimento legal da necessidade de explorar de forma coerente os conteúdos sobre a diversidade étnica no espaço escolar não indígena, como meio de favorecer a formação de pessoas sobre a história e as expressões socioculturais dos grupos que compõe a sociedade brasileira, somos chamados/as a fazermos uma reflexão sobre as ideias e instrumentos presentes no ambiente escolar, esse espaço de construção de cidadania. Um desses instrumentos é o conjunto dos subsídios didáticos que circulam nas escolas públicas do Ensino Básico: os vídeos, as literaturas infantis e o acervo bibliográfico para professor/a, etc. Por limitações inerentes a pesquisa em andamento, pretendemos apenas nos deter na breve análise de alguns livros didáticos de História destinados ao segundo ao quinto ano do Ensino Fundamental. Os referidos livros e autores que serão identificados no decorrer das citações e na bibliografia, fazem parte de doze coleções diferentes, e é apenas uma pequena amostra dos muitos que foram adotados e atualmente são utilizados nas escolas municipais da Cidade do Recife/PE com previsão de uso no mínimo até 2012.

Nos livros analisados, percebemos que a maioria das coleções seguem uma sistemática comum na forma de dispor os conteúdos aos quais nos interessa a análise. Os texto e imagens sobre os povos indígenas geralmente estão nesses exemplares nas unidades que abordam os seguintes tópicos: a)os tipos de famílias; b)crianças de diferentes lugares/brincadeiras; c)direitos das crianças;



d) tipos de trabalho; e) tipos de moradias/habitações; f) escolas.

a) Os tipos de famílias: nesse tópico a família indígena é comumente representada por uma imagem de um grupo familiar da Região Norte, o qual está sempre dispostos em frente a uma moradia também típica dos povos que lá habitam. Os textos descrevem as formas de união familiar e os papéis de cada membro, que geralmente corresponde aos hábitos bastantes “tradicionais”, onde homens e mulheres têm papéis bem definidos,

A família é o centro da vida social dos indígenas. Todos os membros da família têm um papel no grupo. O trabalho que o grupo realiza todos os dias são divididos por idade entre homens e mulheres. As mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico e em algumas tribos elas são agricultoras. (HIPÓLIDE; GASPARELLO, 2008: 17) (Grifamos).

A quais povos indígenas o texto está se referindo? Nos dias atuais a Antropologia nos ensina que o conceito “tribo” para se referir aos povos indígenas é um termo ultrapassado, pois coloca esses grupos em última escala de uma suposta ordem hierárquica evolucionista. Adiante iremos discutir sobre “O trabalho indígena” e buscaremos explorar melhor essa concepção.

b) Os tópicos que são destacados os conteúdos referentes aos modos de viver das crianças indígenas, estão sempre relacionados às brincadeiras. Essas se repetem em inúmeras coleções, em textos e gravuras de crianças indígenas subindo em árvores, banhando-se nos rios, atirando com arco e flechas. São as brincadeiras definidas como do sexo masculino. Enquanto as meninas brincam de fazer comidas ou de confeccionar bonecas com espigas e palha do milho. Apresentadas dessa forma, as brincadeiras induzem aos/as estudantes não-índios terem uma compreensão equivocada sobre o modo de vida das crianças indígenas no Brasil. Como exemplos desses conteúdos, que generalizam a temática em questão, observamos em alguns textos e imagens ideias que excluem e silenciam as formas de (re)elaboração das práticas socioculturais dos povos indígenas. Pois as informações apresentadas sustentam a visão de uma cultura estática, congelada, na qual o índio continua sendo uma figura exótica: “As crianças indígenas também brincam com seus animais de estimação. Em muitas aldeias, elas tratam os animais como um parente. Macacos, tucanos e cachorros estão entre os bichos de estimação das crianças indígenas”. (FIGUEIRA;

CALISSI, 2008: 23) (grifamos).

Para ilustrar esse texto, o livro trás as imagens de duas crianças. A primeira é um índio do povo Guarani habitante nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, segurando um pequeno macaco. A segunda é uma criança do povo Yanomami, que se localiza na Região Norte do Brasil, segurando um filhote de cachorro,



A imagem seguinte está impressa na coleção *Aprendendo sempre História* (VESENTINI, et alli, 2010: 90). Encontra-se na unidade que trata do trabalho indígena, entretanto nos remete aos mesmos elementos das imagens anteriores.



Diante desse contexto, é importante pensarmos em algumas questões: todas as crianças indígenas moram nas matas e convivem com animais silvestres? Mesmo se tratando dessas crianças, será que todas vivem em povos isolados e não têm acesso aos meios de comunicação nem a brinquedos industrializados? Não vivenciam outras formas de brincadeiras coletivas? Até quando a escola vai continuar tratando os povos indígenas como “bons selvagens”, protetores da Natureza, amigos e até parentes dos animais?!

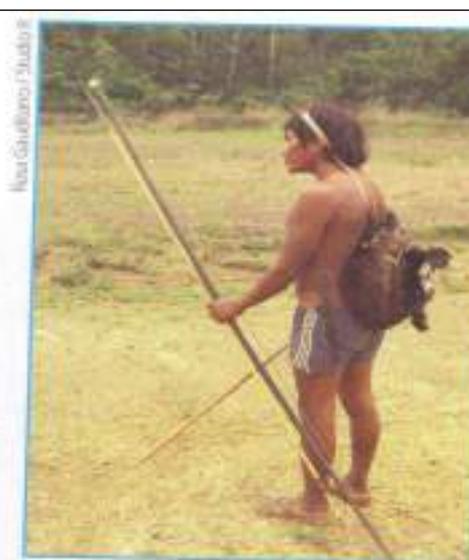
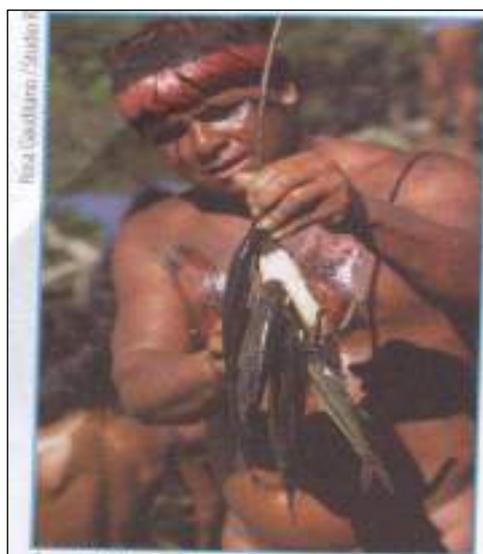
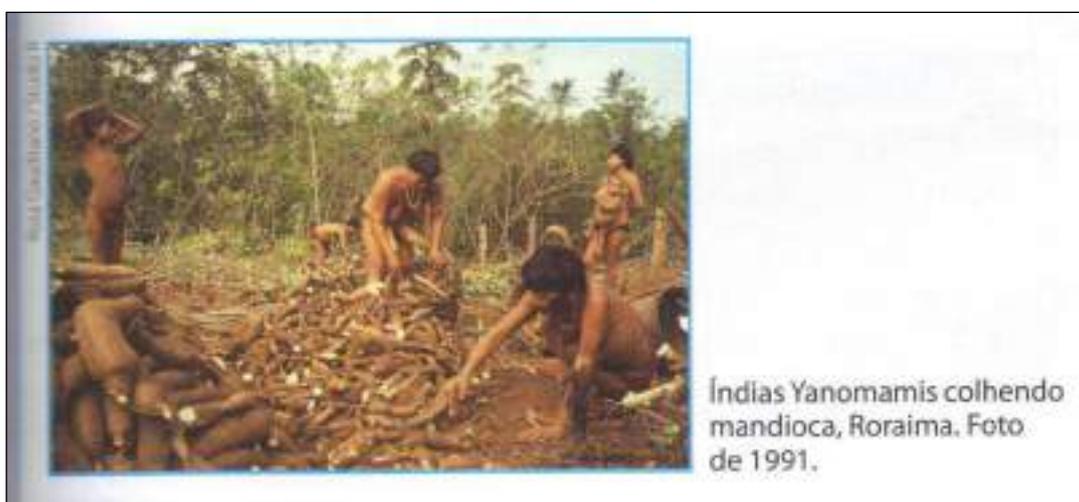
c) Quando se trata dos direitos das crianças há uma abordagem universal, na qual é citado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Geralmente esses textos são ilustrados com imagens de crianças exercendo os referidos direitos. Por exemplo, na coleção *Aprendendo Sempre*, no livro indicado para o quarto ano, esse item trata o assunto seguindo o mesmo esquema, mas não menciona nada sobre os direitos das crianças indígenas. Porém, nas ilustrações são imagens de três grupos de crianças de diferentes Estados do Brasil, em diversas atividades. Enquanto destaca uma gravura com uma criança indígena no colo da mãe, identificada como sendo do povo Yanomami, seguida da legenda, “Índia Yanomami com filho nos braços”. (VESENTINI et.al. 2010: 112).



Essa imagem pode provocar muitos questionamentos: o autor estar se referindo a um direito da criança ou da mãe? O mais coerente para a legenda não seria: “Criança Yanomami nos braços da mãe”? A qual direito está se referindo? Seria o direito de ter uma família? E as famílias Yanomami são constituídas apenas por dois membros, nesse caso mãe e filho? E por que uma criança indígena da região amazônica? Por que não uma criança Potiguara, Pipipã, Xukuru ou dos demais povos indígenas em outras regiões do Brasil a exemplo do Nordeste? E até mesmo mostrar direitos específicos das crianças indígenas como, ter uma educação e atendimento à saúde diferenciada, participar dos rituais inerente ao se povo e direito a manifestar as próprias crenças, etc.

d)Tipos de trabalho: a visão sobre o trabalho indígena nos livros didáticos analisados permanecem estagnada no tempo. Apresenta em geral a relação do índio com a terra, o trabalho na agricultura e a exploração dos recursos naturais como única forma de

subsistência, parecendo ser comum a todos os grupos: “O trabalho é dividido conforme o sexo e a idade, os homens caçam e pescam. As mulheres plantam, cozinham e fazem utensílios de cerâmica e cuidam das crianças”. (JUNIOR COSTA, 2007: 12). Observamos alguns desses elementos nas seguintes imagens, da coleção *Tempo de Aprender História*. (HIPÓLIDE; GASPAR, 2008: 17-18). Vale ressaltar que são imagens datadas de quase vinte anos, e sobre a segunda fotografia, a legenda não informa qual a região habitada pelo povo



Waurá.



Qual o lugar na escola nas discussões sobre as diversas funções exercidas por indígenas na sociedade contemporânea, como por exemplo, professor/a, advogado/a, sociólogo/a, cientista, escritores, etc.? O mesmo acontece em relação à temática afro. Quando não apresentam o/a negro/a apenas na condição de escravo/a, destacam por meio de gravuras e textos alguns/mas negros/as que tiveram sucesso na vida profissional, como artistas do universo musical, grupos de pagodes, hip-hop, etc. Ou também os jogadores de futebol e atletas, como fosse somente possível a ascensão social por meio do futebol e da arte. Estimulando as crianças negras se espelharem nessas figuras, valorizando mais o esporte e a música e menos os estudos. E enquanto os/as adolescentes trazem para as salas de aulas seus aparelhos de celular com fones de ouvido para curtir como dizem nas suas gírias “um som”. E com isso deixam de participar das atividades discentes e são prejudicados no processo de aprendizagem.

e)Tipos de moradias/habitações: em todas as coleções analisadas, os tópicos que se referem aos tipos de moradias indígenas apresentam imagens de construções de palhas e madeiras. Em alguns livros as habitações são nomeadas como “ocas”, pertencentes aos povos localizados nas regiões Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a exemplo da coleção *Tempo de aprender*. (HIPÓLIDE; GASPARGAS, 2008: 15)



Em outras coleções, mesmo quando os autores justificam nos seus textos a diversidade entre as moradias indígenas, trazem mais semelhanças do que diferenças. A exemplo da coleção *Asas para voar*, onde lemos: “As comunidades indígenas não são iguais. Cada comunidade tem seus hábitos línguas e tradições. A maneira de organizar a aldeia e construir as casas mostra, por exemplo, a diferença entre os grupos”. (SIMIELLI; CHARLIER, 2010: 72)

Podemos observar que a imagem acima apresentada, como também as seguintes, o que as diferenciam é apenas a disposição do formato da aldeia. Por que no que se refere aos materiais utilizados na edificação das casas, são sempre rudimentares: madeira, palha e cipó, assim estabelecendo como referência as moradias indígenas das regiões anteriormente citadas.

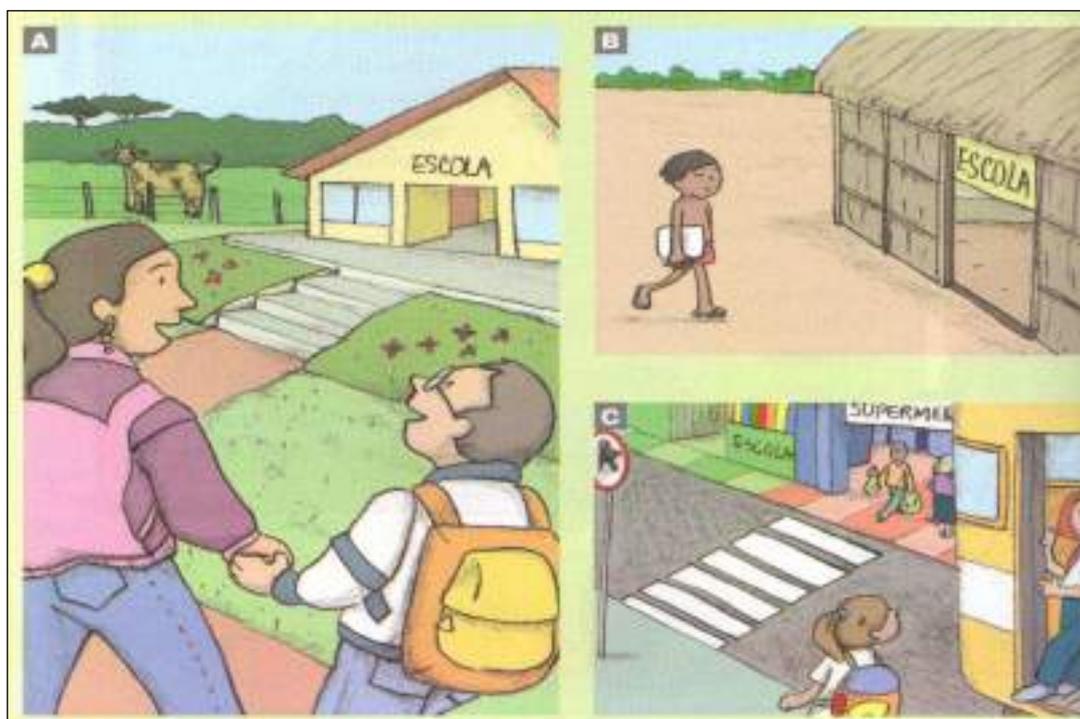


A referida coleção ocupa várias páginas com a temática indígena, entretanto semelhante as demais priorizando os povos da região do Xingu. Encontramos apenas uma imagem de indígenas nordestinos, do povo Pataxó no Estado da Bahia. Imagem essa, isolada, sem contextualização, sem maiores comentários. Preocupa-nos a ausência de outras informações sobre as diferentes formas de habitações e expressões socioculturais dos povos indígenas em outras regiões do país. Pois se os livros didáticos mostram os índios que só vivem nas florestas em situação de isolamento, alguns nus, pintados e outros com adornos de penas no corpo e na cabeça e morando em “ocas”, como será possível que as crianças não indígenas compreendam

[...] que as sociedades indígenas compartilham de um conjunto de características comuns e que são estas características que as diferenciam da nossa sociedade. Mas as sociedades indígenas são extremamente diversificadas entre si: cada uma tem uma lógica própria e uma história específica, habitam diversas áreas ecológicas e experimentam situações peculiares de contato e troca com outros grupos humanos. (GRUPIONI, 1996. p. 430).

f)Escolas: nesse tópico, observamos que todas as escolas indígenas apresentadas estão localizadas nas áreas rurais das regiões Norte, Sul e Sudeste. Há uma questão a ser considerada: só existem escolas indígenas nas áreas rurais? Como todos os assuntos tratados nos tópicos mencionados, os conteúdos dos livros didáticos destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental estão carregados de estereótipos, levando as crianças a pensar que só existem índios nas regiões citadas, omitindo informações sobre as escolas indígenas das outras regiões no país.

A coleção *Mundo para todos* (FIGUEIRA; CALISSI, 2008: 74), trás uma imagem que expressa uma mostra da generalização desse conteúdo: uma escola indígena com aparência precária, comparando-se às demais apresentadas. Enquanto a criança não indígena aparece uniformizada, satisfeita e acompanhada por outras pessoas, na escola indígena a criança aparece sozinha com um aspecto de desânimo e seminuua.



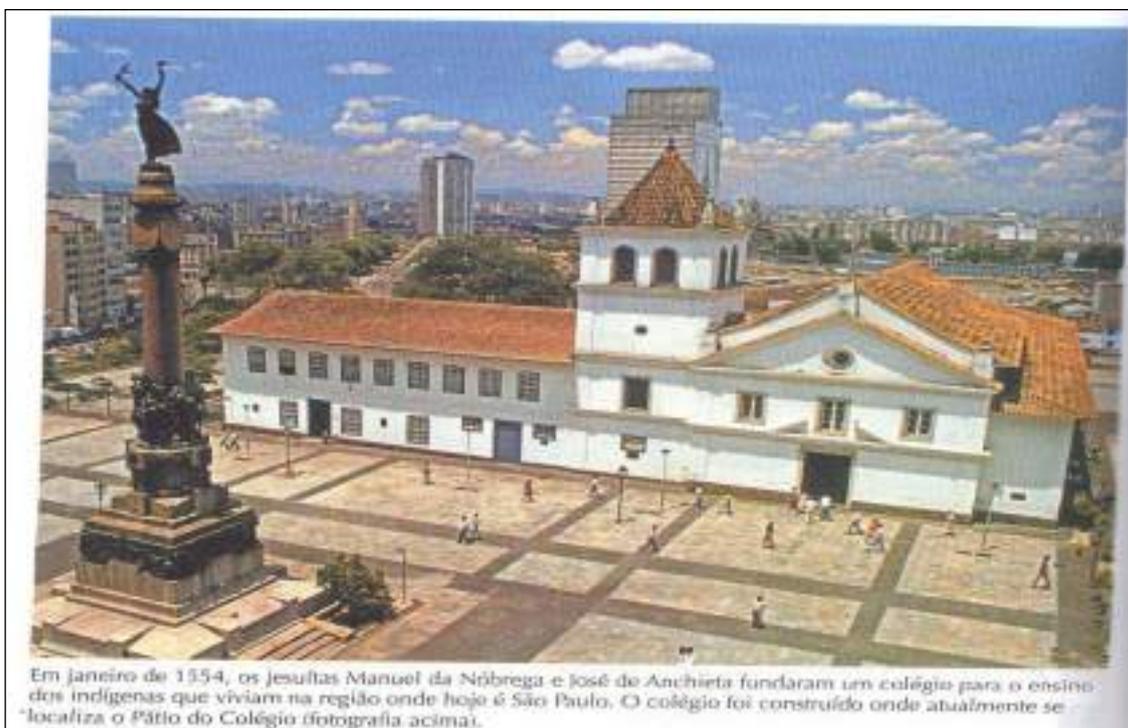
Em contrapartida a mesma coleção, trata das primeiras escolas fundadas pelos Jesuítas, enfatizado a importância da atuação dos portugueses para a educação escolar dos povos indígenas em



tempos passados,

Quando só os povos indígenas habitavam o Brasil, não existia escolas como hoje. Os indígenas aprendiam com os adultos de sua aldeia tudo aquilo que precisavam. Os portugueses chegaram aqui bem depois dos indígenas, há cerca de 500 anos. Vieram buscar novas riquezas e habitar esta terra. Trouxeram com eles padres jesuítas para ensinar a religião católica aos indígenas. (FIGUEIRA; CALISSI, 2008: 88).

O assunto é tratado de forma tão simplista deixando a impressão que a violência colonial foi um feito benéfico aos índios, na expressão “vieram buscar novas riquezas e habitar esta terra”, isenta a compreensão “roubar as riquezas e invadir esta terra”. Como ilustração do texto, há uma imagem belíssima que ocupa a metade da página mostrando uma edificação antiga, com uma legenda explicando a “escola” que os jesuítas usavam para “ensinar” aos indígenas ficava no pátio do citado prédio localizado em São Paulo. Contudo, não há especificação em qual a região desse Estado. Além disso, pela beleza da imagem apresentada, pode ocorrer uma confusão no entendimento do público estudantil no que se refere ao prédio apresentado como sendo a escola oferecida pelos portugueses para os povos indígenas, e assim consagrando como uma boa ação colonizadora.



Nesse livro, como texto auxiliar, encontramos explicações gerais sobre o funcionamento das atuais escolas indígenas, porém não está claro que se trata de uma educação específica e diferenciada.

Encontramos em outro livro, na coleção *Horizontes: História com reflexão* outra abordagem desse mesmo conteúdo, porém no tópico sobre aparecimento das vilas e cidades. Apresentam informações que nos possibilita identificar com clareza a escola a qual estamos nos referindo, “Partindo do litoral, os Jesuítas subiram a Serra do Mar, fixando-se no Planalto de Piratininga. O núcleo inicial da cidade de São Paulo era muito simples: apenas uma cabana que servia de escola, enfermaria, dormitório, refeitório, cozinha e dispensa”. (ORDOÑEZ, et. AL. 2008, p. 83). Observemos que a descrição é clara sobre a situação da construção de uma das primeiras escolas indígenas, “era muito simples: apenas uma cabana”, bem diferente da narrativa na coleção anterior.

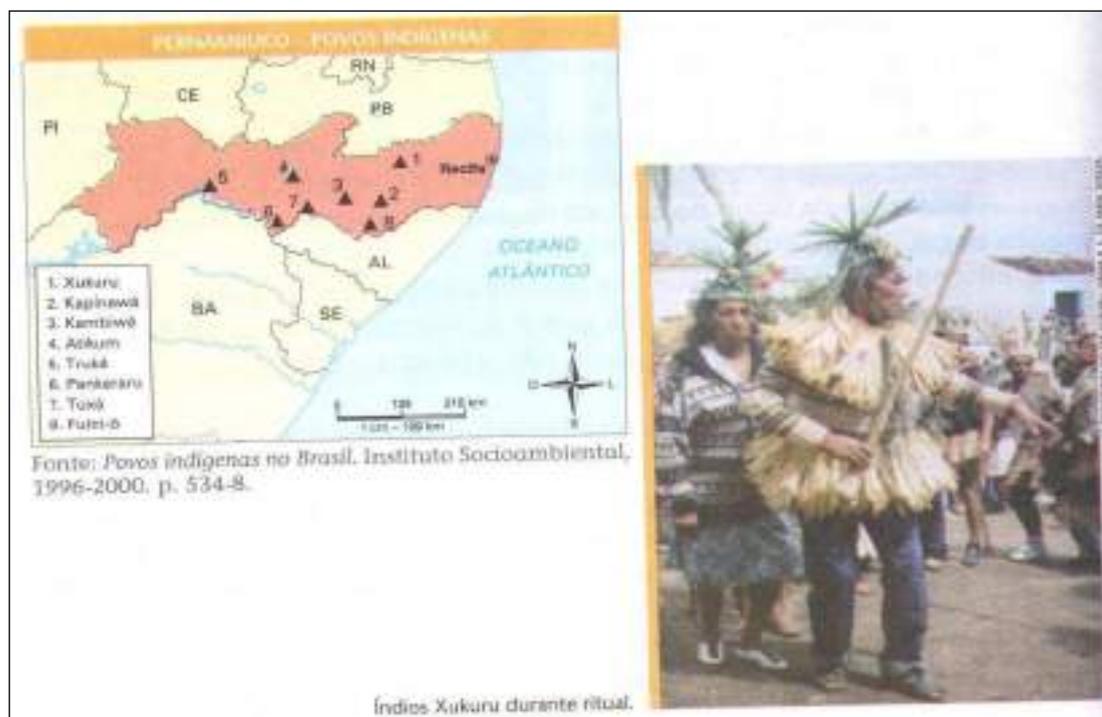
Entre todas as coleções analisadas não encontramos indicação alguma sobre os povos indígenas em Pernambuco, e ressaltamos que esses, segundo os dados oficiais, ocupam o terceiro lugar populacional no país, superados apenas pelos contingentes indígenas nos estados da Amazônia e Mato Grosso. Apenas um livro, que não faz parte de nenhuma das coleções analisadas, trás poucas informações sobre os povos nesse Estado, e mesmo assim essas informações são superficiais e



superadas. O referido livro propõe uma abordagem sobre a História de Pernambuco, porém quando se refere aos índios reafirma a teoria da miscigenação, assimilação cultural e extermínio dos povos indígenas, nomeando os invasores coloniais como conquistadores,

Desde a chegada dos conquistadores europeus a esta parte da América que viria a se tornar o Brasil, as populações que aqui viviam foram muito reduzidas e várias delas exterminadas. Dos povos indígenas que sobreviveram, alguns forma modificando pouco a pouco seu modo de vida, assimilando a cultura do homem branco a ponto de muitas vezes, abandonar seus próprios hábitos, tradições, formas de governo. (TEIXEIRA, 2010:26)

Em outro parágrafo do citado texto, o autor se referiu aos povos indígenas em Pernambuco trazendo informações superadas tipo: “em todo estado de Pernambuco existe hoje apenas oito grupos indígenas”, (TEIXEIRA, 2010: 26), quando na atualidade são conhecidos onze povos indígenas. Enquanto acompanha como ilustração ao texto um mapa a situação dos povos indígenas em Pernambuco datado com mais de dez anos! E ao lado direito uma imagem isolada e descontextualizada de indivíduos do povo Xukuru do Ororubá participando de um ritual. Todavia, não há referencia sobre que tipo de ritual, nem qual a situação em que está sendo celebrado. Como também não cita em quais os municípios que esse povo indígena habita, nem sua situação sociopolítica.



As crianças que tiverem acesso ao referido material ficarão desinformadas sobre a existência dos demais povos indígenas no Estado, que são os: Pankará, Pankawiká e Pipipã.

Evidenciar os tópicos comuns à maioria das coleções analisadas serviu para analisarmos o conhecimento sobre os conteúdos vivenciados na escola por meio dos livros didáticos. E constatamos que após a Lei 11.645/08, esses subsídios contêm mais textos e imagens sobre a temática indígena, porém são conteúdo que relatam situações do passado, trazem informações comuns aos primeiros manuais didáticos. Mas, os textos que procuram situar sobre a situação atual dos povos indígenas no Brasil trazem muitas imagens isoladas e são raríssimos os relatos coerentes sobre a realidade desses povos. Percebemos como afirma Moreira e Candau (2008), que os processos de organização e atuação dessas sociedades na história do país, estão ausente dos livros didáticos,

Ao observarmos com cuidado os livros didáticos, podemos verificar que eles não costumam incluir, entre os conteúdos selecionados, os debates, as discordâncias, os processos de revisão e de questionamento que marcam os conhecimentos e os saberes em muitos de seus contextos originais. (MOREIRA e CANDAU, 2008, p.23).

Portanto, se os anos iniciais da Educação Básica são considerados importantes para a



formação da cidadania, perguntamos: diante da forma de abordagem sobre os conteúdos acima comentados, que tipo de cidadãos/as a escola brasileira está formando? Pessoas que desconhecem a história do seu próprio país também têm dificuldade de compreender e respeitar as expressões socioculturais inerente às diferentes etnias que o constitui.

A escolha do livro didático: o grande dilema

Diante da breve análise dos livros didáticos nesse texto, foi constatado que esses subsídios estão carregados de conteúdos com significados que precisam ser analisados e questionados. Quem são os agentes que selecionam e adotam os livros didáticos para as escolas públicas na Rede Municipal do Recife? Quais as opções e critérios da escolha desse material? Que formação essas pessoas tiveram ou continuam tendo para assumir essa responsabilidade? São inúmeras as questões inerentes à escolha e utilização dos livros didáticos. Imaginemos que há um amontoado de coleções de livros de várias editoras, e apenas no máximo duas a quatro horas para os/as docentes analisá-las e além do mais,

Não podemos esquecer que o professorado atual é fruto de modelos de socialização profissional que lhe exigiam unicamente prestar atenção à formulação de objetivos e metodologias, não considerando objeto de sua incumbência a seleção explícita dos conteúdos culturais [...] Ao mesmo tempo, se criou uma tradição na qual os conteúdos apresentados nos livros didáticos aparecem como os *únicos possíveis*, os *únicos pensáveis*. Como consequência, quando um/a professor/a se pergunta que outros conteúdos poderiam ser incorporados ao trabalho de sala de aula, encontra dificuldade para pensar em conteúdos diferentes dos tradicionais. (SANTOMÉ, 2008, p.161)

Diante da falta de preparo, muitas vezes os/as docentes não distinguem a diferença entre os conceitos de cultura e folclore, ocasionando uma visão fantasiosa sobre o Outro diferente. Além da reconhecida formação deficiente desse/as professores/as, a escola enfrenta ainda a imposição da cultura do letramento e dos cálculos. Portanto, no processo de escolha dos livros para os quatro primeiros anos do Ensino Fundamental as atenções são voltadas para os conteúdos de Português e Matemática. As demais disciplinas ficam em segundo plano, para “se houver tempo”. E uma das muitas dificuldades no ambiente escolar é reservar um tempo e lugar apropriado para que os/as



docentes possam estabelecer momentos de estudos e discussões sobre os conteúdos desses subsídios, sem que haja prejuízos para a exigência do cumprimento dos dias letivos.

Não estamos aqui sugerindo uma formação específica para a escolha do livro didático, e sim formações pedagógicas contínuas que possibilitem a construção de uma leitura crítica sobre os novos conteúdos e mudanças curriculares inseridos no cotidiano da escola, pois: “Embora o tema da diversidade cultural não seja estranho aos meios acadêmicos, ele não se constitui em pólo dinamizador de formação de docente não tem sido suficientemente contemplado nos programas de Pós-Graduação, sobretudo na área de Educação”. (GONÇALVES; SILVA, 2000, p.39-40).

Essa é uma das razões pela qual a diversidade cultural na escola durante algum tempo era posta apenas como objeto de visitação a cultura do Outro, por ser considerada exótica, sem a compreensão da necessidade de conhecê-lo para tornar possível a construção da própria identidade,

A incorporação da diversidade no currículo deve ser entendida não como uma ilustração ou modismo. Antes, deve ser compreendida no campo político e tenso no qual as diferenças são produzidas, portanto, deve ser vista como um direito. Um direito garantido a todos e não somente àqueles que são considerados diferentes. (GOMES, 2008, p.30).

Considerações parciais

O reconhecimento e o respeito às diferenças, trata-se de um direito garantido desde a Constituição Federal de 1988. É legalmente exigido o acesso, por meio da educação escolar, às informações sobre as expressões socioculturais dos diferentes povos na História do Brasil. Sendo a escola o espaço facilitador desse processo de conhecimento, devemos nos preocupar com todos os agentes e ideias que a constitui, em especial os/as formadores/as e os conteúdos veiculados por eles/as.

A cada etapa dessa pesquisa compreendemos a urgência da implementação de políticas públicas voltadas para a possível consolidação das leis que normatizam o Sistema Educacional Brasileiro. Para que ocorra uma inter-relação efetiva entre as Diretrizes Curriculares, a Comissão Nacional de Avaliação do Livro Didático e os cursos de formação e atualização para professores/as. Leis compreendidas como uma conquista da sociedade. Ressaltamos que os questionamentos resultantes de nossas análises, ainda parciais, não tiveram o propósito de subtrair a importância do



uso dos livros didáticos nas escolas. Pelo contrário, desejamos chamar atenção para sua significância e responsabilidade na sua produção, adoção e uso. Da importância de seus conteúdos, texto e imagens, para superação ou a manutenção de estereótipos, preconceitos e desinformações tão recorrentes no corpo docente e discente sobre o tratamento da diversidade étnica, particularmente a respeito dos povos indígenas na história do país, na atualidade e lamentavelmente também ainda no espaço de formação que é o universo escolar.

Referências bibliográficas

- GOBBI, Izabel. *A temática indígena e a diversidade cultural nos livros didáticos de História: uma análise dos livros recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático*. São Carlos, UFSCar, 2006. (Dissertação Mestrado Ciências Sociais).
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade e Currículo. In: BEAUCHAMP, Janete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aracélia Ribeiro do. (Orgs). MEC, Brasília, 2008, p. 17-47.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. 2ª ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.
- GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º 2º graus*, MEC, Brasília, 1995, p.481-521.
- GRUPIONI, L. D. B. Imagens contraditórias e fragmentadas: sobre o lugar dos índios nos livros didáticos. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 77, nº 186, p.409-437, mai/ago 1996.
- MACÊDO, Celênia de Souto. *O índio como o outro. O desafio de construir uma identidade positiva a partir dos livros didáticos*. Campina Grande, UFCG, 2009 (Dissertação Mestrado Ciências Sociais).
- MOREIRA, Antonio Flávio B.; CANDAU, Vera Maria. Currículo, Conhecimento e Cultura. In: BEAUCHAMP, Janete; PAGEL, Sandra; NASCIMENTO, Aracélia Ribeiro do. (Orgs). *Indagações sobre Currículo*. MEC, Brasília, 2008, p. 17-48.
- MOREIRA, Antonio Flávio B.; CANDAU, Vera Maria. (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 2008.
- MOREIRA, Antonio Flávio B.; SILVA Tomaz Tadeu da. (Orgs.). *Currículo, Cultura e Sociedade*.



11ª. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Terezinha Silva de. Olhares que fazem a “diferença”: o índio em livros didáticos e outros artefatos culturais. In: *Revista Brasileira de Educação*. ANPEd, Jan/Fev/Mar/Abr 2003 nº 22, p. 25-34.

SANTOS, Y. L. *Imagem do índio: o selvagem americano na visão do homem branco*. São Paulo, IBRASA, 2000.

SANTOMÉ, T. J. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Alienígenas em sala de aula*. 7ª ed. Petrópolis, Vozes, 2008, p.159-177.

SILVA, Edson. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988*. Campinas, UNICAMP, 2008. (Tese Doutorado em História).

SILVA, Edson. História, povos indígenas e Educação: (re)conhecendo e discutindo a diversidade cultural. Texto apresentado no I Encontro Pernambucano de Ensino de História, no Centro de Educação/UFPE. Recife, 2007, dig.11p.

Relação das coleções de livros didáticos analisados:

FIGUEIRA, C. R; CALISSI, L. *Coleção mundo para todos: História*. São Paulo, Edições SM, 2008 (volumes 2 e 4).

HIPÓLIDE, M; GASPAR, M. *Coleção tempo de aprender História*. São Paulo, Saraiva, 2008, (volume 4).

JÚNIOR COSTA, C. da. (Ed.). *Projeto buriti: História*. São Paulo, Moderna, 2007. (volumes 2 e 4).

JOANILHO, A. L; MOREIRA, C.R.B.S; VASCONCELOS; J. A. *Coleção hoje é dia de História*. Curitiba, Editora Positivo, 2007 (volumes 3 e 4).

LUCCI, E. A; BRANCO, A. L. *Coleção viver e aprender História*. 3ª ed. reform. São Paulo, 2008.

MELANI, M. R. A. *Coleção Pitangá História*. 2ª ed. São Paulo, Moderna, 2008 (volume 4).

ORDOÑEZ, M; SANTOS, J. R. Q. dos. *Coleção horizontes: História com reflexão*. São Paulo, IBEP, 2008. (volumes 3 e 4).

SIMIELLI, M. E; CHARLIER. A. M. *Asas para voar: História*. São Paulo, Ática, 2008 (volumes 2 e 3).

SANTOS, A; PEREIRA, K; MOSTACHIO, M. *Coleção bem-me-quer: História*. 2ª ed. São Paulo,



Editora do Brasil, 2008 (volume 3).

SANTOS, M. A. dos. *Coleção História para crianças*. São Paulo, Ática, 2008 (volume 2).

TAVARES, R. A. A.; CAVALCANTE, M. E. B. *Coleção a escola é nossa: História*. 2ª ed. São Paulo, Scipione, 2010 (volume 3).

TEIXEIRA, F. M. P. *História: Pernambuco*. 2ª ed. São Paulo, Ática, 2010. (volume 4º ou 5º ano).

VESENTINI, J. W. *Coleção aprendendo sempre História*, São Paulo, Ática, 2008 (volumes 2, 3, 4 e 5).



**RENASCIMENTO E ILUMINISMO:
DOIS “NASCIMENTOS SURDOS” DO SENTIMENTO DE FAMA**

Elton John da Silva Farias
Mestre em História pela UFCG

RESUMO:

O artigo conta, a partir do conceito de arqueologia do filósofo Michel Foucault, como haveria dois nascimentos possíveis para o sentimento da fama. A aquisição da fama e do reconhecimento de um sujeito que ascende de “comum” a “célebre” apenas se torna uma condição de possibilidade próxima dos termos atuais a partir do *Renascimento Cultural* da península itálica de fins da Idade Média e do *Iluminismo* do século XVIII. No primeiro momento, oportunamente, se desenvolve o sentimento de fama; no segundo, criam-se as bases sociais que a tornaram uma busca cotidiana.

Palavras-Chave: Fama; Renascimento; Iluminismo.

REBIRTH AND ENLIGHTENMENT: TWO “SILENT BIRTHS” OF FAME AS A FEELING

ABSTRACT:

The article relates, through the concept of archaeology of the philosopher Michel Foucault, how fame as a feeling would have two possible births. The acquisition of fame and the recognition of an individual that ascends from a “common” condition to a “noted” person is only a circumstance of possibility adjacent to the actual terms from the *Cultural Rebirth* on italic peninsula at the ending of The Middle Ages and from the *Enlightenment* of 18th century. On the first moment, opportunely,



grown up the feeling of fame; on the second, the social basis that turns it into a everyday search were created.

Keywords: Fame; Rebirth; Enlightenment.

“Ainda que sem a ‘nobreza’ associada à honra e à glória, a fama com elas partilha o caráter relacional, o recurso ao olhar do outro como estratégia de percepção de si. Almejando, como a glória, a singularização para a posteridade, a fama dela distingue-se pela maior efemeridade, combinando assim talvez um traço de glória com um vestígio de honra: a singularização perante os contemporâneos.” (Coelho, 1999: 30)¹⁰⁹

Este artigo é parte do texto que foi excluído de minha Dissertação de Mestrado intitulada *Captain Fantastic And The Brown Dirt Cowboy: um capítulo de História da Fama (1975)*. Nesta investiguei como o álbum homônimo, lançado pelo cantor/compositor Elton John e pelo letrista Bernie Taupin, produziu alguns sentidos acerca do passado da dupla, pois ao passo que eles puseram à disposição do público imagens de si próprios, traçaram uma via de acesso para o que vivenciaram que sugere incitar o pesquisador à interpretação, ao desvio e ao relativo por se tratar de uma produção de arte. Discuti também se o álbum seria uma *escrita de si*, uma *autobiografia* ou um *relato autobiográfico*, levando em consideração a construção da historicidade das vidas dos dois, sua relação com o contexto artístico-musical de fins da década de 1960 até meados da seguinte e a produção de um *sentido de fama* nesse ensejo. Demonstrei ainda como a capa do álbum reforça a idéia “contracultural” das primeiras composições da dupla, a partir de imagens que chocam o olhar e

¹⁰⁹ COELHO, Maria Claudia. “Os Nomes do Renome”. In: *A Experiência da Fama*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 30.



emanam para o espectador uma diversidade de informações que estão atreladas à vivência de John/Taupin a partir dos enunciados “libertários” de suas primeiras canções como uma porta para *a fama como modo de vida*. Apresentei e problematizei, portanto, a relação possível entre a obra da dupla, o gênero musical *Glam/Glitter Rock*, o *sistema do estrelato* e a *cultura da personalidade* de modo que se pudesse entender como se produziu um sentido para o “ser famoso” na década de 1970, avaliando os usos do sistema do estrelato, da fama e do palco enquanto lugares de “performance pós-moderna”.

Este artigo é, portanto, parte do que originalmente deveria ter sido o primeiro capítulo daquele trabalho. Não o foi porque vi que apesar de sua temática estar diretamente relacionada à proposta pela Dissertação, sua presença criava um vácuo na estrutura do texto: além de alongar o tamanho da produção (que teve mais de trezentas páginas), produzia uma quebra entre o que se propôs na Introdução daquele e o que se escreveu ao longo dos outros quatro capítulos. Assim sendo, o texto deste artigo estava órfão e precisava de um lar: a escolha para resolver esse impasse foi a publicação na Mnemosine Revista.

Pois bem. Explicado o nascimento deste artigo, gostaria de contar um pouco dos “nascimentos surdos” do sentimento de fama no Ocidente, gostaria portanto de me envolver em uma *arqueologia da fama*, tendo como base teórica o pensamento proposto pelo filósofo Michel Foucault na obra *A Arqueologia do Saber*. Minha idéia para compor este texto como capítulo da Dissertação foi o de demonstrar como teria nascido a idéia de fama que conhecemos hoje. Mesmo que os modos pelos quais a sentimos atualmente não sejam os mesmos de quando ela possivelmente nasceu, alguns de seus sentidos se mantêm. Da mesma maneira que entendemos que um adulto não é o mesmo de quando era recém-nascido, podemos entender um sentimento coletivo. Na minha ótica, duas são as temporalidades possíveis de nascimento desta criança: a) uma, proposta pelo historiador Jacob Burckhardt e mencionada por Benjamin Blech & Roy Doliner, da qual prevalece a defesa de que o surgimento da fama é concomitante ao desenvolvimento da personalidade e do indivíduo no *Renascimento Cultural* da península itálica; b) uma segunda vertente diria que a fama só se torna uma condição de possibilidade de interiorização e de um modo de sentir após a queda do *Ancien Régime*, a partir da democratização da sociedade Ocidental, da descentralização da religião organizada e da transformação do cotidiano em mercadoria pela capitalismo industrial. Essa segunda via terá como mediadores de meus argumentos o sociólogo Richard Sennett e dois historiadores: um



da criatividade e das artes, Daniel Boorstin, e um do *Iluminismo*, Robert Darnton, sendo ambos norte-americanos.

Mas antes, uma pergunta: em que consiste uma arqueologia? Não é muita novidade que este seja um conceito proposto por Michel Foucault. Mais do que isso é um método para a pesquisa polissêmico-historiográfica: é história de um fenômeno. Define-se como um domínio de estratégias que oferecem ao historiador uma construção discursiva acerca de uma prática social. Ela intenta a recusa às unidades estabelecidas, às obviedades e às evidenciações que se pretendem pré-estabelecidas: o historiador que se fizer valer desse método não deve procurar apenas a lógica ou a racionalidade que fundamentam um fenômeno – buscam-se os cortes, as falhas, as aberturas, as positivities que não estão tão lógicas ou que não parecem compor a intenção mais provável da historicidade de uma prática ou de uma formação discursiva. Ela se oferece, não obstante, como “[...] *história dos tematismos seculares que jamais se cristalizaram em um sistema rigoroso e individual, mas que formaram a filosofia espontânea dos que não filosofavam*” (FOUCAULT, 2005: 155). Acrescento só um aprimoramento a esta definição original de Foucault: também seria história desses mesmos tematismos quando não postos em primeiro plano ou em evidência por aqueles que filosofaram ou não.

Ela pode ser uma história de mentalidades não racionalizadas cientificamente e é assim que a utilizo neste artigo. Faço-me valer de exemplificações, personagens e momentos históricos que não parecem, à primeira vista, tão apropriados para justificarem uma investida historicizante. Mas é justamente a possibilidade da escrita de uma história diferente da que todos costumam contar que me atrai pela arqueologia para compor este texto. Para tanto, das quatro premissas básicas e “capitais” propostas por Foucault para fundamentar a análise arqueológica sou adepto direto de três:

a) “[...] *a arqueologia não procura encontrar a transição contínua e insensível que liga, em declive suave, os discursos ao que os precede, envolve ou segue*”: não creio que qualquer fenômeno histórico, nem mesmo a fama, possa ser observado, problematizado, conceituado e escrito obedecendo-se a uma seqüência linear que justapõe e dá sentido a seu desenrolar histórico. Isso me soa muito evolucionista. Posso estar enganado, mas prefiro demonstrar (como hei de fazer) como uma “análise diferencial das modalidades de discurso”, nas especificidades necessárias (tais como recorte temporal e/ou espacial), desde que atenda às suas organicidades atributivas, pode ser suficiente para narrar uma história dos modos de mentalizar o fenômeno estudado.



b) “[...] a arqueologia não é ordenada pela figura soberana da obra; não busca compreender o momento em que esta se destacou no horizonte anônimo”. Penso com Foucault nesse sentido, pois creio que a temporalidade de uma prática ou de um produto cultural é importante para sua realização, mas não chega em caso algum a ser determinante. Como veremos, por exemplo, não é apenas porque Rousseau viveu o século XVIII que ele buscou a fama, nos termos possíveis daquele momento: é uma troca de relações, de intenções e condições de sociabilidade que possibilitam que o sujeito viva ou pense de uma determinada maneira. Não se pensa a arqueologia como a observação ou análise de obras pertinentes que representem devidamente uma época: essa representação é apenas parcial, constitui um capítulo de uma história de causalidades que se sustentam por práticas semelhantes que proponham algum tipo de continuidade. Mesmo que eu não me sinta à vontade com o filósofo quando este afirma um tanto incisivamente que a “instância do sujeito criador” é estranha à razão de ser de uma obra (não acho que seja “estranha”, apenas não determinante), a relação que ele propõe entre o contexto e os sujeitos envolvidos parece-me bastante válida para a pesquisa historiográfica.

c) “[...] a arqueologia não procura reconstituir o que pôde ser pensado, desejado, visado, experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiam o discurso”. Não é uma reconstituição do passado ou um “resgate” de práticas que possam ter sido vividas: é uma reavaliação dessas mesmas práticas, uma revisão interessada de modos de viver que talvez nunca tivessem sido entendidos daquela maneira: “[...] não é nada além e nada diferente de uma reescrita: isto é, na forma mantida da exterioridade, uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o retorno ao próprio segredo da origem: é a descrição sistemática de um discurso-objeto”.

Mas não quero aceitar que não seja possível ao arqueólogo do saber ou ao historiador a competência da interpretação, por mínima que seja. Diz Foucault que a arqueologia não se trata de uma disciplina interpretativa e que ela “[...] recusa-se a ser ‘alegórica’”¹¹⁰. Não acredito que seja totalmente anulada a intencionalidade do autor do discurso e que não haja um quê de entendimento objetivo por parte de quem se põe a entender uma prática, uma obra ou um acontecimento. Tal possibilidade de entendimento não é, a meu ver, uma decifração incisiva da vida, como se o historiador estivesse em um laboratório prestes a desvendar os mistérios de seu saber e das relações

¹¹⁰ Todas as citações que faço à definição da arqueologia até aqui estão presentes em FOUCAULT, 2005: 153-158.



que envolviam as vidas que ele estuda. No entanto, afirmar que “nada há de alegórico” na arqueologia é atribuir à alegoria um lugar de figuração obstinada e irreduzível que não admite defeitos, rachaduras e/ou falhas em seu uso: longe de ser tão objetiva, a alegoria pressupõe um pequeno abismo entre o que se “viveu de fato” e o que se disse do vivido e abre um leque de possibilidades semelhante ao aberto pela própria arqueologia proposta por Foucault.

A partir de então que se inicie minha narrativa acerca desses “nascimentos surdos” da fama, buscando estabelecer a regularidade que assegure e defina uma existência histórica: pois bem, quero “soltar todos os fios ligados pela paciência dos historiadores” para multiplicar as diferenças e baralhar as linhas de comunicação, tornando as passagens cronológicas algo de mais diverso e não usual. A história da fama, como toda outra, não está submetida a uma lógica indutiva, mas a um sistema de transformações em que a mudança prevalece (FOUCAULT, 2005: 187-198).

Então, se a fama contemporânea for proveniente do *Renascimento Cultural*, nós olharemos para ela a partir das manifestações artísticas como um todo: literatura, música, teatro, dança, pintura. Para Jacob Burckhardt, o que se entende por *glória* (ou a versão renascentista da fama) só foi possível graças ao ambiente de orgulho, falsa modéstia, liberdade e individualidade encontradas na península itálica dos séculos XIV a XVI, especialmente nas cidades de Florença, Ferrara e Veneza. Nesse sentido, passou-se a buscar naquelas instâncias da criatividade humana a *perfeição* e a “genialidade”, estimulando a noção de que os homens das artes poderiam alcançar a *beleza* plena, o detalhamento estético, a simetria milimétrica. A habilidade para criar “obras-primas” passa a ser motivo de orgulho e de comoção, o que desenvolve uma espécie de fluxo vertical da potencialidade pessoal.

Não necessariamente mais se sentindo presos às exigências medievais de pertencimento à Europa, a um povo, a um partido ou sequer a uma raça, os artistas levaram à risca a possibilidade de se tornarem “indivíduos espirituais”, de traçarem seus próprios caminhos, de realçarem suas escolhas ou de inflarem seus egos. Exibir “riqueza e cultura” não era algo proibido como muitos pensam, se distanciar da mesmice ou da hipocrisia era a prática mais comum: as pessoas (especialmente artistas e *gentis* da elite) não sentiam “[...] medo da singularidade, de ser e aparecer diferente dos vizinhos” (BURCKHARDT, 1991: 82).

Como é conhecido de muitos, o fator *antropocentrismo* ganha fôlego no contexto do Renascimento e no cotidiano de seus contemporâneos. Há o que Burckhardt chama de



“desenvolvimento interior do indivíduo”, qualidade que passou a gerar uma necessidade ímpar para o período: uma *moral* diferenciada, que ansiava pela ascensão local da grandeza, do sucesso, uma espécie de ideal a ser conquistado, que governava os modos de agir e pensar dos sujeitos – a fama.

Um grande exemplo disso é apercebido na figura de Dante Alighieri, autor do clássico da literatura a *Divina Comédia*. Este artista era contrário a qualquer tipo de escravidão secular que amputasse as possibilidades da criatividade, do gênio humano. O pensamento era, para ele, a única arma infalível das pessoas e se expressava através da simplicidade sagaz, do frescor dos argumentos, da doçura das palavras e da liberdade de espírito ao atingir o ápice da nobreza do intelecto. Não havia, para Dante, nobreza nos títulos sociais ou nas honrarias oficiais se houvesse uma prisão do livre pensamento. A alma humana teria que ser elevada aos mais altos recônditos de sua capacidade para flagrar tanto as abstrações emotivas quanto as experiências ardentes e/ou medonhas do mundo terreno (POLILLO, 1960: 5-30).¹¹¹

Dante desejava para si, com isso, a singularização. Tinha desejo pelo reconhecimento e não havia nada mais gratificante para ele do que a possibilidade de ouvir que sua obra viria a se tornar um “clássico”. Também “[...] desejava não só inovar, mas ser reconhecido como o primeiro a trilhar aquele caminho” (BURCKHARDT, 1991: 88). A vontade da glória se manifesta em Dante como um forte desejo de fama e imortalidade pelas palavras, pelo intelecto, pelo reconhecimento. Que todos falem dele e que aquilo que escreveu esteja nos lábios das mais altas cortes da Europa (o mundo possível de então). Há um desejo desenfreado da realização de feitos memoráveis que inflam a alma e dêem subsídios para a vaidade e a força de vontade que tornem o homem capaz de fazer tudo o que for possível, caso ele queira.

Não só Dante pode ser um exemplo desse tipo de mentalidade. Burckhardt menciona vários outros artistas, das diversas formas de expressão, que tinham um desejo semelhante ao do escritor. Na arquitetura, Leon Battista Alberti; na poesia e literatura, Albertinus Musattus, Mariangelo Accorso e Francesco Petrarca; na pintura, Leonardo da Vinci. Todos eles compõem um punhado de homens que ansiavam ardentemente pela fama e constituíam aquilo que daria impulso para o

¹¹¹ Para aquele que conhece, há uma influência importante dessa minha interpretação de Dante a partir da leitura do texto de Raul de Polillo, texto este que abre uma edição brasileira da *Divina Comédia*. Cf. POLILLO, Raul de. “Prefácio”. In: ALIGHIERI, Dante. *Divina Comédia*. São Paulo: W. M. Jackson INC. Editores, 1960: v-xxx.



“homem multifacetado” (*l'uomo universale*), pessoas de conhecimento enciclopédico que não mediam esforços para disseminar sua obra, nem esbanjar suas proezas criativas mesmo que elas tivessem uma amplitude de divulgação resumida a algumas cidades da península itálica ou a poucas nações vizinhas, o que para a época já parecia algo considerável.

O escultor Michelangelo é outra personagem importante nesse contexto. Benjamin Blech & Roy Doliner me proporcionam uma argumentação ímpar ao mostrarem que o artista florentino e as pessoas de um modo geral na aura renascentista atendiam, mesmo que involuntariamente, a um preceito antigo dos ensinamentos talmúdico e cabalístico da religião judaica: duas forças moveriam o universo e uma pessoa sempre teria duas consequências de suas ações e de seus pensamentos – “por um lado” havia um problema, “por outro” sempre havia uma saída. Geralmente, nos séculos XIV e XV, a saída era o reconhecimento de seus talentos (quaisquer que fossem) nas esferas sociais, de preferência naquelas que oferecessem maiores condições econômicas e suporte para a arte: o clero e/ou as elites (BLECH & DOLINER, 2009: 60-64).

De acordo com os autores, Michelangelo tinha um ego e um temperamento artístico inflados, não se contentava com a realização de trabalhos supérfluos e sempre que podia primava pelo perfeccionismo. Era prepotente e não escondia sua personalidade arrogante. Procurava se empenhar apenas naquilo que para ele era mais conveniente e prazeroso, pois era o melhor do mundo naquilo que sabia fazer. Tal afirmação pode parecer óbvia, mas se observado o contexto do escultor ela vem bem a calhar e dois exemplos nos possibilitam afirmar isso.

Primeiro, quando ainda era aprendiz de escultor na escola do Jardim de San Marco, na década de 1490, houve um encontro com outro aluno, Pietro Torrigiano. Ambos tinham personalidades fortes e vaidades infladas. Nenhum era tolerante com piadas ou insultos. E os dois foram convocados para criarem objetos de decoração para a Capela Santa Maria de Carmine, em Florença. Quando faziam esboços dos desenhos, Michelangelo (ao que parece, com inveja da linhagem nobre da família Torrigiano e de seus recursos financeiros – sua família, os Buonarroti, havia perdido prestígio há algumas gerações) teria debochado dos rabiscos de Pietro. Este, por sua vez, irritado com a afronta, desferiu um soco violento contra o nariz do colega, esmagando tanto o osso quanto a cartilagem daquele órgão. Esta ação teve duas consequências: Torrigiano foi expulso de Florença, pela ordem de Lorenzo de' Medici (o então mecenas de ambos) e Michelangelo passaria a tomar a



desfiguração de seu rosto como parâmetro para suas produções artísticas, já que nada que ele fizesse poderia ficar tão feio e desalinhado quanto seu nariz.

Anos mais tarde, em 1503, um segundo exemplo se faz significativo: quando da leitura da narrativa acerca de um desafio público que envolveu ninguém menos que o escultor florentino e o pintor Leonardo Da Vinci, temos a devida noção do que representa o cuidado para com a reputação de uma pessoa famosa e de suas implicações naquele contexto. O então *gonfaloniere* (espécie de “prefeito”) de Florença, Pier Soderini, teve uma idéia um tanto ambiciosa: colocar os dois maiores artistas da cidade para disputarem um confronto artístico. A autoridade política em questão encarregou ambos de realizarem dois murais contíguos no Grande Salão do Palazzo della Signoria, palácio da administração local. Os dois teriam que desenhar e pintar um afresco representativo de momentos distintos de glória da cidade: Da Vinci pintaria a batalha de Anghiari e Michelangelo a de Cascina. De acordo com Blech & Doliner, só a preparação dos conceitos de desenhos tomou-lhes mais de um ano; em 1505, na fase final do projeto, Michelangelo se retirou às pressas de Florença em direção a Roma, evitando assim desafiar “o melhor pintor do mundo”, já que ele nunca tinha pintado um afresco na vida (seu ofício de orgulho era a escultura). Por um lado, a desculpa foi convincente: estava indo embora porque o papa Júlio II o convidara para realizar pinturas na Capela Sistina. Por outro, se analisarmos bem, seu medo de ser humilhado em público o denuncia, já que fugiu do desafio de pintar um afresco em Florença (onde era famoso) para pintar centenas de afrescos no coração da Igreja Católica (onde era pouco conhecido).

Um aspecto crucial da projeção de um “sujeito famoso” que eu gostaria de ressaltar, naqueles tempos, é a presença indispensável para os artistas de um *mecenas*. Afinal, viver de arte não era uma escolha muito lucrativa caso não houvesse a intervenção de alguém que pudesse bancar os custos daquele empreendimento. Seja um Estado, a Igreja ou uma família abastada, um “agente financiador” era crucial para um “gênio”. Ora, realizar obras de arte custava muito caro, já que os materiais para confecção eram, de certo modo, escassos. Para se ter uma idéia, os artistas eram considerados (principalmente pela Igreja) simples empregados que deviam cumprir exatamente o que mandassem seu(s) mecenas. Michelangelo, por exemplo, teve que custear com seus próprios recursos



as tintas que compuseram os afrescos do teto da Capela Sistina, além de prometer atender às vontades do então pontífice Júlio II, o que não significa que ele as realizou a risca.¹¹²

Outro detalhe: o artista não poderia assinar suas obras, especialmente aquelas que fossem feitas de encomenda para a hierarquia da Igreja. Caso o fizesse, estaria cometendo um “pecado grave”, já que possibilitaria que seu orgulho se postasse acima das boas “intenções cristãs” do sacerdócio. Com o discurso da “proteção” contra tal pecado, o clero impedia esse tipo de atitude. Quem ousasse afrontar a ordem tinha duas opções: ou pedia perdão ao Papa ou seria acusado de grave heresia. Michelangelo foi um exemplo disso e furioso por não ter podido assinar a sua *Pietà* (em 1499, antes mesmo de o artista ser “convidado” a pintar o teto da Sistina), no dia em que a estátua foi a público, e sem ninguém perceber, ele

[...] se escondeu atrás de uma coluna na Basílica de São Pedro, esperando pelo aplauso da multidão e o elogio de seu nome pelos críticos. Ao invés disso, ele ouviu as pessoas dizerem que a nova obra maravilhosa só podia ser de autoria de um grande talento de Roma ou da Lombardia – de qualquer lugar que não fosse Florença.

Furioso, Michelangelo arriscou sua vida naquela noite ao entrar na catedral, subir na sua obra-prima e rapidamente escrever na faixa que atravessa o peito de Maria: “Michelangelo Buonarroti, de Florença, fez esta obra” (BLECH & DOLINER, 2009: 112).

Fugindo rapidamente para que a frota de Guardas Suíços que vigiava o local não o visse, o escultor voltou a se esconder, provavelmente nos aposentos que o cardeal Riario bancava para ele. Quando foi descoberta a inscrição na estátua, Michelangelo foi obrigado a pedir perdão ao Papa e a jurar que nunca mais iria assinar outra obra; assim sendo, ele evitara a morte por heresia. Viveu até os 89 anos sem poder inscrever seu nome em nenhuma outra obra.

¹¹² O rabino Benjamin Blech e o historiador Roy Doliner defendem a idéia de que várias “mensagens ocultas” foram deixadas por Michelangelo no teto da Capela Sistina, em especial mensagens que fazem menção às tradições e aos ensinamentos judaicos presentes no Talmude, na Torá, na Cabala e no Midrash, além dos métodos de exegese bíblica para satirizar a postura arrogante e abusiva do poder da Igreja Católica, em especial do Papa Júlio II.



Essa vontade explícita de Michelangelo por reconhecimento ressalva outro aspecto, uma face avessa da glória (fama) que já se fazia rotineira no Renascimento: a noção de que ela também pode ser inconveniente. Nesse sentido, Dante talvez tenha sido, naquele contexto, o primeiro a denunciar essa condição, já que transpareceu em sua literatura a consciência de que ser ou conhecer um homem famoso pode vir a se tornar algo muito arriscado, podendo trazer certas “inconveniências”, tais como as descritas acima. A fama seria uma versão pública de vontades íntimas supérfluas. Isso se explicaria, em parte, pelas “fantasias infantis” ou pela inveja, características das imperfeições do ser humano. Nada mais a trazer do que um vazio da alma, mesmo que aquele não tenha sido seu intento, a fama não possibilitaria o “verdadeiro amor”. A responsabilidade da escolha entre qual caminho seguir seria o grande fardo da fama: por um lado, se você escolhe o amor conformado, medieval, abençoado e aliado à religião que lhe garanta um lugar no Paraíso, você não pode aspirar à fama; por outro, se você a pretende, verá que a memória e a glória far-lhe-ão conhecer o prazer do sentir-se realizado, mas só o Inferno haveria de te esperar.

Essa paixão pela fama, portanto, e na visão renascentista de Dante, seria também passível de reprovação, já que “[...] a glória intelectual não é absoluta, mas relativa aos tempos, e pode ser sempre suplantada e eclipsada” (BURCKHARDT, 1991: 88). O “famoso” que por ventura viesse a achar que estava “completamente realizado” cairia no ostracismo, na solidão, no vazio. Dante, por vezes, se sentiu nesse simulacro de desprezo e desilusão, de isolamento e exílio: seja por vontade própria (o autor prezava pelo estudo e pela vida solitária) ou pelos empecilhos da vida pública a partir de algumas de suas escolhas políticas (ao envolver-se em questões políticas de Florença contra a Igreja de Roma, Dante foi acusado de peculato, ganhos ilícitos e extorsões, sendo condenado, em 10 de março de 1302, à fogueira). Ao invés da defesa, preferiu a fuga e passou o resto da vida exilado, solitário, entregou-se ao temperamento violento e aos prazeres carnavais e momentâneos de “[...] algazaras em que sempre apareciam mulheres de alcoice” (POLILLO, 1960: 9). Toda esta paisagem imagética foi vista pelo poeta como o estopim de um homem “famoso” que paga o preço de sua escolha.

Michelangelo, dois séculos depois, experimentou sentimentos semelhantes. Em prol de sua arrogância e da destreza de seu ofício, o escultor optou por um estilo de vida com poucos amigos, amantes menos ainda, que prezava pelo distanciamento, pela frieza, por um temperamento “ranzinza”. Por um lado, a desfiguração de seu rosto era a grande desculpa para tal fuga e



isolamento; por outro, sua atenção quase que inteiramente voltada para sua arte o impediu de administrar certos relacionamentos afetivos, certa proximidade com o calor humano. Para Michelangelo, este calor e a própria vida só tinham sentido em Florença, mais especificamente quando se expressavam nas horas gastas em seu ateliê repleto por dois tipos de corpos masculinos (aquilo que ele mais admirava): o dos *escultores* cobertos de empenho, destreza artística, esforço, pó de mármore e suor e o das *esculturas*, sempre nuas, que eram produzidas buscando a perfeição estética tanto da simetria de seus desenhos quanto do excesso de músculos e curvas em poses sensualizadas.

Fora desta ambientação, Buonarroti exprimia poucos gestos de felicidade. Parecia uma tortura para ele abandonar, mesmo que por poucos dias, os arredores de Florença (então, imaginem vocês o quão sacrificante deve ter sido passar quase cinco anos ininterruptos em Roma para o trabalho na Sistina). Diz-se que só era simpático com alguém quando essa atitude se fazia necessária e conveniente, quando precisava dos favores de um clérigo ou da generosidade de um dono de pensão. Ao mesmo tempo em que teve que adular muito o Papa Júlio II para conseguir os privilégios concedidos e o conforto que desfrutava nos aposentos a ele destinados na Basílica de São Pedro, não se entendia com quase nenhum dos demais clérigos da Igreja de Roma, a não ser com aqueles que admirassem arte “pagã” ou com os sacerdotes desafetos da então santidade.

Seja em Florença, menos ainda em outras cidades, pouco falava e fugia de um possível envolvimento amoroso mais duradouro com quem quer que fosse com a premissa de evitar a “desilusão”. Perfeccionista e egocêntrico, apresentava uma escultura social de si mesmo que era tão rígida quanto o mármore que adorava talhar; procurava a medida das coisas e do sentido de ser quando, ao se eximir do convívio com muitas pessoas, buscava conforto e satisfação na glória que os desconhecidos lhe atribuíam. Esse espírito de *grandiosidade* parecia querer compensar a profícua inadequação moral e social, já que a máscara da arrogância ajudava a assegurar o mistério em torno de sua genialidade, chamando a atenção dos outros para suas peças bem esculpidas. Escolhendo viver no vazio e no rancor, gozava do prestígio dos homens de “alto nível”, apesar da desconfiança da Igreja. No trânsito entre os dois centros culturais mais prestigiados da Europa de então (Florença e Roma), estava um Michelangelo famoso, sensível e reconhecido como poucos, mas que, como tantas outras pessoas “comuns”, de todos os lugares, era recluso em seus sonhos solitários, afogava as



mágoas na habilidade de seus afazeres profissionais e era atormentado pela carência de afeto que o acompanhou desde a infância.

Esses aspectos renascentistas da *glória*, então, justificariam a defesa de que a fama, em vários aspectos, teria emergido do mundo artístico, mental e simbólico vivido pelos “italianos” a partir dos séculos XIV a XVI.

Em uma segunda perspectiva, tão presunçosa quanto a primeira, se conjuntamente pensarmos que a fama é resultado da queda do *Ancien Régime*¹¹³, através especialmente das iniciativas dos pensadores do Iluminismo e das atividades sociopolíticas dispostas com a Revolução Francesa, estaremos pensando a partir da autoria, do intelecto: estarei me remetendo ainda aos artistas, mas também aos *philosophes* iluministas e ao próprio “homem comum” (SENNETT, 1998: 67). Se a primeira vertente do nascimento da fama tem um caráter mais pragmático, mais experiencial, mais corpóreo, a segunda mantém seu encaixe no mundo das idéias, no seio das projeções filosóficas e na possibilidade de se produzir narrativamente o “eu”, aquele que vai deixar um legado, construindo uma *reputação*. Se no Renascimento a regra era um artista não poder assinar o próprio nome em suas obras, no século XVIII (salvo certas exceções), a possibilidade abrangente da autoria passará a construir os pilares da obtenção de destaque de um indivíduo entre seus contemporâneos e arregimentará a longevidade da memória de uma pessoa que tinha tudo para cair no esquecimento, sem o orgulho da fama “universal”. Assim sendo, dois aspectos dão fôlego a essa hipótese, quais sejam:

Primeiro, poder-se-ia afirmar que a fama, como a conhecemos hoje, traria do século XVIII a projeção da possibilidade de divulgação de uma imagem respeitável para o deleite de uma *opinião pública* em larga escala. Com o desenvolvimento da imprensa, intencionou-se a atual preocupação das esferas da comunicação em enfatizar a pretensa dicotomia existente entre a “notícia verídica” e o “boato”. No período em questão, os europeus estavam mais ávidos do que nunca por meios que os

¹¹³ O Antigo Regime é visto aqui da mesma maneira que Richard Sennett viu: seguindo o uso estabelecido por Alexis de Tocqueville, Sennett demonstra que o termo “se refere ao século XVIII, especificamente ao período no qual a burocracia comercial e administrativa se desenvolve nas nações, paralelamente à persistência de privilégios feudais” e completa dizendo que “quando pensamos na ‘velha ordem’, somos propensos a imaginar uma sociedade decadente, cega à podridão existente em seu interior; o verdadeiro ‘antigo regime’ nada tinha dessa indiferença para com suas próprias contradições”. Cf. SENNETT, 1998: 67.



possibilitassem estar atentos às últimas notícias acerca dos trâmites da política, dos costumes, da vida social e, não obstante, das novidades acerca de uma pessoa “famosa”. O público do século XVIII era “[...] curioso a respeito dos negócios públicos e consciente de si próprio como uma nova força política – isto é, como opinião pública –, ainda que não tivesse voz alguma na condução do governo” (DARNTON, 2005: 49).

Segundo, dois modos de construir uma reputação se faziam valer: um deles, ao mencionar-se a emergência de uma opinião pública naqueles tempos, justifica-se na tentativa de grande parte dos *philosophes* em manter uma boa imagem na imprensa, nos salões da alta sociedade, nos cafés e *boulevards* das grandes cidades, no “boca-a-boca” dos folhetins informativos. Para Robert Darnton, esses intelectuais, apesar de preocupados em demasia com o desenvolvimento de uma filosofia sistemática, estavam ainda mais interessados em projetar suas reputações para o seio de um público-leitor, de modo que a divulgação de seus trabalhos obtivesse largas escalas de alcance, iluminando a cultura através de um nivelamento da (sua) razão, disseminando idéias entre vários grupos sociais, principalmente nos ambientes de universidades, teatros, jornais, lojas maçônicas, ateliês de artistas, etc. A divulgação era, mais que a razão, o motor que movia a sensibilidade desses filósofos para as preocupações com a cultura, o letramento e o apogeu da “civilização”: propor-se-ia, para a vida pública, os utensílios necessários para a difusão de uma reputação gloriosa quando da obtenção sistemática dos direitos à liberdade, igualdade e fraternidade – momentos ápice do renome no contexto.

O outro tem sentido quando se entende que no século XVIII houve uma defesa da construção individual dos sujeitos a partir de um “eu” que se quer feliz e bem sucedido. Felicidade e sucesso pareciam ganhar terreno na perspectiva de que cada vez mais as pessoas iam entendendo que poderiam ser atores de si mesmas. Quando, nesse século, se distinguiu o “público” do “privado” forjou-se a busca pelo sucesso enquanto uma “saga de vida”, algo a ser permanentemente perseguido. Um consenso que rodeia essa tentativa parece óbvio: este segundo modo é cosmopolita, advém dos grandes centros urbanos que estavam se edificando a partir da Revolução Industrial. O desejo de ter uma vida “feliz” passou a se confundir com a possibilidade do acúmulo de bens materiais e da ostentação de riqueza; também se viu próximo daquilo que Jean-Jacques Rousseau mais denunciou: a “corrupção” dos *moeurs* (costumes). Nesta perspectiva, obter boa fama (reputação) seria o mesmo que ter “direito pleno” à vida, à liberdade e à felicidade enquanto



consolidação pessoal do progresso civilizatório e da prosperidade de bens de uso e consumo. A “personalidade individual” enquanto um princípio social levou à tona a idéia de que para se ter uma imagem respeitável seria necessário se ter posse; para tanto, com a validade do status social alcançado por certas pessoas, convencionou-se medir o “caráter”, a “credibilidade” e a “decência” através dos ganhos materiais e financeiros e das atividades socialmente notórias como a política, o direito e as artes – realizações que corromperiam a natureza humana.

Já que falei em Rousseau, não poderia deixar de citá-lo enquanto exemplo interessante de como a construção de uma *reputação* (fama) foi proeminente no Iluminismo francês: este *philosophe* representa uma espécie de “imagem resumo” para a grande maioria dos outros filósofos, no tocante ao comportamento, já que foi uma expressão viva de errância, subversão, carência, desapareço e, para Daniel Boorstin, no bom sentido, de uma “depravação do pensamento”. Dentre todos os pensadores do século XVIII, Rousseau foi o que mais procurou reinventar o seu “eu”, criar as personagens que davam sentido à sua vida. As obras que produziu buscavam representar uma versão daquilo que ele vivia, especialmente em suas *Confissões*. Sua dificuldade em se inserir em regras e de se adequar às ordens, aliada a uma prodigalidade surpreendente para a leitura, fizeram com que Rousseau se dedicasse ao mundo das letras com uma paixão desenfreada que o levou a viver a vida como uma espécie de ficção. A única ordem que o agradava era a sua própria: “filho de um relojoeiro na pequena república de Genebra, ele começou a vida numa posição modesta na hierarquia social e logo chegou ao degrau mais baixo”, diz Darnton. Com a morte da mãe e o sumiço do pai, os parentes tentaram tomar as rédeas do destino do então garoto de 15 anos e o entregaram a um advogado e a um gravador de tinta, para que trabalhasse como aprendiz. Não se fixou em nenhum dos “empregos”. Não respeitava regras, nem cumpria horários:

[...] uma noite de domingo, quando brincava com alguns amigos fora dos muros da cidade, ele ouviu o grito que servia de toque de recolher. Eles correram para o portão. Tarde demais: já estava fechado. Teriam que passar a noite ao relento e levar uma surra pela negligência na manhã seguinte. Tendo sido açoitado duas vezes por esse delito, aos quinze anos Jean-Jacques deu costas para Genebra e pôs o pé na estrada (DARNTON, 2005: 127).



Esse seria o grande fio condutor da vida de Rousseau a partir de então: a fuga, a vida nômade e sem um rumo definido. Sua grande certeza vinha da ponta de uma pena molhada de tinta; já seu sustento, durante décadas, dependeu de seu poder de sedução apurado e dos afagos e favores de madames da alta sociedade francesa, geralmente viúvas, que o enchiam de caprichos: no cerne da aristocracia parisiense, Rousseau passava a conhecer pessoas influentes, como Madame de Warens e Madame d'Épinay, e gozava de um direito que poucas pessoas de origens sociais discretas como as dele (vinha de uma família de artesãos) teriam no século XVIII, as *cartas de recomendação*. Tendo tais documentos em mãos, o escritor empreendeu algumas tentativas de se infiltrar mais efetivamente nos salões da alta sociedade com a esperança de divulgar suas idéias: mesmo contando piadas e entretendo os freqüentadores dos salões e cortesãos com a leitura de trechos das *Confissões* – algo que não parecia muito proveitoso – esse contato permitiu que ele aprendesse a lidar com o desejo furtivo que ali se desenvolvera: a necessidade de ganhar fama através da reputação (BOORSTIN, 1995: 699-709). Mesmo com o aparente desapego aos bens materiais e a falta de uma propriedade, Rousseau ostentava o desejo e a prática da fama como poucos em seu tempo.

Assim sendo, sua primeira investida significativa na opinião pública se deu quando de sua participação em um concurso de “ensaios” para jovens talentos e intelectuais, promovido pela Academia de Dijon, em 1750, que propunha uma questão inovadora aos participantes: estaria o progresso das artes e das ciências purificando ou corrompendo a moral? A tese de Rousseau foi preparada com algumas intenções bastante louváveis, tentando denunciar a hipocrisia que rodeava as pessoas que detinham o poder-saber da produção dessa intelectualidade, das leis do cientificismo e da estética artística de então. Para ele, “as ciências e as artes tinham sido instrumentos de opressão, garantindo riqueza para os ricos e impondo pobreza aos outros” (Ibidem: 702), advertindo que o “homem selvagem”, este ser não afetado pelas incongruências da urbanidade e do civismo, sobrepor-se-ia ao “civilizado”, já que não correria o perigo de ser envolvido pela corrupção, tão cara a este último.¹¹⁴ Como um *philosophe en mission*, intelectual “engajado”, Rousseau defendeu a idéia de que o ser humano é, em essência, um ser “bom”, caridoso, confiável; mas o cosmopolismo das

¹¹⁴ Sennett é um dos autores que lêem Rousseau, acreditando que este defendia a idéia de que os *moeurs* (costumes) se corrompem “quando as pessoas formam um estilo que transcende o trabalho, a família e o dever cívico. Ficar fora do contexto da sobrevivência funcional, pensar em prazeres que não contribuem para propiciar e manter a vida – isto é corrupção”. Cf. SENNETT, 1998: 149.



grandes cidades estaria invadindo o caráter dos sujeitos, exigindo deles uma representação teatral para a vida cidadina que disseca sua honra e transforma-os em animais empalhados: as grandes cidades difamariam a vontade natural da convivência harmoniosa em grupo.

Mas o que teria sua tese a ver com uma busca pela fama? A resposta não nos parece tão difícil se olharmos atentamente para a vida do *philosophe*. Além de ter deixado dezenas de madames viúvas encantadas, cada uma delas acreditando ser o “verdadeiro amor de sua vida”, Rousseau tirou proveito de várias situações para disseminar seu nome entre as elites francesas. Tentou escandalizar a Academia (tão séria e rígida) com suas idéias. No teste promovido em 1750, apesar de suas intenções graciosas, parecia ele muito mais interessado em chamar a atenção e causar impacto do que mesmo divulgar a “bondade” humana. Confessando procurar incansavelmente por seu “eu”, ele desistia de todos os filhos que gerou com a única mulher com que teve um relacionamento duradouro e aparentemente “sincero”: ela, Thérèse Le Vasseur, ao que parece, teve que engolir as vontades do marido e entregar todos os seus filhos ao Hospital dos Enjeitados, confirmando o ego inflado do companheiro que só tinha tempo para pensar em si. Rousseau gostava tanto do despojamento e da ostentação que tratava a sogra como uma criada que tinha por dever, à medida que a fama do genro crescia, passar para o papel as palavras que o davam prestígio.

Então, o mesmo autor que, em seus escritos, parecia preocupado com o bem estar humano, com o doloroso destino que parecia reservado à civilização e com as conseqüências da corrupção absoluta dos reis absolutistas, vivia rodeado por corrupções e caprichos. Denunciava o “bom gosto” como propagador da inveja, mas invejava os modos de sentar e agir à mesa difundidos entre os aristocratas. Acusava o estilo de vida das grandes cidades da época, mas não conseguia passar muito tempo longe de uma das maiores do mundo: Paris; mesmo quando partia sem deixar vestígios, sempre voltava para recuperar atenção de seu público-leitor. Atacava abertamente a corte francesa, mas não fazia questão de colaborar com a difusão de seu poder, além obviamente de não fazer objeções quanto a ser apresentado a Luís XV ou mesmo de aceitar uma pensão real. Sua busca por reconhecimento o transformou numa “moda”, numa atração repetitiva de picadeiro de circo, uma “[...] espécie de animal selvagem capturado nas camadas mais baixas da sociedade e exibido para a fascinação dos que estavam no topo”. Portanto, não se adequando aos costumes da realeza e da aristocracia, Rousseau os denunciava, os negligenciava, parecia querer ridicularizá-los, afirmando que a tirania política e a busca da boa reputação substituíram a possibilidade da virtude “natural” dos



homens. Fingindo desprezar o refinamento das elites, ele o invejava e parecia querer apagar um tanto da reputação que ele mesmo construiu de pessoa indisciplinada e não educada através de uma “autodifamação confessional”: “[...] a *celebridade transformava o vagabundo intelectual e escritor charlatão [philosophe] num urso dançarino*” que falava mal de si mesmo (DARNTON, 2005: 133-134).

Por outro lado, a um oceano Atlântico de distância, estava Benjamin Franklin. Enquanto Rousseau foi um exemplo representativo da reputação pretendida pelos *philosophes* europeus, especialmente pelos franceses, de ganharem renome através do intelecto, Franklin pode ser a primeira grande referência histórica de um “homem comum” (e sem interesse pelas artes) que ascendeu socialmente por sua *astúcia*. Ele se tornou protagonista de uma “saga de sucesso” que teve como enredo principal sua vida profissional, vida esta bastante elogiada e aclamada, triunfante por seus próprios esforços: a primeira tentativa significativa – e explícita – de planejar uma carreira que tivesse como resultado o alcance de uma reputação elogiável e exemplar que o desse nada menos que fama e reconhecimento.

Conhecido por seus experimentos na área da eletricidade e meteorologia, especialmente na primeira, Franklin ganhou renome ao dar definição ao *princípio de conservação de carga elétrica*, afirmando que a energia produzida no friccionar de dois objetos não produz, mas transporta energia de uma matéria para a outra à medida que a carga se torna igual ao volume do espaço utilizado menos a variação da carga que se afasta daquele volume, comprovando a existência das cargas positiva e negativa. Essa teoria serviu para Franklin não apenas na utilização de fins científicos: ela exprimiu uma espécie de “ideal de vida”. Na lógica à qual se acostumou, toda a energia que suas ações irradiavam deveria ter conseqüências diretas na imagem que as pessoas viriam a ter dele. Autor de *Autobiografia*, o “mero tipógrafo” que se tornou diplomata e inventor tinha como pano de fundo de suas convicções a noção de que ele devia estar em constante *correção*. Polindo-se e tornando-se cada vez mais “verdadeiro” com os outros, Franklin acreditava que esse exercício diário de autocobrança iria fazer dele uma pessoa de prestígio, influência, carisma e felicidade. Buscava todos os meios possíveis de sua época para alcançar isso: após casar-se com Deborah Read, vinda de uma família abastada da Filadélfia, e prosperar com a fundação de uma tipografia própria (ressaltando a grande ajuda da família Read), Franklin



[...] propôs garantir a segurança das ruas com a criação de uma força policial, melhorar o trânsito delas pavimentando-as, limpando-as e iluminando-as. Organizou um corpo de bombeiros voluntários, promoveu a criação de um hospital municipal e uma biblioteca circulante, uma academia para jovens e uma universidade para a promoção da cultura (BOORSTIN, 1995: 712).

Todas essas iniciativas tinham o propósito de alcançar respeitabilidade entre seus “iguais”, entre aqueles imediatos que iriam observar e usufruir de seus feitos. Homem de recursos, não era enciclopédico como os *philosophes* franceses, mas circulava por entre intelectuais e pessoas de letras e foi fundador de um grupo de debates de questões científicas e filosóficas, o *Junto*, que viria a se tornar a *Sociedade Filosófica Americana*, com o intuito de promover o “saber útil” (artes e ciências da natureza). Ganhar reconhecimento entre diversas camadas da esfera social da então colônia inglesa na América parecia para ele ser o elo entre sua vida “comum” e a aclamação das altas cortes européias, especialmente da inglesa. Para Boorstin, Franklin vivia um “programa de auto-aperfeiçoamento” impulsionado gradativamente por essa necessidade de consolidar uma reputação para si e uma para seus lugares de origem (nascido em Boston e realizado na Filadélfia). Procurava a fama não para confrontar uma Corte que invejava e não conseguia imitar, mas para “chegar à Perfeição Moral” e servir de exemplo para todas as pessoas que tivessem notícias de sua vida. Buscou difundir treze “virtudes” que deveriam servir de modelo para todo aquele que almejasse uma vida digna e de sucesso entre os compatriotas: Temperança, Silêncio, Ordem, Revolução, Frugalidade, Diligência, Sinceridade, Justiça, Moderação, Asseio, Tranqüilidade, Castidade e Humildade. Todas elas tinham como alvo a plenitude do sucesso pessoal (Idem, *Ibidem*: 718).

Tendo conquistado prestígio local, restava-lhe ser aceito na Europa. Após ter contribuído com a elaboração e depois assinado a *Declaração de Independência* dos Estados Unidos, em 1776, Franklin foi designado como comissário norte-americano para lidar com questões diplomáticas em relação à França junto a Silas Deane e Arthur Lee. Sua intenção era sutil, mas nada modesta: assegurar o reconhecimento da independência das Treze Colônias por parte do jovem e inexperiente Luís XVI (de vinte anos de idade que assumira o trono há apenas dois daquela ocasião) e conseguir prestígio entre os franceses, destacando-se nas relações internacionais. E assim o fez e junto com os outros dois colegas conseguiu “[...] oito navios de guerra armados e com pessoal, dinheiro a título



de empréstimo, o envio de mantimentos militares e o armar de navios sob a bandeira dos Estados Unidos da América do Norte” (MENDES, s/d: 2) ¹¹⁵. Divulgar seu nome era uma coisa que Franklin fazia com prazer, já que “amava a si mesmo” e dizia que esse orgulho era a chave para o sucesso com as relações entre diferentes. Além da França, portanto, tinha que traçar as possibilidades de estabelecer tratados de amizade, armas e comércio com as demais nações européias, notadamente aquelas que rendessem mais retornos financeiros e prosperidade diplomática à nova nação.

“Quando chegou a Paris, em 1776, Franklin tornou-se instantaneamente uma celebridade.” Não se abalou com a modesta recepção que teve nas cidades de Auray e Nantes, pois seu objetivo era a capital dos grandes *philosophes*. Chegando lá em 21 de dezembro foi bem recebido e acolhido pela alta sociedade francesa: “[...] os parisienses o tinham na conta de um Voltaire matuto, e ele nada fez para desmanchar essa impressão. Eles o admiravam como quacre, o que ele não era, mas deixou que pensassem que fosse.” (BOORSTIN, 1995: 714). A indumentária era mesmo uma arma prodigiosa de sua exposição: em 1778 sua fama se alastrou de modo tal que foi reconhecido como único ministro plenipotenciário dos Estados Unidos em território francês, apresentando-se à sociedade com o encanto de um desbravador que empolgava quem o via, especialmente os grandes salões aristocráticos e as alcovas onde se instalava. Em certa ocasião, ao se apresentar à Corte e ao Rei franceses, foi “vestido como um lavrador norte-americano, com o seu cabelo liso sem pó de talco e o seu chapéu redondo em completo contraste com as rendas, os casacos debruados e cabeças perfumadas e empoeiradas dos corredores de Versalhes”. (MENDES, s/d: 6).

Desejava ser visto, notado: apresentava-se na vida pública enquanto um *forasteiro*¹¹⁶. Vindo de um lugar distante, ele tentou a todo custo penetrar a barreira cultural que separava seus costumes com os dos franceses, sem negar aquilo que o tornava “tão singular”: o manequim de “cidadão

¹¹⁵ MENDES, Nuno. “Benjamin Franklin em Paris: a ação diplomática dos EUA em França aquando da luta pela independência”. In: *CIARI, Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais*. Lisboa, Portugal, s/d: 02. Disponível em: http://www.ciari.org/investigacao/benjamin_franklin.pdf. Acesso em: 30 de Junho de 2010.

¹¹⁶ O sentido de *forasteiro* aqui utilizado é este: um estranho que “surge em uma paisagem onde as pessoas têm percepção suficiente de suas próprias identidades para poderem criar regras sobre quem se enquadra e quem não se enquadra”, penetrando uma barreira, “fazendo-se verossímil nos termos habituais e usuais aos que estão do lado de dentro”. No caso de Franklin, ele se “enquadrava” aos “bons costumes” aristocráticos sem querer abdicar de sua aparência advinda da Pensilvânia. Cf. SENNETT, 1998: 68-70.



perfeito” que servia para os europeus olharem o que era a América que estava nascendo, a que ela se propunha, composta por cidadãos urbanos, letrados e em pleno desenvolvimento da civilidade, ao menos em seus termos. Em 1783, pediu ao Congresso para retornar à Filadélfia, pois se queixava de estar “há muito tempo fora de casa”. Por conta de sua fama era muito útil para ser dispensado tão cedo: continuaria em Paris como ministro até maio de 1785 quando foi substituído pelo admirador Thomas Jefferson.

Um último atestado de sua vontade escancarada de fama e da consolidação de uma imagem que não poderia ser manchada: Franklin morreu em abril de 1790 sem trocar uma palavra sequer com o filho William por completos cinco anos depois de parar para um encontro formal e rápido em 1785 em Southampton (antes disso, a última conversa tinha sido em 1776). Benjamin foi um notório republicano que empreendeu todo o seu sucesso para fazê-lo valer na edificação da independência norte-americana. Seu único filho, porém, quando foi governador de Nova Jersey, preferiu permanecer anti-separatista e partidário da Grã-Bretanha. O que mais parecia uma querela política que poderia ter sido resolvida com o passar dos anos tornou-se uma mágoa mortal e intransigente, já que William ainda tentou uma reconciliação em 1784 que foi negada pelo pai com a justificativa de que sua boa *Fama*, sua *Fortuna* e a própria vida estavam em jogo e não poderiam ser desperdiçadas por um “ingrato que não valia o esforço”. Como o desentendimento se tornou de conhecimento público, Benjamin Franklin renegou o filho em prol da segurança de sua reputação.

Esses dois modos de construção do renome no século XVIII e os exemplos dos quais me fiz valer para operacionalizá-los, apesar de suas diferenças e vicissitudes, tinham um ponto em comum que parece peculiar da época: uma incessante busca pela felicidade. Mas um tipo de busca que já falava a linguagem moderna: enquanto na Renascença a glória de um artista poderia lhe trazer prazer imediato, orgulho, autoestima e valorização, fazendo-lhe alcançar um “[...] *desprezo amável por tudo e por todos*” (BURCKHARDT, 1991: 98), ora explorando nos “pecados” terrenos um descarrego desenfreado de suas necessidades emotivas e carnisais, ora isolando-se e almejando nesse isolamento o divã da genialidade, a partir do século XVIII essa busca também voltou a se manifestar no plano terreno – já que entre a Renascença e o Iluminismo, a felicidade “[...] *parecia mais improvável do que nunca*” (DARNTON, 2005: 106) – de uma maneira diferente e mais bem articulada, no entanto. O significado de “ser feliz” ainda mantinha sua sustentabilidade na obtenção de glória, mas começava também a se tornar sinônimo de progresso e prosperidade – ou seja, ganhou



o acréscimo do acúmulo de inteligências múltiplas e riquezas e do investimento em bens materiais – evidenciando-se enquanto uma relação capitalista.

A razão e as luzes têm grande responsabilidade nesse ensejo seja na Europa ou nos Estados Unidos. “*Os filósofos do Iluminismo tomavam a felicidade como uma meta da vida do homem como indivíduo e da existência da sociedade como coletividade*” (Idem), os separatistas norte-americanos louvavam aqueles que viviam em busca da felicidade através da ciência, do saber ou do sucesso financeiro e as pessoas “comuns” também passavam a incorporar esse desejo incompleto, esta aporia utópica da permanente conquista: a felicidade enquanto anseio e esperança passa a se tornar uma verdade em que se deveria acreditar.

Ela também se torna um direito: aqui e agora enquanto der tempo. A promessa de felicidade no além-túmulo, num plano divino e ao lado da divindade ainda permanecia bem itinerante e presente, percorrendo por entre os caminhos de vários setores diferentes da sociedade moderna, mas uma nova opção se apresentava: quando da Declaração da Independência norte-americana garantindo direitos à vida, à liberdade e à busca pela felicidade impulsionou-se essa alusão imediatista, pois já que o hoje é o que conta e o amanhã já pode ser muito tarde, a afirmação “quero ser feliz” ganha o aparato de um cálculo ordenado de projeções e expectativas. Um *objetivo* que se não alcançado esvaece-se nos sonhos, nas frustrações, nos medos e na decepção: se *ser feliz* deixa de ser uma herança e passa a ser um direito, então como é possível não tê-lo? Simples: “[...] *é o homem natural que possui tais direitos psíquicos, não o indivíduo. Todos os homens poderiam exigir felicidade ou fraternidade, justamente porque o natural era impessoal e não-individual*” (SENNETT, 1998: 118) (e a natureza humana, nesse entendimento, urge por felicidade), mas um só homem não poderia ser feliz, ele ainda não seria capaz disso.

Mas não poderia em termos. A distinção “público” e “privado” era um dos caminhos para exprimir quem “era feliz” e quem “não era”. É justamente aí onde a fama intervém na construção desse desejo, já que o sucesso das atividades individuais e a reputação atingida pelas mesmas passava a orientar o controle e o equilíbrio entre o sujeito e esses dois domínios da vida em sociedade. Assim, quando a Declaração norte-americana substituiu o termo “propriedade” pelo termo “felicidade”, dando a entender que para uma pessoa ser feliz ela precisaria de acúmulo de bens, de ostentação de pertences, de luxo, ela restringiu essa possibilidade a alguns poucos sortudos que tivessem perspicácia para tanto – ela, implicitamente, decretou que as pessoas teriam que viver em



uma eterna busca pela *conquista*. Por um lado, ela possibilitou uma “liberdade” para os indivíduos poderem almejar a fama que antes só pertencia ao alto clero e a alguns membros da nobreza (especialmente os reis); por outro, ela amputou a “vida” quando manteve o espírito de sucesso para os poucos que consigam ter boa reputação e posses e esquecimento para uma grande multidão que não consiga alcançar o renome. Com isso, o sentido de felicidade pensado no século XVIII abriu as portas para a lógica contemporânea de que muitos devem renunciar à fama para que alguns possam aproveitá-la.

Quem mais lucrou com isso, naquele momento, foram os *philosophes* europeus e os separatistas das Treze Colônias na América e por isso meus exemplos com Rousseau e Franklin se justificam. Os primeiros queriam o sucesso que pertencia aos reis, denunciando o *Ancien Régime* de atraso e barbárie e lutando em prol de “civilização” e “polidez” através da razão: “[...] a Europa intelectual queria convencer-se que vivia no melhor dos mundos possíveis; e a doutrina do otimismo constituía seu grande recurso” (HAZARD, 1983: 26-27), pois sua filosofia deveria ser conduzida pela prática em vida terrena e esta prática só seria alcançada através da felicidade que, por sua vez, só pareceu beneficiar eles mesmos e alguns poucos. Já os separatistas, encabeçados por Jefferson e Franklin, plantaram os frutos para um materialismo desenfreado que tinha como impulso o sonho de enriquecimento precoce e aperfeiçoamento incessante das condutas de vida. Em resumo, essa seria a versão iluminista do sentimento de fama.

Ao chegar à parte final deste artigo, gostaria de fazer duas perguntas que fundamentam minha escolha pela arqueologia da fama.

Primeira pergunta: por que há um limbo temporal, na história que conto, entre a Renascença e o Iluminismo? Não houve nenhuma prática entre esses dois períodos históricos que pudesse ser visto como um ato de fama? É quase certo que sim. Porém, naquilo que me interessava contar, apenas com esses dois eventos pude desenhar configurações singulares de uma mesma ação. Há uma semelhança e um fio condutor que ligam Dante, Michelangelo, Rousseau e Franklin; muitas diferenças é certo, mas suas experiências convergem para um lugar comum: a construção lenta e gradativa do sentimento de fama e dos alicerces sociais que permitiram ao fenômeno ser visto como um sentimento histórico, tornando-se algo corriqueiro nos dias de hoje. Não estou dizendo que é por causa desses senhores que atualmente nós vivemos ou rodeados de indivíduos famosos ou daqueles que buscam por isso (motivos outros explicam isso); pelo contrário, afirmo que se trata apenas de



mostrar como esse tema pode ser evidenciado e lido em diferentes temporalidades (e com artifícios diferentes), além de como se desataram os laços que o conduz; conto, portanto, como algumas vidas que o personificaram seguiram isoladas (mesmo constituindo a história de algo em comum) e como tomaram novos rumos em seu curso.

Segunda pergunta: o que Dante, Michelangelo, Rousseau e Franklin têm a ver com Elton John e Bernie Taupin, estudados na Dissertação? Não muita coisa. Eles, de fato, não eram as escolhas ideais para se comparar com as vidas do cantor britânico mais famoso do século XX e de seu letrista. Nenhum deles era músico ou compositor, por sinal. Mas é justamente isso o que ensina a arqueologia: eu busquei na diferenciação que há entre os quatro e o cantor/compositor a semelhança que me competiu evidenciar. Nunca li em lugar nenhum que a dupla tenha sido ou ainda seja leitora de Dante ou de Rousseau; até pode ser que Elton John tenha alguma réplica ou mesmo uma peça original de Michelangelo, já que é um dos maiores colecionadores de obras de arte da contemporaneidade, mas também confesso que nunca vi nada a respeito; duvido ainda que ele tenha se preocupado em ler alguma coisa de Benjamin Franklin. Não sei também se Taupin leu. Os modos de vida dos quatro parecem nada ter a ver com o do músico ou com a do letrista, exceto por uma coisa: todos buscaram de algum modo o reconhecimento. Mas alguém haveria de me alertar, corrigindo-me, e dizer: Elton John é fã de Wolfgang Amadeus Mozart, que também foi famoso e que viveu no Iluminismo. Por que você não procurou nele um exemplo para a semelhança que queria? A arqueologia responderia por mim: *porque seria óbvio demais.*

Bibliografia

- ALIGHIERI, Dante. **Divina Comédia**. São Paulo: W. M. Jackson INC. Editores, 1960.
- BLECH, Benjamin & DOLINER, Roy. **Os Segredos da Capela Sistina: as mensagens secretas de Michelangelo no coração do Vaticano**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- BOORSTIN, Daniel Joseph. **Os Criadores: uma história da criatividade humana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- COELHO, Maria Claudia. **A Experiência da Fama**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.



DARNTON, Robert. **Os Dentes Falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

HAZARD, Paul. **O Pensamento Europeu no Século XVIII**. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA ANTIGAS: A CONSTRUÇÃO DE UM GÊNERO DISCURSIVO

Marinalva Vilar de Lima

Doutora em História Social (USP); Professora da área de História antiga e medieval da

UAHG/UFCG

Michelly Pereira de Sousa Cordão

Mestre em História (PPGH/UFCG); Professora substituta da UAHG/UFCG

RESUMO

O artigo percorre as produções de historiadores, poetas e retóricos do mundo greco-romano, com a intenção de problematizar a maneira como se pensava as relações entre o gênero historiográfico e aqueles que a ele se articulavam. De um lado, Heródoto, Tucídides, Políbio, Tito Lívio, Tácito, entre outros; de outro, Aristóteles, Horácio, Cícero, etc. Trata-se de observar como a tradição de que fazemos parte foi sendo elaborada pelos antigos a partir de heranças e rupturas com conceitos dos gêneros poético e retórico. Assim como, confere-se ênfase às discordâncias e as “disputas intelectivas” entre os próprios historiadores a fim de observar as maneiras peculiares como cada um elaborava sua escrita, ainda que se mantivessem em respeito como uma tradição que a todos tocava. Coloca-se, ainda, em questão uma discussão contemporânea sobre o caráter epistemológico da escrita da história.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia antiga, Poesia, Retórica

ABSTRACT

This article runs over the production of historians, poets and rhetoricians of the greek and roman world. And aims at inquiring into the manner whereby they thought about the relation between historiographic genre and those with which they were articulated. On one hand, Herodotus, Thucydides, Polybius, Livy, Tacitus, among others; on the other hand, Aristotle, Horace, Cicero, etc.



The main concern is to observe how the tradition we have inherited was wrought into being by those of old from the inheritances and ruptures with concepts of the poetic and rhetoric genera. Besides, we lay emphasis on the discrepancies and “intellectual quarrels” among the historians themselves in order to have an insight into the peculiarities displayed by each one of them in working their writings, notwithstanding their respect to the tradition belonging to all. It shall also be considered a contemporary discussion on the epistemologic character of writing in history.

KEY-WORDS: Ancient Historiography, Poetic, Rhetoric

Xenofonte (séc. V-IV a.C.) escreveu história ao narrar a vida do rei persa Ciro quase sem referências a evidências? A *Ciropedia* (A educação de Ciro) não teria sido apenas um texto literário ou biográfico, cujo autor teria tomado um personagem “real” como tema a ser narrado? Xenofonte se propõe a entender como Ciro conseguiu, com sua arte de governar, colocar sob seu domínio uma variedade de povos distantes de seu reino persa, deixando uma lição aos seus leitores de que tal tarefa era possível. Produz uma narrativa em que procura demonstrar elementos que justificariam as conquistas do rei persa: sua origem, sua educação, seu caráter, suas batalhas e outros acontecimentos de sua vida. Uma das poucas marcas explícitas que contribui para associarmos sua obra ao gênero historiográfico se resume a um rápido comentário que incorpora ao prefácio: “*Narraremos o que dele ouvimos, e o que podemos alcançar por investigação própria*” (XENOFONTE, 1970: 07).

Comentário que, aliado aos objetivos de Xenofonte, nos permite vincular sua obra ao gênero da história, visto denunciar que narrará feitos acontecidos a partir do que “ouviu” e do que investigou por conta própria. Provavelmente, o trabalho do historiador grego não receberia credibilidade se se tratasse de um texto moderno ou contemporâneo, pois que as exigências do nosso tempo são outras. Contudo, em se tratando do mundo antigo, expor no texto que pretendia dizer o que aconteceu parecia suficiente ao historiador para convencer o leitor da credibilidade de sua obra (VEYNE, S/D: 40).

Nesse sentido, como o gênero discursivo da História foi sendo construído a partir das relações dos historiadores entre si e de seus diálogos com outros gêneros, sobretudo com a poesia? Como os historiadores se apropriaram da poesia e do discurso retórico? Quais as marcas que caracterizavam



suas obras? Como concebem as noções de verdade e verossimilhança? São essas as principais questões que nos guiam neste artigo.

Voltemos até um século antes de Xenofonte para dialogarmos com um escritor que já se preocupou em narrar o verdadeiro: Hecateu de Mileto, que no séc. VI a.C. se propôs a escrever a tradição a partir de uma crítica dos relatos (*lógoi*) de seus contemporâneos: “*Assim fala (mytheítai) Hecateu de Mileto: escrevo isso como me parece ser verdadeiro (dokei alethéa); pois os relatos (lógoi) dos gregos são, como me parecem, muitos e ridículos*” (Apud HARTOG, 2001: 41)¹¹⁷. Hecateu atribui a si um lugar distintivo ao se colocar como um escritor que narrará o verdadeiro com a sistematização dos relatos que, por serem muitos, não se ligavam a esse conceito.

Heródoto, embora o utilize, dele se distancia, por considerá-lo apenas um contador de relatos (*logopoiós*) (Idem, ibidem) e, por hipótese, um escritor que não teria realizado a investigação (*historié*)¹¹⁸. Semelhante aos poetas, Heródoto procurou preservar do esquecimento os feitos que se passaram. Porém, não foram as Musas, as nove divindades filhas de Zeus e Mnemosine, personificação da memória, quem lhe informaram o que dizer; ele próprio, Heródoto de Halicarnassos, foi quem promoveu suas investigações cujos resultados foram transformados em escrita. Promove todo um jogo comparativo entre as informações orais de diversos povos a que teve acesso, demonstrando uma preocupação em dizer a verdade (MORELO, 2001: 17), embora a considere inalcançável por conta da existência de uma vasta quantidade de opiniões sobre os atos humanos.

Heródoto se preocupa em esclarecer que as versões das testemunhas dos feitos sobre os quais historia, precisam da confirmação de seu “olho” para serem consideradas mais verossímeis. De um lado, se preocupa apenas em expor o que colheu de suas testemunhas: “*Quanto a mim, meu objetivo ao longo de toda a obra é registrar tudo que me foi dito tal como ouvi de cada informante*” (HERÓDOTOS, 1988: 128). De outro, desconfia do que ouve: “*em verdade, minha obrigação é*

¹¹⁷ A partir de uma coletânea de Hartog, em que reúne excertos (bilíngues) de vários historiadores e outros escritores antigos, por ele também comentados, pudemos acessar alguns materiais que contribuíram para a execução de nosso estudo (HARTOG, 2001).

¹¹⁸ Todos os termos em grego deste artigo foram retirados dos textos bilíngües de escritores antigos estabelecidos por Hartog. Cf.: Idem, ibidem. Para todas as traduções do grego, consultamos o vocabulário inserido no livro: MURACHCO, Henrique. **Língua Grega: visão semântica, lógica, orgânica e funcional**. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 2003 (v. II). Assim, optamos por não mais fazermos referência ao mesmo, a cada uso de um termo em grego.



expor o que se diz, mas não sou obrigado a acreditar em tudo (essa expressão deve aplicar-se a toda a minha obra)” (HERÓDOTOS, 1988: 382). Comentários que evidenciam sua intenção em construir uma memória dos feitos humanos respaldada numa prática investigativa que lhe poderia conferir um estatuto de verdade.

Heródoto afasta de seu texto as Musas, até então vistas como únicas detentoras de um saber transmitido aos poetas para que a fama (*kléos*) dos heróis pudesse ser imortalizada. Os versos de Homero são condicionados pelo que lhes diziam as Musas e, por isso, apenas esses seres divinos, que tudo presenciavam e que tudo sabiam, poderiam lembrar o que se passou em Tróia:

A multidão eu próprio não diria nem nomearia
Nem se dez línguas e dez bocas eu tivesse,
Voz infrangível e brônzeo peito em mim houvesse,
Se as Olimpíades Musas, de Zeus que tem a égide
Filhas, não lembrassem quantos a Tróia foram.
Os chefes assim das naus direi e as naus todas
(HOMERO Apud HARTOG, 2001: 23).

Filhas da memória (*mnemosýne*), as Musas inspiram o aedo Homero a cantar a guerra de Tróia com uma visão dos dois lados nela envolvidos, como se fosse Zeus (HARTOG, 2001: 34). O lugar divino confere às Musas uma condição privilegiada que lhes permite dizer o que desejam. Assim, é que se colocam ao dirigir palavras a Hesíodo, um “servo das Musas” que como um aedo cantava a “fama dos primeiros homens” (Idem, ibidem: 25). As mentiras (*pseúdea*) e as verdades (*alethéa*)¹¹⁹ eram acessíveis apenas aos deuses que, desse modo, poderiam controlar o que queriam que fosse imortalizado, tornando os poetas seus servos.

Dessa servidão, o historiador procurou se desprender ao dessacralizar a verdade e torná-la possível de ser alcançada através do exercício da investigação. Daí que a dificuldade de Heródoto em alcançar a verdade não mais tinha a ver com a crença de que ela só seria permitida aos deuses, mas com a existência de uma vasta quantidade de opiniões que ele não podia simplesmente rejeitar em

¹¹⁹ Palavra que está ligada a um exercício que desvela algo que estava encoberto, revelando-o, descobrindo-o, etc.



prol de uma apenas. Heródoto, como historiador, possui sensibilidade para o que é humano, histórico, mutável, inaugurando um tipo de compreensão que passará a fazer parte da tópica histórica: “(...) pois muitas cidades outrora grandes agora são pequenas, e as grandes no meu tempo eram outrora pequenas. Sabendo portanto que a prosperidade humana jamais é estável, farei menção a ambas igualmente” (HERÓDOTOS, 1988: 20).

Tópica que tem como marco o exercício de investigação (*historíe*) que advém de *hístor*, cuja raiz etimológica remete a “ver” e a “saber” (HARTOG, 2001: 51). Para si, Heródoto confere o estatuto de quem sabe por que “viu” e não por ter sido inspirado pelas Musas. Assina seu nome no prólogo das *Histórias*, tomando para si um lugar de saber que passará a ser construído a partir do “método” da investigação: “*Daí em diante, para ‘ver’ é preciso arriscar-se (ir ver) e aprender a ver (recolher testemunhos, reunir as diferentes versões, relatá-las, classificá-las em função do que se sabe por outras fontes e também em função do grau de verossimilhança)*” (Idem, ibidem: 51). A partir daí, observa-se no discurso que passará a prevalecer entre os historiadores um esforço por se distanciar do estatuto da produção dos poetas. Esforço que pretendia demarcar um território próprio, autônomo, peculiar: o território do historiador.

Tucídides escreveu sobre a guerra entre atenienses e espartanos ocorrida nas últimas três décadas do séc. V a.C., “(...) na expectativa de que ela seria grande e mais importante que todas as anteriores (...)”, pois de acordo com as evidências (*tekmeríon*) dos feitos anteriores a ela e, sobretudo dos mais antigos, considera que esses “(...) não foram realmente grandes, seja quanto às guerras mesmas, seja quanto a outros aspectos” (TUCÍDIDES, 1986: 19). Homero, “a melhor evidência disto” (*tekmerioi dè málista*), contribuiu para o historiador justificar a fraqueza da Hélade dos tempos antigos com o argumento de que esse aspecto resultava da ausência de seu caráter uno antes da guerra de Tróia.

Ao longo dos primeiros capítulos do livro I, geralmente chamados de “arqueologia”, em que retroage a um passado mais distante da Hélade a partir de evidências (*tekmeríon*) dos poetas e de poucos sinais “arqueológicos” (*semeíon*), Tucídides procura demonstrar que os fatos (*ergois*) que escolheu para narrar são os maiores. Superam, por exemplo, a expedição contra Tróia que, no máximo, pode ser considerada maior que as anteriores, “(...) apesar de menor que as do presente, se aqui novamente se pode dar crédito (*eikós*) à poesia de Homero” (Idem, ibidem: 23). De toda forma, mesmo com os adornos de Homero que, para Tucídides, quis tornar os fatos mais grandiosos, a

guerra de Tróia ainda foi inferior à que se dispôs a narrar. Com base em seu conhecimento militar e, sobretudo em sinais “arqueológicos” (*semeíon*), Tucídides aponta dados inverossímeis da obra do poeta, a exemplo da informação de que havia um grande número de tripulantes nas naus. Para ele, essas não suportavam mais passageiros que os reis e outras autoridades importantes, em razão da ausência de convés, característica de naus construídas à maneira antiga (Idem, *ibidem*).

Nesse sentido, Tucídides considera que os feitos da guerra de Tróia foram mais notáveis que os anteriores, contudo, “(...) *foi, como os fatos demonstram, inferior à sua fama e à repercussão que até hoje, graças à influência dos poetas, tem continuidade*” (Idem, *ibidem*: 24). Para ele, os relatos (*logoi*) dos poetas engrandecem os fatos para que seus participantes conquistem uma fama imortal. Após promover uma descrição sobre os fatos antigos da Hélade a partir de evidências (*tekmeríon*), afirma ser “(...) *difícil dar crédito a todos os testemunhos nesta matéria*”, pois “*os homens, na verdade, aceitam uns dos outros relatos de segunda mão dos eventos passados, negligenciando pô-los à prova, ainda que tais eventos se relacionem com sua própria terra*” (Idem, *ibidem*: 27). Mesmo sobre algumas coisas que ainda permanecem em seu presente, Tucídides coloca que os gregos não constroem idéia correta: “*A tal ponto chega a aversão de certos homens pela pesquisa meticulosa da verdade (aletheías), e tão grande é a predisposição para se valer para o que está ao alcance da mão!*” (Idem, *ibidem*).

Tucídides esclarece a distinção entre a tarefa dos poetas e a sua como historiador, afirmando que, se a partir de uma dupla evidência (*tekmeríon* e *semeíon*), construiu uma descrição dos fatos da antiguidade anteriores à guerra do peloponeso muito próxima de como eles aconteceram, os cantos dos poetas, constituídos por adornos e amplificações, bem como, o exercício dos logógrafos, cujas obras teriam se preocupado, sobretudo em agradar aos ouvidos do público, não possuíam credibilidade. Pois, as coisas que narraram “(...) *não podem ser verificadas, e eles em sua maioria se enveredaram, com o passar do tempo, para a região da fábula (mythôdes) (...)*” (TUCÍDIDES, 1986: 28). Tucídides observa que a investigação do caráter verdadeiro dos fatos através de evidências (*tekmeríon*) e de vestígios arqueológicos (*semeíon*) constitui a diferença essencial da história em relação à poesia. Parte dessas evidências foi encontrada por Tucídides nas próprias obras dos poetas que, para ele, contribuíram, ao menos, para o estudo das coisas antigas.

Por outro lado, ao se dar conta das dificuldades em narrar com precisão os discursos que ouviu e/ou aqueles que lhes foram ditos por “informantes”, visto não recordá-los, Tucídides afirma



que os reproduzirá com as palavras que, segundo ele, os oradores deveriam ter usado considerando-se a circunstância e a necessidade da época. Acrescenta ainda que aderiu “(...) *tão estritamente quanto possível ao sentido geral do que havia sido dito*” (Idem, *ibidem*).

Os indícios foram necessários, sobretudo para a fabricação de uma narrativa verossímil das coisas antigas. Porém, para os eventos presentes que escolheu narrar, Tucídides tomou sua própria visão como fonte que poderia levá-lo à verdade (*alethéia*). No máximo, recorreu ainda a terceiros a fim de narrar os fatos após “(...) *investigar cada detalhe com o maior rigor possível, seja no caso de eventos dos quais eu mesmo participei, seja naqueles a respeito dos quais obtive informações de terceiros*”. Com esse duplo exercício, os feitos iam sendo desvelados, “(...) *pois as testemunhas oculares de vários eventos nem sempre faziam os mesmos relatos a respeito das mesmas coisas, mas variavam de acordo com suas simpatias por um lado ou pelo outro, de acordo com sua memória*” (Idem, *ibidem*).

As palavras *tekmeríon* (evidências), *semeíon* (sinais) e *eikós* (verossímil)¹²⁰ perpassam os primeiros capítulos da obra de Tucídides. No restante da narrativa, todavia, se coloca como um historiador interessado com a *alethéia* (verdade), possível de ser descoberta, sobretudo a partir do que “viu” e, em menor escala, do que “ouviu”.

Suposta contradição na obra de Tucídides que foi contestada por Jacqueline Romilly (1998), para quem toda a *História da guerra do peloponeso* resultou da construção subjetiva, da interpretação e da criação de seu escritor que, com base em sua inteligência e razão, “(...) *realizou o paradoxo de servir-se da objetividade mais rigorosa para a elaboração mais pessoal*” (ROMILLY, 1998: 15). Desde os relatos que compõem a “arqueologia”, passando pelos discursos “criados”, até os fatos “reproduzidos”, Romilly observa usos de “procedimentos de relato” na obra de Tucídides, pois não estabelece uma separação entre as duas primeiras partes, que seriam apenas prováveis, e o restante da narrativa, que seria mais verdadeira.

De toda forma, por ter vivido a guerra inicialmente como general e, por fim, na condição de exilado de Atenas, Tucídides se considera mais apto a narrá-la verdadeiramente: “*Vivi a guerra*

¹²⁰ Ginzburg faz uma discussão sobre o diálogo de Tucídides com esses conceitos, colocando que sua intenção, ao usá-los, era provar os feitos de um tempo remoto sobre o qual narra. Cf.: GINZBURG, Carlo. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: *Relações de Força*. Trad.: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2002.



inteira, tendo uma idade que me permitia formar meu próprio juízo, e segui-a atentamente, de modo a obter informações precisas” (TUCÍDIDES, 1986: 255). Coloca-se como o único historiador capaz de torná-la um acontecimento verdadeiro e útil à posteridade, haja vista ter sido sujeito testemunhal dos fatos ali ocorridos.

Dá a impressão que Tucídides faz uma crítica a Heródoto ao insinuar que, diferentemente do “pai da história”, que teria visado apenas a agradar aos ouvidos do público e escrito uma obra apenas para a competição de um prêmio (Idem, ibidem: 28), fabricou sua história para torná-la uma aquisição para sempre. Por outro lado, seu tratamento em relação aos discursos foi censurado por Políbio no séc. II a.C., pois para esse o historiador não se “(...) deve atribuir aos personagens palavras que poderiam ter sido ditas (...)” (POLÍBIOS, 1996: 123).

Cada historiador, então, procura de algum modo inovar o estatuto de sua obra em relação à de seus predecessores, na pretensão de lhe conferir uma maior autoridade. Na tradição grega, quanto mais o historiador se colocava como um investigador voraz, que vai ao encontro dos acontecimentos ou de informações a seu respeito, mais possuía credibilidade em relação aos seus próprios pares que viriam a acessá-los no futuro. Nesse sentido, Políbio adota uma postura já presente em Heródoto, mais valorizada por Tucídides e por ele reforçada: a investigação através dos “olhos”, pois entre a audição e a visão considera essa mais verdadeira (*alethinotéras*) (Idem, ibidem: 417). Critica Timeu por considerar que escolheu o caminho mais fácil, porém o pior, para suas investigações: o uso do instrumento da audição. Além de tudo, por essa ser dividida em duas espécies (a audição de “informantes” e o acesso a obras), coloca que Timeu adotou apenas o exercício de consulta a obras de memorialistas, ainda mais fácil que uma investigação baseada no diálogo com testemunhas dos eventos. Isso por que:

As pesquisas em livros podem ser feitas sem perigos ou dificuldades, e dependem apenas do acesso a uma cidade onde haja abundância de documentação ou uma biblioteca disponível. Depois disso resta ao pesquisador apenas realizar tranquilamente a sua tarefa, cotejando os relatos de escritores diferentes sem enfrentar qualquer problema (Idem, ibidem: 417-18).

Idéia de que o modelo de historiador, para Políbio, está longe de ser a figura que apenas circula comodamente por bibliotecas, sem experimentar nenhum sofrimento, mas apenas observando o que já disseram seus predecessores. Para ele o historiador mais admirável é o que presencia os acontecimentos por meio de viagens cansativas. *“A investigação pessoal, ao contrário, requer trabalho árduo e é dispendiosa, mas é extremamente valiosa e constitui a parte mais importante da História [histórias]”* (Idem, ibidem: 418). Ser historiador implica em ser um “homem de ação” que anda, viaja, peregrina, semelhante ao que fez o Ulisses de Homero, “homem de espírito fértil”, que “entrou por cidades de inúmeros povos”; “suportou no mar sofrimentos sem número”; enfrentou “homens na guerra e ondas cruéis” (POLÍBIOS, 1996: 418).

Políbio finaliza sua descrição sobre o perfil do historiador afirmando que a história irá bem apenas quando esses “homens de ação”, por considerarem-na *“a mais necessária e mais bela das tarefas”*, resolverem se consagrar inteiramente a ela durante toda sua vida. Além disso, *“(…) quando os aspirantes a historiadores considerarem a preparação mediante o envolvimento em atividades reais um pré-requisito indispensável para escrever a História. Enquanto não for assim os erros dos historiadores nunca cessarão”* (Idem, ibidem). A autoridade do historiador na Grécia, portanto, era construída na medida em que promovia um exercício fatigoso de investigação. Idéia que vai ter ressonâncias em Tito Lívio que faz questão em afirmar que a produção de sua “imensa obra” resultou do *labor* nela despendido (TITO LÍVIO, 1989: 18).

Políbio considera Timeu um ignorante por afirmar que ele se isentou de toda participação militar e política, bem como, das experiências de viagens. Ataca-o com ironia ao dizer que *“(…) tem a fama de encabeçar o pomposo cortejo dos historiadores [syngraphéos]”* (POLÍBIOS Apud HARTOG, 2001: 125). Por hipótese, Políbio utiliza o termo *historiográphon* (o que escreve as investigações) para se referir ao “verdadeiro” historiador e *syngraphéos* (o que escreve a partir do material que reuniu) para o que se assemelha a Timeu. Esse último, portanto, não se encaixava nos caracteres que Políbio preconizava para seu perfil de historiador.

O *syngraphéos* aparece com uma concepção distinta na descrição que Luciano de Samósata fez no séc. II d.C. do perfil do historiador e de como deveria escrever a história. Tomando Tucídides como modelo, Luciano coloca que, antes de tudo, o historiador (*syngraphéos*) deve ser *“(…) sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade [aletheías]”* (SAMÓSATA Apud HARTOG, 2001: 225). Os fatos podem ser adornados, sob medida, a partir do uso da poesia que, por



seu espírito elevado, tornava as batalhas mais grandiosas: “*então, será necessário algum sopro poético para inflar as velas com bons ventos e elevar a nau sobre a crista das ondas*” (Idem, ibidem: 227). As expressões poéticas só não podem cair na desmedida, no “delírio poético”, pois o historiador não pode permitir que os fatos se aproximem do acaso. É preciso “*(...) ao preço de mil penas e sofrimentos, comprová-los e, sobretudo se são atuais, presenciá-los*” (Idem, ibidem). O historiador assemelha-se a Zeus por assumir um lugar quase divino que o leva a narrar os fatos com a perspectiva de quem os vê do alto, observando a tudo e a todos, imparcialmente. Deve ter visão do conjunto, abordando tudo de forma sincrônica e evitando desmedidas (Idem, ibidem: 229).

Em síntese, o historiador para Luciano de Samósata devia, inicialmente, dizer o que se passou mediante produção de um memorial e, em seguida, ordená-lo, embelezá-lo, colori-lo e ritmá-lo (Idem, ibidem). Não devia criar os fatos, mas apenas ordená-los, de modo a torná-los o mais claro possível. Nesse exercício é que afluía sua arte (SAMÓSATA Apud HARTOG, 2001: 231). Por fim, Luciano orienta o seu leitor/historiador para que escreva para o futuro e a esse, peça uma recompensa para seu trabalho, cuja glória não deve ser recebida no presente: “*Assim, é preciso que também a história [historían] seja escrita com a verdade [alethei], visando à esperança futura, mais que com bajulação, visando ao prazer dos presentes elogios. Aí tens o cânon e o prumo de uma história justa*” (Idem, ibidem: 233).

Luciano escreveu esses comentários em um tratado intitulado *Como se deve escrever a história*, publicado em 165, com o qual apresentou uma resposta a um conjunto de histórias que para ele mais se aproximavam do gênero poético do que da história (HARTOG, 2001: 223), sobretudo a história produzida por Tucídides. Assim como esse, não abandona por completo o diálogo com a poesia, que deveria ser usada sem descomedimento.

Aristóteles apontou distinções entre os gêneros da poesia e da história, considerando, antes de tudo, que ambas não podem ser demarcadas através da forma (verso ou prosa). Para ele, esses gêneros se diferenciam porque a história conta os feitos particulares que realmente aconteceram, ao passo que a poesia imita o possível (*dynatà*) e esse é do “*(...) ponto de vista da verossimilhança ou da necessidade*” (ARISTÓTELES, 1997: 28). A poesia (epopéia, tragédia, comédia, etc.) se distingue entre os gêneros discursivos por seu caráter verossímil (*eikós*) e pela unidade das ações imitadas (*mythoi*), que possuem início, meio e fim. O poeta se caracteriza mais por ser criador de



mythos a partir da mimetização de ações, do que de versos, pois é poeta pela *mímesis* (Idem, ibidem: 29).

O tragediógrafo, segundo Aristóteles, usa também nomes de pessoas que existiram, pois o que aconteceu sugere uma crença imediata de que foi possível: “*se impossível não teria acontecido*” (Idem, ibidem: 29). Idéia que se assemelha à posição de Tucídides quando comenta sobre a apresentação de discursos em sua obra a partir do que poderia ter sido dito, conforme já comentamos. Por outro lado, o que não aconteceu, para ser possível, dependerá de sua verossimilhança e de sua necessidade. Há, pois, o possível que não aconteceu e é, no entanto, verossímil e o possível que aconteceu, ao qual o historiador se vincula.

Horácio, poeta latino do séc. I a. C., considera que “*a pintores e poetas sempre assistiu a justa liberdade de ousar seja o que for*” (HORÁCIO, 1997: 55), todavia aponta limites para essa liberdade, ao admoestar o poeta que não lhe é permitido reunir objetos que, uma vez juntos, não resultassem em unidade. Não seria cabível, por exemplo, estabelecer uma ligação entre uma cabeça humana e um pescoço de cavalo, pois sua combinação não resultaria em um ser uno, o ideal da poesia, segundo Horácio. Poeta que desmerece seus pares que inserem objetos em situações impossíveis de acontecer, criticando aquele que “*(...) recorre ao maravilhoso para dar variedade a matéria una e acaba pintando golfinhos no mato e javalis nas ondas*” (HORÁCIO, 1997: 55-56).

Ao considerar, ainda, que a poesia não se distancia da realidade, uma vez que narra coisas úteis e agradáveis à vida, Horácio coopera na nossa argumentação de que na antiguidade poesia não estava associada à idéia de ficção, conceito usado contemporaneamente para se designar os textos literários. Dessa forma, ao associarmos história e poesia, não estamos construindo para a segunda um lugar como um discurso ficcional, visto que poesia, ao menos na antiguidade, se associava ao possível, campo ao qual a história também se associava, ainda que o concebesse de forma diferenciada.

Políbio, em provável resposta a Aristóteles, procurou demarcar fronteiras rígidas entre a história e a tragédia, uma das espécies da poesia, colocando que a esta caberia criar experiências que poderiam ter acontecido, mediante o uso de expedientes que provocassem emoções no público. Ao historiador, todavia, cumpriria tão somente “*(...) registrar os fatos e as palavras reais por mais banais que sejam (...)*” (POLÍBIOS, 1996: 123). Ao colocar que o tragediógrafo pode/deve fascinar os ouvintes com a verossimilhança dos discursos (*pithanotáton lógon*) e que, ao historiador caberia



instruir aquele com uma narrativa verídica dos fatos, Políbio tenta retirar da escrita da história o elo que a ligava à poesia: a idéia de verossimilhança. Além disso, responde às teorizações de Aristóteles, tentando construir uma superioridade para a história em relação à poesia (HARTOG, 2001: 139).

Segundo Hartog (2001: 139), o historiador grego concebe a tragédia enquanto um discurso associado ao verossímil/persuasivo (*pithanón*), termo que se difere do verossímil (*eikós*) aristotélico por se associar ao engano/falso (*pseudos*). O *eikós* se articula à atividade mimética do poeta, criador de mitos (*mythoi*), segundo Aristóteles. Por outro lado, Políbio afirma se pautar num discurso verdadeiro (*alethinón lógon*) voltado para o benefício daqueles que desejam aprender (Idem, ibidem: 119), afirmando se distanciar de uma noção, o verossímil (*pithanón*), que se baseia apenas em crenças e não em fatos (*pragmatos*). Daí a noção de uma história pragmática, cuja condição para ser útil aos leitores, era seu estatuto de verdade.

A *mímesis* aristotélica, conforme Hartog, se constitui de representações de ações, se tratando de um conceito ligado especificamente à poesia. Assim, para Aristóteles, a história não constitui uma imitação (*mímesis*) nem uma criação (*poíesis*). Constitui uma narrativa que diz o que aconteceu (*légein tà genóména*), ao passo que a poesia cria o que aconteceu (*poiêin tà genóména*), com base no verossímil. Por outro lado, Hartog coloca que Políbio considera a história como *mythos*, conforme o significado aristotélico, por concebê-la também como uma narração de uma única ação, provida de início, meio e fim, característica que, para Aristóteles, seria específica à poesia. A história, para esse, expõe um único tempo e não uma única ação (ARISTÓTELES, 1997: 45); daí se constituir de uma narrativa de eventos particulares, localizados num só tempo, ao passo que a poesia daria conta do geral, do universal.

Hartog coloca que Políbio desloca para a história a noção de *mythos*, “(...) mas ignora tranqüilamente a questão da *mímesis*”. Logo, “se a história é um *mythos* (mesmo verídico), deve logicamente corresponder à *mímesis* e estar do lado da *poíesis*” (HARTOG, 2001: 140). Contudo, Hartog diz ainda que isso não quer dizer muita coisa, visto que, para Políbio, o historiador lida com experiências e, a partir do “olho”, narra o verdadeiro. Políbio promove uma separação considerável entre poesia e história, tanto ao afirmar que a história não deve escrever textos agradáveis para emocionar o público, já que se trata de um conhecimento pragmático, como ao considerar que o verossímil está ligado apenas à poesia, visto que a história se associa ao verdadeiro. Contudo, por se referir a um verossímil dissociado do campo do possível, o *pithanón*, consideramos que Políbio não



rejeita, em verdade, a noção de *eikós*, o verossímil aristotélico. Noção que aparece em sua obra, por exemplo, ao afirmar que não é verossímil (*eikós*) que as histórias de fatos particulares contemplem todo o mundo habitado (POLÍBIOS, 1996: 44).

De toda forma, Políbio procura se distanciar de Tucídides, cuja obra possui uma dimensão poética no sentido de narrar (e afirmar, por vezes, fazê-lo) o verossímil (o *eikós*), na medida em que afirma produzir uma escrita essencialmente pragmática, termo que advém em grego de *pragmatos* (fato, coisa, prático). Sua crítica a Tucídides tem como principal argumento a idéia de que ele teria narrado o verossímil (*pithanón*), enquanto uma crença desprovida de fundamentos, quando da reprodução de discursos que poderiam ter sido ditos. Porém, o termo usado por Tucídides para dizer o verossímil foi *eikós*, associado ao campo do possível. De toda forma, toda essa argumentação de Políbio é conduzida por sua intenção em construir uma história pautada em um discurso verdadeiro sobre o que aconteceu, concepção do *lógos* que, em certo sentido, já aparece em Platão¹²¹.

Ainda que suas referências se associem ao *lógos* construído pelos “bons” filósofos, Platão nos permite argumentar que o historiador é também um produtor e narrador de *lógos*, termo que aparece nas obras de Heródoto, Tucídides e Políbio. Por outro lado, segundo os comentários de Aristóteles sobre a arte poética, o poeta é um criador de *mythos*. Considerando que *lógos* e *mythos*, segundo Hartog, eram conceitos imbricados no mundo antigo/grego, poderemos dizer que história e poesia também o eram.

De toda forma, observamos que nas obras desses historiadores a idéia de *lógos* prevalece, o que nos leva a crer que aí se encontra a diferença principal entre história e poesia para os antigos. Conforme Marcel Detienne (Apud MORELO, 2001: 40), por exemplo, em todos os nove livros de Heródoto, a palavra *mythos* aparece apenas duas vezes, o que demonstra seu interesse em narrar, sobretudo, os *logoi* dos povos com quem estabeleceu contatos. Tucídides coloca que em sua obra não se encontrará o *mythôdes* (o fabuloso). Políbio afirma que o historiador lida com *lógon alethinôn* (discursos verdadeiros).

À semelhança de Aristóteles, Cícero (2004) se preocupou em estabelecer as marcas que, para ele, tornavam a oratória singular em relação aos outros gêneros discursivos: poesia, história, filosofia e sofística. Considera que, próxima à oratória, a história é composta por elegantes narrativas em que

¹²¹ Cf.: PLATÃO. Sofista. In: *Diálogos*. Trad.: Jorge Paleikat; João Costa. São Paulo: Editor Victor Civita, 1972. p. 135-203.



estão descritos lugares e batalhas, disputas e exortações, porém nela ausenta-se o estilo vivo/eloqüente¹²², específico ao gênero oratório presente nos discursos forenses. Em Heródoto e em Tucídides, Cícero afirma encontrar um estilo fluido e agradável que o leva a considerá-los os primeiros a doarem à história um aspecto adornado. Aspecto que os distinguia dos sofistas, cujo estilo, para Cícero, era marcado por um excesso de refinamentos (CICERÓN, 2004: 45). Cícero diz ainda que o estilo dos filósofos se distancia da oratória por sua preocupação com o conteúdo e não com a forma de dizê-lo. Considera que a poesia, por sua vez, se interessa mais pela forma do que pelo conteúdo e, por isso, possui mais liberdade que a oratória durante a criação e composição das palavras (Idem, ibidem: 57).

Em síntese, Cícero argumenta que a poesia se distancia tanto da oratória como da história pelo fato de que as últimas se interessam, sobretudo, pelas coisas que aconteceram. À poesia, ele dirige valorosos elogios em um discurso em que defende a cidadania romana do poeta de origem grega, Árquias (CÍCERO, 1974). Constrói uma imagem superior da poesia, pois se o valor das outras matérias resulta do ensino, das regras e da teoria, “(...) o poeta tem valor pela sua própria natureza e é estimulado pelas forças intelectuais e é inspirado, digamos assim, por uma espécie de bafejo divino” (Idem, ibidem: 190-91). São elogios que acabam tomando um sentido pragmático, pois Cícero os apresenta para argumentar que um homem de tamanha excelência no exercício da arte poética, não poderia ser condenado. De toda forma, a oratória é posta como inferior à poesia por resultar de uma dedicação baseada em estudos intensivos, enquanto que a primeira constituía um dom divino que era transferido pelas Musas para alguns escolhidos.

Por outro lado, em *De oratore* (CÍCERO Apud HARTOG, 2001), onde afirma que a história era função do orador, Cícero chama a atenção para a necessidade do historiador adornar os fatos narrados por meio da eloqüência forense. Rebaixa a produção dos chamados analistas, historiadores anteriores e contemporâneos a Tito Lívio, que em sua época davam continuidade aos “grandes Anais”. Material oficial preenchido por registros dos feitos da cidade que eram gravados em uma tábua branca por um pontífice máximo que, em seguida, a expunha em sua casa para que o povo tomasse conhecimento do que nela continha (CÍCERO Apud HARTOG, 2001: 145). Eram

¹²² Ressalte-se que essa história sobre a qual Cícero comenta se trata da escrita dos Anais, por ele rebaixada na obra *De oratore*, na medida em que considera necessário se estabelecer uma história com base na eloqüência forense, exercício não desenvolvido pelos analistas, segundo ele.



registrados acontecimentos que demonstravam como estava a relação dos homens com os deuses; acontecimentos que eram escolhidos pela cidade para serem memorizados (as vitórias, as calamidades e os prodígios) e que passavam a fazer parte de sua história “oficial” ou “religiosa”. História que, segundo Cícero, teve sua continuidade com os analistas, considerados meros narradores de fatos e, por isso, produtores de obras desprovidas de embelezamento e eloquência, elementos necessários à história. Ao historiador preconizado por Cícero, caberia articular a descrição de fatos com a arte da eloquência, pois desse modo lhe seria possível inovar a tradição da historiografia romana.

Temos a impressão que esse exercício foi promovido por Tito Lívio que se apropriou de concepções ciceronianas para a construção de sua *Ab urbe condita libri* (História de Roma), obra marcada por um caráter literário e oratório que não diminui seu aspecto historiográfico. A partir de Lívio, percebemos que no mundo antigo/latino havia uma relação cruzada entre oratória e história, visto que ambas tinham como preocupação narrar o verossímil, ainda que possuíssem especificidades. Se Fábio Pictor (séc. III a.C.) foi o primeiro historiador de Roma (MOMIGLIANO, 2004: 129), Lívio foi, provavelmente, o primeiro a escrever a história a partir de um diálogo mais próximo com a retórica do orador e, portanto, a atribuir beleza e elegância aos fatos, conforme o ensinava Cícero.

A ausência da ornamentação dos fatos na *Bellum civile* (Guerra Civil) de Júlio César foi usada como argumento pelos historiadores latinos de sua época para dissociarem-na do gênero da História. Designaram-na de *comentariis* (memórias), gênero discursivo recorrente no mundo antigo que se vinculava, em latim, à palavra *mens* (“fazer pensar”, “lembrar”). Raiz de *moneo* que se associa à palavra *monumentum*, cujo significado constitui tudo o que faz recordar uma lembrança e, particularmente, o que faz recordar a lembrança de um morto: túmulo, estátua, inscrição, etc. (ERNOUT & MEILLET, 1932: 574; 596; 598). Materiais usados por Lívio para fabricar sua história, por se tratarem de documentos que evocavam a memória do passado.

Dessa forma, a obra de César era vista em seu tempo como uma memória a ser utilizada como fonte pelos historiadores por não possuir marcas específicas ao gênero da história e, por isso, “(...) teve o sentido de livro de reflexões, caderno de apontamento, lembrete, diário, texto escrito ao correr da pena, conciso e destituído de ornamento” (MENDONÇA, 1999: 27). Para os historiadores



da época, constituía um material a ser reescrito a partir de elementos artísticos, considerados por Cícero necessários ao historiador.

Para Cícero, por produzirem apenas *monumenta* de fatos (CÍCERO Apud HARTOG, 2001: 145), é que os analistas deveriam ser superados por um perfil de historiador que se preocupasse em orná-los, o que seria possível a partir do uso de elementos da eloquência forense. Além disso, ao colocar que o orador deve também se apropriar da história, se refere às leis dessa que lhe possibilitariam dizer a verdade: “Com efeito, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer algo falso? Em seguida, não ousar dizer algo que não seja verdadeiro? Que não haja, ao se escrever, qualquer suspeita de complacência?” (Idem, ibidem: 151). Cícero, então, convida historiadores e oradores para se apropriarem uns dos outros, pois a história permitiria aos últimos a construção de discursos verdadeiros e a eloquência forense permitiria aos primeiros um discurso mais ornamentado e aprazível. Com esse movimento recíproco de apropriação, os dois gêneros discursivos poderiam se tornar mais críveis.

A escrita da história de Tito Lívio se caracteriza pela presença dos elementos que deveriam, aos olhos de Cícero, fazer parte de um discurso oratório: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *pronuntiatio*¹²³. A *dispositio*, por exemplo, conforme Cícero, constitui um recurso retórico que permite organizar no discurso os fatos descobertos com a *inventio*, exercício que busca coisas verdadeiras e/ou verossímeis, a serem usadas para tornar provável a causa então defendida. A *inventio* perpassa todas as seis partes que formam um discurso, conforme Cícero: exórdio, narração, divisão, confirmação, refutação e conclusão (CÍCERO, 2005: 57). Constitui, pois, o elemento fundamental para conceder ao discurso um estatuto verossímil.

Nesse sentido, se entre os escritores gregos, nota-se uma preocupação em discutir a relação entre história e poesia, exercício promovido por Tucídides, Aristóteles e Políbio, em Roma muitos deles se preocuparam em comentar a relação entre história e oratória, a exemplo de Cícero e de

¹²³ Vejamos o que comenta sobre esses elementos: “*Invenção* é a descoberta de coisas verdadeiras ou verossímeis que tornem a causa provável. *Disposição* é a ordenação e distribuição dessas coisas: mostra o que deve ser colocado em cada lugar. *Elocução* é a acomodação de palavras e sentenças adequadas à invenção, *Memória* é a firme apreensão, no ânimo, das coisas, das palavras e da disposição. *Pronúnciação* é a moderação, com encanto, de voz, semblante e gesto”. Cf.: CÍCERO. **Retórica a Herênio**. Trad.: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005. p. 55.



Quintiliano. Esse último, orador do início do séc. I d. C., em suas *Instituições oratórias*, seguiu o caminho inverso de Cícero, ao alertar os oradores a evitarem a maior parte das qualidades da história. Pois, essa “(...) *está muito próxima dos poetas, é uma espécie de poema em prosa, escreve-se para narrar, não para provar – e a totalidade da obra é composta não para a realização de algo ou para um combate presente, mas para a memória da posteridade e a fama do talento*” (QUINTILIANO Apud HARTOG, 2001: 165).

O conceito de história enquanto narrativa estaria associado ao gênero da poesia e não à noção de prova que, por sua vez, era necessária ao orador. Daí Quintiliano considerar, distintamente de Cícero, que o orador não deveria dialogar com a história, sobretudo porque essa estaria preocupada mais com o futuro do que com as questões imediatas que, por sua vez, interessavam a oratória. Cícero também considera inútil um conhecimento que não fornecesse exemplos a serem imitados e, por isso, as investigações ligadas à história,

(...) se servem para que imitemos os homens ilustres, são realmente úteis; se porém servirem tão-somente para renovar a recordação e a memória antiga, não passam de curiosidade. E, assim, exortamos-te todos a que imites, na medida do possível, esses homens cujas pegadas vimos seguindo (CÍCERO, 2005: 160).

Quintiliano e Cícero criticam algo que Tácito (século I d.C.) defende: a escrita de uma história para a posteridade. O historiador do império romano se contrapõe à história que, segundo ele, apenas atendia a interesses imediatos, qual seja, a história produzida por uma vasta quantidade de escritores que narravam os feitos de Roma desde sua fundação com “eloquência e liberdade” (TÁCITO Apud HARTOG, 2001: 209). Tácito considera que esses “grandes talentos” acabaram paralelamente ao período em que Roma alcançou a “paz” com a vitória de Augusto no Ácio. Compreende que os escritores da república tinham o único interesse pragmático de justificar o poder de políticos. Daí considerar que no período republicano, anterior ao “Ácio”, “*a verdade [ueritas] foi fraturada de múltiplas formas*”, pois que a maioria dos escritores se preocupava apenas em bajular ou em expor seu ódio pelos poderosos. “*Assim, nem uns, nem outros preocupavam-se com a posteridade, divididos entre hostis e submissos*” (Idem, ibidem).



Tácito considera sua obra um “novo gênero” por não mais estar preocupado em narrar desde a fundação de Roma, como o fazia os historiadores republicanos. Coloca-se como um historiador do império, para o qual constrói uma história em suas duas obras: *Anais* (da morte de Augusto a Nero) e *Histórias* (da morte de Nero a Domiciano) (HARTOG, 2001: 215).

Para a escrita dos *Anais*, Tácito delimitou um ponto de partida próximo de seu tempo (o principado de Tibério, posterior ao de Augusto), justificando esse recorte temporal com a afirmação de que muitos escritores já escreveram sobre as coisas antigas do povo romano, como também, sobre as coisas de Augusto. Por outro lado, para conferir credibilidade ao seu discurso, argumenta que a produção existente sobre o período a respeito do qual narrará é constituída por mentiras: *“Tudo quanto se escreveu no governo de Tibério, de Cláudio, de Caio, e de Nero é mentiroso em consequência do medo: e o que depois da morte deles se publicou tem o mesmo carácter, por estarem os ódios ainda muito recentes”* (TÁCITO, 1965: 03). Por isso, se preocupa em informar que, diferentemente desses escritores, narrará os fatos imparcialmente e não deixará que o ódio e a afeição lhe influenciem: *“Lembrei-me pois de dizer pouco de Augusto, e só os últimos acontecimentos de sua vida: e continuar logo com os de Tibério, e seus sucessores, sem ódio nem afeição, porque nenhuns motivos tenha para isso”* (Idem, ibidem).

Procurando defender ao máximo o *tópos* da imparcialidade por considerá-lo ausente nos escritores republicanos e por tentar se construir como diferente desses, Tácito admite que sua carreira política deveu-se aos imperadores Vespasiano, Tito e Domiciano. Contudo, assevera que isso não corromperá sua imparcialidade, pois *“(…) os que professaram credibilidade inalterável devem falar de quem quer que seja sem amor e ódio”* (TÁCITO Apud HARTOG, 2001: 209). Tácito apresenta poucos comentários sobre seu “método” que, apesar de serem exigidos pela tópica histórica, eram pouco expostos pela maioria dos historiadores que, no máximo, costumavam aproveitar o espaço do prefácio para fazê-lo.

Dionísio de Halicarnasso, grego que afluíu para Roma após a vitória de Augusto no Ácio, descreveu no prefácio de suas *Antiguidades romanas* o que hoje chamaríamos de “método” historiográfico, ao informar o assunto escolhido, as fontes utilizadas e os detalhes de sua obra (o recorte temporal, os fatos selecionados e a forma discursiva). Aponta o que precisou fazer para a escrita de uma obra em que se preocupa em demonstrar que as origens de Roma eram gregas a partir de uma investigação que remonta à fundação da cidade. Interessa-se, pois, em apontar as regras que



deveriam ser seguidas pelo historiador: “(...) *devem primeiramente escolher argumentos belos, cheios de prestígio e que sejam úteis para os futuros leitores – e em seguida buscar as fontes adequadas para a abordagem do assunto, com muito cuidado e amor pelo trabalho*” (HALICARNASSO Apud HARTOG, 2001: 189).

De início, Dionísio informa o assunto escolhido, o domínio romano sobre o mundo, “(...) *que nenhum discurso ainda adornou dignamente*” (Idem, ibidem: 191). Após esse passo, afirma que é preciso “(...) *falar das fontes que utilizei quando estava a ponto de começar a escrever*”, a fim de que não surjam suspeitas a seu respeito por aqueles que leram escritores, como Políbio e Timeu que, com suas negligências, não apresentaram os registros que utilizaram (Idem, ibidem: 201).

Assim, além de citar as fontes, Dionísio descreve cada um de seus movimentos enquanto historiador:

Pessoalmente, desembarquei na Itália no momento em que César Augusto pôs fim à guerra civil, no meio da centésima oitogésima sétima Olimpíada, e, a partir daquela época até o presente, vivi em Roma vinte e dois anos, aprendi a língua dos romanos e tomei conhecimento da literatura nacional; em todo esse tempo, consagrei-me constantemente às atividades que tinham relação com meu assunto. Por uma parte, recebi o ensinamento dos homens sábios, com os quais convivi; por outra, li cuidadosamente as histórias que escreveram os escritores louvados pelos próprios romanos, Pórcio Catão, Fábio Máximo, Valério Antias, Licínio Mácer, bem como os Élios, os Gélios, os Calpúrnios e muitos outros, homens que não são obscuros, cujas obras levei em conta (elas são parecidas com os anais gregos), pondo-me então a escrever (Idem, ibidem).

Dionísio coloca que os que escrevem sobre fatos muito antigos apenas para adquirirem fama ou para se mostrarem superiores pela arte da oratória, o fazem de forma negligente e, por isso, não serão elogiados pela posteridade. É preciso seguir regras e, além das duas já apresentadas, restava: “(...) *falar da própria história: a quais limites cronológicos a restrinjo, de quais fatos faço a narrativa e qual é a forma que dou à minha obra*” (Idem, ibidem). Sobre a forma, Dionísio coloca



que optou por escolher um discurso misto, distinto dos que já foram produzidos por outros historiadores, pois com ele poderia alcançar leitores variados:

(...) trata-se de uma mistura de todos os gêneros, tanto do forense quanto do especulativo, a fim de que fique claro, para os que se ocupam dos discursos políticos, para os que se consagram à especulação filosófica, assim como para todos os que podem querer distrair-se sem incômodo com leituras históricas, que esta obra os atende (Idem, *ibidem*: 203).

A partir da exposição das regras da investigação historiográfica, Dionísio concebe a história como um gênero próprio, ainda que resulte da articulação de vários outros.

Ainda que tenha vivido o mesmo período de Dionísio, não encontramos no prefácio de Lívio e/ou em sua obra esse tipo de exercício detalhado em que expõe a “metodologia” adotada¹²⁴, embora tenha vivido a mesma época que Dionísio. O que nos leva a crer que os historiadores produziam discursos peculiares, mesmo que fizessem parte de uma só tradição.

O gênero da história na antiguidade foi se construindo enquanto específico na medida em que seus produtores procuraram se distanciar de outros gêneros com os quais dialogavam. Mas, além disso, durante todo esse percurso que trilhou durante o mundo antigo, a historiografia foi sendo construída a partir das “disputas intelectuais” entre os escritores, pois que, ao tentarem se colocar como distintos/superiores de/a seus antecessores, foram promovendo deslocamentos na tradição historiográfica. Conforme coloca Hartog,

(...) na construção continuada dessa escrita, foram feitas certas escolhas, produziram-se “esquecimentos”, deslocamentos e também reformulações: de

¹²⁴ Paul Jal afirma que os comentadores da obra de Lívio costumam reclamar por essa ser desprovida de comentários explícitos sobre o “método”. O que força de seu estudioso uma análise minuciosa, que observe em seu *corpus* indícios de sua visão da história Cf.: JAL, Paul. Tite-Live et le métier d'historien dans la Rome d'Auguste. In: *Bulletin Budé*, Paris, 1989.



Heródoto a Luciano e a Santo Agostinho, passando por Cícero e Tito Lívio, a mesma palavra não designou sempre a mesma mercadoria (HARTOG, 2001: 10).

A história nasce como *historié* (investigação) com Heródoto, tornando-se também *historia* (narrativa sobre os fatos acontecidos) com Aristóteles, idéia que prevaleceu nos historiadores latinos, a exemplo de Tito Lívio. Diferença substancial entre gregos e romanos, pois, para esses, o termo história ou memória, estava ligado à escrita sobre os acontecimentos. Portanto, a história não se diferencia da poesia apenas por narrar o que aconteceu, conforme afirmou Aristóteles, mas também por constituir um exercício de investigação do passado por meio de indícios que o evocam.

Nesse sentido, consideramos que a concepção dos antigos se aproxima da visão de alguns historiadores contemporâneos, sobretudo dos que concebem a história, antes de tudo, como uma escrita sobre experiências humanas; uma escrita que constitui também criação, invenção, manipulação, mas que não perde seu caráter representacional.

Para os historiadores antigos, os pares história/poesia e história/retórica não eram vistos como dicotômicos, mas como complementares. Por construírem obras marcadas por esses cruzamentos, terminaram, por vezes, sendo vistos, a partir de um olhar de estranhamento, como “menos historiadores”, por modernos e contemporâneos. Muitos dos quais se apropriam da idéia, construída no séc. XIX, de que história e poesia são noções completamente opostas¹²⁵ e, com isso, atribuíram aos historiadores antigos uma menor importância para a tradição contemporânea. O “método” moderno, sim, caracterizado por um tipo de produção baseado num vasto conjunto de regras, deveria ser elogiado e considerado como a base da produção historiográfica contemporânea.

Assim, entendemos que o diálogo promovido pelos historiadores antigos entre o discurso historiográfico e o poético constitui um exemplo de aproximação com a produção dos historiadores contemporâneos: de um lado, cada vez mais interessados em se apropriarem da literatura, seja como fonte, seja como modelo de escritura a ser imitado do ponto de vista do estilo; de outro, preocupados

¹²⁵ Segundo, SCHAPOCHNIK, Nelson. As figurações do discurso da história. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papyrus, 1996, p. 169, a separação entre história e poesia, levada a efeito pelos historiadores do século XIX, constituiu uma estratégia, montada pelos historiadores que naquele século se profissionalizaram, para legitimarem a historiografia enquanto provida de uma cientificidade, caráter que poderia ser elevado com a supressão do aspecto narrativo da representação histórica.



em escrever um discurso baseado em marcas, próprias a sua tradição de escritura. Marcas que localizamos na historiografia antiga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Orlando Luiz; LIMA, Marinalva Vilar de. **Ensaio em estudos clássicos**. Campina Grande: Ed. UFCG, 2006.
- CORDÃO, Michelly P. de S. **Olhares sobre a historiografia antiga: diálogos com Tito Lívio**. Campina Grande: UFCG, 2007 (monografia de graduação orientada por Marinalva Vilar de Lima).
- COSTA, Lúcia Militz da. **A poética de Aristóteles: mímese e verossimilhança**. São Paulo: Ática, 1992.
- ERNOUT, A; MEILLET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots**. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932.
- FINLEY, Moses. Mito, memória e história. In: *Uso e abuso da história*. Trad.: Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 3-27.
- GRIMAL, Pierre. **O século de Augusto**. Trad.: Rui Miguel O. Duarte. Lisboa: Edições 70, 1997.
- HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Trad.: Sonia Lacerda *et al.* Brasília: UnB, 2003.
- MENDONÇA, Antonio da Silva. Introdução. In: *Bellum civile (a guerra civil)*. Trad.: São Paulo: Estação liberdade, 1999.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: EDUSC, 2004.
- MORELO, Sonila. **A relativização da verdade em Heródoto**. Belo Horizonte: UFMG, 2001 (dissertação de mestrado).
- MURACHCO, Henrique. **Língua Grega: visão semântica, lógica, orgânica e funcional**. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 2003 (v. II).
- ROMILLY, Jacqueline. **História e razão em Tucídides**. Trad.: Tomás Rosa Bueno. Brasília: UnB, 1998.



SHOTWELL, James T. **A interpretação da história e outros ensaios.** Trad.: Murillo Bastos Martins. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego.** Trad.: Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

VEYNE, Paul. **Acreditaram os gregos em seus mitos?** Trad.: Antonio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, s/d.

FONTES

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. **A poética clássica.** Trad.: Jaime Bruna. São Paulo: Ed. Cultrix, 1997.

CÉSAR, Caio Júlio. **Bellum civile (a guerra civil).** Trad.: São Paulo: Estação liberdade, 1999.

CÍCERO. Defesa de Árcuas. In: _____. *As Catilinárias et al.* Trad.: Américo Ramalho et al. São Paulo-Lisboa: Verbo, 1974.

CÍCERO. **Do sumo bem e do sumo mal.** Trad.: Carlos Ancêde Nouguê. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CICERÓN. **El orador.** Trad.: E. Sánchez Salor. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

CÍCERO. **Retórica a Herênio.** Trad.: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

HERÓDOTOS. **Histórias.** Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1988.

PLATÃO. **Diálogos.** Trad.: Jorge Paleikat; João Costa. São Paulo: Editor Victor Civita, 1972.

PLATÃO. **Fedro.** Trad.: Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães editores, 2000.

POLÍBIOS. **História.** Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1996.

TÁCITO. **Anais.** Trad.: J. L. Freire de Carvalho. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre/Recife: W. M. Jackson Inc. Editores, 1965.

TITO LÍVIO. **História de Roma.** Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989 (vol. I-VI).

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso.** Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1986.

XENOFONTE. **Ciropedia.** Trad.: João Félix Pereira. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1970.